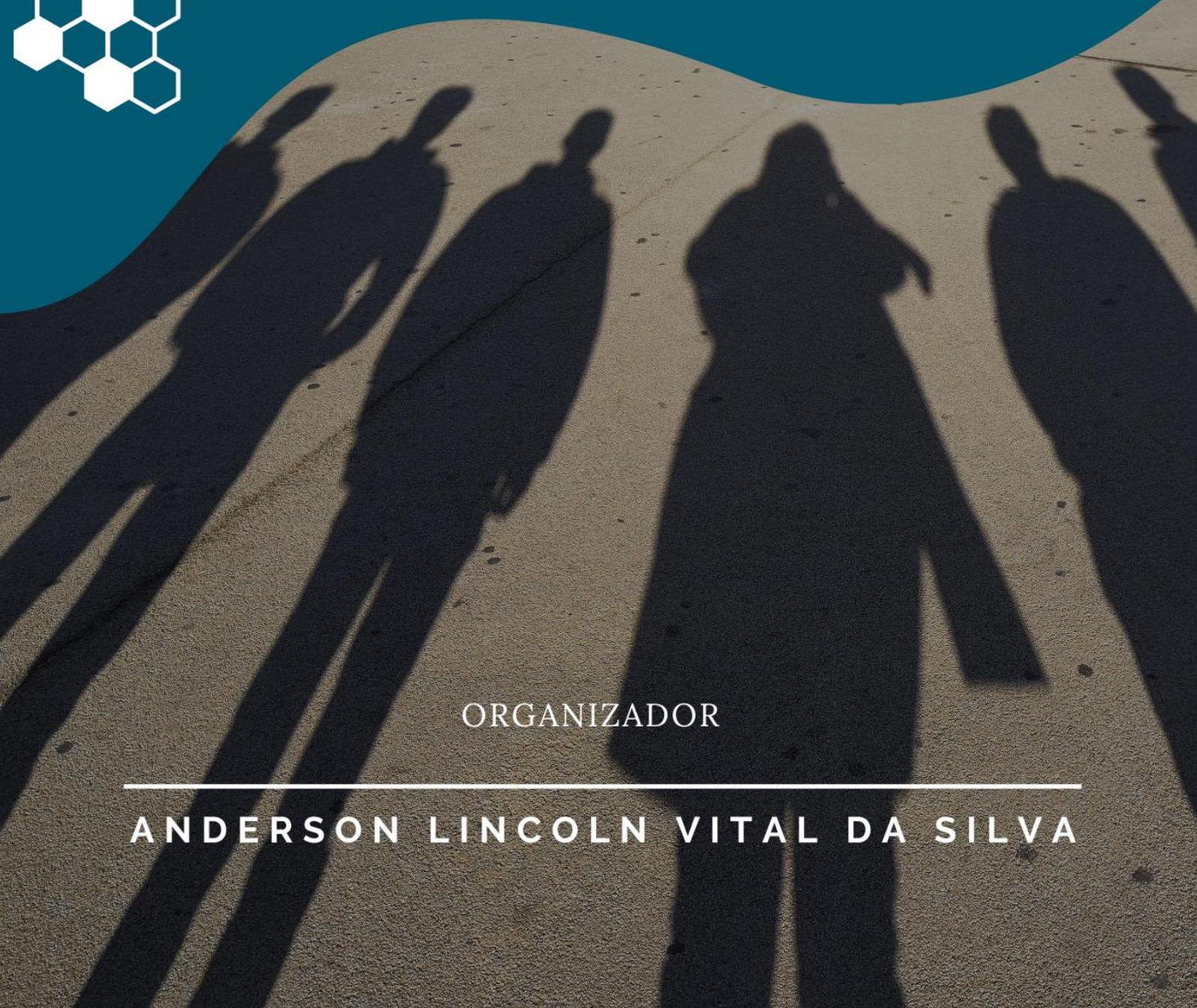
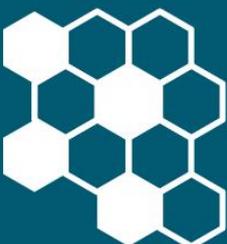


ESTUDOS EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS



VOLUME 11



ORGANIZADOR

ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA



Editora Poisson

1º
Edição
2023

Anderson Lincoln Vital da Silva
(Organizador)

Estudos em Ciências Humanas e Sociais
Volume 11

1ª Edição

Belo Horizonte
Editora Poisson
2023

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial

Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais

Msc. Davilson Eduardo Andrade

Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas

MSc. Fabiane dos Santos

Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia

Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC

Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy

Msc. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82
Estudos em Ciências Humanas e Sociais – Volume 11/ Organização: Anderson Lincoln Vital da Silva – Belo Horizonte – MG: Editora Poisson, 2023
Formato: PDF ISBN: 978-65-5866-251-8 DOI: 10.36229/978-65-5866-251-8 Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia
1.Ciências Sociais 2. Sociedade 3. Ciências Humanas I. SILVA, Anderson Lincoln Vital da II.Título
CDD-300
Sônia Márcia Soares de Moura – CRB 6/1896



O conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença de Atribuição Creative Commons 4.0.

Com ela é permitido compartilhar o livro, devendo ser dado o devido crédito, não podendo ser utilizado para fins comerciais e nem ser alterada.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

Baixe outros títulos gratuitamente em www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br

Sumário

Capítulo 1: Enfrentamento à violência de gênero contra a mulher: Estudo comparado das leis e políticas públicas do Brasil e da França 06

Juliane Mayer Grigoletto, Cleusa Gomes da Silva

DOI: 10.36229/978-65-5866-251-8.CAP.01

Capítulo 2: História e proteção do trabalho da mulher: O agravo da misoginia no mercado na gestão da pandemia da COVID-19..... 11

Bárbara dos Santos Delatorre, Eduarda Castilho Rodrigues, Tatiana Mareto Silva

DOI: 10.36229/978-65-5866-251-8.CAP.02

Capítulo 3: Egressos de acolhimento institucional e familiar 15

Maria Dolores Pelisão Tomé, Maria Lunelli, João Paulo Moreira Fernandes, Dorival da Costa

DOI: 10.36229/978-65-5866-251-8.CAP.03

Capítulo 4: Plataformização do trabalho e a saúde mental dos profissionais de Publicidade e Propaganda em Manaus durante a pandemia da COVID-19 21

Amarinildo Osório de Souza, Vitória Karina Rodrigues Pereira

DOI: 10.36229/978-65-5866-251-8.CAP.04

Capítulo 5: Morte e memória: Breve reflexão sobre rituais e experiências de morte no digital..... 39

Bruna Rafaela de Vasconcelos Mergulhão

DOI: 10.36229/978-65-5866-251-8.CAP.05

Capítulo 6: Conceito de identidade: O desafio de compreender a dimensão de seus sentidos 50

Maria do Socorro Tavares Cavalcante Vieira, Ramão Jorge Dornelles, Vivianni Marques Leite dos Santos, Marcos Antonio Vanderlei Silva

DOI: 10.36229/978-65-5866-251-8.CAP.06

Capítulo 7: As contradições do processo de reestruturação e fragmentação socioespacial e sua implicações nas desigualdades sociais na cidade de Três Lagoas/MS..... 57

Lidiane Antonia Ferreira

DOI: 10.36229/978-65-5866-251-8.CAP.07

Sumário

Capítulo 8: Cultivando experiências rurais: Possibilidades de semear com o público a partir das leituras de Walter Benjamin 70

Gabriel Henrique de Souza, Cyntia Simioni França

DOI: 10.36229/978-65-5866-251-8.CAP.08

Capítulo 9: Empréstimo consignado não autorizado por idosos: Análise dos artigos 39, parágrafo único do Código de Defesa do Consumidor e 876 do Código Civil Brasileiro 79

Gabriela Mendes Branco Motta, Paoly Ferreira Coutinho, Zilda Mara Consalter

DOI: 10.36229/978-65-5866-251-8.CAP.09

Capítulo 10: O rádio regional como patrimônio cultural imaterial..... 96

Elane Gomes Santos Coutinho

DOI: 10.36229/978-65-5866-251-8.CAP.10

Capítulo 11: O Setor Histórico na construção da imagem da “cidade- modelo” de Curitiba..... 105

Taís Silva Rocha D’Angelis, Maria Cristina Nascentes Cabral

DOI: 10.36229/978-65-5866-251-8.CAP.11

Capítulo 12: A linguagem fotográfica e a fotoetnografia 121

Carlos Eduardo de Castro, Carlos Eduardo de Castro Junior

DOI: 10.36229/978-65-5866-251-8.CAP.12

Autores 143

Capítulo 1

Enfrentamento à violência de gênero contra a mulher: Estudo comparado das leis e políticas públicas do Brasil e da França

*Juliane Mayer Grigoletto
Cleusa Gomes da Silva*

Resumo: Este trabalho objetiva analisar as legislações e políticas públicas do Brasil e da França no tocante ao enfrentamento à violência de gênero contra a mulher, utilizando a metodologia qualitativa de análise documental, em especial, a Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e a Lei n. 13.104/2015 (Feminicídio). E, para fins de estudo comparado, a coletânea “Les droits des femmes face aux violences” elaborada por Marlène Schiappa. Efetuou-se uma abordagem sobre o sistema Civil Law e outros pontos de convergência entre o Brasil e a França. Foram analisadas as legislações mostrando as políticas públicas desses Países nesse enfrentamento. Referida pesquisa se mostra relevante para promover a compreensão de como são tratados os temas sobre violência de gênero contra as mulheres.

Palavras-chave: Gênero, Violência, Direito comparado.

1. INTRODUÇÃO

O artigo em comento tem por objetivo analisar as legislações e as políticas públicas do Brasil e da França no que diz respeito ao enfrentamento à violência de gênero contra a mulher.

Para tanto, utilizou-se a metodologia qualitativa por meio da análise documental. Os documentos a serem analisados são as Leis Brasileiras, em especial, a Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e a Lei n. 13.104/2015 (Feminicídio). E a coletânea “Les droits des femmes face aux violences” elaborada por Marlène Schiappa e publicada pela Editora Dalloz.

Esclarecemos que o estudo comparado entre Brasil e França é porque ambos os países adotam o sistema *Civil Law*, de acordo com o qual se exige legislação escrita para salvaguardar as pessoas e disciplinar a conduta social e legalmente admitidas.

Comentamos sobre o surgimento do Direito das Mulheres e abordamos especificamente sobre o estudo comparado para concluir que o Brasil possui uma rede de atendimento, de acordo com a qual a vítima de violência pode buscar auxílio em setores de Saúde e Assistência Social e Psicológica (CRAS, CRAM) e também registrar boletim de ocorrência em Delegacia Especializada, que pode conceder medidas protetivas, como o afastamento do agressor. Na sequência, o infrator responderá processo judicial nas esferas criminal (punição) e civil (divórcio, pensão, partilha de bens).

A França possui medidas penais e civis contra o infrator, porém não há rede de amparar a vítima de violência, a qual deve lançar mão de boletim de ocorrência, utilizando o Código Penal para indicar a conduta do agressor, que sofrerá as sanções cabíveis ou se salvaguardar da legislação civil que prevê retenção de salário do agressor com repasse para a vítima, pagamento de aluguel e outras medidas.

Constamos, também, que o Brasil possui legislação específica que qualifica o homicídio quando o motivo for o gênero – feminicídio. Ao passo que a França não possui tal qualificadora.

E referido estudo comparado se mostra relevante, a fim de promover a compreensão de como são tratados os temas sobre violência de gênero contra as mulheres.

2. METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A metodologia utilizada é a da pesquisa qualitativa por meio da análise documental. Os documentos a serem analisados são as Leis Brasileiras: a Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e a Lei n. 13.104/2015 (Feminicídio). E a coletânea “Les droits des femmes face aux violences” elaborada por Marlène Schiappa e publicada pela Editora Dalloz.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo aqui desenvolvido possui uma visão interdisciplinar, haja vista que o conceito de violência é amplo e requer estudos e atravessamentos em áreas do saber que se interseccionam.

Dos autores e obras lidas, comungamos do entendimento de que gênero é uma construção histórico-social pautada “nas relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais.” (CONNEL E PEARSE, 2015, p. 48).

A opção pela terminologia “violência de gênero contra a mulher” decorre do entendimento da Cedaw (Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher) de que ao explicitar que a violência decorre do “ser mulher” é possível tratar essa violência como um problema social e não individual, assegurando a visibilidade.

Ademais, a própria violência se manifesta de inúmeras formas, conforme podemos observar na obra de Santinon *et ali*, 2014: violência física, moral, psicológica, simbólica, estrutural e institucional.

O presente trabalho de pesquisa pretende desenvolver um estudo comparado entre as leis e políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero contra a mulher no Brasil e na França. A escolha destes países se deu em razão de que um dos ícones do feminismo é Simone Beauvoir, a qual é francesa, e o Brasil por ser a nossa terra natal. Aliado ao fato de que, em matéria de modelo legal, ambos os países são adeptos da *Civil Law* que significa se tratar de um direito escrito, baseado no Direito Romano. As leis são o ponto de partida do raciocínio jurídico e partir dela o julgador baseará suas decisões. A organização desse Direito é por meio de códigos.

Discorrendo sobre o conceito de *Civil Law*, como exposto acima, o mesmo é influenciado pelo Direito Romano, tanto no território da Europa Continental, quanto em suas colônias (GALIO, p. 2).

A tradição jurídico romano-germânica tem suas origens no século XII e XIII no período do Renascimento da Europa Ocidental, posto que o desenvolvimento das cidades e do comércio exigiam uma segurança e uma ordem que somente seriam conseguidos pelo Direito. (GALIO, p. 2 e 3).

A *Civil Law* com essa vertente doutrinária surgida a partir das Universidades, em que se estudava o Direito Romano e o Direito Canônico, trouxe para o Direito Ocidental os conteúdos terminológicos, conceituais e o próprio raciocínio jurídico peculiares e distantes do *Common Law*. (BARREIRO, PARICIO, 2010, p. 185-186).

Deste modo, podemos caracterizar a *Civil Law* como um sistema jurídico no qual o juiz, ao decidir, vai buscar a lei para “dizer o direito”, sendo ela o ponto de partida para o raciocínio jurídico. A organização das leis é feita mediante códigos e resta plenamente disciplinado na Constituição da República Federativa do Brasil que: “ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (art. 5º, inciso II). Do mesmo modo, na Constituição Francesa de 1791, o art. 3º prevê: “não há na França autoridade superior à lei”.

Face a esse sistema, exige-se uma legislação, a qual deve ser capaz de assegurar a proteção jurídica das pessoas.

Outro ponto comum para o estudo ora desenvolvido, é que a França, por meio de seus filósofos iluministas, forjou os ideais franceses da igualdade, liberdade e fraternidade, escrevendo a Declaração de Direitos Humanos, consagrando, em definitivo a *Civil Law*.

E, em matéria de direito das mulheres, sabe-se que, em que pese o caráter machista da Iluminismo e da Revolução Francesa, é nesses movimentos que o Feminismo encontrou sua fundamentação teórica.

O surgimento do Direito das Mulheres remonta ao período da Revolução Industrial. Isso porque seu nascimento é uma resposta à exploração do trabalho da mulher. (BREGA FILHO e ALVES, 2008, p. 135).

E, no Brasil, o Direito das Mulheres culminou, dentre outras, com a edição das normas – Lei Maria da Penha e do Femicídio, as quais são o objeto deste estudo.

Portanto, para fins de direito comparado, serão analisadas as Leis Brasileiras n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e a Lei n. 13.104/2015 (Femicídio). E a coletânea “Les droits des femmes face aux violences” elaborada por Marlène Schiappa e publicada pela Editora Dalloz.

De acordo com referida obra francesa, as conquistas históricas dessas mulheres ao longo dos anos são: trabalhar sem precisar de autorização do marido, votar, escolher métodos contraceptivos, dar nome ao esposo se assim ele o desejar, escolher se quer ser mãe, desposar outra mulher e procriação assistida.

É possível concordar com a equivalência de tais conquistas para as mulheres brasileiras também, até porque o Brasil sofreu influência da Revolução Francesa e dos ideais iluministas nesse período.

Quando o assunto é enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres, não há ancestralidade. Vejamos que o Presidente Emmanuel Macron, apenas em 25 de novembro de 2017, proclamou a igualdade entre homens e mulheres como causa nacional. (SCHIAPPA, 2021, p. 2).

No Brasil, a Antropóloga Miriam Grossi (1994), entende que o conceito de “violência contra a mulher” resulta de uma construção histórica do movimento feminista. Esse movimento no Brasil, no final da década de 1970, indignou-se contra a justificativa da legítima defesa da honra utilizada nos julgamentos de homens que matavam as mulheres, cujo resultado era a absolvição ou aplicação de pena mínima. As primeiras manifestações do movimento de mulheres se deram sob o slogan “Quem ama não mata”, no ano de 1979, por ocasião do julgamento de Doca Street, que matou sua companheira Ângela Diniz. Assim, nesse primeiro momento, a violência contra a mulher significava homicídios de mulheres cometidos por seus maridos, companheiros ou amantes.

A França vai construindo, a partir da proclamação de Macron, os direitos das mulheres. Assim, em se tratando desses em espaços públicos, confere-se proteção às mulheres, criminalizando a conduta de assédio nas ruas, a qual foi denominada de “ultraje sexista e sexual”. Tipifica-se a conduta criminosa quando o agressor proferir “comentários e comportamentos que afetem a dignidade da pessoa” em razão do caráter “degradante ou humilhante” ou que criem situações “intimidantes, hostis ou ofensivas”, cuja pena é de €750.00. (Código Penal Francês, art. 222 citado por SCHIAPPA, 2021, p. 29).

No Brasil, a Lei n. 13.718/2018 inseriu a letra “A” ao art. 215, definindo, legalmente, a importunação sexual como a prática de ato libidinoso contra alguém sem a sua anuência “com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”, cuja pena é de 1 a 5 anos.

Dentre os direitos da mulher em espaços públicos, a França criminaliza o *cyber assédio* e o *revenge porn*, os quais não possuem tipificação no Brasil.

Há, na França, o direito das mulheres face à violência e à violência sexual, tratando como crime: a exibição sexual e o assédio sexual, com base na Convenção de Istambul. O Brasil, previu em seu Código Penal, as condutas de assédio sexual (CP, art. 216-A), violência sexual mediante fraude (CP, art. 215) e ultraje público ao pudor (CP, arts. 23-234), com penas que variam de 06 meses a 02 anos de detenção.

Na esfera dos direitos das mulheres em suas relações conjugais, a França entende que ocorre violência conjugal nas relações entre pessoas casadas, em união estável, namorados (heterossexuais ou homossexuais), sejam estas relações atuais ou já terminadas.

No Brasil, a Lei Maria da Penha, que orientou a *advocacy*, em favor da causa da mulher, decorre de mais de 30 anos de movimentos feministas e influenciou na formulação e implementação de políticas públicas para o enfrentamento à violência de gênero contra a mulher. (BARSTED, c2022, p.14).

E seguindo nas lutas feministas, referenciamos a Lei n. 13.104/2015 ou Lei do Femicídio, que introduziu a qualificadora para o homicídio decorrente da condição de sexo feminino, bem como quando envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Ao passo que a França não possui legislação específica que trate acerca de feminicídio.

Outro aspecto que chama atenção nesse estudo comparado é que, na França, é possível acionar as associações de luta contra a violência e a violência sexual para serem autoras em processos de denúncia a agressores. E, muitas soluções protetivas são conferidas pelo Código Civil (art. 515-11-1). Assim, como no Brasil, existem, na França, algumas medidas protetivas. Com destaque para o “bracelete” que, como uma tornozeleira eletrônica, mantém o agressor longe da vítima. A França traz medidas de separação de corpos e de pagamento de aluguel para as mulheres e seus filhos, ao passo que o Brasil possui, em algumas cidades, as casas abrigo.

A França, em matéria de direito das mulheres face à violência no trabalho e violência econômica tem a possibilidade de desbloquear economias dos seus empregados que forem acusados de violência. No Brasil, essa possibilidade está em tramitação no Congresso Nacional.

A França, ao tratar sobre mutilação de genitais, entende que a lei francesa é superior a todos os costumes e por isso deve ser aplicada, assegurando-se que meninas e mulheres não sejam mutiladas em seu território.

O Brasil, como signatário da ONU, defende a proteção das meninas e das mulheres contra a mutilação de genitálias. Contudo, recentemente, na atual gestão, houve um retrocesso, pois se evita termos que possam induzir à ideologia de gênero¹.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao se analisar a legislação brasileira comparando-a à francesa, podemos observar que ambas utilizam o sistema de *Civil Law*, o qual exige legislação escrita disciplinando as condutas que se inserem como violência de gênero contra a mulher, bem como determina os mecanismos de proteção à vítima. O diferencial é que o Brasil possui uma rede de enfrentamento, de acordo com a qual a vítima de violência pode buscar auxílio em setores de Saúde e Assistência Social e Psicológica (CRAS, CRAM) e também registrar boletim de ocorrência em Delegacia Especializada, que pode conceder medidas protetivas, como o afastamento do agressor. Na sequência, o infrator responderá processo judicial nas esferas criminal (punição) e civil (divórcio, pensão, partilha de bens).

A França possui medidas penais e civis contra o infrator, porém não há rede a amparar a vítima de violência, a qual deve lançar mão de boletim de ocorrência, utilizando o Código Penal para indicar a conduta do

¹ Aqui o termo é utilizado como reprodução do significado que os bolsonaristas (seguidores do Presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro – gestão 2018-2022), dão, ou seja, uma conotação negativa, como se ao abordar o assunto se faria uma “doutrinação” das crianças. Ao passo que, ao se referir a “ideologia de gênero”, o que se pretende é resumir a ideia de acordo com a qual o indivíduo se reconhece no mundo, para além do masculino ou feminino – construções histórico-culturais – significando um espectro de possibilidades e identidades.

agressor, que sofrerá as sanções cabíveis ou se salvaguardar da legislação civil que prevê retenção de salário do agressor com repasse para a vítima, pagamento de alugel e outras medidas.

Constatou-se também que o Brasil possui legislação específica que qualifica o homicídio quando o motivo for o gênero – feminicídio. Ao passo que a França não possui tal qualificadora.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho permitiu analisar o sistema *Civil Law*, que é um sistema utilizado pelo Brasil e pela França, de acordo com o qual é necessária a existência de lei para indicar os bens jurídicos tutelados, bem como o que se considera infração, quais as sanções, caracterizando vítima e agressor.

Realizou-se um comparativo entre a legislação brasileira e francesa no que diz respeito ao enfrentamento à violência de gênero contra a mulher para o fim de se constatar que o Brasil possui rede de proteção à vítima, ao passo que a França pode contar apenas com a legislação civil ou penal. Verificou-se que a França não possui lei sobre feminicídio.

Acreditamos ser relevante o estudo comparado, a fim de promover a compreensão de como são tratados os temas sobre violência de gênero contra as mulheres.

REFERÊNCIAS

- [1] BARREIRO, A. Fernández; PARICIO, Javier. Historia del derecho romano y su recepción europea. Madrid: Marcial Pons, 2010.
- [2] BARSTED, Leila Linhares. Lei Maria da Penha: uma experiência bem sucedida de advocay feminista. Disponível em: <https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2014/02/1_2_advocacy-feminista.pdf> Acesso em 29 jan 2022.
- [3] BRASIL. Lei n. 11.340/2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm> Acesso em 12 jun 2022
- [4] _____. Lei n. 13.104/2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm> Acesso em 12 jun 2022
- [5] BREGA FILHO, Vladimir e ALVES, Fernando de Brito. O Direito das Mulheres: uma abordagem crítica. Revista Argumenta, Jacareinho-PR, n. 10, 2009 Disponível em: <<http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/130#:~:text=Reconstruindo%20a%20hist%C3%B3ria%20d>> Acesso em 12 jun 2022
- [6] CONNELL, Raewyn e PEARSE, Rebecca. Gênero: uma perspectiva global. Trad. Marília Moschkovich. 3ª ed. São Paulo, 2015.
- [7] GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência. In: Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade. PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pillar (org.). Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 293-313
- [8] GALIO, Morgana Henicka. História e formação dos sistemas Civil Law e Common Law: a influência do direito romano e as aproximações dos sistemas. Disponível em<<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=c79d3508e2dc8fe8>> Acesso em 12 jun 2022
- [9] SANTINON, E. P. et al. Direitos humanos: classificação dos tipos de violência contra a mulher e diplomas legais de amparo e prevenção. Âmbito Jurídico, Rio Grande, v. XV, n. 104, 2012. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/direitos-humanos-classificacao-dos-tipos-de-violencia-contra-a-mulher-e-diplomas-legais-de-amparo-e-prevencao/#:~:text=Estas%20viol%C3%Aancias%20incluem%20abuso%20f%C3%ADsico,les%C3%B5es%20internas%2C%20externas%20ou%20ambas>. Acesso em 11 ago 2021
- [10] SCHIAPPA, Marlène. Les droits des femmes face aux violences. Colletion: à Savoir. Paris-FR: Dalloz, 2021.

Capítulo 2

História e proteção do trabalho da mulher: O agravo da misoginia no mercado na gestão da pandemia da COVID-19

*Bárbara dos Santos Delatorre
Eduarda Castilho Rodrigues
Tatiana Mareto Silva*

Resumo: O objetivo da pesquisa foi analisar a gestão legislativa durante a pandemia e sua influência na manutenção (ou reforço) das desigualdades laborais, principalmente no que tange às mulheres e a maternidade, a fim de demonstrar que as tentativas de proteção do trabalho feminino estão integrando fatores, e até justificativa de afastamento desse grupo do ambiente de trabalho, afinal, embora tenha respaldo jurídico em favor da igualdade de gênero, acaba sendo mais vantajosa a contratação de homens por este não possuir fatores biológicos que os mantenham afastados por certo período - como gravidez, amamentação, cólicas - ainda recebendo do empregador, colaborando, assim, para um sistema pautado no sexo e cada vez mais desigual.

1. INTRODUÇÃO

Em 30 de Janeiro de 2020, pela sexta vez na história, a Organização Mundial da Saúde declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) em razão do surto do novo coronavírus que, mais tarde, em 11 de março de 2020, se tornaria a Pandemia da Covid-19. Em razão das medidas de contenção e controle da pandemia, as desigualdades no mercado de trabalho já existentes no país se tornaram mais evidentes e foram agravadas pelo escalonamento do índice de desemprego, que bateu recorde ao atingir 14,7% no primeiro trimestre de 2021 (AMORIM, 2021). Pode-se dizer que a classe trabalhadora como um todo foi impactada pelas diretrizes vigentes durante a crise sanitária, todavia, os proletariados negros, os mais pobres, os mais jovens, as mulheres e os trabalhadores menos qualificados foram mais afetados.

Nesse contexto, o estudo se desenvolveu sobre a seguinte problemática: será que a gestão da pandemia da covid-19 agravou o cenário de misoginia e machismo nas relações de trabalho no Brasil? Partiu-se do pressuposto teórico de que sim, as normas sanitárias de contenção e controle fizeram com que mulheres fossem mais demitidas que homens ou sofressem com jornadas impossíveis de serem realizadas.

Assim, o objetivo da pesquisa foi analisar a gestão legislativa durante a pandemia e sua influência na manutenção (ou reforço) das desigualdades laborais, principalmente no que tange às mulheres e a maternidade, a fim de demonstrar que as tentativas de proteção do trabalho feminino estão integrando fatores, e até justificativa de afastamento desse grupo do ambiente de trabalho, afinal, embora tenha respaldo jurídico em favor da igualdade de gênero, acaba sendo mais vantajosa a contratação de homens por este não possuir fatores biológicos que os mantenham afastados por certo período - como gravidez, amamentação, cólicas - ainda recebendo do empregador, colaborando, assim, para um sistema pautado no sexo e cada vez mais desigual.

2. METODOLOGIA

O trabalho realizado adotou a uma metodologia de pesquisa qualitativa e quantitativa a partir de fontes bibliográficas e documentais com o objetivo de explicar, discorrendo brevemente sobre a história do trabalho da mulher e as leis que as protegem, como tal proteção se tornou um fator que contribui para o aumento da misoginia no mercado de trabalho brasileiro, tendo sido agravada durante a Pandemia da Covid-19. Possui, portanto, abordagem qualitativa pois visa avaliar e explicar os fenômenos sociais e culturais enraizados que contribuem para a desigualdade entre os sexos nas contratações.

Esta pesquisa foi articulada a partir do levantamento quantitativo e qualitativo de dados e informações sobre o mercado de trabalho feminino, estes que, somado a estudos bibliográficos prévios, possibilitaram a reflexão, análise e compreensão dos fenômenos sociais que colaboram para a narrativa.

Os estudos bibliográficos prévios foram pautados em duas obras: (i) "A Criação do Patriarcado: História da Opressão das Mulheres pelos Homens", de Gerda Lerner, contextualiza historicamente as relações entre homens e mulheres e como tais relações moldaram a sociedade; (ii) "Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)", de Gláucia Fraccaro, aborda o tema 'trabalho' sob uma perspectiva cultural e histórica e das relações de gênero e originalmente fora apresentada como tese de doutorado em 2016 ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas e venceu o prêmio "Mundos do Trabalho em Perspectiva Multidisciplinar" em 2017 da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET).

Para tanto, além de informações/dados fornecidos pelos órgãos públicos brasileiros como o Ministério do Trabalho e Previdência e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), serão utilizados outros recursos que acrescentem a abordagem teórica, como notícias (preferencialmente recentes) veiculadas pela mídia e periódicos.

3. DISCUSSÃO

Depois da revogação da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) pelo Ministério da Saúde do Brasil, os seus impactos ainda podem ser sentidos em diversos setores econômicos e sociais. Antes mesmo da decretação da pandemia da covid-19 pela Organização Mundial de Saúde, o Brasil já não se encontrava num cenário econômico favorável, afinal, em 2018 o país estava na 40ª posição do ranking (com 42 países) de Produto Interno Bruto (PIB) segundo levantamento da agência Austin Rating (PIB..., 2019). Já em 2021, embora tenha tido certa recuperação, ainda estava em posição frustrante, sendo a 21ª posição em ranking com 34 países (PIB..., 2022). Posto isso, era de se esperar que a economia manca do Brasil, somado

às restrições impostas ao funcionamento das atividades econômicas durante a pandemia - que acabou por mudar a forma de consumo-, resultaria em queda na produção de bens e serviços e, portanto, na demanda de trabalho, fenômeno confirmado pelos dados fornecidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2021.

Mesmo com a existência das leis, a ausência de políticas públicas e fiscalização operam no desprovimento da igualdade no ambiente de trabalho, favorecendo assim a desigualdade social nos postos de trabalho, homogeneizando os espaços de gestão, liderança, governança e presidência das empresas (BARIONI, 2022).

No que tange à esfera laboral das mulheres, o próprio TST reconhece o impacto negativo durante a pandemia, tendo em vista a acumulação histórica e cultural de atividades que às atribui afazeres domésticos e profissionais.

A questão da dupla jornada, para especialistas, tem sido agravada pela pandemia da covid-19. Segundo Érica Aragão, diretora do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (SJSP), as mulheres trabalhadoras são as que mais sofrem os impactos negativos da crise provocada pelo coronavírus. “Muitas foram demitidas, tiveram seus salários reduzidos ou precisaram pedir demissão para cuidar dos filhos ou de parentes com comorbidades desde o início da pandemia”, observa (PANDEMIA..., 2021).

Ademais, embora tenha sido difundido elogios quanto ao avanço tecnológico que possibilitou o exercício da profissão em *home office*, há estudos que afirmam maior dificuldade das mulheres nesta modalidade em razão de interrupções constantes, enquanto para os homens a dificuldade está relacionada à ausência de interação com os colegas.

Um estudo realizado por Maria Bridi e Giovana Bezerra, da Rede de Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (Remir), constatou que homens e mulheres vivenciam o trabalho remoto de formas distintas. O grupo utilizou software de análise textual para verificar essas distinções, com base nos termos usados por homens e mulheres. Segundo o trabalho, os termos recorrentes para as mulheres estavam relacionados à dificuldade de concentração e às interrupções que sofrem durante a atividade de *home office*. Já para os homens, o termo “dificuldade” aparece ligado à falta de contato com os colegas (PANDEMIA..., 2021).

Inclusive, nos índices de desemprego as mulheres são parcela significativa, sendo de 17,9% nos primeiros três meses de 2021, enquanto em relação aos homens foi de 12,2% (SILVEIRA; ALVARENGA, 2021).

Frente às demissões em massa da parcela feminina do mercado de trabalho durante a pandemia, o poder legislativo se portou de forma frustrante, de modo que a medida legal mais ressoante foi a Lei nº 14.151 de 13.05.2021 que, em síntese, dispõe acerca do afastamento da empregada gestante das atividades presenciais, devendo esta trabalhar à distância - sem prejuízo de sua remuneração - durante todo o período de emergência de saúde pública decorrente do novo Coronavírus.

Seus únicos dois artigos alteraram a concepção do trabalho dessa classe, à vista que seu salário seguiu sendo arcado pelo empregador, sem a mínima previsão de custeio pela seguridade social, divergindo do que foi ratificado pelo Brasil em 2019 por meio do Decreto nº 10.088/2019, que promulgou o disposto na Convenção nº 103 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta, que possui status normativo de supralegal, estabelece regras ao amparo à maternidade, em especial no artigo 4º, item 8, que prevê o seguinte: “em hipótese alguma, deve o empregador ser tido como pessoalmente responsável pelo custo das prestações devidas às mulheres que ele emprega” (OIT, 1952). Visa, portanto, coibir as contratações arbitrárias e de cunho misógino.

Dito isso, a promulgação da lei 14.151/2021 simboliza um retrocesso para luta feminina, uma vez que toda a proteção das gestantes durante pandemia se resumiu a uma norma vazia que não prevê a impossibilidade do trabalho remoto (ou à distância), apenas determinando o afastamento, que deveria ser pago pelo empregador. Dessa forma, se não há previsão acerca da atividade laboral que não compactua com a realização de forma remota, mas afasta a empregada em razão da lei, há uma insegurança jurídica no que tange ao salário, porque a gestante não está trabalhando para o empregador para que possa receber deste, mas também não está integrando requisitos para recebimento do salário/licença maternidade, ou seja, re-

ativando a pauta ‘sexo’ nas contratações e agravando a misoginia no mercado, bem como desestimulando as próprias mulheres a buscarem emprego durante a gravidez.

4. CONCLUSÃO

Diante o exposto, é possível constatar que a pandemia intensificou o cenário de desigualdade entre homens e mulheres no que tange ao mercado de trabalho, bem como que a gestão legislativa não corroborou para o combate na misoginia no que concerne ao do proletariado feminino, tendo em vista o escalonamento das demissões. Pelo contrário, foi promulgada a lei 14.151/2021, que representou um retrocesso de quase 50 anos, omitindo a responsabilidade do Estado de proteção à maternidade realocando-a para a iniciativa privada. Ressalta-se que imputar aos empregadores o custeio de tais encargos potencializa o aumento das demissões e reduz as oportunidades empregatícias.

Dito isso, para que exista uma equidade efetiva entre ambos os sexos, é preciso que o Estado se coloque como protagonista no combate e que no âmbito legislativo sejam criadas medidas voltadas para a inserção e à manutenção das mulheres e jovens no mercado de trabalho, bem como incentivando a qualificação para ascensão profissional, além de apoio às mulheres no retorno ao trabalho após a licença maternidade - “via reembolso creche ou a liberação de valores do FGTS para auxílio no pagamento de despesas e manutenção ou subvenção de instituições de educação infantil pelos Serviços Sociais” (GOVERNO..., 2022).

REFERÊNCIAS

- [1] AMORIM, Paulo. Taxa de desemprego no Brasil chega a índice recorde durante pandemia. FDR, 2021. Disponível em: <https://fdr.com.br/2021/05/27/taxa-de-desemprego-no-brasil-chega-a-indice-recorde-durante-pandemia/>. Acesso em: 29/05/2022.
- [2] BARIONI, Murilo dos Santos. A desigualdade social no mercado de trabalho: a falta de diversidade e inclusão nas empresas. MIGALHAS, 2022. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/364481/a-desigualdade-social-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 29/05/2022.
- [3] GENEBRA. Convenção Nº 103 da OIT Relativa Ao Amparo à Maternidade (Revista Em 1952). Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019: Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil.
- [4] Governo lança medidas para impulsionar a inserção e manutenção de mulheres e jovens no mercado de trabalho. GOV.BR, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/noticias-e-conteudo/trabalho/2022/maio/governo-lanca-medidas-para-impulsionar-a-insercao-e-manutencao-de-mulheres-e-jovens-no-mercado-de-trabalho>. Acesso: 05/06/2022.
- [5] Pandemia, home office e a proteção do trabalho da mulher. TST, 2021. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/-/pandemia-home-office-e-a-prote%C3%A7%C3%A3o-do-trabalho-da-mulher>. Acesso em: 01/06/2022.
- [6] PIB do Brasil em 2018 fica em 40º em ranking com 42 países. G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/28/pib-do-brasil-em-2018-fica-em-40o-em-ranking-com-42-paises.ghtml>. Acesso em: 29/05/2022.
- [7] PIB brasileiro cresceu abaixo da média mundial em 2021. ISTOÉ, 2022. Disponível em: <https://istoe.com.br/pib-brasileiro-cresceu-abaixo-da-media-mundial-em-2021/>. Acesso em: 29/05/2022.
- [8] SILVEIRA, Daniel; ALVARENGA, Darlan. Taxa de desemprego entre mulheres atinge recorde de 17,9%. G1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/05/27/taxa-de-desemprego-entre-mulheres-atinge-recorde-de-179percent.ghtml>. Acesso em: 01/06/2022.

Capítulo 3

Egressos de acolhimento institucional e familiar

Maria Dolores Pelisão Tomé

Maria Lunelli

João Paulo Moreira Fernandes

Dorival da Costa

Resumo: Este estudo tem como objetivo fazer uma análise referente à criança e adolescente egresso de medidas protetivas de acolhimento institucional e as ações que envolvem políticas públicas de Assistência Social e educação na perspectiva do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei 8.069/90. Observa-se a essência do fundamento da proteção integral expresso na lei alinhado às políticas públicas, não ficam claras na ordem jurídica as ações específicas que norteiam e resguardam criança e adolescente egresso de instituição de acolhimento. Esta pesquisa busca conhecer a lacuna de como ocorre o atendimento para esse público considerado prioridade absoluta na Doutrina da Proteção Integral no ordenamento jurídico por meio do artigo 227 da Constituição Federal de 1988. Utilizou-se da metodologia bibliográfica que fundamentam debates e pesquisas referentes ao tema. Refletir sobre as metodologias exercidas em relação a egressos e institucionalização é fundamental para que possamos compreender como esse processo influencia e traz implicações para a vida da criança e do adolescente.

Palavras chave: Instituição de acolhimento; criança e adolescente; egressos de medidas protetivas; políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo conhecer os impactos referentes a criança e adolescente egresso de medidas protetivas de acolhimento institucional e as ações que envolvem políticas públicas de assistência social e educação na perspectiva do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei 8.069/90.

Compreender quais as circunstâncias que ocasionam o processo de institucionalização de crianças e adolescentes, o desacolhimento e o egresso a essa medida protetiva e as ações que envolvem diretamente os serviços socioassistenciais e a política de educação para garantir direitos de acordo com o ECA e considerando as Orientações Técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes; Brasil (2009, p 67) Serviço que oferece acolhimento provisório para criança e adolescente afastado do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo cfe Art 101 do ECA.

Destacamos nesta pesquisa a criança e o adolescente egresso de medida protetiva na perspectiva do Estatuto da Criança, na Política Nacional de Assistência Social-PNAS a Política de Educação e a responsabilidade dessas políticas públicas para efetivar direitos, uma vez que não está claro nas legislações o debate e o compromisso com crianças e adolescentes egressos dessas medidas protetivas.

Os princípios normativos expressam claramente a centralidade na família, entretanto, a realidade cotidiana sinaliza para significativos obstáculos na abordagem com famílias em situação de vulnerabilidade e a eficácia das políticas públicas. Conhecer os reais motivos que levam ao acolhimento institucional o desacolhimento e o retorno a instituição de acolhimento na esfera do ECA é um desafio para as políticas públicas, uma vez que esse debate ainda está sendo construído na intersectorialidade.

Esta pesquisa está organizada em três eixos fundamentais, sendo que o primeiro faz uma reflexão referente à criança e o adolescente e as legislações de 1927 a 1979, a segunda se fundamenta no ECA enquanto um documento completo existe nele uma preocupação de pensar a proteção integral da criança desde a sua gestação garantindo o pré-natal à mãe, o que até então não estava garantido por leis. Ele prevê a oportunidade da criança e do adolescente viver em família no seu ambiente e da sociedade. É com o apoio das políticas sociais que o estado deve assegurar para garantir um mínimo de condições à liberdade, à vida, à cultura, ao lazer, ao esporte, à educação e ao trabalho. No sequencia este estudo faz uma análise da relevância de aproximação das discussões intersectoriais entre assistência social e educação para eficácia da gestão de políticas públicas que favoreçam o atendimento e a efetivação dos direitos de criança e adolescente egresso de medidas de acolhimento institucional.

Há que se refletir quantos direitos já foram banidos desses adolescentes, o processo educativo que ele passou, a todas essas prerrogativas que terá o ECA enquanto instrumento de garantia de direitos e se perguntar se ele teve acesso a tudo isso, ou seja tudo que o estatuto prega.

2. DESENVOLVIMENTO

Analisando uma série de questões que envolvia os denominados “menores empobrecidos” do período de 1927 a 1979 sob uma contextualização histórica, observamos que ainda no Brasil o direito da criança e do adolescente não está assegurado de acordo com o ECA. Desse modo, encontra-se um extenso percurso observado entre a era colonial, aonde não ocorria a proteção e atendimento por meio de políticas públicas para crianças e adolescência pobres e marginalizados. As circunstâncias pelas quais a infância se expressava perante o estado de desatenção, então surgiu o interesse em compreender essa problemática e verificar a questão das políticas públicas de atenção ao menor abandonado, pobre ou infrator ao longo do século XX, norteados em meio as mudanças sucedidas com a origem e proclamação do primeiro Código de Menores, qualificado como Código Mello Mattos de 1927, com duração até 1979, apresentando a sociedade com propósito entender as prováveis consequências no plano da educação.

Portanto nascia então primeira lei alusiva ao menor, o Código de Menores de 1927, e durante esse estudo foi possível perceber as concepções significativas para o assunto, princípios como por exemplo: menor, família, sociedade e educação.

Desse modo, conhecendo a trajetória e o Problema Social do menor no início do século XX, as crianças desamparadas e abandonadas passaram a fomentar inquietudes em meio às classes de médicos, sociedade e juristas, visto que, estas crianças que viviam nas ruas dos centros urbanos, se encontravam predispostas a serem marginalizadas e completamente desprotegidas, conseqüentemente representava um prenúncio à correta e ideal organização social. No entanto essa aflição era progressiva e se apoiava essencialmente devido a decadência da Roda dos Expostos. Para Pereira (1994), o cenário das grandes cidades no começo do século XX revelava a situação que se encontravam essas crianças e adolescentes com o término

das atividades da Roda dos Expostos:

[...] da noite para o dia (surgia), uma perigosa malta de pessoas marginalizadas que ameaçavam a ordem vigente, seja como massa ativa nos constantes motins urbanos, seja no exemplo negativo de um extrato que não vivia do trabalho “honesto”. No interior dessa malta, destacava-se, pela primeira vez, o grupo de crianças e adolescentes. No período anterior, eram pouco visíveis, pois as crianças tinham como destino as Casas dos Expostos e os adolescentes trabalhavam como escravos (PEREIRA, 1994, p. 38).

Percebe-se claramente que as crianças e os adolescentes desprotegidos representavam, naquela conjuntura complicações para a sociedade, sendo que até então esse público era escondido e camuflado pela presença da Roda de Expostos situados nas Santas Casas de Misericórdia.

Na ocasião as autoridades deduziam que as ruas eram locais de ociosidades não adequado aos bons costumes e que fomentava o aprendizado de atitudes negativas e a marginalidade perante as circunstâncias e miserabilidade que se encontravam essas crianças e adolescentes. No entanto era fundamental uma providência para reprimir a progressiva e intensa violência vivenciada com esse público exposto e abandonado. Todavia este aspecto, os debates aconteciam com relação a relevância de criar leis direcionadas para essa parcela da sociedade que cada vez mais estava em evidência.

A pesar de haver vários debates de estudiosos do campo da educação, saúde e políticas públicas defendendo ser fundamental ações focadas ao atendimento do menor desprotegido, o que se observava na realidade brasileira nos grandes centros, eram crianças expostas em meios as múltiplas dificuldades sofrimentos e descasos nas ruas e outras inseridas no precário trabalho de chão de fábricas junto com adultos e cumprindo as mesmas ou maiores jornadas de trabalho. Esse meio exposto era consequência da urbanização, origem da industrialização e captação da mão de obra escravista como operários assalariados. Nesse cenário aconteceram os crescimentos urbanos com amplo aglomerado de pessoas nas cidades e o desenvolvimento econômico e atraia a migração da população do campo para as cidades.

Desse modo, compreendemos que as primeiras décadas do século XX, ficaram marcadas pela imagem desenvolvida do menor operário, que operavam também maquinários perigosos, com uma jornada de trabalho longo demasiadamente e ainda reforçada pela sua condição de submissão e a disposição da rigorosa relação de trabalho no interior das fábricas. Assim sendo, podemos refletir sobre as considerações de Moura (1982), um modo compatível com seu estado de produtor, conjuntura na qual se confunde claramente com o adulto? O que se dizer do fato de que os pequenos trabalhadores meninas e meninos são muitas vezes intenções de atitudes devassas e libidinosas às quais no universo do trabalho em tempo algum estiveram protegidos?

Nesse aspecto, fica evidente que no início do século XX uma parcela a sociedade, reivindicava das autoridades a elaboração de lei para atender prioritariamente o menor abandonado e que o Estado tomasse como compromisso a proteção e defesa desses menores pobres que se encontravam na condição de miserabilidade na rua ou junto a sua família.

Conforme a Resolução CNAS nº 109, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais dentro do atendimento da alta complexidade, estão os serviços de acolhimento institucional que são acionados quando a criança ou adolescente correm algum tipo de risco ou tem seus direitos violados, chegando ao extremo dos pais ou responsáveis ter a guarda destituída passando para o estado. Essa responsabilidade através dos Serviços de Acolhimento Institucional, através de instituições públicas ou privadas na modalidade de Centros de Acolhimento, Casas Lares ou Abrigos; Serviço de Acolhimento em República na modalidade República para adolescentes que saem das instituições de acolhimentos sem serem adotados e ou que não podem voltar à conviver com a família de origem por diversos motivos; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora quando a criança ou adolescente sai da instituição não para a família adotiva mais uma família que irá acolhê-la durante o processo de adoção; Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências, na modalidade de abrigo provisórios quando a casa da família fica inabitada por alguma calamidade natural. Também a articulação em rede, formando a Rede de Proteção à criança e ao Adolescente, que irá funcionar através dos demais serviços socioassistenciais e serviços de políticas públicas setoriais; - Órgãos do Sistema de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente; - Demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; - Serviços socioassistenciais e Serviços de Políticas Públicas Setoriais. - Programas e projetos de formação para o trabalho e de profissionalização e inclusão produtiva. - Serviços, programas e projetos de instituições não

governamentais e comunitárias (Resolução 109 CNAS, 1990). Além disso, o Conselho Tutelar como órgão fiscalizador para garantir os direitos da criança e adolescente conforme diz no Estatuto (ECA, 2019). Assim como no Plano Nacional Proteção, Promoção de defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária garante essa prerrogativa como podemos ver em:

No tocante ao direito à convivência familiar e comunitária, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleceu no artigo 19 que toda criança ou adolescente tem direito de ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária. Esse dispositivo do Estatuto deve ser considerado, em seguida aos princípios constitucionais e convencionais, como outro marco legal basilar na construção do presente Plano (MDS, 1990).

Nota-se que através de todo esse sistema de garantia de direitos busca-se proteger a criança e adolescente em todos os níveis evitando que cheguem ao rompimento dos vínculos familiares e comunitários evitando que a situação pressuponha a necessidade de um acolhimento institucional, o que infelizmente muitas vezes é inevitável considerando a gravidade das situações presentes, quando se chega em certo ponto crítico, e o acolhimento é uma opção o que se espera é uma organização eficaz do Estado e os principais aspectos dessa organização vai exigir uma organização dos serviços de acolhimento e dos órgãos elencados, segundo o documento que é a orientação técnica desses serviços trazendo todo um organograma inserindo todos os órgãos competentes da sociedade civil e governamental no intuito de uma união em prol da garantia dos direitos da criança e adolescente.

A proteção integral a que têm direito as crianças e os adolescentes acolhidos devem ser viabilizados por meio da utilização de equipamentos comunitários e da rede de serviços local. Dessa forma, para que as intervenções realizadas junto às crianças e aos adolescentes acolhidos e suas famílias sejam efetivas, é necessário que haja uma estreita articulação entre os diversos órgãos envolvidos no seu atendimento. (CNAS/CONANDA/2009, pg. 47).

Entendendo que não é o recomendado que a criança e adolescente fiquem muito tempo nas instituições de acolhimento à modalidade da Família Acolhedora vem para ajudar nessa questão da burocracia e morosidade existentes no processo de adoção, dando a possibilidade da criança mesmo acolhida desenvolver vínculos familiares e comunitários tão importantes para o seu desenvolvimento. Há várias questões que contribuem para que os adotantes resistam em adotar determinadas crianças e principalmente adolescentes, como Jane explica em seu livro, a criança maior e o adolescente estão em outro momento de desenvolvimento, a adolescência é uma fase de grandes mudanças físicas, sociais e psicológicas. Já pessoas que adotam, para ajudar ou por caridade, muitas vezes, esperam grande gratidão da criança e isso na realidade pode prejudicar o desenvolvimento da relação entre eles e o próprio desenvolvimento da dela, a criança precisa de pais, ajuda ela poderá receber em diferentes lugares. (VALENTE, 2013).

Mas mesmo numa comemorada adoção nem sempre se tem um final feliz, exemplo disso são as tão complexas devoluções. Num processo de adoção as crianças ou adolescentes podem testar o processo de aproximação dos pais, agindo de diversas formas diferentes como birras, por exemplo, isso se dá porque eles precisam de um tempo para se construir uma relação de confiança mútua uma convivência tranquila e mesmo um vínculo afetivo. Durante esse, alguns pais ficam tentados a usar de ameaças de devolver a criança ao abrigo no intuito de com isso controlar o seu comportamento, só que a criança já tem esse medo de não dar certo e ela não poder ficar na casa, ficando assim mais insegura, perdendo sua espontaneidade por ter medo de desagradar os pais, ou mesmo poderá mostrar um comportamento de oposição testando ainda mais os pais, tentando evitar a ameaça de rejeição que ela esta sentindo naquele momento. A devolução é uma situação extremamente dolorida a todos os envolvidos, que não deveria ocorrer mais infelizmente ocorre, ela parece ser um último momento de um processo desgastante pra todos. Muitas vezes, antes de uma devolução, ocorrem situações de conflito como, ameaça de situações por parte dos pais, testes que as crianças fazem, situações de enfrentamento, e nas existências de tais dificuldades é muito importante buscar ajuda, seja no fórum, nos grupos de apoio a adoção ou em outros serviços de acompanhamento porque esses egressos da adoção pela devolução, que voltam as instituições de acolhimento, estão suscetíveis a desenvolver traumas e ter seu desenvolvimento comprometido.

Apesar de a Constituição Federal afirmar que todas as crianças e adolescentes tenham garantidos os direitos que promovam o seu desenvolvimento integral e que estes lhe devam ser assegurados seja pelo Estado, família ou sociedade encontramos lacunas abertas ainda. Para as crianças e adolescentes egressos de medidas de acolhimento institucional apesar de legalmente terem os mesmos direitos de convivência familiar e comunitária garantidos, ainda encontramos dificuldades sumárias na efetivação de ações que promovam o atendimento integral dessas crianças e adolescentes dentro de espaço sócio-educativo, considerando sempre que são seres sociais e sujeitos de direitos seja o direito à vida, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária ou à educação, conforme garante a nossa atual Constituição Federal no seu artigo 227, inciso IV do capítulo 3.

O direito à educação desse público passa despercebido das particularidades que envolvem o seu entorno. É um público que necessita superar cotidianamente suas vulnerabilidades sejam sociais, afetivas ou de aprendizagem. Essa discussão parece-nos estar ausente das ações pedagógicas e da formação dos profissionais que atendem esse público.

A Assistência Social de incumbe de acompanhar as crianças e adolescentes egressos de medidas de acolhimento institucional, através de sua equipe multidisciplinar que abrange os assistentes sociais, pedagogo social, psicólogo e cuidador social na tarefa de promover o atendimento das necessidades de desenvolvimento integral. Ainda temos poucos registros e experiências que evidenciem uma aproximação efetiva desses profissionais com os profissionais da educação.

Se pretendermos que as crianças e adolescentes egressos de medidas de acolhimento institucional superem suas vulnerabilidades se faz necessário abrir a porta de aproximação das ações desenvolvidas na intersetorialidade dos instrumentos públicos instituídos para garantir políticas públicas pensadas para oferecer o crescimento saudável inseridos na perspectiva de crescimento intelectual e social. Ambas não dispensam esforços profissionais no intuito único de que essas crianças e adolescentes cresçam num ambiente saudável, seguro, propício para a construção da cidadania.

Trabalhar de forma interdisciplinar é uma maneira de encurtar o tempo despendido para a consolidação da gestão de políticas públicas necessárias ao atendimento das crianças e adolescentes egressos de medidas de acolhimento institucional, através de um serviço coletivo, considerando as contribuições de cada espaço do saber para dar respostas às demandas apresentadas. Segundo Fazenda (2010) há a necessidade de um trabalho interdisciplinar que ultrapasse os limites da setorialidade pois:

A interdisciplinaridade se efetiva como uma forma de sentir e perceber o mundo e estimula o sujeito do conhecimento a aceitar o desafio de sair de uma “zona de conforto” protegida pela redoma do conteúdo das disciplinas e retomar o encanto da descoberta e da revelação do novo e complexo processo de construção do saber (FAZENDA, 2010, p.14).

Assim, o trabalho interdisciplinar é inexorável como também é a defesa e a garantia dos direitos das crianças e adolescentes através dos diversos serviços que atendem esse público e que buscam garantir a proteção e promoção social, através das políticas sociais conectadas com a saúde, educação, formando uma rede de proteção estruturada e interligada por ações específicas, mas articuladas, ampliando a eficiência e eficácia dos diferentes setores governamentais.

Buscar um trabalho interdisciplinar é uma forma de construir uma gestão que dialoga com a intersetorialidade para construir ações mais consistentes que atinjam as crianças e adolescentes egressos de medidas de acolhimento institucional contribuindo para reduzir os impactos danosos do fracasso da adoção.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora poderemos vivenciar ainda múltiplas problemáticas, os estudos de Mello Mattos são referências na história da criança e do adolescente. A lei apontada para a proteção ao menor, correspondente ao Código de Menores de 1927, outorga compromissos paternos, impõe responsabilidades para o Estado e originou novas organizações, propondo um modo de atendimento à criança e adolescente ajustado nos impactos sociais de um cenário de crescimento de industrialização que propiciava a inclusão de crianças e adolescentes a executar o trabalho infantil. O Código de menores foi um marco na legislação social e política e permaneceu vigente por mais de cinco décadas. No decorrer da história as opiniões referentes ao Código foram diversas, particularmente, porque o Código de Menores era voltado para a criança e adolescente abandonado e pobre. Na conjuntura contemporânea e com a proclamação do Estatuto da Criança e do Adolescente, as contestações persistem quando o assunto é referente às crianças e adolescentes abandonados, autoras de ato infracional, às medidas sócio-educativas, redução da idade penal, entre tantos outros questionamentos. No entanto, os debates se alongam há muitos anos e as possibilidades refletem as expectativas do no cenário da história da criança e do adolescente brasileira.

Acreditamos que a aproximação entre os diferentes setores seja uma abertura favorável para a melhoria do atendimento da criança e adolescente egresso, bem como uma possibilidade de facilitar a garantia dos seus direitos.

REFERÊNCIAS

- [1] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 05/10/ 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.
- [2] BRASIL. Código de Menores, Lei n. 6,697, de 10 de outubro de 1979, Brasília, 1979.
- [3] BRASIL. Lei da Convivência Familiar e Comunitária. Lei n. 12.010, de 3 agosto de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L80069.htm. Acesso em: 26 jun. 2019.
- [4] BRASIL. O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescents no Brasil. Intuito de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), MDS/Conanda. Disponível em: WWW.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/ipea/direito_a_conviv_familiar_ipe_a_2004.pdf. Acesso em: 3 ago. 2019.
- [5] FAZENDA. Ivani Catarina. Desafios e perspectivas do trabalho interdisciplinar no Ensino Fundamental. Contribuições das pesquisas sobre Interdisciplinaridade no Brasil: O reconhecimento de um percurso. In: DALBEN, Ângela Imaculada L. Freitas (et al.). XV ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: políticas e práticas educacionais. Belo Horizonte: Autêntica: 2010.
- [6] PEREIRA, A. R. Criança X Menor: A origem de dois mitos da política brasileira in Que História é essa? Disponível em: www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol04_atg3.htm. Acessado em: 2 de agosto de 2019.
- [7] VALENTE, Jane. Família Acolhedora: as relações de cuidado e proteção no serviço de acolhimento. 1. Ed., São Paulo: Paulus, 2013.

Capítulo 4

Plataformização do trabalho e a saúde mental dos profissionais de Publicidade e Propaganda em Manaus durante a pandemia da COVID-19¹

Amarinildo Osório de Souza

Vitória Karina Rodrigues Pereira

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de analisar a plataformização do trabalho no campo publicitário, considerando o modo presencial e teletrabalho e seus impactos na saúde mental dos profissionais de publicidade e propaganda de Manaus durante a pandemia da COVID-19. Quanto aos aspectos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, com abordagem exploratória. Os instrumentos utilizados foram questionário estruturado, via Google Forms, e diário de campo dos pesquisadores. A pesquisa foi realizada no período entre 02 a 09 de agosto de 2021, tendo como amostragem 92 respondentes vinculados às agências de publicidade e propaganda de Manaus. Os resultados evidenciaram alterações significativas na saúde mental dos profissionais, possivelmente relacionadas a mudanças no modo de trabalho presencial e teletrabalho, bem como novas dinâmicas nas atividades publicitárias relacionadas ao contexto pandêmico e mudanças relacionadas ao campo.

Palavras-chave: plataformização do trabalho; publicidade e propaganda; saúde mental; pandemia; teletrabalho.

¹ Trabalho apresentado no GP Publicidade e Propaganda do XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação - 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Para este capítulo, ampliamos a revisão de literatura sobre plataformização do trabalho e discussão dos resultados.

1. INTRODUÇÃO

Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconheceu que, no momento, existiam surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo (OPAS, 2021a).

No Brasil, o primeiro caso de coronavírus foi confirmado pelo Ministério da Saúde (MS) no dia 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo (UMA-SUS, 2020). Naquele momento não se podia imaginar as proporções que o novo vírus viria causar no país. De forma crescente e impactante, em 31 de julho de 2021, o Brasil atingiu a marca de 19 milhões de casos confirmados e mais de 550 mil mortes, segundo boletim epidemiológico do MS divulgado pela Agência Brasil (2021).

Mediando um cenário global da saúde, a COVID-19 mudou a vida de todos. As transformações foram inúmeras e passaram pela política, economia, modelos de negócios, relações sociais, cultura, psicologia social, a relação com a cidade e o espaço público, entre outras situações. Uma delas foi o trabalho. Precisamos nos adaptar a novas rotinas e hábitos para exercer nossas atividades com a chegada do teletrabalho.

Todas as organizações e áreas foram afetadas, incluindo a publicidade e propaganda. Uma atividade que, historicamente, já era conhecida por um ambiente de insalubridade, com um modelo de trabalho abusivo, baseado na valorização do trabalho excessivo e pressão. Entender algumas dessas questões com base no contexto atual foi o que motivou o desenvolvimento desta pesquisa, cujo objetivo é: *Analisar a plataforma do trabalho no campo publicitário, considerando o modo presencial e teletrabalho e seus impactos na saúde mental dos profissionais de publicidade e propaganda de Manaus durante a pandemia da COVID-19.*

Para atingir o objetivo proposto, primeiramente foi feita uma revisão de literatura sobre a plataforma do trabalho no campo publicitário, depois uma contextualização sobre como o mercado publicitário brasileiro e local foram afetados pela pandemia. Em seguida, apresentamos a metodologia utilizada, tendo por base a pesquisa qualitativa com abordagem exploratória. Por fim, é feita análise dos dados organizados em duas seções: impactos da pandemia sobre a organização do trabalho; e os impactos da pandemia na saúde mental dos profissionais de publicidade e propaganda de Manaus.

2. A PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO PUBLICITÁRIO: ATUALIZAÇÕES NO HABITUS NO CONTEXTO PANDÊMICO

Com a chegada da pandemia da COVID-19, o mundo sofreu, de forma instantânea, mudanças em suas arquiteturas e plataformas de trabalho. Em contexto brasileiro e na área de publicidade e propaganda não foi diferente. As transformações do mundo do trabalho são multidimensionais, e esses intercâmbios à vista das novas tecnologias e sua inovação, potencializam, reatualizam e ritualizam esses espaços, à medida que traçam novas tendências de organização e gerenciamento de trabalho (ABÍLIO, 2020), assim impactando o campo e o *habitus* publicitário, conforme conceitos acionados a seguir.

Para fins de maior compreensão, nos apropriamos do conceito de *habitus* a partir da obra original de Pierre Bourdieu (1983, 1998, 2005, 2007a, 2007b, 2008) e dialogamos de forma direta com a noção de *habitus publicitário* proposta pela professora e pesquisadora Juliana Petermann (2011, 2017, 2020) e por Schuch (2019, 2020), que traça atualizações que, de forma constante, estão sendo construídas e/ou estão em movimento, tanto no campo quanto no *habitus* publicitário. Com isso, partimos da percepção de Bourdieu (1998, p. 62) sobre *habitus*, sendo proposto como o “funcionamento sistemático do corpo em um determinado campo, podendo envolver modos de fala, práticas e posturas”. E, em suporte ao criador do conceito, acionamos Petermann (2011) que situa-nos com a seguinte percepção:

O *habitus* ao mesmo tempo em que define o comportamento dos indivíduos em um determinado espaço social, também é definido por estes e por suas condutas. Dessa forma, todos os nossos hábitos e ações sociais são condicionados e definidos pelo *habitus* dos diferentes campos que nos constituem enquanto sujeitos sociais (PETERMANN, 2011, p. 25-26).

Assim, podemos dizer que, por exemplo, as falas, as posturas, os gestos, o modo de vestir-se, bem como conjuntos específicos de conhecimentos e de técnicas e outras características, materializam o *habitus* de uma determinada profissão. Por conseguinte, o que acontece na publicidade não é diferente. Nesse sentido, o *habitus publicitário* é constituído a partir dos profissionais que compartilham modos específicos de postura e de conduta, os quais tendem a legitimar esses modos de ser e de fazer como algo próprio e necessário do pertencimento ao campo (SCHUCH; PETERMANN, 2020).

Podemos ainda dizer que, na publicidade, o *habitus* perpassa também o ensino de publicidade e propaganda, os ambientes das agências, os eventos que reúnem profissionais da comunicação, as publicações da área, os espaços de interação como bares, restaurantes, cafés e até mesmo outros espaços, sendo eles: conselhos, associações e sindicatos, além de outros mecanismos (PETERMANN, 2017). Em outras palavras, esses mecanismos não constituem o *habitus* de uma forma explícita, isto é, não podemos de fato vê-los, no entanto, a posteriori, percebemos, por intermédio de um sistema de reificação, este como postula Schuch e Petermann (2020, p. 16) “que faz com que determinados padrões pouco ou nada justificados sejam percebidos como naturais e essenciais entre as pessoas que os compartilham”.

Entretanto, nos valem também aqui, de reforçarmos, sob a ótica teórica dos pesquisadores enunciados que, com o passar do tempo, algumas práticas e modos de ser do campo publicitário podem ser alterados por fatores externos e ou internos, o que veio a ocorrer no período datado a partir de 2020, com o início da pandemia, e que se estende até então. Tanto o campo publicitário quanto o *habitus* dos profissionais da área de publicidade e propaganda orientaram-se em novas práticas do fazer publicidade e do trabalho publicitário, visto que diversas empresas, agências, instituições de ensino na área vieram a estabelecer a modalidade de trabalho em *home office* e/ou teletrabalho, também conhecido como trabalho remoto, sendo estes dois termos completamente distintos em significado um do outro².

Vale fazermos uma contextualização e reflexão de como o trabalho publicitário vem sendo (re)feito, principalmente a partir do contexto pandêmico, com questões relacionadas à mediação de algoritmos, digitalização e processos em *Big Data*. Segundo Schuch e Petermann (2020, p. 15), a digitalização dos processos publicitários atua e exige uma “profunda reformulação no que diz respeito às competências e perfis profissionais”. O que implica, nesse sentido, a expansão de fronteiras de intersecção da publicidade com a tecnologia e mediações de dados e algoritmização. Incorporando-se a isso, em 2020, ano em que a pandemia da COVID-19 teve seu primeiro caso confirmado no Brasil e fez com que o país – assim como o mundo –, passasse por um dos momentos mais tristes da história, além dos desastrosos impactos no número de casos e vítimas, também reconfigurou a forma e o fazer de trabalho que empresas de comunicação e agências vinham conduzindo seus profissionais.

A professora, pesquisadora e pós-doutora em ciências sociais, Ludmila Abílio (2017, 2020, 2021), bem como o professor, pós-doutor em ciências sociais aplicadas e pesquisador Rafael Grohmann (2020; 2021), e também o professor, pesquisador e pós-doutor em Ciências Sociais, Henrique Amorim (2020), são nomes que se solidificam em solo acadêmico brasileiro investigando fenômenos como uberização, plataformização do trabalho, trabalho digital, precarização do trabalho, trabalho em plataformas, comunicação e trabalho e trabalho subordinado por meio de plataformas digitais.

Os referidos pesquisadores contextualizam que algumas noções como *digital labor* (SCHOLZ, 2012; FUCHS, 2014), *platform labor* (VAN DOORN, 2017) e plataformização (POELL; NIEBORG; VAN DIJCK, 2020) nascem de uma dimensão contextual. É importante salientar que a noção de plataformização cujo nascimento não se deu propriamente dos estudos sobre trabalho, mas a partir dos chamados estudos de plataformas (*platform studies*) tendo como imbricações dentro de sua arquitetura, estudos de *software*, estudos culturais, economia política e também pesquisas em administração. Na perspectiva de plataformização segundo Abílio, Amorim e Grohmann (2020, p. 36), plataforma pode ser definida como “algo que é, ao mesmo tempo, empresa, *software* e infraestrutura digital, com papel de algoritmos e dados com determinadas formas de governança e relações de prioridade”.

²É bem provável que vocês, leitores, tenham escutado esses dois termos: *Home Office* e teletrabalho (trabalho remoto) algumas (muitas) vezes, principalmente ao longo dos 2 anos de pandemia. Conforme o Tribunal Superior do Trabalho indica, o teletrabalho, ou trabalho remoto, é considerado por lei e pode ser realizado na residência do profissional, ou não, neste sentido, existem outras modalidades de teletrabalho como é o caso dos serviços prestados em telecentros e *coworkings*, por exemplo. Já na modalidade *home office* não é reconhecido por lei, visto que não é compreendido como um regime de trabalho, pois se caracteriza como trabalho convencional, porém com o adendo do profissional trabalhar em sua própria residência. Para saber mais, indicamos a leitura do artigo do blog da Unisc - Universidade de Santa Cruz do Sul, RS. Disponível em: <https://ead.unisc.br/blog/teletrabalho-e-home-office>. Acesso em: 05.11.2022.

Diante do exposto, em relação ao campo e *habitus* publicitário e levando em conta as lógicas de plataformização do trabalho publicitário, percebemos que o trabalho em formato *home office* e o teletrabalho, numa lógica ao pensamento de Abílio (2020, online), estão incitadas dentro do universo da *uberização*, noção esta que segundo a pesquisadora não se inicia com a “empresa aplicativo”³ Uber, nem somente se restringe às plataformas digitais e aos trabalhadores de baixa qualificação e rendimento, visto que está atravessando o mundo do trabalho e alçando diferentes ocupações. Em complemento a isso, Schuch e Petermann (2020, p. 22) sustentam que, a partir de mudanças de ordem técnica, com ênfase na atuação de novos profissionais de propaganda advindos das novas gerações as quais buscam por “reformulações nas práticas publicitárias – no que diz respeito a novos modelos de negócios ou formas mais sustentáveis e humanas de condutas no campo da publicidade”.

Grohmann (2020, p. 1) ressalta que o trabalho digital se refere “mais a uma área ampla de estudos do que a uma categoria de análise fechada, pois trabalho é uma atividade humana”. Portanto, em vista do que discorreremos até aqui sobre a plataformização do trabalho no campo publicitário, com modalidades de trabalho que agora se tornam parte da rotina de diversos funcionários(as) brasileiros(as) e que para além de tendências aplicadas no período pandêmico, como o regime de teletrabalho, modalidade regulamentada pela lei nº 13.467 de 2017 cuja proposta inclui o teletrabalho na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o *home office*, que não é considerado regime de trabalho, pois não é regulamentado, mas que foi útil e segue sendo uma modalidade que as empresas adotaram, tanto que se torna uma extensão da empresa. Posto que o funcionário mesmo trabalhando fora da empresa, em sua residência ou em outro local que disponha de internet e segurança, se torna um dever do profissional registrar sua jornada de trabalho como se ele estivesse de forma “presencial” na empresa.

Sendo assim, em outras palavras, o *home office*, modalidade em que diversas empresas de comunicação e agências de publicidade adotaram, mostra-se divergente do teletrabalho, pois o regime deste último é permanente, por outro lado, a modalidade anterior pode ser modificada, como por exemplo, incorporação de um regime de rodízio ou até mesmo um modelo híbrido com os funcionários. Em contrapartida, todos esses mecanismos e formatos se condensam e se atualizam no campo e no *habitus* publicitário. O fato é que a plataformização do trabalho, “possibilita transformar o trabalhador em *just-in time*, ou seja, um trabalhador (qualquer um) sempre disponível para o trabalho e que pode ser utilizado na exata medida das demandas do capital” (ROSENFELD; ALMEIDA, 2021, p. 10). Por fim, ressaltamos que o fenômeno da plataformização e seus desdobramentos que apontam para, como postulado por Cinara Rosenfeld e Jalcione Almeida (2021, p. 10), “novas formas de instabilidade e desregulamentação social do trabalho” no campo da publicidade, além da lógica da exploração que pavimenta e ocasiona profundas sequelas na saúde mental dos profissionais bem como no *habitus* publicitário. Dito isso, aprofundamos a discussão ao decorrer das próximas sessões deste capítulo e resultantes das discussões propostas ao final.

3. COMO É TRABALHAR AÍ...

Um mercado bilionário, que movimenta todos os setores da economia e que, de acordo com dados da Associação Brasileira de Publicidade (ABAP), gera cerca de 200 mil empregos diretos⁴. Sob uma perspectiva de mercado, um levantamento da Kantar Ibope Media mostrou que os investimentos publicitários no país movimentaram mais de R\$ 11,2 bilhões só no primeiro trimestre de 2021. Apesar de bilionário, o valor é 1,2% menor do que no mesmo período do ano passado. De acordo com a pesquisa, a pequena retração pode ser explicada pelo impacto em setores mais afetados pelas medidas de contenção à COVID-19, como turismo (-43%), bebidas (-27%) e automotivo (-27%).

Quando comparado o consolidado de 2020, o mercado brasileiro de compra de mídia, principal fonte de negócios operado pelas agências de publicidade e propaganda, registrou faturamento de R\$ 49 bilhões, tendo uma queda de 10% em relação ao ano de 2019, informou pela métrica da Kantar Ibope Media (MACEDO, 2021).

³ Conceito definido pela pesquisadora Ludmila Abílio em seu trabalho “Uberização do trabalho: subsunção real da viração”. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>. Acesso em: 05.11.2022.

⁴Dados informados pela diretoria executiva da ABAP, referentes ao ano de 2018. Disponível em: <https://bitly.com/b9zuv>. Acesso em: 29.07.2021.

Para Melissa Vogel, CEO Kantar Ibope Media, isso ocorreu porque 2019 trouxe cenários desafiadores à indústria da comunicação como um todo. A pandemia interrompeu um primeiro trimestre que gerou expectativas positivas nas agências, anunciantes e fornecedores de serviços especializados em *marketing*. Porém, a partir do segundo trimestre, houve queda brusca de investimento.

Para além de números, indicadores de crescimento e retração, a publicidade também não é uma área isenta de reverses quando consideramos sua estrutura e organizações, formadas por diferentes profissionais. Por trás do glamour em torno de um mercado com brilhantes profissionais e premiado internacionalmente, também se consolidou um modelo de trabalho abusivo, baseado na valorização do trabalho excessivo e pressão. Por décadas, essas questões não foram discutidas de forma aberta:

Foi nesse contexto que se tornaram cada vez mais frequentes os casos de funcionários relatando sintomas característicos da síndrome de *burnout*. Com a *internet*, algumas iniciativas conseguiram tomar grandes proporções na reivindicação de um melhor ambiente de trabalho na publicidade (ASSUMPÇÃO, 2018).

O dia a dia de uma agência de publicidade não difere de qualquer empresa, no que se refere às regulações estabelecidas pela Consolidação das Leis do Trabalhista (CLT). Mas, cada uma possui suas normas, diretrizes e funcionamento característicos. Mediante isso, uma pergunta nos inquieta: “*Como é trabalhar em uma agência de publicidade e propaganda?*”. Essa mesma inquietação é dividida entre os principais interessados: os profissionais de publicidade e propaganda e aqueles que almejam ingressar no mercado.

Em 2016, passou a circular pela *internet* uma planilha com o título “*Como é trabalhar aí...*”⁵. Profissionais, de diferentes agências e lugares do país, começaram a manifestar suas impressões sobre problemas organizacionais, insatisfações sobre salário, horário de trabalho e, principalmente, questões ligadas a assédio.

Nos anos seguintes a lista voltou a circular, com mais de 7.400 comentários somente em 2019 (HENRIQUE, 2019). Em 2021, em plena pandemia, não foi diferente e a planilha ganhou novos participantes, seguindo o mesmo formato: o anonimato. “Ambiente abusivo, tóxico. Mesmo em tempo de pandemia, com todos no *home office*, você sofre assédio moral o tempo todo. Um bando de homem branco que acredita que a mulher não tem voz, raramente te deixam falar...”⁶, disse um anônimo em 11.06.2021⁶.

Para Fujioka (2020), o documento é muito mais que uma série de reclamações sobre as principais agências do país. Nos leva a refletir porque existem planilhas anônimas sobre as condições de trabalho nas agências. O anonimato seria um dos motivos, pois quem se propõe a responder a planilha precisa preencher apenas três questões: cidade, nome da agência e comentário.

Ainda segundo Fujioka (2020), as agências, de forma geral, não representam espaços seguros para diálogos francos ou denúncias, podendo ocasionar represálias, assédio e demissões. Um problema estrutural e cultural: “a maioria esmagadora dos gestores em agências nunca recebeu sequer uma hora de treinamento ou capacitação sobre gestão de pessoas” (op cit).

Foi essa planilha, a forma como se propagou e o conteúdo dela que, em parte, motivou essa pesquisa. Não foi feita uma análise em profundidade desse material, mas podemos considerar que essas inquietações são demandas comuns, e geram pautas como um ponto de partida para admitir as falhas, melhorar o que é possível e o principal: ouvir e aprender sobre o que é dito sobre o nosso mercado.

4. MERCADO PUBLICITÁRIO EM MANAUS

Conforme pesquisa em banco de dados disponíveis na *internet*, há apenas 03 agências da cidade de Manaus cadastradas junto à Associação Brasileira de Agência de Publicidade (ABAP)⁷ e 17 agências associadas ao Conselho Executivo das Normas Padrão (CENP)⁸, duas entidades representativas e reguladoras da publicidade em âmbito nacional.

⁵A planilha não está mais disponível de forma integral. É possível encontrar versões entre os anos 2016 a 2021 em um grupo público no Facebook: <https://bityli.com/ZDKeo>

⁶Comentário retirado da planilha, com versão acessível por link: <https://bityli.com/HAMcy>

⁷www.abap.com.br/agencias-associadas

⁸www.sistemas.cenp.com.br

Porém, outra fonte revela um número muito superior. Um artigo publicado pela delegada da Fenapro/AM e CEO da VR Comunicação e Marketing, Eulália Xavier Ribeiro, mostra que existem cerca de 100 estabelecimentos de publicidade e propaganda cadastrados junto a veículos de comunicação na cidade de Manaus, com 40 em atividade mensalmente (PROPMARK, 2021).

Há agências com mais de 50 anos em atividade na capital, mas, nos últimos anos, o mercado se expandiu com a criação de novos negócios e o aumento expressivo de agências de publicidade especializadas em *marketing* e comunicação digital, reflexo de uma expansão global e nacional. Para se ter uma ideia, segundo a consultoria PwC, os investimentos em publicidade digital em 2019, no Brasil, foram de US\$ 3 bilhões e a previsão é que chegue a US\$ 6 bilhões até 2023 (JULIO, 2019).

Além de indicadores e projeções, essas mudanças não dizem respeito apenas a novos modelos de negócios publicitários, mas ao formato das agências e dinâmicas de trabalho. As grandes estruturas desses estabelecimentos vêm cedendo espaço a ambientes cada vez mais customizados, com equipes menores e especializadas. “Os múltiplos setores foram integrados, de forma a promover um maior envolvimento entre as áreas e departamentos das agências, valorizando espaços de trabalhos mais colaborativos, dinâmicos e versáteis” (SOUZA, 2019).

Um exemplo desse cenário pode ser visualizado no relato de Edmar Costa, presidente da Oana Comunicação, agência mais antiga de Manaus em atividade no mercado local (são mais de 50 anos). Em entrevista para o Jornal do Comércio (JCAM), ele revelou como precisou se adaptar a essa nova realidade:

Não é fácil, num mundo globalizado como o que vivemos hoje, viver num mercado regional. É incrível como esse negócio mudou nos últimos 15, 20 anos. A Oana não teve outra saída, se adaptou aos novos tempos. Enxugou sua equipe e se mudou para novas instalações, como já dito anteriormente, modernas e adaptadas ao seu serviço que hoje presta: on e off-line.

[...] conseguimos reunir num mesmo espaço (amplo), todo o time de colaboradores. Nada de paredes que fecham ambientes. Na Oana, atualmente, todos se veem e se falam. No máximo, paredes de vidro separam alguns ambientes (JCAM, 2019).

O que podemos assimilar é que as múltiplas mudanças no negócio da publicidade e propaganda, advindas com o digital, também trouxeram incertezas, desafios e oportunidades. Ao mesmo tempo, o mercado publicitário manauense, mesmo com tantas peculiaridades, vem acompanhando as evoluções do tempo. “Um mercado em progressão, que vivencia a transição, a experimentação e o amadurecimento de modelos, com muitos desafios e oportunidades” (SOUZA, 2019).

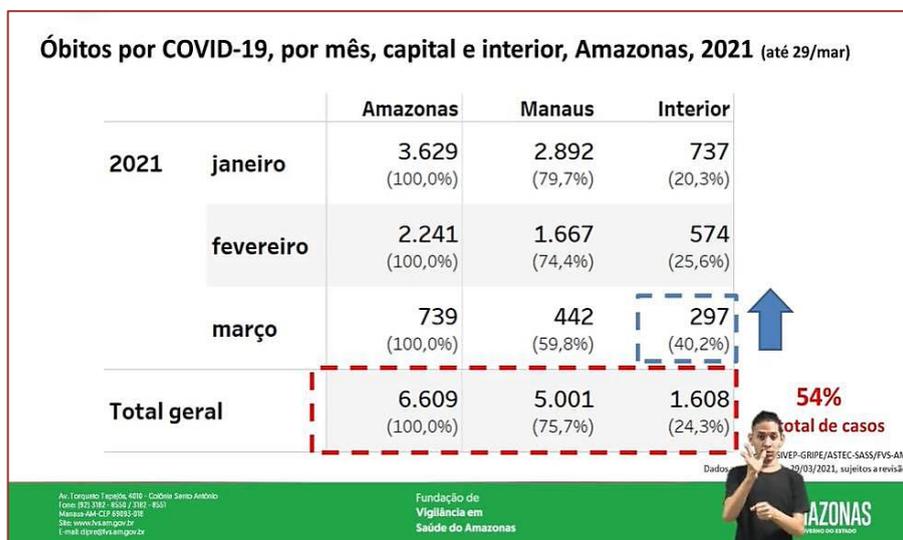
A seguir, vamos acompanhar como foi o período da Covid-2019 no estado do Amazonas e os impactos nas atividades publicitárias na capital manauense.

5. A PANDEMIA DA COVID-19 E AS ATIVIDADES PUBLICITÁRIAS EM MANAUS

O primeiro caso de COVID-19 no Amazonas foi confirmado pelo Governo do Estado no dia 13 de março de 2021. Em coletiva, as autoridades de vigilância e saúde que compõem a Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas ressaltaram que a rede de assistência, em todos os níveis (básica, média e alta complexidade) estava preparada para o atendimento caso houvessem pacientes infectados pelo novo vírus (SES-AM, 2020).

Porém, entre as projeções e o cenário que se desenhou entre 2020 e 2021 foi muito diferente do previsto. Manaus, capital do estado, bateu recorde de internações e óbitos, as unidades de saúde ficaram sem oxigênio e pacientes foram enviados para outros estados. Lotados, os cemitérios precisaram instalar câmaras frigoríficas (G1 AM, 2021).

O colapso na saúde pública foi destaque na imprensa internacional: The Guardian (Inglaterra), Público (Portugal), France 24 - (França) e o La Republica (Itália). Os veículos retrataram o impacto de uma segunda onda que começou no primeiro trimestre de 2021. Segundo dados da Fundação de Vigilância em Saúde (FVS), de janeiro a março deste ano, foram registrados mais de 6,6 mil óbitos no estado, sendo 5.001 na capital (75,7%). Isso representou 54% do total registrado desde março de 2020, conforme pode ser visto na Figura 1 (CNN, 2021; AMAZONAS ATUAL, 2021).

Figura 1 - Óbitos por Covid-19 estado do Amazonas (Trimestre 2021)

Fonte: Reprodução - FVS AM.

Segundo base de dados do Portal da Transparência do Amazonas⁹, de 10 de agosto de 2021, o estado do Amazonas teve mais de 420 mil casos registrados desde o início da pandemia, 360.888 recuperados e 13.596 óbitos (ver Figura 2). Os dados apresentados demonstraram a gravidade que o estado do Amazonas vivenciou ao longo desse período e evidenciou a necessidade das medidas de controle tomadas pelo Governo e órgãos competentes, com o objetivo de combater a disseminação do vírus e o aumento de casos.

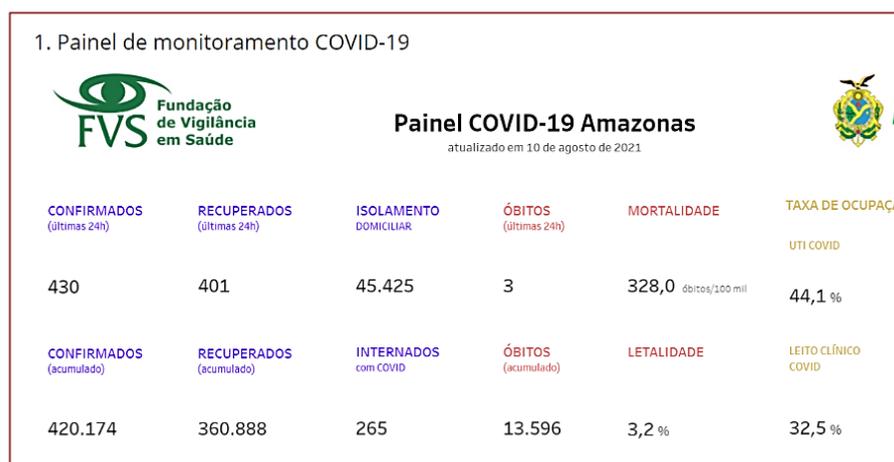
Figura 2 – Painel de monitoramento Covid - AM

Foto: Reprodução - Portal da Transparência AM.

Mediante o cenário, o Governo do Amazonas baixou uma série de decretos, restringindo e orientando atividades no Estado. Em janeiro de 2021, o mês com maior pico de casos e óbitos, o Amazonas se encontrava na fase roxa e chegou a ter restrição da circulação de pessoas nas ruas 24h. Em fevereiro, o estado passou para a fase vermelha e começou a flexibilizar o comércio em Manaus. No último mês, março de 2021, a fase laranja foi alcançada, levando a mais flexibilizações.

⁹<http://www.transparencia.am.gov.br/covid-19/monitoramento-covid-19/>

A realidade para muitas empresas, desde o início da pandemia, foi de mudanças, com adesão ao teletrabalho e, posteriormente, a combinação do trabalho remoto e presencial. No primeiro trimestre de 2021, por conta da gravidade da nova variante em Manaus, grande parte das empresas passou a usar o trabalho remoto em maior escala.

No pico da pandemia, foi proibido o funcionamento de bares, restaurantes, lanches, *shopping centers*, lojas de conveniência, salões de beleza e similares na cidade. Eventos em geral, casamentos, formaturas e reuniões comemorativas também foram proibidos. As atividades publicitárias nas agências precisaram se enquadrar aos decretos, e só retornam suas atividades presenciais em fevereiro de 2021.

Porém, a paralisação e o retorno às atividades trouxeram um desafio: a manutenção de suas atividades. “Para nós, foi um desafio levar a estrutura que tínhamos para que nossos colaboradores, em suas casas, pudessem realizar suas atividades diárias e manter o nosso padrão de atendimento. Além disso, precisamos investir em novos *softwares*, ferramentas e dinâmicas de trabalho. Realmente, um cenário desafiador”, revelou o presidente de uma agência de publicidade de Manaus (DIÁRIO DE CAMPO DO PESQUISADOR, 2021).

Além dos impactos na economia, na estrutura e dinâmicas da atividade publicitária, a pandemia da COVID-19 trouxe impactos na saúde mental globalmente. O distanciamento, a quarentena e o isolamento social podem ter sido os responsáveis pelo aumento de casos como depressão, ansiedade e estresse. Na próxima seção, vamos entender os fatores que desencadearam essas doenças e suas possíveis relações com o ambiente de trabalho, considerando a realidade do teletrabalho.

6. TELETRABALHO E SAÚDE MENTAL NA PANDEMIA

As evidências de que o isolamento social seria uma das formas mais eficazes de proteção ao Coronavírus fez com que muitas empresas optassem pelo modelo de trabalho remoto, visando proteger seus colaboradores. Essas mudanças também evidenciaram a necessidade de compreender a legislação vigente e se adequar às prerrogativas.

A reforma trabalhista regulamentou essa nova modalidade de trabalho por meio dos artigos 75-A ao 75-E da CLT, facultando ser desenvolvida em qualquer local fora das dependências da empresa. Por sua vez, o regime de teletrabalho não está sujeito ao controle de jornada, bem como marcação de ponto, conforme Art. 62, III da CLT. Logo, o trabalhador deve estabelecer e cumprir uma rotina de trabalho, estar online de modo a possibilitar a interação com a equipe e com seu superior sempre que necessário (SANTOS; AZEVEDO, 2020).

Além da compreensão dos aspectos organizacionais do teletrabalho, nos interessa saber quais mudanças ele trouxe do ponto de vista estrutural e os possíveis impactos na saúde mental dos trabalhadores. Neste caso, em específico, da saúde mental dos profissionais de publicidade e propaganda da cidade de Manaus.

Começamos essa discussão sob uma perspectiva macro. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), cerca de 350 mil pessoas sofrem de depressão no mundo. O Brasil é o país que apresenta maior prevalência de depressão na América Latina e, também, o país mais ansioso do mundo.

Frente a um cenário de pandemia, a comunidade médica demonstrou preocupação que uma epidemia paralela, de transtornos ligados à saúde mental, afetasse a população em grande escala, tendo em vista o aumento do sofrimento psicológico, o distanciamento e a solidão. Isto porque “um evento como esse ocasiona perturbações psicológicas e sociais que afetam a capacidade de enfrentamento de toda a sociedade, em variados níveis de intensidade e propagação” (MS, 2020).

Evidenciando essa preocupação, um estudo feito por pesquisadores da Fiocruz Brasília e da Fiocruz Bahia trouxe um retrato dos impactos da Covid-19 na saúde mental dos brasileiros. Cerca de 40% dos participantes relataram passar vários dias sentindo-se aborrecidos ou irritados, nervosos, ansiosos e/ou tensos, preocupados com diversas coisas ou com dificuldades para relaxar. A pesquisa envolveu cerca de 15 mil pessoas acima de 18 anos, residentes no Brasil e que, por ocasião da coleta de dados, estavam fazendo ou já tinham feito quarentena (FIOCRUZ, 2021).

Na primeira etapa, os dados foram coletados por questionário eletrônico entre os dias 26 de junho e 30 de agosto de 2020, e contou com respondentes dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal. De acordo com resultados preliminares, durante vários dias nas duas semanas que antecederam à consulta, 36% dos participantes se sentiram deprimidos; cerca de 30% relataram vários dias com alterações do apetite e 34%

com alterações do sono. Quatro em cada dez respondentes apresentaram alguma dificuldade para trabalhar, cuidar da casa ou relacionar-se com outras pessoas em decorrência de problemas emocionais em virtude da situação de isolamento social impostos pela pandemia e medidas restritivas.

Muitos foram os fatores para o aumento de casos de depressão, ansiedade, estresse, distúrbios do sono e outros. Dentre eles, pode-se destacar a ação direta do vírus da COVID-19 no sistema nervoso central, as experiências traumáticas associadas à infecção ou à morte de pessoas próximas, o estresse induzido pela mudança na rotina devido às medidas de distanciamento social ou pelas consequências econômicas na rotina de trabalho ou nas relações afetivas e, por fim, a interrupção de tratamentos de saúde ou acompanhamento médico por dificuldades de acesso (VSMS, 2020).

Se por um lado o distanciamento social foi necessário para conter a propagação do vírus, ao mesmo tempo ele também alterou os padrões de comportamento da sociedade, com o fechamento de escolas e espaços públicos, mudanças nos métodos e logística de trabalho, lazer, esporte e cultura, minimizando o contato próximo entre as pessoas, algo tão importante para a saúde mental.

O período de distanciamento social, quarentena ou isolamento levou à redução de estímulos, perda de renda pela impossibilidade de trabalhar e alterações significativas na rotina. Os possíveis impactos mais comuns dessa mudança são:

- medo de ficar doente e morrer;
- evitação de procurar um serviço de saúde por outros motivos, por receio de se contaminar;
- preocupação com a obtenção de alimentos, remédios ou suprimentos pessoais;
- medo de perder a fonte de renda, por não poder trabalhar, ou ser demitido;
- alterações do sono, da concentração nas tarefas diárias, ou aparecimento de pensamentos intrusivos;
- sentimentos de desesperança, tédio, solidão e depressão devido ao isolamento;
- raiva, frustração ou irritabilidade pela perda de autonomia e liberdade pessoal;
- medo de ser socialmente excluído ou estigmatizado por ter ficado doente;
- sentir-se impotente em proteger as pessoas próximas, ou medo de ser separado de familiares por motivo de quarentena/isolamento;
- preocupação com a possibilidade de o indivíduo ou de membros de sua família contraírem a Covid-19 ou a transmitirem a outros;
- receio pelas crianças em casa não receberem cuidados adequados em caso de necessidade de isolamento;
- risco de deterioração de doenças clínicas e de transtornos mentais prévios ou, ainda, do desencadeamento de transtornos mentais;
- risco de adoecimento de profissionais de saúde sem ter substituição adequada;
- medo, ansiedade ou outras reações de estresse ligadas a notícias falsas, alarmistas ou sensacionalistas, e mesmo ao grande volume de informações circulando (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Podemos perceber que os cuidados com o trabalho, a manutenção da casa e alimentação são preocupações evidenciadas entre os impactos relacionados. Outro ponto de atenção levantado pela OPAS é o aumento de fatores de risco para suicídio que, somados às questões de violência, transtornos por consumo de álcool, abuso de substâncias e sentimento de perda, tornam-se fatores importantes que podem aumentar o risco de uma pessoa decidir tirar a própria vida” (OPASb, 2021).

Todo esse sofrimento emocional e conjunto de fatores pode levar a condições mentais comuns durante o período de pandemia, segundo levantamento feito pelo Guia de saúde mental pós-pandemia no Brasil. Síndrome de esgotamento (ou *burnout*), depressão, estresse e ansiedade são os casos mais comuns. Apesar de cada uma dessas patologias apresentarem diagnósticos e características diferentes, sabe-se que o estresse e o confinamento favorecem diretamente a saúde. De uma forma contextualizada, a partir deste estudo, poderemos verificar como se comportam algumas dessas questões.

7. METODOLOGIA

Este trabalho tem como objetivo “Analisar a plataforma do trabalho no campo publicitário, considerando o modo presencial e teletrabalho e seus impactos na saúde mental dos profissionais de publicidade e propaganda de Manaus durante a pandemia da COVID-19”. Para tanto, dois aspectos principais foram analisados: o funcionamento do trabalho e teletrabalho na pandemia; e aspectos gerais e específicos relacionados à saúde mental dos profissionais nesse período.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa cujos métodos, nas palavras de Liebscher (1998), se voltam a aprender a observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas. A abordagem utilizada é a exploratória que, na visão de Dias (2001, p. 2), visa “estimular o próprio pensamento científico, por meio da concepção mais aprofundada de um problema e da geração de novas ideias ou hipóteses a serem testadas em pesquisas futuras”.

O trabalho trouxe uma revisão de literatura sobre temas ligados às transformações do mercado publicitário nacional e local – isto sob a perspectiva de negócio e das organizações, com a consultas a diferentes fontes –; e um panorama da pandemia da COVID-19, com seus impactos na saúde mental.

Os instrumentos para a coleta de dados foram questionário eletrônico estruturado e diário de campo do pesquisador. O questionário foi elaborado e aplicado via *Google Forms*, com perguntas divididas em duas seções: funcionamento do trabalho e teletrabalho na pandemia; aspectos gerais e específicos relacionados à saúde mental.

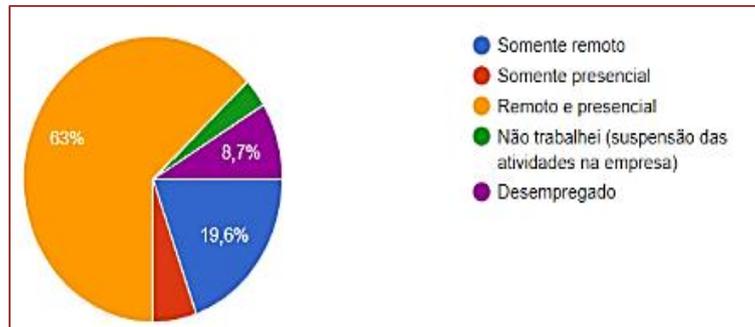
A pesquisa foi aplicada no período entre 02 a 09 de agosto de 2021, tendo como amostragem 92 respondentes vinculados às agências de publicidade e propaganda de Manaus. Com o objetivo de manter a privacidade dos entrevistados, o questionário foi anônimo e não houve coleta de nenhum tipo de dados pessoais. Foi feito o contato com diretores das maiores agências de publicidade de Manaus, solicitando o apoio e compartilhamento do questionário junto às suas equipes de colaboradores.

A análise dos dados não seguiu um método específico. Segundo sugerem Bogdan e Biklen (1994), os dados foram organizados conforme seus objetivos, características e contextos em que foram produzidos, sendo analisados e discutidos a partir da fundamentação teórica construída e das observações do pesquisador.

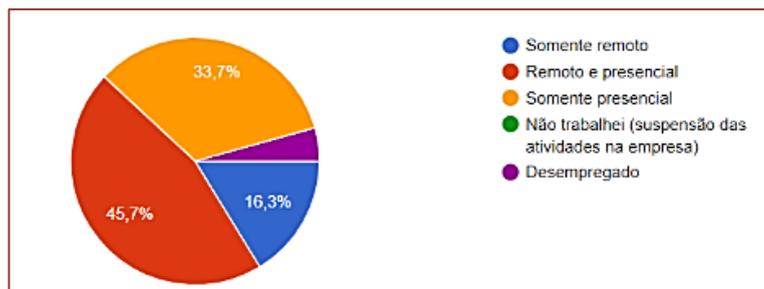
8. RESULTADOS E DISCUSSÃO

8.1. FUNCIONAMENTO DO TRABALHO E TELETRABALHO NA PANDEMIA

As duas primeiras questões foram sobre o funcionamento do modo de trabalho nos anos de 2020 e 2021. Em 2020, a maioria (63%) respondeu operar nos modos remoto e presencial; em 2021, houve redução do remoto e presencial (45,7%), porém, registrado um aumento do modo de trabalho presencial (33,7%), justificável pelo retorno do funcionamento regular do comércio e organizações em geral.

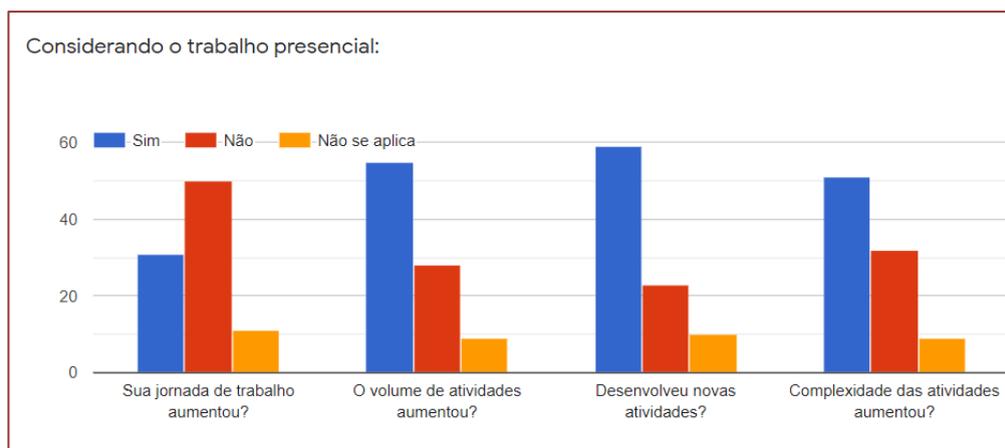
Gráfico 1 – Trabalho em 2020

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

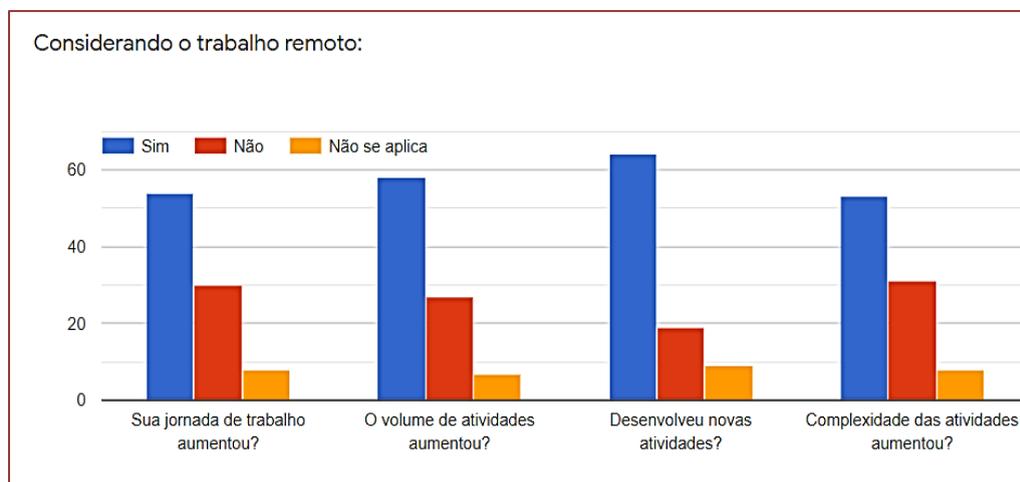
Gráfico 2 – Trabalho em 2021

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Com a inclusão do modo de teletrabalho em grande escala, buscou-se analisar variações entre o modo presencial, considerados os seguintes aspectos: aumento da jornada e do volume de trabalho, desenvolvimento de novas atividades e complexidade das mesmas. Sobre o trabalho presencial (ver Gráfico 3), 54% disse que não houve aumento da jornada de trabalho, em contrapartida, houve aumento do volume de atividades (59,8%), a maioria desenvolveu novas atividades (64%) e 55% registraram aumento da complexidade de atividades. Em relação ao teletrabalho, a maioria respondeu sim para todos os itens (ver Gráfico 4).

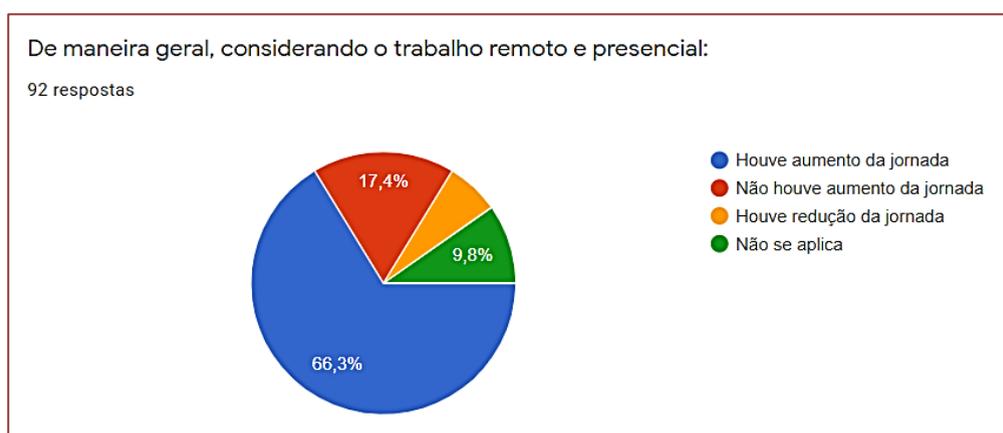
Gráfico 3 - Trabalho Presencial (Satisfação)

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2021).

Gráfico 4 - Trabalho Remoto (Satisfação)

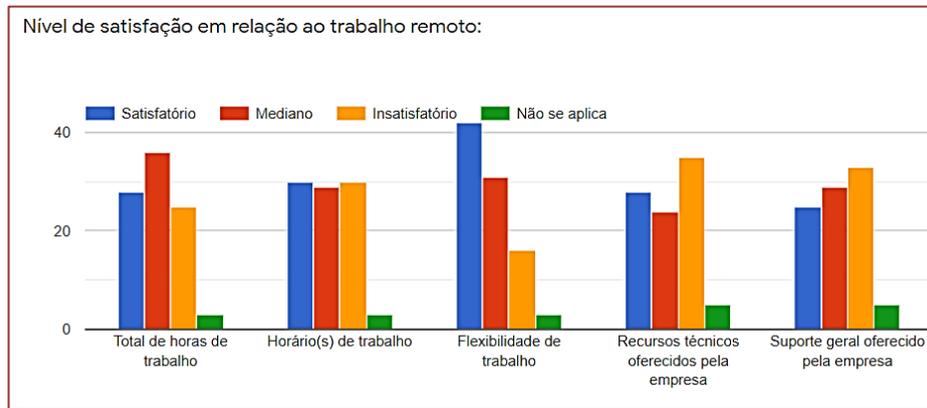
Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2021).

Uma questão macro analisou o aumento da jornada de trabalho dos profissionais, considerando os modos presencial e teletrabalho. Mais de 60% informaram que houve aumento da jornada, 17,4% disseram não haver e 6,5% redução (ver Gráfico. 5).

Gráfico 5 - Aumento jornada de trabalho

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2021).

Com a mudança do trabalho presencial para o teletrabalho, buscou-se saber qual o nível de satisfação dos profissionais em relação a essa nova modalidade (ver Gráfico 6). Entre os itens analisados, a maioria demonstrou maior grau de insatisfação pelos recursos técnicos oferecidos pela empresa (38%), suporte geral oferecido pela empresa (33%) e horários de trabalho (27%).

Gráfico 6 - Satisfação em relação ao trabalho remoto

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2021).

Os profissionais informaram a flexibilidade (45,65%) com maior grau de satisfação, seguida dos horários de trabalho (27,6%) e total de horas de trabalho (25,76%). O item com maior desempenho mediano foi o total de horas de trabalho (33,12%), seguido da flexibilidade de trabalho (28,52) e horários de trabalho (26,68%).

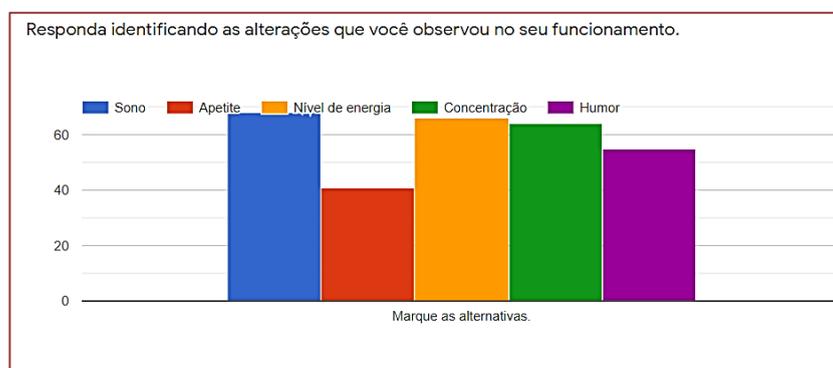
8.2. SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA DE MANAUS

Para gerar indicadores sobre a saúde mental dos profissionais de publicidade e propaganda de Manaus, consideramos os achados da revisão de literatura para estruturar o questionário a partir de 05 perguntas principais: alterações no funcionamento, sintomas observados, busca por atendimento médico especializado, possíveis diagnósticos e estado de saúde mental atual.

Importante esclarecer que os dados foram gerados a partir da autodeclaração dos respondentes, feita de forma voluntária e respeitando suas privacidades. Fundamental, também, destacar que este trabalho não tem objetivo de fazer uma análise clínica da saúde mental dos profissionais, mas de fornecer dados que indiquem um cenário atual a partir da colaboração dos participantes, fornecendo dados que promovam debates e reflexões.

A primeira pergunta foi sobre as alterações que os profissionais observaram no seu funcionamento. Todas as alternativas foram marcadas: sono, apetite, nível de energia, concentração e humor (ver Gráfico 7). Sono (62,56%), nível de energia (60,72%) e concentração (66%) foram as alterações com maior percentual. A explicação para essa tríade pode estar relacionada ao que a medicina passou a chamar de “cronoinsônia”: a insônia associada ao aumento do estresse por causa da pandemia de Covid-19.

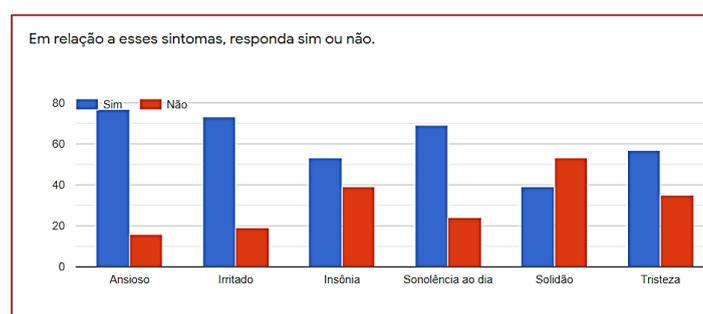
Para especialistas, o distanciamento social alterou rotinas diárias e da vida profissional, gerando um clima de incertezas. Isso tudo trouxe consequências sérias para o sono, impactando a saúde e o funcionamento em geral dos indivíduos. No contexto do trabalho, a insuficiência do sono pode afetar a produtividade e qualidade laboral. “Muitos estudos demonstraram que isso aumenta a probabilidade da pessoa cometer erros, prejudica a concentração, aumenta o tempo de reação e afeta o humor” (LUFKIN, 2021).

Gráfico 7 - Alterações no funcionamento

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2021).

De acordo com o Instituto Persono (2021), referência mundial em estudos da área, o sono apresenta relação direta com a saúde mental. A consequência de ter um sono irregular e de baixa qualidade é a acentuação de sinais clínicos relacionados a doenças mentais. A insônia ainda aumenta a probabilidade de uma pessoa desenvolver baixa autoestima e uma autoimagem ruim, além de sintomas de ansiedade, depressão e distúrbio bipolar. Ainda de acordo com o mesmo instituto, a carga horária de trabalho excessiva gera estresse, que por sua vez desencadeia um sono ruim.

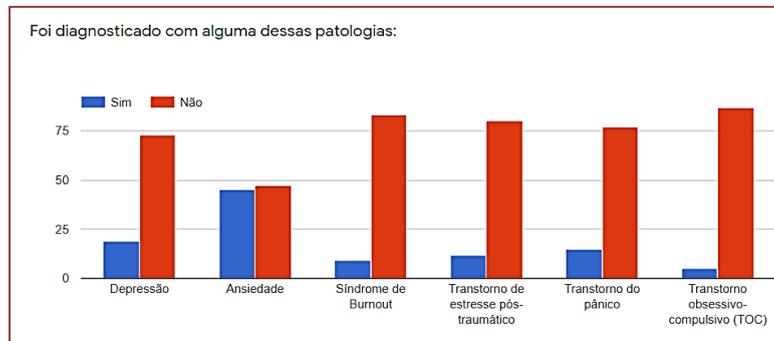
Com base nisso, perguntamos aos profissionais quais sintomas identificaram na pandemia: ansiedade, irritação, insônia, sonolência, tristeza e solidão (Gráfico. 8). A maioria respondeu estar ansioso (70,94%), irritado (66%) e níveis de sonolência (63,48%), fatores relacionados à insônia e má qualidade do sono. Em relação à ansiedade, uma pesquisa feita pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no ano de 2020, revelou que 80% da população brasileira tornou-se mais ansiosa na pandemia do novo coronavírus (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Gráfico 8 - Alterações no funcionamento

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2021).

Tendo por base as questões anteriores, foi perguntado se os profissionais necessitaram de atendimento psicológico ou psiquiátrico na pandemia: 51,1% respondeu que não e 48,9% sim. A partir de um levantamento feito das principais doenças e transtornos relacionados à saúde mental, foi perguntado se houve diagnósticos das seguintes patologias: depressão, ansiedade, síndrome de *burnout*, transtorno de estresse pós-traumático, transtorno do pânico e transtorno obsessivo-compulsivo (toc).

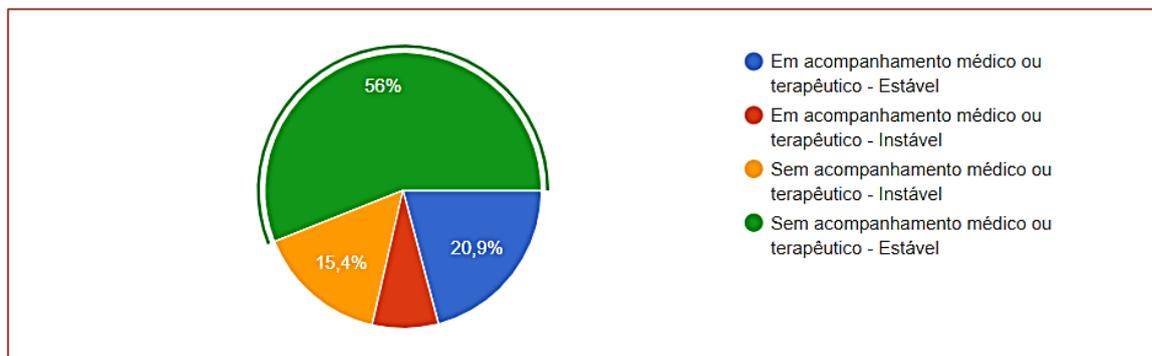
As respostas (ver Gráfico 9) apontaram maior incidência de ansiedade (41,4%), depressão (17,48%) e transtorno do pânico (13,8%). Há uma discussão se essas e outras mudanças foram causadas pela Covid-19, ou se representam apenas uma aceleração do que já viria de um mundo que se preparava para entrar na sociedade 5.0, um futuro representado pela chegada da realidade virtual e aumentada, da inteligência artificial, da internet das coisas e do uso de big data para definir análises de comportamento.

Gráfico 9 - Diagnóstico patologias

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2021).

Independente das origens e motivos que levaram ao cenário global, a OMS alertou para uma crise global de saúde mental devido à pandemia de Covid-19. O isolamento, o medo, a incerteza, o caos econômico causa ou pode causar sofrimento psicológico. Em situações de catástrofe, como uma epidemia em grande escala, estima-se um aumento da incidência de transtornos psíquicos e, entre um terço e metade da população exposta, pode vir a sofrer alguma manifestação psicopatológica (OMS, 2020).

Os dados até então levantados revelaram a identificação de um conjunto de sintomas relacionados a alterações significativas na saúde mental dos profissionais. O último questionamento foi saber o estado atual de saúde dos profissionais (ver. Gráfico 9).

Gráfico 9 - Estado de saúde mental

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2021).

Para discorrer sobre essa questão, retomamos a pergunta se os profissionais necessitaram de atendimento psicológico ou psiquiátrico na pandemia: 51,1% respondeu que não e 48,9% sim. Podemos ver correlação entre os dados, pois 56% disseram apresentar, no momento da pesquisa, quadro estável, sem acompanhamento médico ou terapêutico. Os que apresentaram instabilidade (15,4%) sem acompanhamento e instabilidade em acompanhamento (7,7%) representam 23,1%. Aqueles que estavam com quadro estável, em acompanhamento, foram 20,9%.

Somando os que estavam em quadro instável (23,1%) e os com quadro estável, porém em acompanhamento (20,9%), temos 44% profissionais que, de alguma forma, tiveram sua saúde mental impactada pela pandemia. Um ponto de atenção é que mais de 15% não tiveram acesso a nenhum tipo de acompanhamento médico ou terapêutico.

9. CONSIDERAÇÕES

O objetivo deste trabalho foi analisar os impactos do trabalho presencial e teletrabalho na saúde mental dos profissionais de publicidade e propaganda de Manaus durante a pandemia da Covid-19. Do ponto de vista da organização do trabalho, os dados revelaram alterações significativas na rotina, no volume de atividades e falta de suporte das empresas quando comparado com o teletrabalho em relação ao trabalho presencial.

Sobre a saúde mental, as principais alterações relatadas foram: sono (62,56%), nível de energia (60,72%) e concentração (66%). Observamos que esses fatores estariam ligados ao que especialistas chamam de “*coronoinsonia*”, uma crise global que afetou a rotina e qualidade do sono das pessoas. Ao considerar a realidade do teletrabalho, podemos relacionar essas alterações ao aumento da jornada de trabalho, do volume, complexidade e desenvolvimento de novas atividades no ambiente doméstico.

Os profissionais foram perguntados se necessitaram de atendimento psicológico ou psiquiátrico na pandemia: 51,1% respondeu que não e 48,9% sim. Porém, outros dados revelaram que os mesmos foram diagnosticados com ansiedade (41,4%), depressão (17,48%) e transtorno do pânico (13,8%). Também foram citados casos de síndrome de *burnout*, transtorno de estresse pós-traumático e transtorno obsessivo-compulsivo (toc).

No momento da pesquisa, a maioria disse apresentar quadro estável, porém sem nenhum tipo de acompanhamento médico ou terapêutico. Esse é um dado a ser analisado de forma mais detalhada, pois mais de 60% responderam ter alterações no sono, nível de energia e concentrações. Além disso, os participantes também sinalizaram manifestar: ansiedade, irritação, insônia, sonolência ao dia, solidão e tristeza (Gráfico. 8).

Essas alterações poderiam estar relacionadas a mudanças na rotina e no modo de trabalho, pois estudos evidenciam que a progressiva retomada das atividades a curto prazo gera uma série de consequências, impactando a saúde mental. Uma pesquisa com um conjunto de 1.200 pessoas mostrou que 53,0% apresentaram sequelas psicológicas moderadas ou severas na pandemia, incluindo sintomas depressivos (16,5%), ansiedade (28,8%) e estresse de moderado a grave (8,1%) (C. WANG ET AL., 2020).

A partir dos dados levantados e análise dos mesmos, pode-se observar uma série de impactos na saúde mental dos profissionais de publicidade e propaganda de Manaus durante a pandemia da Covid-19, considerando o contexto do trabalho presencial e teletrabalho. Conforme previamente sinalizado, o estudo não teve a intenção de fazer uma análise clínica, mas de evidenciar indicadores que possam gerar novas investigações.

Quanto às limitações, poderiam ser montadas estratégias para gerar maior número da amostragem, considerando que os dados levantados apontam um número expressivo de agências cadastradas junto aos veículos de comunicação da cidade, diferente das vinculadas aos órgãos regulatórios da atividade em âmbito nacional. Em estudo futuro, também seria importante considerar uma análise demográfica detalhada e questionário com perguntas abertas e fechadas.

O cenário que se desenha é do trabalho remoto como uma realidade inevitável, sendo adotado pela maioria das empresas, em maior ou menor grau, mas certamente continuará em um nível maior do que antes da pandemia. Entender seus possíveis impactos, em seus respectivos contextos, pode fornecer um panorama para amadurecer múltiplas questões e viabilizar soluções a curto, médio e longo prazo.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Éverton Moura Arruda pelas valiosas contribuições na revisão do texto e apontamentos, e a Eulália Xavier Ribeiro pelo apoio na divulgação do questionário.

REFERÊNCIAS

- [1] ABÍLIO, Ludmila. Uberização ou plataformização no contexto da pandemia do Covid-19. Youtube, 17 junho 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pp8ZNhxnS7E>. Acesso em: 05.11.2022.
- [2] ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Trabalho em plataformas digitais: perspectivas desde o sul global. Sociologias, 2021, v. 23, n. 57, p. 18-25. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-117530>. Acesso em: 03.11.2022.
- [3] AGÊNCIA BRASIL. Covid-19: Em 24 horas, Brasil registra 910 mortes. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/saude/noticia/2021-07/covid-19-total-de-obitos-vai-556370>. Acesso em: 31.07.2021.

- [4] ALTA COMUNICAZIONE. Os efeitos da pandemia no mercado publicitário no primeiro trimestre de 2020. Notícias. Disponível em: <https://www.altacomunicazione.com.br/blog/noticias/os-efeitos-da-pandemia-no-mercado-publicitario-no-primeiro-trimestre-de-2020>. Acesso em: 03.11.2022.
- [5] A saúde mental em meio à pandemia covid-19. MS, Ministério da Saúde. <https://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Nota-Informativa-A-Sa%C3%BAde-Mental-e-a-Pandemia-de-COVID19-poss%C3%ADveis-impactos-e-dicas-de-gerenciamento-para-a-popula%C3%A7%C3%A3o-geral.pdf>. Acesso em: 22.07.2021.
- [6] ASSUMPÇÃO, Dora. Síndrome de burnout leva publicitários a questionarem cultura profissional. Humanista, Rio Grande do Sul, 05 de julho de 2018. <https://www.ufrgs.br/humanista/2018/07/05/curto-circuito-retratos-do-burnout-na-publicidade/>. Acesso em: 31.07.2021.
- [7] BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.
- [8] Covid-19 e o impacto da pandemia na saúde mental. FIOCRUZ, 20 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/trabalhador-da-saude-como-esta-sua-saude-mental-frente-a-pandemia-de-covid-19/> Acesso: 22.07.2021.
- [9] DIAS, Cláudia Augusto. GRUPO FOCAL: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. BRAPCI: 2001, Brasília. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/12/pdf_2fbfd6231b_0013748.pdf Acesso em: 04.08.2021.
- [10] FUJIOKA, Ken. A planilha sobre trabalhar com publicidade no Brasil está de volta – e ela é mais importante do que parece. BRAINSTORM9, São Paulo, 31 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.b9.com.br/120752/a-planilha-sobre-trabalhar-com-publicidade-no-brasil-esta-de-volta-e-ela-e-mais-importante-do-que-parece/>. Acesso em: 31.07.2021.
- [11] GROHMANN, Rafael; JACK, Qiu. Contextualizando o trabalho em plataformas. Contracampo, v. 39, n. 1 (2020): Trabalho de plataforma / dossiê. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.42260>. Acesso em: 03.11.2022.
- [12] GROHMANN, Rafael, et al., As estratégias de comunicação das plataformas de trabalho: circulação de sentidos nas mídias sociais das empresas no Brasil. Comunicação e Sociedade, v. 39, 2021, p. 17-37. Disponível em: [https://doi.org/10.17231/comsoc.39\(2021\).2879](https://doi.org/10.17231/comsoc.39(2021).2879). Acesso em: 03.11.2021.
- [13] HENRIQUE, Pedro. Como é trabalhar aí? 3.0 — Uma análise de dados. MEDIUM, Brasil, 22 de abril de 2019. <https://medium.com/p/%C3%A9rabril/como-%C3%A9-trabalhar-a-%C3%AD-3-0-uma-an%C3%A1lise-de-dados-c546e1298cab>. Acesso em: 31.07.2021.
- [14] Imprensa mundial repercute colapso do sistema de saúde em Manaus. CNN, São Paulo, 15 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2021/01/16/imprensa-mundial-repercute-sobre-o-colapso-do-sistema-de-saude-em-manaus>. Acesso em: 22.07.2021.
- [15] JULIO, Karina Balan. Publicidade digital deve se igualar à tradicional até 2023. Meio & Mensagem. São Paulo, 08 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2019/10/08/publicidade-digital-deve-se-igualar-a-tradicional-ate-2023.html>. Acesso em: 20.07.2021.
- [16] JCAM, Jornal do Comércio do Amazonas. Edson Costa explica mudanças no mercado publicitário regional. Manaus, 11 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.jcam.com.br/noticias/edson-costa-explica-mudancas-no-mercado-publicitario-regional/>. Acesso em: 20.07.2021.
- [17] LIEBSCHER, P. Quantity with quality? Teaching quantitative and qualitative methods in a LIS Master's program. Library Trends, v. 46, n. 4, p. 668-680, Spring 1998.
- [18] LUFKIN, Bryan. Corona-insônia: o fenômeno que está impedindo as pessoas de dormir na pandemia. BBC/G1. São Paulo, 21 de janeiro de 2021. Acesso em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/01/29/corona-insonia-o-phenomeno-que-esta-impedindo-as-pessoas-de-dormir-na-pandemia.ghtml>. Acesso em: 22.07.2021.
- [19] MACEDO, Paulo. Publicidade fatura R\$ 49 bi em 2020, segundo a Kantar. PROPMARK, São Paulo, 27 de abril de 2021. Disponível em: <https://propmark.com.br/mercado/publicidade-fatura-r-49-bi-em-2020-segundo-a-kantar/>. Acesso em: 01.08.2021.
- [20] Mais da metade das mortes por Covid-19 no Amazonas ocorreram de janeiro a março de 2021. AMAZONAS ATUAL. Manaus, 2 de abril de 2021. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/mais-da-metade-das-mortes-por-covid-19-no-am-ocorreram-de-janeiro-a-marco-de-2021/>. Acesso em: 22.07.2021.
- [21] Ministério da Saúde (Brasil). (2020a). Plano de contingência nacional para infecção humana pelo novo Coronavírus 2019-nCoV: centro de operações de emergências em saúde pública (COE-nCoV) Brasília: Autor. Recuperado de <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/07/plano-contingencia-coronavirus-preliminar.pdf>.
- [22] OPASa: Organização Pan-Amarecina de Saúde. Histórico da pandemia de COVID-19. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 31.07.2021.
- [23] Pandemia em Manaus: comparativo entre primeiro e segundo surtos de Covid-19 mostra situação alarmante. G1 Amazonas. São Paulo, 16 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/01/16/pandemia-em-manaus-comparativo-entre-primeiro-e-segundo-surtos-de-covid-19-mostra-situacao-alarmante.ghtml>. Acesso em: 22.07.2021.
- [24] Pandemia de COVID-19 aumenta fatores de risco para suicídio.: Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/10-9-2020-pandemia-covid-19-OPASb-aumenta-fatores-risco-para-suicidio>. Acesso em: 22.07.2021.
- [25] PROPMARK, 2021. Mercado amazonense e os desafios para a retomada. São Paulo, 13 de julho de 2021. Disponível em: <https://propmark.com.br/opinioao/mercado-amazonense-e-os-desafios-para-a-retomada/>. Acesso em: 20.07.2021.
- [26] Pesquisa revela aumento da ansiedade entre brasileiros na pandemia. Agência Brasil. Brasília, 31 de outubro de 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-10/pesquisa-revela-aumento-da-ansiedade-entre-brasileiros>

na-pandemia. Acesso: 20.07.2021.

- [27] Proteção da saúde mental em situações de epidemias. OMS, Organização Mundial de Saúde. Disponível em: <https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2009/Protecao-da-Saude-Mental-em-Situaciones-de-Epidemias--Portugues.pdf>. Acesso em: 20.07.2021.
- [28] ROSENFELD, Cinara Lerrer; ALMEIDA, Jacione. Plataformização do trabalho. *Sociologias*, 2021, v. 23, n. 57, p. 9-16. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-117636>. Acesso em: 03.11.2022.
- [29] SANTOS, Fernanda Prado; AZEVEDO, Thaís de SC. O teletrabalho no período de pandemia do covid-19 e o risco de violação do direito a desconexão. São Paulo, 03 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/335805/o-teletrabalho-no-periodo-de-pandemia-do-covid-19-e-o-risco-de-violacao-do-direito-a-desconexao>. Acesso em: 22.07.2021.
- [30] Saúde mental e a pandemia de Covid-19. BVSMS, Biblioteca Virtual em Saúde - Ministério da Saúde. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/saude-mental-e-a-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em: 22.07.2021.
- [31] SES-AM, Secretaria de Estado de Saúde. Amazonas confirma 1º caso de Covid-19 e autoridades garantem que rede de assistência está preparada. Manaus, 13 de março de 2021. Disponível em: <http://www.saude.am.gov.br/visualizar-noticia.php?id=4327>. Acesso em: 20.07.2021.
- [32] Sono e Saúde Mental. PERSONO, 19 de abril de 2021. Disponível em: <https://persono.com.br/insights/sono-e-ciencia/sono-e-saude-mental>. Acesso em: 22.07.2021.
- [33] SOUZA, Amarinildo Osório. Mercado Publicitário em Manaus versão 4.0: Para onde estamos caminhando? Mercadizar. Manaus, 2019. Disponível em: <https://mercadizar.com/opinio/mercado-publicitario-em-manaus-versao-4-0-para-onde-estamos-caminhando/>. Acesso em: 20.07.2021.
- [34] SCHUCH, Lucas; PETERMANN, Juliana. Algoritmos e Big data: processos de atualização no habitus publicitário. *Signos do Consumo*, São Paulo, v. 12, n.1, p. 14-26, jan/jun. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-5057.v12i1p14-26>. Acesso em: 03.11.2022.
- [35] SCHUCH, L. A. Transformações na Propaganda: Um Olhar Rizomático sobre a Prática Publicitária. Dissertação (Dissertação em Comunicação) – UFSM. Santa Maria, 2019, p. 153.
- [36] UNA-SUS: Sistema Universidade Aberta do SUS. Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>. Acesso em: 31.07.2021.

Capítulo 5

Morte e memória: Breve reflexão sobre rituais e experiências de morte no digital

Bruna Rafaela de Vasconcelos Mergulhão

Resumo: A morte é uma ruptura na estrutura social e das relações que o morto mantinha em vida, podendo ser entendida como um fato de ordem coletiva. Portanto, as sociedades valem-se dos ritos funerários para se reajustarem diante da perda e restabelecer a ordem. Ou seja, estudar a relação entre os ritos fúnebres e o luto, o cemitério e a memória possibilita compreender as diferentes perspectivas sobre a morte e o morrer. A pandemia do COVID-19 alterou as lógicas dos ritos e da vivência do luto rapidamente e em grande escala, uma vez que devido às restrições e proibições relacionadas aos ritos mortuários, bem como as dificuldades quanto ao modo “tradicional” de perpetuação da memória. Os enlutados buscam expressar sua homenagem póstuma através de meios considerados não convencionais, como os memoriais online, para honrar a memória dos falecidos. Dito isto, é possível que a expansão dos ritos fúnebres e da memorialização do morto para o mundo digital também estenda o sentido do sagrado?

Palavras-chave: Religião; morte; ritos fúnebres; memória.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo, o qual está relacionado com minha investigação de doutoramento, propõe discutir sobre as novas configurações de lugares de memória, visto que os memoriais *online* (como o Inumeráveis¹ e o In Memorium²) e as redes sociais (como Instagram e Facebook) estão sendo cada vez mais incorporados no cotidiano bem como utilizados para expressar e compartilhar sentimentos e pensamentos. Na primeira seção versa-se brevemente sobre os conceitos de morte e ritual, especificamente os ritos mortuários a partir da perspectiva de autores como Ariès (2003) e Van Gennep (2011). Na segunda seção, apresenta o cemitério como lugar de memória e heterotópico, faz-se uso – principalmente – de Nora (1993) e Halbwachs (1990) para tratar sobre a memória, bem como de Foucault (1986 [1967]) para abordar a heterotopia, para então enquadrar as plataformas *online* como novos lugares de memória. E, por fim, as considerações finais.

A pandemia do COVID-19 trouxe para o mundo um impacto profundo e, possivelmente, irreparável para os relacionamentos interpessoais entre os envolvidos diretamente com o vírus (doentes, familiares e amigos) bem como os cidadãos em confinamento. O alto número de falecimentos somado com as restrições, até mesmo o não acontecimento, dos ritos funerários católicos revelou as dificuldades quanto ao modo “tradicional” de perpetuação da memória, uma vez que o enterramento em cemitérios é realizado de maneira simples, sem a presença de familiares e amigos do falecido e sem símbolos referentes à memorialização e à recordação. Por conseguinte, os enlutados buscam expressar sua homenagem póstuma através de meios considerados não convencionais, como tatuagens *in memoriam* e memoriais *online*, para honrar a memória dos falecidos durante a pandemia.

Neste trabalho, cujo tema também foi abordado em reflexões anteriores, concebe-se o cemitério como um espaço sagrado em que sua constituição e utilização se baseiam na apreensão do processo de construção da expressão simbólica da morte. Dessa forma, parte-se do pressuposto de que a simbologia cemeterial objetiva a expressão e/ou a transmissão dos valores culturais para o estabelecimento e reafirmação das identidades e relações sociais. Também leva em consideração que a memória de grupos religiosos e suas representações funerárias abordadas são as de confissões cristãs.

É válido salientar que essa pesquisa está compreendendo o período a partir do início da pandemia do novo coronavírus, em março de 2020, e ainda está em andamento. Para mais, é importante destacar que dentro da lógica católica, religião escolhida como foco deste trabalho, há a crença de que a morte é a passagem de uma vida para outra, e por ser um dos aspectos mais importantes da liturgia e da piedade popular leva o homem a vivenciá-la e celebrá-la das mais diferentes formas. Por isso, o catolicismo apostólico romano demonstra a necessidade de conservar a memória do morto a partir de um elo entre o mundo terrestre e o sagrado, que seria o túmulo.

2. MORTE E RITUAL: NÃO HÁ MORTE SEM RITOS DE MORTE

Primeiramente, é necessário definir o conceito de sagrado e profano. Para Durkheim (1996), o sagrado é tudo aquilo que está colocado à parte das coisas que pertencem ao mundo, o profano. O sagrado se origina do sentimento que junta as pessoas e as faz sentir como se pertencessem umas às outras, em uma comunhão de identidade coletiva, que está em cada indivíduo, e é aquilo que a coletividade reconhece como merecedor de respeito e reverência porque toca a todos. Já o profano, é aquilo que é ordinário. O autor viu nisso a origem social do sentimento religioso.

A ideia de que os ritos são regidos pela decisão grupal e dotados de um tempo e de um espaço, se caracteriza pela necessidade do indivíduo de modificar o mundo e a si mesmo com a finalidade de se viver em sociedade. E, é através do rito que o homem se incorpora ao sagrado, se beneficiando de todas as forças e energias que jorraram nas origens dos mitos. O rito é uma ação sagrada ligada essencialmente ao mito e, portanto, à realidade divina e ao evento sagrado representado por ele; o rito é a reedição simbólica do evento.

Por se tratar de um conceito propriamente humano, a percepção da morte e de suas incertezas, bem como o destino do morto, dependem tanto do tempo histórico, quanto do contexto social e cultural em que se insere. Em outras palavras, toda civilização se define, tanto pela maneira como se enterram os mortos, quanto pelo modo como a morte é vivida, relatada e retratada. Assim, as sociedades expressam de diversas maneiras o sentimento sobre a morte, sempre mantendo a ideia de conservar a memória do morto pela imagem corporal e afetiva que se tinha antes do falecimento, numa tentativa de manter viva sua identidade.

¹ Ver em: <https://inumeraveis.com.br/>

² Ver em: <https://www.inmemorium.pt/>

Também é importante salientar que a morte é uma ruptura da estrutura social e das relações que o morto mantinha em vida, podendo ser entendida como um fato de ordem coletiva, uma vez que, com a perda de um componente da organização societal, todo o sistema entra em crise. Já o luto, pode ser entendido como um processo que implica todas as dimensões – sentimental, cognitiva, sensações físicas e comportamentos – de uma pessoa, bem como fatores externos ao indivíduo, fazendo com que seja um processo individual e variável (PEREIRA, 2014). A partir de Bradbury (1999) compreende-se que a perda do ente querido também ocasiona a perda de nós mesmos que foi construída por meio de interações com o falecido, assim estamos conectados pelos papéis que desempenhamos e pelas redes que criamos e alimentamos uns com os outros. Por isso, é possível afirmar que a experiência do luto é moldada por influências do meio geográfico, familiar, religioso e político, isto é, por questões antropológicas. A secularização, a tecnologia, a individualização e a relação do homem-morte também moldam a história, a utilização e a vivência do cemitério, de modo que esses processos estão intimamente ligados ao desejo dos vivos de preservar as memórias de seus mortos e lamentar sua perda.

De modo geral, os rituais são responsáveis por marcar a vida social, pois estão presentes em todas as sociedades e marcam um fenômeno e/ou evento considerado especial. De acordo com Van Gennep (2011), cada cerimônia tem sua finalidade e significados específicos, ou seja, os ritos são a forma indispensável para exprimir e solidificar os vínculos, suscitar a partilha de emoções, valorizar certas situações, assegurar e reforçar a coesão social. Os estudos de Turner (1974, 1982) interpretam o ritual como um evento que ocorre na margem/no limiar entre dois estados de coisa ou duas situações. Sendo assim, o ato ritual deve ser entendido como uma forma comunicativa de expressão, referente a um sistema de comunicação simbólica, concretizando-se a partir de convenções, atos sequenciais, termos, repetições.

Os rituais fúnebres expressam a continuidade das tradições demarcando práticas sociais que assinalam o final da vida, os que permanecem em vida reposicionam-se socialmente, tornando possível a delimitação de um lugar social e do valor de um membro em determinada cultura, reforçando o sistema de crenças e tradições daquela sociedade. A ideia do rito fúnebre é conter a desordem da morte e reinstalar a ordem, devolvendo o equilíbrio necessário ao grupo através da realização de etapas que precedem e seguem a morte.

Isto posto, há uma vasta literatura sobre os rituais mortuários³ as quais, segundo Engelke (2019), exploram a variedade de formas pela qual a morte pode ser conquistada, ou vencida⁴, confirmando a continuidade da vida em geral face a perda em particular. Além de auxiliar na superação da tristeza, os rituais e práticas mortuárias ajudam a garantir que o falecido se integre no pós-vida, preservam a herança cultural e ajudam os enlutados a expressarem seus sentimentos, além de unir os indivíduos (PIETKIEWICZ, 2012). Todavia, é evidente que a pandemia de COVID-19 está modificando os rituais em torno da morte e do morrer, uma vez que esses rituais e cerimônias estão sendo encurtados, restringidos ou proibidos.

A pandemia do novo coronavírus trouxe para o mundo um impacto profundo e, possivelmente, irreparável para os relacionamentos interpessoais no que diz respeito à forma de lidar com o morrer e a morte, criando também novas formatações impostas para a realização dos ritos fúnebres. Com o propósito de reduzir as consequências da COVID-19, medidas de segurança – como o distanciamento, as restrições e proibições das celebrações – foram (e ainda estão) sendo colocadas em prática em todo o mundo. Assim sendo, as restrições para achatar a curva de contaminação incidiram precisamente sobre os rituais funerários, cuja sequência comum, da morte ao luto, foi afetada na sua estrutura, devido ao fechamento dos cemitérios e à imposição de grandes limitações, se não mesmo a proibição das cerimônias fúnebres. Dessa forma, o modo limitado como os ritos fúnebres foram (estão sendo) realizados, quando o foram, comprometem sua eficácia, uma vez que parecem ser insuficientes para a sensação de “conclusão”. Portanto, é correto dizer que não há mortes sem ritos de morte.

E, como já foi dito, as limitações impostas aos rituais funerários também têm impactado o processo de luto, tanto familiar quanto nas redes de sociabilidade de quem morreu. Desse modo, a impossibilidade de ver o corpo, de o identificar como morto e iniciar o processo de luto interrompe uma sequência “natural”, pessoal e socialmente lógica. *A memória que fica é uma memória de vida e não a de morte.* A morte também tem implicações culturais e sociais que, por causa dessas restrições afetaram a realização dos ritos funerários, trazendo à tona ideias sobre a impureza da morte e do cadáver.

³ Cf. Bachofen, 1987; Bayard, 1996; Bell, 2009; Bloch & Parry, 1982; Cunha, 1978; Douglas, 1978; Hertz, 1960; Huntington & Metcalf, 1979; Maddrell & Sidaway, 2010.

⁴ Cf. Frazer, 1982. Note-se que a degenerescência e a morte constituem um perigo para a reprodução social e a continuidade dos grupos; por esse motivo que em muitos lugares do mundo a encenação ritual da morte constitui uma forma de, simbolicamente, conter esse perigo.

Contudo, de acordo com Pinho (2015), mesmo que os ritos funerários não sejam realizados em sua totalidade, há modos não-convencionais de honrar a memória dos mortos, que vão desde as tatuagens *in memoriam* aos memoriais *online*, em destaque atualmente, pois a principal função do memorial é prestar uma homenagem ao ente querido e amenizar a perda, criando espaços abstratos e concretos de memórias. Essas alternativas são utilizadas, tanto como uma forma de honrar os finados, quanto como intenção de diminuir a impossibilidade de realizar as etapas do luto em “tempos normais”. Faz-se ainda importante destacar que a criação e utilização de memoriais físicos e *online* não são específicos para a pandemia.

É possível citar como exemplos de memoriais físico: a Fonte Memorial de Diana, Princesa de Gales, em Londres (UK) e o Memorial às Vítimas do Massacre Judaico de 1506, em Lisboa (PT). Já como exemplo de memoriais *online*, menciono novamente as plataformas: In Memorium e Inumeráveis, que são plataformas específicas para memorializar os mortos.

Ademais, também é válido destacar o uso das redes sociais, nomeadamente *Facebook* e *Instagram*, para preservar a memória dos falecidos. Visto que no *Facebook*, além de muitos perfis de falecidos continuam ativos, há páginas específicas para memorializar os mortos, como: o Memorial das Vítimas do Coronavírus no Brasil. No *Instagram* também é comum encontrar perfis ativos de pessoas já falecidas. Sendo assim possível que amigos e familiares de um morto, “possuidor” de contas ainda ativas nas redes referidas, sejam citados ou mencionados numa publicação. Ou seja, “imortalizando” o morto.

Nesta perspectiva, observa-se cada vez mais a integração das tecnologias e das mídias digitais ao cotidiano. Também é perceptível que o mundo da internet difere do mundo real em muitos aspectos, as diferenças mais evidentes relacionam-se com as questões de fisicalidade, que o virtual carece, uma vez que no mundo *online* não existem distâncias espaciais e qualquer lugar pode ser atingido, cada usuário pode decidir individualmente quando postar em uma plataforma ou quais mensagens escolherá ler. Geser (1998, 2002) esclarece que, pelo fato da internet não depender da presença física simultânea, proporciona a oportunidade de comunicação síncrona e facilita menções a mensagens anteriores ao tornar os dados “permanentemente” disponíveis. Além disso, *links*, imagens, vídeos e textos podem ser incorporados em um único arquivo digital, permitindo que os sites interajam simultaneamente com vários canais de comunicação.

Por conseguinte, os memoriais revelam como a sociedade e o indivíduo se relacionam com a morte em geral e com o morto em particular. A mídia apoia a lembrança e a preservação e, conseqüentemente, desempenha um papel importante na expressão do luto. A internet, como meio de recordação e incentivo de mudança social e cultural, inspira os costumes funerários bem como oferece memoriais virtuais como uma nova plataforma para enfrentar a emoção do luto. Portanto, é admissível sugerir que haverá novas configurações de lugar de memória, em consequência de a memória transcender a fisicalidade do cemitério e se concretizar nas redes sociais e memoriais *online*.

3. LUGARES DE MEMÓRIA: DO FÍSICO AO DIGITAL

A memória coletiva é de fato a memória do grupo e sempre será um suporte indispensável para a memória. Neste sentido, a atividade memorial é ativada pelas referências comuns que guiam o grupo, permitindo que as lembranças sejam confirmadas e, por isso os quadros sociais⁵ da memória são grupos reais onde indivíduos partilham a vida. Conseqüentemente, essas memórias constituem uma força simbólica que fornece a seus membros a possibilidade de construção de uma totalidade de sentido. Ademais, por pertencerem a diferentes grupos ao mesmo tempo, os indivíduos participam de várias ou muitas correntes de memória, de forma que por refletirem esses diversos pontos de vista, os tornem capazes de reconstituir o passado consoante as consciências coletivas das quais faziam parte.

Fundamentado no que já foi mencionado, uma observação deve ser feita: mesmo que a memória aconteça dentro de quadros sociais não significa que seja homogênea, pois é muito possível que cada indivíduo faça diferentes interpretações da situação segundo sua sensibilidade, contudo, é preciso seguir a mesma linguagem. Segundo Halbwachs (1990) a linguagem, o tempo e o espaço devem ser considerados parte do quadro social de cada grupo particular. Ou seja, pode-se considerar que o exercício de memória de um indivíduo se apoia na memória do grupo.

Em consequência da sua materialidade, o espaço é um importante quadro social da memória, e para Halbwachs (1990), os quadros sociais da memória são grupos reais onde indivíduos partilham a vida. Em consequência, a memória coletiva é a memória do grupo (da classe social, religioso, familiar etc.). Nesse

⁵ Segundo Halbwachs, em seu livro “Les Cadres sociaux de la mémoire” (1925), pode ser entendido como um sistema de valores que unificam determinados grupos – familiares, religiosos, de classe.

contexto, a memória religiosa depende de três elementos: lugares, pessoas e acontecimentos. Os lugares, diferente das pessoas e acontecimentos, permanecem, oferecendo a memória certa estabilidade. O grupo religioso⁶ precisa acreditar em sua estabilidade e permanecer fiel às suas origens e tradições, de modo que seja possível voltar ao lugar e encontrar o mesmo quadro espacial. O autor afirma que

Um grupo religioso, mais que qualquer outro, tem a necessidade de se apoiar sobre um objeto, sobre alguma realidade que dure, porque ele próprio pretende não mudar, ainda que em torno dele as instituições e os costumes se transformem e que ideias e experiências se renovem. Ainda que os outros grupos se entretendam em persuadir seus membros de que suas regras e disposições permanecem as mesmas por todo um período, mas por um período limitado, a sociedade religiosa não pode admitir que não seja hoje igual ao que está na origem, nem que deva se transformar. Mas, como todo elemento de estabilidade faz falta no mundo dos pensamentos e sentimentos, é na matéria e sobre uma das várias partes do espaço que ela deve assegurar seu equilíbrio. (HALBWACHS, 1990, p. 108).

No que se refere à memória em geral, também se observa que a nossa experiência do presente depende em grande medida do nosso conhecimento do passado. Pollak (1992) destaca que a memória é um fenômeno construído de forma consciente ou inconsciente em decorrência do trabalho de organização individual ou social. Segundo o autor, seriam os acontecimentos vividos pessoalmente; os vividos “por tabela” – acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer; o fato de que a memória é constituída por personagens; e, os lugares da memória, onde são realizados os atos de rememoração/comemoração (POLLAK, 1992). Sendo assim, a identidade individual e coletiva também é um componente importante do sentimento de continuidade e coesão de uma pessoa ou de um grupo.

Quando se relaciona eventos passados com os do presente, a memória integra os mecanismos de atribuição de significados próprios de uma cultura. Ademais, a memória também fornece referentes de significação constituídos por visões partilhadas do passado que são geradas pelo presente e orientadas para o futuro. De acordo com Burke (1992, p. 236), no que tange a memória individual, o fato dos indivíduos recordarem no sentido físico significa que para as recordações ganharem sentido só podem ser pensadas quando constituídas por grupos sociais. O indivíduo é tido como um agente interpretativo autônomo, sendo válido salientar que a sua interpretação está relacionada com o universo cultural a qual está inserido, e como consequência a memória deve ser entendida como o resultado de uma convergência entre histórias pessoais e sociais.

Para Halbwachs (1990), a principal função da memória, enquanto imagem comum do passado, é a de promover um laço de filiação entre os membros de um grupo com base no seu passado coletivo, conferindo inalterabilidade ao mesmo tempo que solidifica valores e noções do grupo ao qual as memórias se referem. Assim, os indivíduos adquirem memórias diferentes em função dos grupos sociais aos quais pertencem, isso significa que a memória individual está contida na memória coletiva. De acordo com Sobral⁷

Qualquer lembrança, por mais pessoal que seja, mesmo a de acontecimentos de que tenhamos sido as únicas testemunhas, mesmo a dos pensamentos e dos sentimentos que não chegamos a expressar, encontra-se relacionada com todo um conjunto de noções que muitos de nós possuem, com pessoas, lugares, datas, palavras e formas da linguagem, com raciocínios e ideias, quer dizer, com toda a vida material e moral das sociedades de que fazemos ou de que fizemos parte. Quando evocamos uma lembrança, e quando lhe damos um carácter preciso através da sua localização, em suma, quando a completamos, diz-se por vezes que a ligamos ao que a rodeia: na realidade é porque outras lembranças relacionadas com ela subsistem à nossa volta, nos objectos, nos seres no seio dos quais vivemos, ou em nós mesmos: elementos de destaque no espaço e no tempo, noções históricas, geográficas, biográficas, políticas, dados da existência

⁶ Para este trabalho é necessário pensar que o espaço cemiterial é composto por diversos grupos religiosos e areligiosos, portanto é um lugar em que várias crenças se cruzam e manifestam sua fé nas construções dos jazigos. Além disso, há confissões religiosas que existe um peso nos ritos funerários e na necessidade de se ter um local certo para visitar os que já se foram.

⁷ Por não ter encontrado uma versão em português do livro “Les cadres sociaux de la mémoire” (1925) faço uso das citações encontradas no artigo de Sobral e de Rivera.

corrente e modos familiares de ver [...]. (SOBRAL, 1995, p. 292) .

Em outras palavras, a memória é social e acontece pela interação tal como por meio de práticas, experiências e códigos simbólicos compartilhados, faz parte do processo de reprodução social e é sistematizado pela linguagem. Portanto, a memória individual se estrutura na própria identidade do grupo e não pode ser separada dos contextos sociais nos quais é ou foi produzida. Concordando com essa perspectiva, Connerton (1999) afirma que:

Conservamos as nossas recordações através da referência ao meio material que nos cerca. É para os nossos espaços sociais – aqueles que ocupamos, aqueles que frequentemente retraçamos com os nossos passos, a que temos sempre acesso e que, a todo o momento, somos capazes de reconstruir mentalmente – que devemos voltar a atenção, se queremos que as nossas recordações surjam. As nossas memórias estão localizadas no interior dos espaços materiais e mentais do grupo. (CONNERTON, 1999, p. 42).

Destaco na minha pesquisa que a função principal da memória é dar sentido, construído continuamente, ao presente de um grupo ou de um indivíduo, pois na base da sua formação se encontra a negociação entre as lembranças do sujeito ou grupo e as dos outros grupos ou sujeitos. Halbwachs (1990) aponta essa característica como a condição fundamental para que as lembranças sobrevivam, uma vez que o ato de lembrar implica partilhar lembranças.

Desta forma, tomando por base o que já foi dito, também é necessário compreender a relação existente entre memória e identidade para entender a importância tanto do cemitério quanto da simbologia funerária, relação esta que é baseada no pertencimento do indivíduo a um grupo social. Na perspectiva de Halbwachs (1990) toda memória é essencialmente coletiva, uma vez que um indivíduo não consegue rememorar sozinho todo um período em que esteve envolvido, mas quando se situa dentro de um grupo constrói determinada memória e torna possível compreender as experiências deste indivíduo e de seu grupo. Em acordo com esse ponto de vista, Le Goff (1990) entende que a identidade – seja individual ou coletiva – é construída a partir da memória, de forma que o próprio indivíduo se constrói a partir das memórias que o envolvem; a memória também é utilizada para a preservação e conservação do outro na lembrança daquele que rememora.

Isto significa que a preservação da memória reforça e confirma a identidade cultural de um grupo. Logo, após clarificar a relação entre memória e identidade, é possível relacioná-las ao espaço cemiterial bem como à memória do morto inseridas nas representações funerárias.

Há diferentes maneiras das sociedades expressarem o sentimento sobre a morte, sempre mantendo a ideia de conservar a memória do morto pela imagem corporal e afetiva que se tinha antes do falecimento, numa tentativa de manter viva sua identidade. À medida que se entende a memória como algo que está presente em nossas vidas, é possível compreender os objetos/monumentos⁸ como memórias que caracterizam uma realidade específica.

Portanto, ao considerar que no espaço dos mortos se busca preservar os entes queridos, a visita ao jazigo, como afirma Ariès (2003), serve como meio de cultivar essa lembrança, na ambiguidade entre o lembrar e o esquecer. Nesta perspectiva, a representação funerária retrata a identidade mortuária do sujeito através do ponto de vista dos amigos e familiares, também é um modo de manifestar a saudade e a ausência deixada pelo falecido. Ainda sobre o campo santo, Ariès (2003, p.73) explica que é a partir da criação dos cemitérios fora das igrejas que os túmulos passam a representar a lembrança e marcar a identidade do morto, visto que além do nome do falecido surgem símbolos religiosos, assim como inscrições que relatam passagens da vida ou mensagens religiosas. Em consequência dessa mudança, percebe-se uma maior preocupação em localizar a sepultura, reforçando o sentimento de culto da memória. Por essa razão, o túmulo pode revelar a intenção da mensagem feita sobre o morto e sobre a memória que quer que seja evocada a partir de sua representação funerária. Ademais, tanto a fotografia como os epitáfios procuram assegurar os laços de parentesco e os sentimentos familiares, de modo a ajudar a provocar a lembrança do falecido.

Isto posto, a relação entre identidade e memória social pode ser observada no campo santo, uma vez que a memória coletiva está na base da construção da identidade, reforçando o sentimento de pertencimento e garantindo coesão e continuidade histórica do grupo. As representações simbólicas que são expressas nas

⁸ Sumamente, o termo monumento pode ser aplicado a tudo aquilo que é monumental, ou seja, que nos faz recordar, não necessariamente algo oriundo do material, apesar de ser utilizado como um suporte para aquilo que se deseja perpetuar.

lápides variam dependendo da localidade e espaço temporal às quais pertencem, o que de fato sugere que os cemitérios conservam a identidade do indivíduo ou de um grupo. Portanto, se pode afirmar que o cemitério, assim como a lápide, contém histórias próprias, peculiaridades e características que os tornam objetos da preservação da memória, fazendo com que possua um elevado grau de importância para familiares e amigos do morto.

Também é necessário compreender o sentido dos lugares de memória. O historiador francês Pierre Nora (1993) concebeu o conceito de lugares de memória, no contexto da sociedade francesa, a partir da ideia de que entre o tempo passado e o presente existe um lugar intermediário, onde se fixam referências do passado com significados concedidos a partir do presente. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, por isso é preciso criá-los (NORA, 1993, p. 13). Portanto, são espaços que nascem para imortalizar o que pereceu, dando um “corpo” ao imaterial. Consequentemente, a memória que se grava das coisas, torna-se um meio de reavivar o passado, auxiliando nas lembranças e conexões dos acontecimentos ao instante em que ocorreram.

Os cemitérios devem ser pensados como lugares de memória porque o ato de “lembrar o morto” envolvendo um ritual coletivo demonstra que na sociedade há um duplo papel na elaboração póstuma, em razão de servirem tanto para comprovar a eternidade do morto e sua obra quanto para atualizar o valor simbólico de vivos e mortos. Essa *construção* se apresenta por meio da representação através de fotografias⁹, epitáfios¹⁰ e esculturas, e essa percepção reforça que o cemitério é um espaço de criação e recriação de memória coletiva.

Sendo assim, necrópoles se configuram como lugares de memória, fundamentalmente, por serem espaços onde há uma ritualização para relembrar e um simbolismo atribuído ao conjunto de lápides e túmulos estabelecidos, é um lugar que guarda a memória individual e coletiva, mas que precisa de um auxílio externo para sua preservação com o objetivo de não esquecer. Portanto, tomando por base Le Goff (1990), é possível afirmar que no cemitério coexistem incontáveis memórias coletivas que são eternizadas em monumentos, documentos e não perdem sua propriedade particular nem ligação ao grupo que as produziu.

Ainda nesta perspectiva, Nora (1993, p. 27) destaca que um espaço de memória é um lugar duplo: um lugar de excesso, fechado sobre si, fechado sobre sua identidade e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações, pois a memória perdura em lugares. Para o autor, os *lugares de memória* sugerem a paragem do tempo e, de certa forma, a imortalização da morte, não é o outro valor senão o mnésico do cemitério, sendo este um dos marcos de memória. Este é um espaço conflituoso, pois expressa, através da edificação tumular, atitudes diversas diante da finitude da vida terrena e não poderia ser diferente, porque ao examinar as manifestações culturais tumulares, percebe-se o investimento que visa perpetuar a memória do proprietário do túmulo através da ostentação. Desta forma, devido a predisposição a constante mutação assegurada pelo caráter vivo que a memória possui, os lugares de memória também serão lugares de transição. Nora define então que:

Lugares, portanto, mas lugares [mixtos], híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e morte, de tempo e de eternidade; numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel. Aneis de Moebius enrolados sobre si mesmo. Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para - o ouro é a única memória do dinheiro - prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações. (NORA, 1993, p. 22).

De acordo com Halbwachs (1990), os lugares onde se realizam passagens históricas, eventos e práticas do

⁹ Segundo Regis Debray, em “O nascimento pela morte” (1993), todas as imagens feitas para idolatrar seus ídolos estavam relacionadas com a morte, com a função de fazer a mediação entre vivos e mortos. Nesse sentido, os retratos memoriais, aqueles instalados nos túmulos, estão incluídos entre os atributos que contribuem para dar um caráter particular ao monumento funerário e tem a função de preservar a memória do falecido.

¹⁰ É uma inscrição tumular que identifica o lugar em que o morto está enterrado e auxilia na perpetuação da lembrança do morto. Geralmente podem ser elaborados pelo próprio falecido ou por familiares e amigos para falar da morte, dor da perda, saudade.

dia a dia, representações¹¹ visuais ou não, podem vir a ser possíveis sinais de espaço para a projeção da memória, visto que esta como não se projeta no vazio necessita de uma área física para ser ativada e estimulada. Desse modo, Halbwachs (*apud* RIVERA, 2018, p. 1187) destaca em seus escritos que a conservação e arranjo religioso da sociedade no que diz respeito aos ritos e crenças antigas:

[...] é não só para dar satisfação às exigências dos grupos mais retardatários, mas, para sentir exatamente uma continuidade ou um progresso religioso que os homens devem se lembrar, ao menos grosso modo, de onde eles partiram. Nesse contexto, os cemitérios podem ser compreendidos como o espaço onde a recusa pelo esquecimento é um desejo do sujeito vivo. (HALBWACHS, 1994, p. 184).

Os lugares de memória são ainda marcados por conteúdos múltiplos. São, ao mesmo tempo, material simbólico e funcional (NORA, 1993, p. 21). Para este autor, a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. Isto significa que a continuidade dos mortos se estabelece através da memória dos vivos e é por meio do conjunto simbólico que o olhar dos que ficam instituem as representações de alteridade.

Para mais, ainda sobre a importância dos cemitérios, é válido mencionar o conceito de heterotopia e heterocronia de Michel Foucault. Este autor, ao discorrer sobre espaços, em específico sobre a heterotopia – que são “espaços reais [...] espécies de utopias realizadas nas quais outros sítios reais dessa dada cultura podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e invertidos” (FOUCAULT, 1986 [1967¹²], p. 3) – explica que uma sociedade, à medida que sua história se desenvolve, pode atribuir a uma heterotopia já existente uma nova função diferente da original. É nesse contexto que o autor sublinha o cemitério como exemplo, uma vez que é um lugar diverso dos espaços culturais comuns e, simultaneamente, é relacionado com outros sítios da cidade/sociedade visto que toda família tem um familiar enterrado no cemitério. Ademais, as heterotopias estão ligadas a heterocronia, pequenas parcelas de tempo. E mais uma vez o cemitério pode ser utilizado como exemplo, pois “[...] é uma heterotopia que para o indivíduo tem o seu início na peculiar heterocronia que é a perda da vida, e na entrada dessa quase-eterneidade cujo permanente fado é a dissolução, o desaparecimento até.” (FOUCAULT, 1986 [1967], p. 6).

Diante do exposto, a partir de Catroga (2010, p. 166), observa-se que a estreita ligação entre o culto dos mortos e a memória se dá pelo fato da morte ser “primeiramente uma imagem”, por isso todo e qualquer cemitério deve ser visto como um lugar de reprodução simbólica do universo social e de suas expectativas metafísicas. Logo, como já mencionado, todo signo funerário, seja de forma implícita ou explícita, remete ao túmulo e deve ser entendido como uma totalidade significativa que articula o visível e o invisível. Nesse sentido, o encadeamento da sepultura individual, do jazigo, do epitáfio, da estátua e da fotografia, deve ser visto como uma consequência iconográfica referente a fins escatológicos e/ou como uma forma de conter a memória dos vivos sobre os mortos. Como sublinhou Ariès (1993, p. 346 *apud* CATROGA, 2010, p. 170), “o túmulo é um memorial” – pois está vinculado ao desejo de ser perpétuo, ganhar a imortalidade – e a sobrevivência do morto se concretiza no plano escatológico e da imponência (signos e inscrições) de seus túmulos.

Partindo do entendimento de que a memória é uma construção social e coletiva, e aproximando a interpretação de Nora (1993) sobre lugares de memória – espaços que objetivam fazer lembrar tornando o imaterial material –, presumimos que a existência dos memoriais *online* e a conservação dos perfis de falecidos nas redes sociais são uma forma de atenuar a dor e o caos das famílias que perderam os seus membros sem a possibilidade de se despedirem adequadamente, tal como ser um local de lembrança e solidariedade. Dessa forma, uma das hipóteses que levanto na minha investigação é de que o lugar de memória transpassa o espaço físico para o digital.

No caso dos cemitérios, enquanto lugar de memória, temos a concretização da ideia de ser um lugar cuja estrutura é física. Já no caso do espaço virtual, as redes sociais, por exemplo, a concretização do lugar de memória passa a ter existência preservada em um espaço virtual. Além disto, é ainda em vida que podemos escolher o que queremos em morte, mas diferente de algumas décadas atrás - onde se escolhia a mortalha ou como se queria o funeral - hoje podemos escolher como queremos tratar dos nossos dados. Isto significa

¹¹ Visuais como fotos e construções e não visuais como orações e festejos.

¹² Conferência proferida no Cercle d'Études architecturales em 14 de março de 1967, e publicada originalmente em *Architecture, Mouvement, continuité*, n. 5, outubro 1984, p. 46-9. Foucault somente autorizou a publicação deste texto, escrito na Tunísia em 1967, na primavera de 1984.

que, tratar a morte em seus sistemas sociais inclui também as redes sociais, uma vez que quando o indivíduo se cadastra numa rede social ele “nasce” nessa rede e interage com outros indivíduos.

Thomas, citado por Vincent (1992), afirmava que a internet talvez viesse a se tornar uma *mnemoteca*. Em vista disso, com essa espécie de “digitalização do corpo” (REZENDE, 2015) existe uma interação, até mesmo um diálogo, entre grupos em torno do falecido, pois é necessário eternizar esse corpo morto e ativar relações comunicativas com a finalidade de conservar a presença do morto de alguma forma.

O túmulo usa seu material de construção, inscrições e posicionamento para implicar um modo de relações que é estruturado, objetificado e permanente: os mortos existem contidos espacialmente, socialmente mortos e burocratizados. Por sua vez, o memorial *online* implica em relações mais pessoais, subjetivas e fluidas: os mortos são socialmente vivos e individualizados. Observa-se ainda que dado a natureza pública da Internet, o cemitério ou memorial *online* é privado, bem como detentor de um desempenho público, porquanto compreende uma performance privada, porém pública e inserida num espaço de mudança e de rapidez de resposta, de interação contínua e de emoção.

Portanto, a questão da digitalização do “corpo morto” é mais do que a simples manutenção de laço de interatividade, presença e lembrança de um sujeito então ausente: é a tentativa, sempre reafirmada ao longo da história, de constituir a imortalidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em Halbwachs (1990), é possível afirmar que a memória coletiva e a identidade resultam de processos coletivos, ou seja, nossas memórias são resultado das experiências vivenciadas que acabam por transmitir a objetos e lugares significado, significância e sentimentos. Há um conjunto de simbolizações e de práticas que são comuns aos membros de um grupo, onde os símbolos e as condutas sociais carregam informações que são transmitidas e expressas em formas simbólicas no decorrer da história.

O campo santo é um local de memória vivida e de memória construída, uma forma de imortalizar o morto. O cemitério também revela esteticamente o próprio inconsciente coletivo da sociedade através de uma textura simbólica, estruturada e organizada à volta de certos temas e mitos unificados pela tarefa de reforçar o cosmos dos vivos e imobilizar o devir. Deste modo, as necrópoles são exemplos da necessidade que existe para manter “viva” a identidade cultural de um determinado grupo mediante o uso de epitáfios, estátuas, fotografias ou símbolos.

Para mais, em lugares de memória, as ideias sobre vida e morte são uma dualidade, e a manutenção da memória dos mortos é dinâmica, de maneira que as construções funerárias e os rituais são utilizados como recurso para rememoração e manutenção das identidades coletivas. Assim, é importante a fisicalidade de um lugar e suas memórias tanto quanto as histórias contadas, pois a mensagem veiculada e a capacidade dos grupos sociais de experimentá-la em conjunto, irão fornecer os ingredientes essenciais para que o local, no caso o cemitério, consiga despertar sensações e sentimentos em seus visitantes.

Posto isto, as categorias conceituais trabalhadas neste artigo corroboraram para um maior entendimento e consolidação de uma das hipóteses que levanto na problematização da minha investigação de doutoramento, intitulado provisoriamente de *A ausência dos atos simbólicos: as representações funerárias e os ritos fúnebres católicos pós-pandemia do COVID-19*, na qual sugiro que haverá novas configurações de lugar de memória, uma vez que a memória transcende a fisicalidade do cemitério e se concretiza nas redes sociais e memoriais *online*. Além de se mostrar atual e relevante, a pesquisa está evidenciando o surgimento e consolidação de uma *nova* forma social de preservar a memória do morto, através de lugares de memória não físicos, e possibilitando ainda mais a reflexão epistemológica da importância dos ritos fúnebres como elemento essencial ao processo de elaboração do luto.

REFERÊNCIAS

- [1] ARIËS, Philippe. História da morte no Ocidente. Rio de Janeiro: Ed. Ediouro, 2003.
- [2] BELL, Catherine. Ritual theory, ritual practice. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- [3] BLOCH, Maurice; PARRY, Jonathan. Death and the regeneration of life. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- [4] BRADBURY, Mary. Representations of death: a social psychological perspective. Routledge, 1999.
- [5] BURKE, Peter. A história como memória social: o mundo como teatro. Lisboa: Difel, 1992.
- [6] CATROGA, Fernando. O Culto dos mortos como uma poética da ausência. *Artcultura*, v. 12, n. 20, p. 163-182, 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/11315>. Acesso em: 05 ago. 2022.
- [7] CONNERTON, Paul. Como as sociedades recordam. Lisboa: Celta Editora, 1999.
- [8] CUNHA, Manuela Carneiro. Os Mortos e os Outros: uma Análise do Sistema Funerário e da Noção de Pessoa entre os índios Krahó. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- [9] DOUGLAS, Mary. Purity and Danger: an analysis of concepts of pollution and taboo. London: Routledge and Kegan Paul, 1978.
- [10] DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- [11] ENGELKE, Matthew. The Anthropology of Death Revisited. *Annual Review of Anthropology*, v. 48, n. 1, p. 29-44, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-102218-011420>. Acesso em: 02 nov. 2022.
- [12] FOUCAULT, Michel. De outros espaços. In: CERCLE D'ÉTUDES ARCHITECTURALES, 1967. Disponível em: http://www.virose.pt/vector/periferia/foucault_pt.html. Acesso em: 25 out 2022.
- [13] GESER, Hans. Metasociológicas Implikationen des "Cyberspace". In: *Sociology in Switzerland: toward cyberspace and vireal social relations*. Online Publications, Zürich, 1998. Disponível em: http://socio.ch/intcom/t_hgeser03.htm. Acesso em: 29 out. 2022.
- [14] GESER, Hans. Towards a (Meta-)Sociology of the Digital Sphere. In: *Sociology in Switzerland: toward cyberspace and vireal social relations*. Online Publications, Zürich, 2002. Disponível em: http://socio.ch/intcom/t_hgeser13.pdf. Acesso em: 29 out. 2022.
- [15] GRAHAM, Connor; ARNOLD, Michael; KOHN, Tamara; GIBBS, Martin. R. Gravesites and websites: a comparison of memorialisation. *Visual Studies*, v. 30, n. 1, p. 37-53, 2015. Disponível em: doi:10.1080/1472586X.2015.996395. Acesso em: 20 maio 2022.
- [16] JAKOBY, Nina R; Reiser, Simone. Grief 2.0: exploring virtual cemeteries. In: BENSKEI, Tova; FISHER, Eran (Ed.). *Internet and emotions*. New York: Routledge, 2013, p. 65-79.
- [17] HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Vértice, 1990.
- [18] HALLAM, Elizabeth; HOCKEY, Jenny. Death, memory and material culture. UK: Berg, 2001.
- [19] LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução Bernardo Leitão [et al.] - Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.
- [20] MERGULHÃO, Bruna Rafaela de Vasconcelos. O silêncio que fala: os ritos fúnebres como performance e o cemitério como lugar de memória. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - ISCTE, Lisboa, 2020.
- [21] MORIN, Edgar. O homem e a morte. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- [22] NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 24 abr. 2022.
- [23] PEREIRA, Inês Catarina Oliveira. Avaliação do processo de luto: na perspectiva do cuidador enlutado. 2014. Dissertação (Mestrado em Cuidados Paliativos) - Universidade de Lisboa, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/23495>. Acesso em: 06 jul. 2022.
- [24] PEREIRA, José Carlos. Procedimentos para lidar com o tabu da morte. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n. 9, p. 2699-2709, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000900025>. Acesso em: 21 out. 2022.
- [25] PIETKIEWICZ, Igor. Burial rituals and cultural changes in the polish community - a qualitative study. *Polish Psychological Bulletin*, v. 43, n. 4, p. 288-309, 2012. Disponível em: doi:10.2478/v10059-012-0032-3. Acesso em: 30 out. 2022.
- [26] PINA CABRAL, João de. A morte na antropologia social. *Análise Social*, v. 20, n. 81/82, 1984, pp. 349-356. Disponível em: www.jstor.org/stable/41010467. Acesso em: 18 jun. 2022.

- [27] PINHO, Miriam Ximenes. O rito (fúnebre) individual do neurótico em tempos de dessocialização da morte e do luto: uma leitura psicanalítica das tatuagens in memoriam. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) - PUC-SP, São Paulo, 2015
- [28] POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- [29] RODRIGUES, José Carlos. Tabu da morte. Edições Achiamé Ltda: Rio de Janeiro, 1983.
- [30] REZENDE, Renata. R. A morte mediatizada: como as redes sociais atualizam a experiência do fim da vida. Rio de Janeiro: Eduff, 2015.
- [31] RIVERA, Dario Paulo. Linguagem, memória e religião no pensamento de Maurice Halbwachs. Horizonte - Teorias de linguagem e Estudos de Religião, v. 16, n. 51, p. 1177-1196, 2018. Disponível em: doi:10.5752/P.2175-5841.2018v16n51p1177. Acesso em: 12 ago. 2022.
- [32] SOBRAL, José Manuel. Memória e identidades sociais - dados de um estudo de caso num espaço rural. Análise Social, v. 30 (2.º-3.º)(131-132), p. 289-313, 1995. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223379819X4vIL9gj3Be03OZ0.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2022.
- [33] TURNER, Victor. O processo ritual: estrutura e anti-estrutura. São Paulo: Vozes, 1974.
- [34] TURNER, Victor. From ritual to theatre: the human seriousness of play. New York: PAJ Publications, 1982.
- [35] VAN GENNEP, Arnold. Os ritos de passagem: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações e etc. Tradução de Mariano Ferreira, apresentação de Roberto da Matta. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Capítulo 6

Conceito de identidade: O desafio de compreender a dimensão de seus sentidos

Maria do Socorro Tavares Cavalcante Vieira

Ramão Jorge Dornelles

Vivianni Marques Leite dos Santos

Marcos Antonio Vanderlei Silva

Resumo: Este artigo objetivou buscar subsídios para compreensão da expressão identidade, como seus sentidos têm sido construídos em algumas áreas do conhecimento e sua configuração para a flexibilização de entendimento, além da semântica. Foram analisados quinze artigos, publicados em bases de dados indexadas, que apresentavam, no título, no resumo, no marco teórico e nas conclusões, a proposta de estudar identidade sob diferentes perspectivas conceituais. O método utilizado foi a revisão sistêmica de literatura, que consiste em uma investigação científica, reunindo estudos pertinentes sobre uma questão concebida, utilizando o banco de dados da literatura, que trata sobre essa questão como fonte e métodos de identificação, seleção e análises sistemáticos, com intenção de se efetivar uma revisão da literatura. Como resultado, constatou-se que delinear um conceito de identidade, que considere todas as especificidades apresentadas pelos autores, nas mais diversas áreas do conhecimento, ainda permanece como desafio, se forem considerados os fenômenos imbricados nesse processo. Constatou-se também que isolar o conceito não permite o entendimento de seus sentidos, dificultando seus usos, principalmente nas questões acadêmicas em que acontecem relações complexas entre as mais diversas ciências.

Palavras-chave: Conceito de identidade. Cultura. Interdisciplinaridade.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, são apresentados resultados de um estudo, que buscou investigar como o conceito de “*identidade*” é utilizado nas pesquisas que têm esse tema como objeto de estudo. Nosso interesse pela investigação partiu da necessidade de compor um trabalho de conclusão de disciplina do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial e que colocou em pauta esse conteúdo aliado ao desenvolvimento territorial. Considerando que somos uma pedagoga e um economista, sentimos a necessidade de buscar uma visão panorâmica dos sentidos atribuídos ao termo “*identidade*” dentro de outras ciências e, assim, sair da zona de conforto das nossas áreas de formação e atuação.

Conceituar identidade e seus sentidos é uma tarefa, que vai além de uma definição posta em um dicionário, a exemplo de “*identidade quer dizer etimologicamente a mesma entidade e o sentido etiológico não se desgarrar de sua etimologia*” (CODO, 2002, p. 297), ou é “*construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais*” (CASTELLS, 2000, p. 23) ou “*a identidade, portanto, não é um atributo pessoal, muito menos uma posse; ela é um processo de criação de sentidos que deve ser ao mesmo tempo individual e coletivo*” (OUSHIRO, 2019, p. 309). Os dicionários não respondem para contextos mais complexos, que buscam conexão com outros conceitos, que se relacionam com a mesma questão. Partindo desse pressuposto, acatamos o desafio de buscar definições em áreas do conhecimento que sempre recorrem ao conceito de identidade para embasar, analisar ou comprovar suas hipóteses. A meta principal foi buscar publicações, que trouxessem definições para o termo *identidade*, que se apresentassem contextualizadas dentro de uma área de conhecimento e não se caracterizassem apenas como uma definição vocabular. Em paralelo, fomos analisando os textos disponibilizados pelos professores da disciplina solicitante da atividade buscando mais subsídios para robustecer a concepção do tema em estudo. Diante disso, fica estabelecida a indagação que norteou todo o processo: Afinal, enquanto estudantes de pós-graduação, como podemos entender o conceito de identidade?

Não é difícil encontrar, na literatura acadêmica, estudos que versem, discutam, repensem, problematizem ou classifiquem as diversas visões sobre o significado do termo ‘*identidade*’ e seus desdobramentos. Além dos textos clássicos e contemporâneos específicos de Sociologia, outras áreas do conhecimento têm vasta produção sobre o assunto; a produção de trabalhos é extensa em Educação, Psicologia, Filosofia, Antropologia, e História, através de pesquisadores como (DUBAR, 1997); (CODO, 2002); (BAUMAN, 2005), (STUART HALL, 2006), (CONTI, 2003), (CIAMPA, 2006).

Porém, alguns pontos de intersecção aparecem no contexto das áreas de conhecimento e os conceitos de identidade se revelam como invenção e não como descobertas, são esforços e construções inconclusas. O fato de pensar sobre ter uma identidade não ocorre enquanto se acredita em um pertencimento, mas quando se pensa em uma atividade a ser continuamente realizada e essa ideia surge da crise do pertencimento (BAUMAN, 2005). Buscando completar essa concepção, identificamos também que identidades correspondem a um determinado mundo social em declínio, considerando que a sociedade não pode mais ser vista como determinada, mas em contínua mutação e movimento, possibilitando que novas identidades apareçam continuamente, em um processo de fragmentação do indivíduo moderno (HALL, 2006). Ou seja, identidade, sociedade e cultura não se separam, se considerarmos esses pressupostos.

No contexto das atividades acadêmicas, ter claras noções conceituais e saber relacioná-las às multiplicidades de espaços e cenários formativos tem ganhado importância crescente a partir do Século XX. Assim, já temos a convicção de que os conhecimentos não acontecem de forma isolada ou singular, acontecem em interconexão, de forma a se complementarem e se fortalecerem.

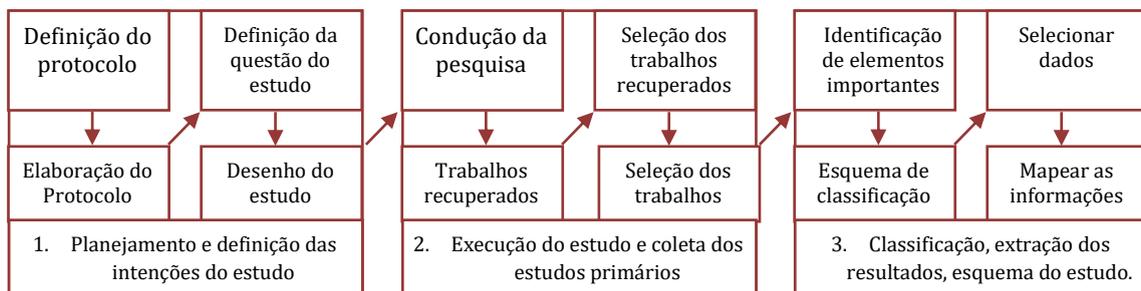
2. MÉTODO

Nesse contexto, esta pesquisa se encaixa no tipo revisão sistemática visto que está baseada no método utilizado para responder a uma pergunta específica sobre um problema específico (CORREIA; MESQUITA, 2014). Neste trabalho, tomamos, como fonte de dados registros disponíveis, em meio digital, decorrentes de pesquisas anteriores no formato de artigos científicos. Os textos dessas pesquisas constituem-se fontes de dados que o pesquisador utiliza para o seu trabalho, visto apresentar categorias teóricas (SEVERINO, 2017).

Assim, foi realizado um levantamento em artigos que abordassem o conceito *identidade*, ao apresentarem relatos ou experiências relacionadas ao tema. O mapeamento sistemático das fontes de pesquisa foi organizado para promover uma visão focada da área de pesquisa e prover uma indicação da quantidade de evidência (KITCHENHAM; CHARTERS, 2007). A operacionalização do mapeamento sistemático foi

executada em três etapas: na primeira, foi definida a questão referente ao estudo, incluindo as bases onde seriam buscadas fontes de pesquisa. Na segunda, foi realizada a busca ao estudo primário, utilizando-se ferramentas de pesquisa¹, estruturando a visualização ao final das buscas. Na terceira etapa, foram definidos os critérios de inclusão e de exclusão de estudos, que eram relevantes para a questão-chave norteadora do estudo (Figura 1).

Figura 1. Processo de Mapeamento Sistemático (adaptado de Petersen et al. 2008)



Fonte: Dados da pesquisa.

Para este estudo as *strings* de busca foram geradas a partir da combinação dos termos chave e sinônimos usando OR (ou) e AND (e), e possíveis especificidades das bibliotecas digitais devidamente adaptadas. As *strings* utilizadas foram: “identidade” AND “educação” AND “sociologia” OR “identidade cultural” OR “identidade organizacional” OR “pedagogia” OR “identidade econômica” OR “modernidade” AND “pertencimento” OR “individualidade” OR “coletividades” AND “sociedade” OR “identidade territorial” OR “identidade escolar”. Os estudos que subsidiaram este trabalho estão publicados em forma de artigos disponíveis em bases de dados indexadas: *Google Scholar*, *Periódico Capes*, *Scopus*, *SciELO* e *Dialnet*.

A inclusão dos estudos foi determinada pela relevância relacionada à temática, acreditando-se que este trabalho é um potencial candidato a tornar-se um estudo secundário, considerando a questão definida para nortear a investigação e seu objetivo principal. Os critérios de inclusão foram definidos a partir das seguintes características: estudos, que tratem primária ou secundariamente do tema identidade; estudos que pormenorizem, primária ou secundariamente, definições de identidade; estudos, que apresentem, primária ou secundariamente, experiências com a temáticas nas mais diversas áreas de conhecimento e estudos publicados em português entre 1994 e 2020, perfazendo um recorte de 26 anos.

Os critérios de exclusão foram definidos a partir da leitura do *abstract* e conclusão. Foram excluídos os estudos, que não apresentavam relevância para a pesquisa, de acordo com a questão norteadora e estudos que não traziam, em suas abordagens, nenhum conceito de identidade.

Informamos que não houve pretensão, nessa proposta, de exaurir o tema, identificar ou apresentar todos os autores, que discorrem a respeito do assunto. Nesse contexto, pretendemos relacionar alguns teóricos, que têm focado na definição do conceito de identidade contextualizando-o. Esclarecemos também que não se trata de um estudo do tipo estado da arte visto que, para isso, seria necessário ir além do proposto e buscar metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica científica sobre o tema com busca de descritores de maior densidade científica. Assim, o critério de escolha dos autores considerou o fato de se constituírem como aportes teóricos as pesquisas que evidenciassem os conceitos de identidade nas mais diversas áreas do conhecimento, levando em conta, ainda, a adequação de seus textos, no tocante ao objetivo proposto inicialmente.

Em seguida, selecionamos 15 (quinze) artigos publicados em bases de dados, que apresentavam, no título e no resumo, a proposta de estudar identidade no âmbito de diferentes áreas do conhecimento. A escolha de um número limitado de trabalhos está relacionada ao tempo para a realização deste trabalho, e ao fato de os objetivos da pesquisa exigirem a leitura e a análise do referencial teórico adotado, atividades que levam tempo considerável para serem realizadas. Foram assim distribuídos: 33% na área de Psicologia; 7 % na

¹ https://beatriz-milz.shinyapps.io/pesquisa_periodicos/

área de Administração; 20% na área de Antropologia; 13% na área de Economia; 7% na área de Meio Ambiente; 13% na área de Sociologia; 7% na área de Informática.

Selecionados os artigos, iniciou-se a leitura criteriosa e análise dos seus referenciais teóricos, intencionando examinar como o conceito de *identidade* foi destacado em cada um deles. O foco das verificações limitou-se à abordagem teórica e não aos resultados apresentados. Pautando-se no objetivo deste trabalho, seguimos dois eixos de análise que resumem seu propósito: objetivos dos artigos escolhidos e sua relação com o conceito de identidade e referencial teórico apresentado; a relação entre os conceitos apresentados e a contribuição para sua apropriação.

3. CONCEITOS DE IDENTIDADE

Definições e pressuposições sobre identidades sempre provocam inquietações, sejam em estudiosos das ciências sociais ou não; “a reflexão sobre ‘identidade’ pressupõe sempre uma contextualização densa das especificidades das relações sociais vividas pelos indivíduos envolvidos” Machado e Maciel, (2017). Se pensarmos na extensão deste tema, podemos perceber que, por exemplo, mesmo antes de uma gravidez, nos planejamentos iniciais ou decisão de ter filhos, é possível que os potenciais pais já tenham expectativas, que irão interferir significativamente, ou não, no desenvolvimento ou formação da criança, que, ainda, não nasceu e que poderá ficar apenas nos planos. Impõem-se, assim, uma identidade pressuposta, mesmo que seja para afirmar que o filho poderá fazer suas escolhas independente da vontade dos pais, ou seja, “os grupos procuram salvaguardar suas visões sobre o passado, impondo-as sobre os demais” (RIOS, 2013, p. 11). Contudo, enfatiza-se que há outras implicações, além das expectativas dos outros significativos que constituem uma complexa rede de relações intrínsecas e subjetivas que organizam a sociedade e envolvem relações de classe social, trabalho, gênero, religião, etnia, faixa etária etc. (PACHECO e CIAMPA, 2006).

A partir dos anos de 1970, as discussões sobre identidade tornaram-se bastante emergentes, tendo em vista que a noção sobre identidade estava ligada anteriormente à concepção do sujeito consolidado. Porém, o deslocamento de seus elementos constituintes (sociais e individuais) agregou-lhe o caráter fluido, plural e mutável. É possível identificar concepções de identidade com referências culturais distintas, Barbosa, (2009). Percebemos, então, um elo que nos leva ao conceito de identidade social, que se constitui do conhecimento ou a consciência, por parte do indivíduo, de que pertence a certos grupos sociais, juntamente com o reconhecimento da significação emocional e valorativa de que essa pertença se reveste para o sujeito (SENOS, 1997).

Partimos da abordagem que considera a identidade como movimento; porém, uma vez que a identidade pressuposta é reposta pelos ritos sociais, considerado que a “identidade nunca é dada, é sempre construída” (DUBAR, 1997), portanto, sustenta a ideia de atemporalidade e constância Faria e Souza, (2011). Por não serem estáticas, as identidades possibilitam que os sujeitos se adaptam a culturas e tempos diferentes, No entanto, Santos, (2000), ao relacionar o conceito de identidade às questões de poder na sociedade, enfatiza que quem é obrigado a reivindicar uma identidade encontra-se necessariamente em posição de carência e subordinação. Assim o conceito se apresenta mais complexo e mais denso. Em diversos períodos e espaços, conferimos significados às nossas experiências e àquilo que somos, significando dizer que a construção da identidade é um território de disputa permanente (LIMA, 2013).

Sob outro prisma, mais propenso às questões de psicologia, a *identidade* é compreendida como um processo de metamorfose permanente, cuja dimensão temporal envolve diferentes momentos (CIAMPA, 2002). Dessa forma, o tempo presente é reconhecido como a ocasião em que “alguém se reconhece como um adulto, que pode falar da criança que foi no passado - sua história de vida - e também do velho que gostaria de ser no futuro - seu projeto de vida - como forma de falar de si mesmo”, Pacheco e Ciampa, (2006, p. 164). Percebemos que tanto os elementos inerentes às subjetividades (espaços íntimos do indivíduo) como os ligados à coletividade estão sempre presentes e, indissociados, quando se trata desse assunto, as “*identidades*” não são elaboradas isoladamente, mas a sua produção acontece com base na percepção da alteridade e nas relações estabelecidas entre os grupos, (MACHADO ; MACIEL, 2017).

Todavia, a construção identitária individual não deve ser confundida com a *identidade social*, apesar dos conceitos nas duas abordagens preservarem uma relação muito próxima. Assim, a concepção de identidade social pode ser descrita como o “resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições” Dubar (1997, p. 136). Essa padronização temporal e espacial possibilita a formação das memórias, que cumprem uma função social indispensável: contribuem

para a manutenção e coesão dos grupos, e suas individualidades, na medida em que ajudam a produzir o sentimento de identidade entre seus membros (RIOS, 2013).

A conquista de uma identidade profissional ou, de modo geral, de uma identidade aproximada a poderes e saberes não “se reduz apenas a memorizar e dominar certas habilidades técnicas: ela se inscreve, na maior parte dos casos, nos corpos mesmos dos indivíduos” (CANDAU, 2014, p. 118-119). Nesse contexto e seguindo nos domínios da sociedade atual, (DUBAR, 1997) esclarece que o processo de construção da identidade profissional deverá ser interposto pela dinâmica de mercado, pela concepção de trabalho e pela posição e status da profissão no contexto social.

Segundo Codo (2002), identidade se explica pela economia se esta for definida como a ciência que estuda as relações de troca. As formas como tais relações se estabelecem definem a forma como a identidade se constrói. Como o processo de troca evolui ao longo do tempo, o conceito de identidade se transforma nessa trajetória. Identidade é espelhamento na tribo, pertencimento na sociedade escravista e individualidade no capitalismo. Ainda, segundo esse autor, falar de identidade é falar necessariamente de equivalências, ou seja, da realização de trocas. Completando essa abordagem, Rodrigues Junior (2020, p. 193) afirma que “nossos traços de identidade refletem uma imagem de acordo com a nossa criação, com o ambiente ou com o contexto em que estamos ou vivemos”.

Desde antes do surgimento do dinheiro como o conhecemos hoje, o processo de trocas se dava de forma direta. Se o indivíduo A tivesse feijão e quisesse arroz, precisava encontrar um indivíduo B, que tivesse arroz e quisesse feijão. Somente nessa situação, a troca ocorreria e a equivalência, precariamente, estabelecia-se através da dupla coincidência de desejos precariamente, porque havia certa dificuldade em quantificar tal equivalência física, ou seja, que quantidade de arroz deveria ser trocada por um quilo de feijão? Vasconcellos (2002). A situação descrita caracteriza grupos sociais que produzem para subsistência, sem geração de excedentes, em que cada indivíduo existe na inter-relação com o outro imediato, nas trocas entre si. Nesse caso, a identidade é espelhamento.

A crise do Império Romano causou uma série de transformações econômicas, políticas, social e cultural na Europa baseadas na posse da terra, provocando o surgimento do feudalismo. A característica principal do estágio feudal é o predomínio das relações de produção servis. Os camponeses servos viviam em feudos, aos quais pertenciam servindo e produzindo para si e para os senhores feudais. Os feudos trocavam excedentes com outros feudos, estabelecendo-se, assim, uma relação de dependência entre comunidades, onde cada membro do feudo representado pelo seu senhor estará se representando através dessa troca, Codo (2002). Outro aspecto significativo é que a possibilidade de geração de excedentes e a consequente capacidade de acumulação acabam por estabelecer uma relação de poder e distinção. A identidade construída, neste caso, é de pertencimento.

O advento do capitalismo como modelo de produção, aliado ao uso do dinheiro como instrumento universal de equivalências e o desenvolvimento tecnológico, impulsionam o processo de trocas comerciais, permitindo que se troque tudo por tudo e entre todos. Dessa revolução emerge a sociedade de consumo, ávida por mercadorias e serviços, que satisfaçam suas necessidades e desejos individuais. A identidade é personalidade, é individualidade.

Finalmente, Codo (2002) esclarece que estas três formas básicas a partir das quais a identidade se constrói, pertencimento, espelhamento e individualidade, é evolutiva na medida em que ampliam os horizontes de troca, no grupo, entre grupos e com toda a sociedade e suas culturas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que concerne aos objetivos propostos para este trabalho, foi possível observar que todos os artigos analisados buscaram esclarecer os conceitos sobre *identidade* que apresentam em seus contextos, com aportes teóricos que os justificassem. A análise dos objetivos apresentados em cada artigo permite constatar que, definir o termo *identidade* não é, meramente, fechar um conceito com os fundamentos das ciências nas quais está imerso, caracterizando um movimento de afirmação ou negação. Há um movimento amplo de busca por aspectos que contribuam com debate, por fatores que sejam contraditórios às falas mais conservadoras e, em maior ou menor escala, pela análise do comportamento humano na sociedade na qual está inserido.

Contudo, compreendemos também que esse processo de construção identitária não pode ser concebido de forma isolada, unilateral ou baseado na modelagem, partindo, unicamente, de valores instruídos. Há um conjunto de elementos complexamente intrínsecos, que requerem um olhar amplo e acurado sem a

perspectiva de esgotamento rápido de argumentos apresentados pelas áreas de conhecimento. Percebemos também que as áreas de conhecimento, cujos artigos foram aqui estudados, buscam, em seus pressupostos, sinalizar ou determinar uma espécie de perfil identitário, ou seja, cada área tem uma concepção bastante consolidada do que deseja de seus sujeitos individualmente.

Entretanto, há que se notar que todos os artigos estudados concebem *identidade* como uma concepção complexa, que resulta do processo contínuo de inquietude entre o sujeito histórico e as condições materiais em que vive. Porém, para resumir essa discussão, reconhecemos que o conceito de identidade sofre de certa dispersão em seus significados e mantém-se como desafio em todos as instâncias, níveis ou campos de conhecimento que se propõem a estudá-lo.

Os subsídios teóricos, nos referenciais e nas suas análises contribuíram significativamente para responder à questão norteadora proposta e propiciaram novas interpretações e/ou possibilidades de entendimento de conceitos. Muitas dúvidas também surgiram, mas em relação às concepções, que compõem os elementos secundários como o tempo e o contexto sócio-histórico onde os conceitos foram formatados. Ademais, a apropriação do conceito de *identidade* deixou também o desafio de, ao longo do curso de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, não nos desvencilharmos dessa temática cujos fundamentos embasam a relação com os territórios e as culturas presentes na região semiárida e que estarão presentes, agora com significado consolidado, em nossas teses.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada nos artigos selecionados, é possível afirmar que, ainda, permanece o desafio de configurar um conceito de *identidade* que pondere as particularidades apresentadas pelos diferentes autores, em suas áreas de conhecimento específicas, que se dedicam a essa temática. Se, como se viu nesta breve pesquisa, estudos em Psicologia, Administração, Antropologia, Economia, Meio Ambiente, Sociologia e Informática, trazem grandes contribuições à explicação dos episódios, que constituem as individualidades dos sujeitos, da mesma forma o fazem outras ciências, cujas produções não foram acessadas para compor este trabalho.

Ao longo dos estudos e análises, o tema sempre está sendo justificado por se acreditar em sua razoabilidade na explicação de processos, que envolvem identidade e suas circunstâncias. Se, por um lado, os autores estudados nos possibilitaram aproximação dos seus conceitos para a compreensão do fenômeno da identidade, de outro, é necessário atentar para suas diferenças e especificidades, que deverão nortear os enfoques de novas pesquisas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- [1] ALVES, Cecília Pescatore. Políticas de identidade e políticas de educação: estudo sobre identidade. *Psicologia & Sociedade* [online]. 2017, v. 29. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29172186> Acessado em: 19 nov. 2022 ,
- [2] BARBOSA, Nelma Cristina Silva. Um texto identitário negro: tensões e possibilidades em Cajazeiras, periferia de Salvador (Bahia). 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/9289> Acesso em: 12 mar. 2022.
- [3] BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2005.
- [4] BONELLA, Alcino Eduardo. Identidade e Pessoaalidade. *ethic@-An international Journal for Moral Philosophy*, v. 8, n. 3, p. 1-8, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237490356_Identidade_e_Pessoaalidade Acesso em: 30 jul.2021
- [5] CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- [6] CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2014
- [7] CIAMPA, A. C. Políticas de identidade e identidades políticas. In. DUNKER, C. I. L e PASSOS, M. C.(Orgs.), *Uma psicologia que se interroga: ensaios*. São Paulo: Edicon, 2002
- [8] CODO, Wanderley. Identidade e economia (I): espelhamento, pertencimento, individualidade. *Psicologia: teoria e pesquisa* [online]. 2002, v. 18, n. 3, pp. 297-304. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722002000300009> Acessado em: 19 nov. 2022.
- [9] CONTI, Celso Luiz Aparecido et al. *Imagens da profissão docente: um estudo sobre professoras primárias em início de carreira*. São Paulo: UNICAMP 2003.
- [10] CORREIA, A. M. R.; MESQUITA, A. *Mestrados e doutoramentos*. 2. ed. Porto: Vida Econômica Editorial, 2014.
- [11] DUBAR, Claude. *Para uma teoria sociológica da identidade. A socialização*. Porto: Porto Editora, 1997.
- [12] DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades profissionais*. (Trad.) Annette Pierrette R. Botelho e Estela Pinto Ribeiro Lamas. Portugal: Porto Editora, 1997.

- [13] FARIA, Ederson de; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de. Sobre o conceito de identidade: apropriações em estudos sobre formação de professores. *Psicologia Escolar e Educacional* [online]. 2011, v. 15, n. 1, pp. 35-42. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572011000100004>. Acesso em: 19 nov. 2022.
- [14] HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo: TupyKurumin, 2006.
- [15] KITCHENHAM, Barbara; CHARTERS, Stuart. Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering. 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/302924724_Guidelines_for_performing_Systematic_Literature_Reviews_in_Software_Engineering Acesso em: 02 mar. 2021.
- [16] LARA JUNIOR, Nadir; LARA, Andrea Paula Santos. Identidade: colonização do mundo da vida e os desafios para a emancipação. *Psicologia & Sociedade* [online]. 2017, v. 29, e171283. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i171283>. Acesso em: 01 nov. 2022.
- [17] LIMA, Maria do Socorro Carneiro de. *Imagem e identidade: estudo sobre o professor universitário (Tese de Doutorado)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013.
- [18] MACHADO, Myleide Meneses Oliveira; DE CAMPOS MACIEL, Josemar. Territorialidade e biografia: ao redor de Tia Eva. *Fronteiras*, v. 19, n. 33, p. 147-169, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5882/588266488008.pdf>. Acesso em; 10 out.2022.
- [19] MASTOP-LIMA, Luiza Nazaré; BELTRÃO, Jane Felipe. Identidade e território: saga, construção e situação de etnicidade entre agricultores familiares (PA Belo Horizonte-Pará-Brasil). *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, v. 3, n. 1, p. 64, 2015. DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.15210/TESS.V3I1.5375](https://doi.org/10.15210/TESS.V3I1.5375) Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/5375> Acesso em: 15 de set. 2021.
- [20] MENEZES, Vitor Matheus. Identidade e processos de identificação: um apanhado teórico. *Revista Intratextos*, v. 6, n. 1, p. 68-81, 2014. DOI: <https://doi.org/10.12957/intratextos.2014.7106> Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/7106> Acesso em: 21 out. 2022.
- [21] OUSHIRO, L. Conceitos de identidade e métodos para seu estudo na sociolinguística | Concepts of identity and methods for its study in sociolinguistics. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 63, p. 304-325, 2019. DOI: 10.9771/ell.v0i63.33777. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/33777> . Acesso em: 20 nov. 2022.
- [22] PACHECO, Kátia Monteiro De Benedetto; DA COSTA CIAMPA, Antônio. O processo de metamorfose na identidade da pessoa com amputação. *Acta Fisiátrica*, v. 13, n. 3, p. 163-167, 2006.
- [23] PETERSEN, Kai et al. Systematic mapping studies in software engineering. In: *Ease*. 2008. p. 68-77
- [24] PIRES, Vladimir Sibylla; ALBAGLI, Sarita. Estratégias empresariais, dinâmicas informacionais e identidade de marca na economia criativa. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 17, n. 2, p. 109-122, 2012.
- [25] SANTOS, B.S. *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez, 2000.
- [26] SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. Cortez editora, 2017.
- [27] RIOS, Fábio Daniel. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. *Revista Intratextos*, v. 5, n. 1, p. 1-22, 2013.
- [28] RODRIGUES JUNIOR, Osmar. Identidade, Imagem E Reputação. *Revista Silva*, v. 4, p. 189-201, 2020. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/silva/article/view/6710> Acesso e; 20 jul. 2022.
- [29] SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade*, n. 10, p. 129-136, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/3zsW4C3r6CFYcnx8sPSDrk/abstract/?lang=pt> Acesso em: 13 out. 2022.
- [30] SENOS, Jorge. Identidade social, auto-estima e resultados escolares. *Análise Psicológica*, v. 15, n. 1, p. 123-137, 1997. Disponível em: https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/5673/1/1997_1_123.pdf Acesso em: 13 out. 2022
- [31] VALENTIM, Renata Patricia Forain; TRINDADE, Zeidi Araújo. Modernidade e comunidades tradicionais: memória, identidade e transmissão em território quilombola. *Revista Psicologia Política*, v. 11, n. 22, p. 295-308, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v11n22/v11n22a08.pdf> Acesso: 13 out. 2022.
- [32] VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. *Economia: micro e macro*. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.
- [33] VIEIRA, M. M. F.; VIEIRA, E. F.; KNOPP, G. da C. Espaço global: território, cultura e identidade. *Revista Administração em Diálogo - RAD*, [S. l.], v. 12, n. 2, 2010. DOI: 10.20946/rad.v12i2.3438. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/3438>. Acesso em: 25 nov. 2022.

Capítulo 7

As contradições do processo de reestruturação e fragmentação socioespacial e suas implicações nas desigualdades sociais na cidade de Três Lagoas/MS

Lidiane Antonia Ferreira

Resumo: O presente artigo é permeado por múltiplas determinações, contudo o objetivo proposto é compreender como e em que medida a dinâmica da expansão territorial urbana contribui para a potencialização da fragmentação socioespacial e sua implicação nas desigualdades sociais na cidade de Três Lagoas/MS. Essa análise será realizada a partir da expansão territorial e econômica, considerando que este passou nas últimas décadas por uma forte expansão capitalista. Assim, busca-se compreender os diferentes conteúdos e efeitos econômicos e sociais da fragmentação socioespacial urbana e como estas se manifestam. O artigo irá apresentar o levantamento de informações de caráter quali-quantitativo, permitindo uma análise e compreensão do processo de expansão territorial e a fragmentação socioespacial na cidade objeto de estudo. Para tanto, foram realizados levantamentos bibliográficos, pesquisa documental e coleta de dados secundários que auxiliaram na construção de uma caracterização da cidade, com foco nos processos de fragmentação socioespacial e como este processo contribui para a potencialização da desigualdade. Para compreensão deste fenômeno serão considerados os elementos econômicos, sociais, imobiliários e outros. Realizando, assim uma caracterização das principais formas e vetores que contribuem ou não para a desigualdade socioespacial, possibilitando uma análise da dinâmica da fragmentação socioespacial como resultado da produção do espaço urbano.

Palavras-chave: Fragmentação socioespacial. Espaço Urbano. Desigualdades Sociais. Cidade.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo, fruto da disciplina de Urbanização e Produção do Espaço, cursada como aluna especial no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia das Faculdades de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual de São Paulo (FCT/UNESP), *Campus* de Presidente Prudente, objetiva compreender, com base nos pressupostos teóricos-metodológicos do materialismo histórico e dialético, as contradições inerentes ao processo de reestruturação da cidade e a desigualdade socioespacial na cidade de Três Lagoas/MS, a qual se situa na Costa Leste do estado de Mato Grosso do Sul.

Para a construção do artigo ora apresentado, pautamo-nos no Módulo 1 da disciplina, “Cidade: cotidiano e representações”, ministrado pela Professora Dra. Eda M. Góes em que pudemos dialogar sobre os cidadãos e como suas relações produzem o espaço urbano por meio de diferentes percepções e perspectivas, bem como possibilidades de integração, e o Módulo 2 ministrado pelo Professor Dr. Arthur Magon Whitaker onde estudamos sobre forma, função, estrutura e processo, suas dimensões e significados; as formas espaciais e urbanas, como também a morfologia e a paisagem urbana.

Diante dos conceitos, temáticas e reflexões realizadas inicia-se a discussão referenciando que o espaço fragmentado está ajustado por um conjunto de variáveis como, por exemplo, agentes sociais, redes geográficas, conexões materiais, digitais e culturais, fluxo de informações, mercadorias, conhecimentos, valores morais, dentre outros.

O espaço pode ser compreendido pelas concepções de Santos “como um mosaico de elementos diferentes, sintetiza, de um lado a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade [...] a noção de espaço é assim inseparável da ideia de sistemas de tempo” (SANTOS, 1985, p. 21-22).

Segundo Harvey (2006) é inviável conceber o espaço apartado do tempo, haja vista que os episódios e fenômenos se processam no tempo e no espaço. E os objetos, por sua vez, possuem um objetivo de uso, de modo que Santos (1996) os chama de forma-conteúdo, dando mais integridade ao conceito de território.

Ademais, é necessário compreender o conceito de território atrelado ao espaço, pois espaço e território são categorias debatidas quase sempre juntas por autores da Geografia. De modo que, “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá [...]” (SANTOS, op. Cit., p. 19). Diante de tal perspectiva de análise, há de se respeitar também as características urbanas, as quais estão hierarquizadas, de modo que o crescimento de um espaço geográfico urbanizado não se dá sem tais diretrizes.

Ainda referenciando Milton Santos (1996), é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social, pois o território é construído a partir das relações sociais estabelecidas no cotidiano, e os sujeitos que participam das práticas socioespaciais lutam veementemente em uma sociedade de classes.

Para Koga (2011), o território representa o chão do exercício da cidadania, onde se materializa a presença/ausência dos serviços públicos, sendo que não significa, simplesmente, o acesso a todos os serviços e com qualidade. Contudo, a afirmação só ganha relevância quando interpretadas a partir de Milton Santos (1997) que afirma que o território em si não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para análise social quando é considerado a partir do seu uso, a partir do momento em que pensamos juntamente com aqueles atores que o utilizam, ou seja, é o uso do território em si mesmo, que faz dele o objeto de análise social.

O espaço se dá, assim, a partir da intencionalidade social por meio da qual o homem se apropria do espaço natural transformando-o, por meio do trabalho, em espaço geográfico, isto é, resultado e condição da dinamicidade de relações que os homens estabelecem cotidianamente entre si, com a natureza e consigo mesmo, onde revela ainda, contradições e desigualdades sociais.

Desse modo, o processo de diferenciação espacial, está baseado desde a naturalização das diferenças até a construção das mesmas conforme estabelece a lógica do capital. No que diz respeito a diferenciação espacial relacionada à divisão do trabalho, Smith (1988) apoiado no debate de Marx, pondera ainda sobre a divisão do trabalho enquanto o modo primário pelo qual se ocorre a diferenciação espacial.

Smith (op. Cit.) reflete ainda que para a compreensão do Desenvolvimento Desigual em relação ao movimento que se produz enquanto um ‘vai e vem’ do capital, ou seja, há uma lógica enquanto motriz do desenvolvimento e manutenção do sistema capitalista de produção, que está relacionada ao processo de desigualdades espaciais e à condição de manutenção constante do ciclo do capital, uma vez que o

desenvolvimento desigual se materializa no espaço a partir das diferenças cristalizadas pela divisão social do trabalho.

Nesse contexto, é válido destacar que atualmente Três Lagoas/MS está organizada, principalmente, a partir de três vetores principais: Indústria, Espaços Residenciais Fechados e Habitações do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) que, sinalizam reestruturações na cidade e, por sua vez, corroboram com processos de fragmentação socioespacial.

O processo de fragmentação socioespacial é aqui entendido sob a luz da conceptualização de Sposito e Góes (2013), ao passo que as autoras identificam que no período da globalização há a combinação da homogeneização e diferenciação de espaços e pessoas, sendo construídas barreiras materiais e ampliando a extensão territorial da cidade a fim de adotar “estratégias de separação e controle em relação aos outros” (SPOSITO; GÓES, op. Cit., p. 294-295). Portanto, os elementos acima listados referentes, principalmente, aos novos espaços de habitação se configuram como elementos de ruptura do solo urbano e, portanto, vetores da fragmentação socioespacial que está em curso na cidade de Três Lagoas.

Segundo Souza (2000, p. 179 *apud* Sposito; Góes, idem, p. 292) o termo fragmentação vem sendo utilizado para compreender os espaços urbanos, e este se tornou popular, considerando o papel desempenhado como “[...] *pendant* do processo de globalização, com isso indicando-se que, por trás de processos de relativa homogeneização cultural, de costuramento econômico e “compreensão espaço temporal”, tem lugar também “exclusão e segmentação sociais””.

Para que se possa compreender o processo de fragmentação socioespacial é necessário refletir sobre a industrialização de Três Lagoas, considerando que a aliança entre os fatores da estruturação do capitalismo e suas articulações em diferentes escalas no território, projeta como necessidade teórico e metodológica a relação empírica entre tempo e espaço das atividades e seus desdobramentos multiescalares.

Três Lagoas se situa na região Centro-Oeste do Brasil, no estado de Mato Grosso do Sul, mais precisamente na região leste do estado, conhecida como “Região do Bolsão¹”. Segundo Ferreira (2019), trata-se da terceira cidade mais populosa e importante do estado e 25º município mais dinâmico do Brasil (IBGE, 2015), tendo em vista o crescimento industrial decorrido nos últimos anos, em um município, historicamente, sustentado pela pecuária e pelo funcionalismo público da extinta Rede Ferroviária Federal.

Há questionamentos sobre a cidade de Três Lagoas ser uma cidade média, pois a primeira aproximação geralmente feita é atrelada aos parâmetros demográficos. Vale colocar que há distinção entre cidades de porte médio e cidades médias, ao passo que o primeiro estrato se referencia, exclusivamente, aos parâmetros demográficos enquanto o segundo grupo é definido a partir de características qualitativas e papeis assumidos na rede urbana (SPOSITO, 2006).

A discussão sobre cidades de porte médio trata, frequentemente, dos limites extremos que devem ser dados a esta classe de cidades. Sposito (2006) coloca que cidades de porte médio estão localizadas na faixa demográfica entre 50 e 500.000 habitantes. Três Lagoas, atualmente, conta com população de 113.619 habitantes, segundo a projeção de 2015 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), logo os parâmetros demográficos as classificam como uma cidade de porte médio.

As cidades médias podem ser melhor definidas como cidades com papeis e funções de articulação escalar na rede urbana, diferenciando-as de cidades de porte médio, que são aquelas que são assim definidas, exclusivamente, em função do seu tamanho demográfico (SPOSITO, 2010).

Ressalta-se que, por meio do tamanho demográfico, exclusivamente, não se consegue definir a dinâmica da noção de cidades médias à medida que uma cidade pode estar situada na faixa demográfica de uma cidade de porte médio e ainda assim não assumir papel de intermediação nas regiões e redes onde está situada não sendo apreendida, destarte, como uma cidade média.

O presente artigo tem como objetivo de analisar o processo de produção do espaço urbano de Três Lagoas a partir do levantamento de informações de caráter qualitativos e quantitativos, permitindo uma arguição

¹ A origem do nome Bolsão tem alimentado uma boa dose de debates e pesquisas. A maioria convergindo para aspectos políticos, ou seja, o Bolsão como uma área de baixa densidade demográfica, isolada, relativamente fechada, com pouca comunicação e controlada por chefes políticos. O nome Região do Bolsão começou a ser adotado anterior à divisão do Estado de Mato Grosso, levando-se em consideração as dificuldades de comunicação com a capital, Cuiabá, ficando esta região totalmente isolada do poder de decisão do centro político-administrativo, o que fortaleceu a união entre os municípios que a constituíram. A região é constituída por dez municípios, sendo: Água Clara, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Inocência, Paranaíba, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Três Lagoas (BARBOSA, 2019).

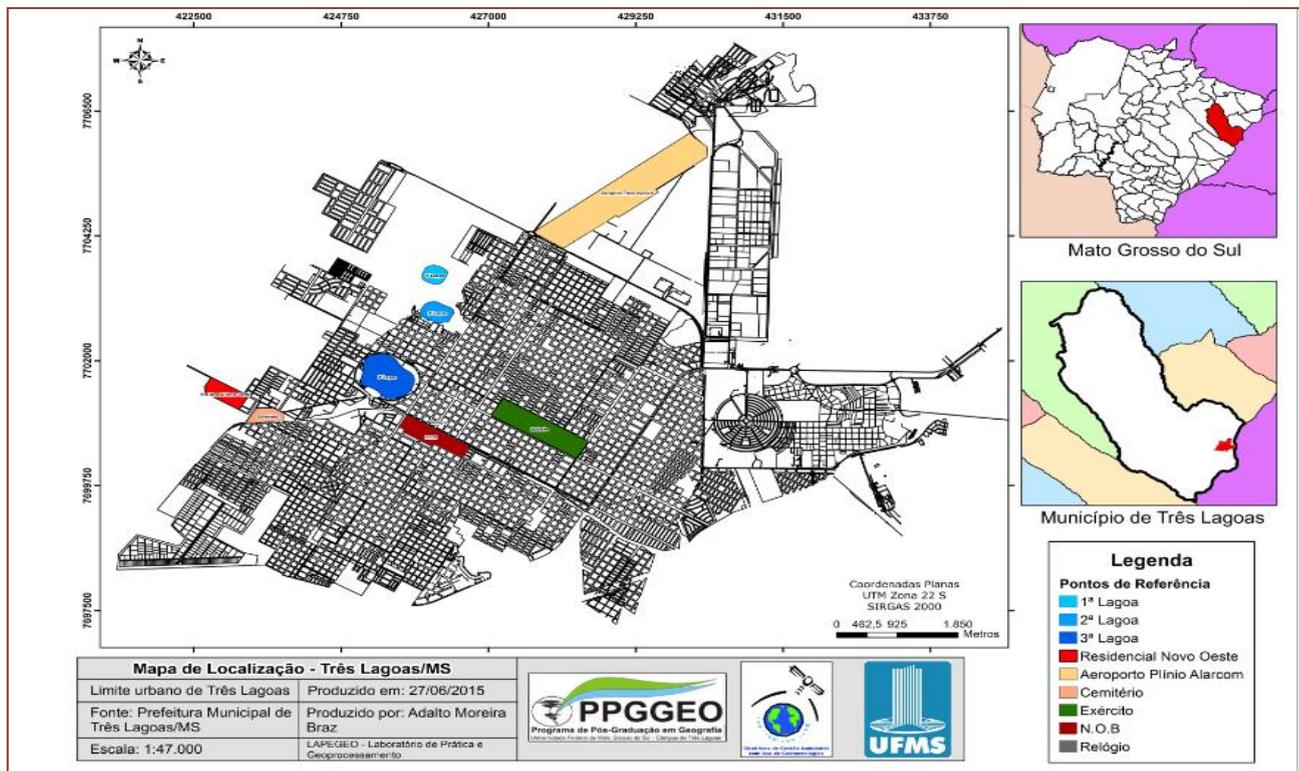
e compreensão do processo de expansão territorial da cidade sob a perspectiva dos processos de fragmentação socioespacial.

2. TRÊS LAGOAS/MS: ESBOÇO SOBRE SUAS CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

Como acima citado, Três Lagoas é uma cidade sul-mato-grossense de importante envergadura econômica tanto para o estado quanto para o contexto nacional. Está distante de cidades importantes como a capital do estado, Campo Grande, cerca de 326 km; cerca de 607 km da cidade de São Paulo e 682 km de Brasília, capital federal, apresentando, portanto, situação geográfica favorável que propicia o seu destaque frente a região onde se situa.

No mapa 1, ilustrado a seguir, é apresentado a localização do município de Três Lagoas na escala do estado de Mato Grosso do Sul, destacando pontos que identificam o processo de expansão territorial, como o Residencial Novo Oeste e o Aeroporto Plínio Alarcom.

Mapa 1: Mapa da Cidade de Três Lagoas/MS e sua localização no estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: FERREIRA, 2016.

Segundo dados do IBGE (2019), no censo de 1940 a cidade tinha 15.378 habitantes. Vinte anos depois a população atingia 31.690 habitantes, e em 1991 possuía 68.162 habitantes. Em 2000, totalizava 78.900 habitantes e no último censo havia 101.722 habitantes (IBGE, 2010). Dados estimativos do IBGE do ano de 2015 mensuraram uma população de 113.619 habitantes. Já para o ano de 2019 a estimativa é de 121.388 habitantes (IBGE, 2020). Logo, os dados demográficos demonstram um rápido crescimento populacional para Três Lagoas.

Ressalta-se que os dados do último censo não consideram a população flutuante advinda do processo de industrialização acelerado, principalmente, a partir do ano de 2007. Assim, dados primários coletados por meio de pesquisa de campo junto às autoridades municipais, com base nos atendimentos ofertados pelas políticas públicas municipais no ano de 2019, consideram a estimativa populacional de aproximadamente 140.000 (cento e quarenta mil) habitantes (TRÊS LAGOAS, 2019).

Três Lagoas/MS apresenta um percentual de população flutuante considerável; episódio este observado perceptivelmente nos atendimentos realizados pela Política Municipal de Assistência Social por meio da Equipe de Proteção Social Especial, no qual realizou 1.656 atendimentos no ano de 2015, 1.128 em 2016 e em 2017, 9.043 atendimentos aos usuários migrantes, que vieram à cidade em busca de oportunidades e melhor qualidade de vida, segundo dados coletados na Secretaria Municipal de Assistência Social.

A cidade de Três Lagoas ocupa o primeiro lugar em exportação do estado do Mato Grosso do Sul, seguida por Dourados, Campo Grande e Corumbá, dados representados no quadro 1, ilustrado a seguir. Esses elementos apontam que mesmo diante da crise econômica mundial de 2008, que atingiu a economia de potências econômicas como os Estados Unidos, a economia municipal continuou a crescer significativamente.

Após pesquisa e análise dos dados evidencia-se que, concomitantemente, ao crescimento econômico, podemos ressaltar o crescimento da área urbana e alterações nos padrões e indicadores sociais da população. A cidade enfrenta uma constante expansão empresarial e industrial, seguida de crescimento migratório de pessoas em busca de trabalho e melhores condições de vida, o que corrobora em fragmentação e desigualdade socioespacial produzida pela expansão urbana.

Quadro 1: Ranking das maiores cidades em exportação do Mato Grosso do Sul

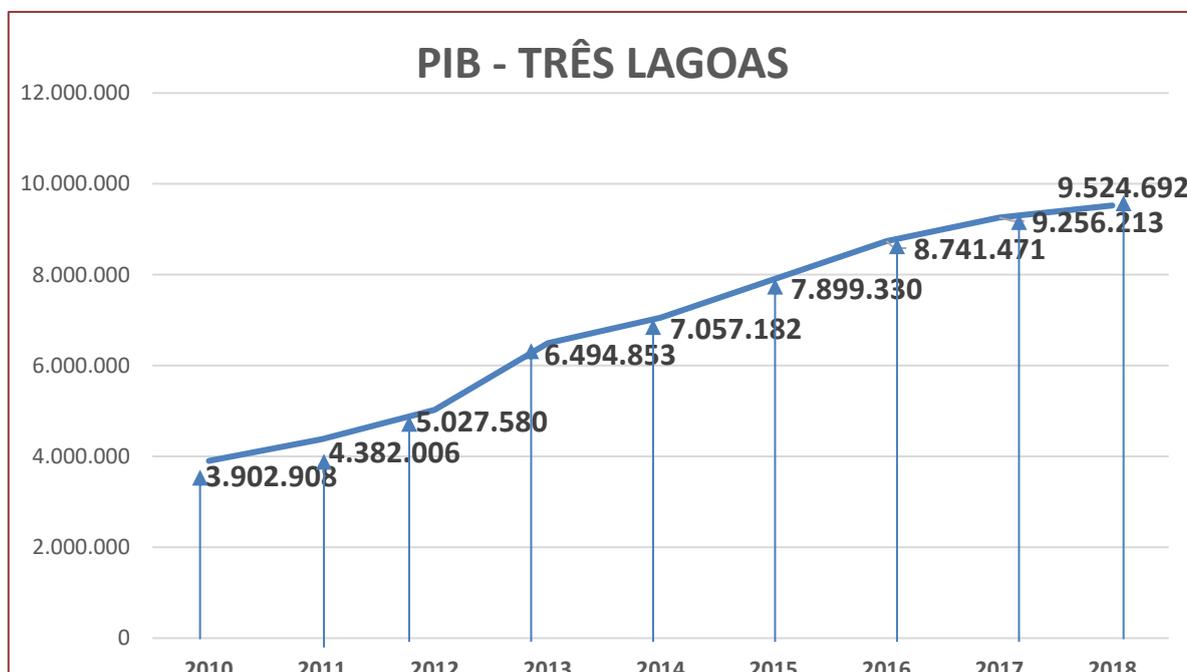
Ranking	Municípios	Jan-Mai/2019		Jan-Mai/2018		Var. (%)
		US\$ FOB	Part. (%)	US\$ FOB	Part. (%)	
1º	Três Lagoas	950.454	52,73	795.797	47,95	19,43
2º	Dourados	150.121	8,33	80.311	4,84	86,92
3º	Campo Grande	145.221	8,06	146.710	8,84	-1,01
4º	Corumbá	87.274	4,84	122.539	7,38	-28,78
5º	Chapadão do Sul	81.880	4,54	76.026	4,58	7,70
6º	Bataguassu	49.127	2,73	49.642	2,99	-1,04
7º	Naviraí	43.068	2,39	44.602	2,69	-3,44
8º	Itaquiraí	38.504	2,14	31.813	1,92	21,03
9º	Sidrolândia	30.713	1,7	43.066	2,59	-28,68
10º	Nova Andradina	30.514	1,69	34.175	2,06	-10,71
	Total dos dez primeiros municípios	1.606.875	89,15	1.424.681	85,84	12,79

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Secex/MDIC)

Dados coletados em pesquisa de campo realizada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SEDECT) evidencia que a cidade de Três Lagoas corresponde, atualmente, a 50% da exportação industrial de Mato Grosso do Sul, sendo os principais itens a celulose e o farelo de soja. O município também apresenta crescimento em importação, tendo como principais produtos de consumo industrial os materiais têxteis, cereais e siderurgia. Com o quarto maior PIB de MS (cerca de 3,4 bi em 2012), PIB per capita no ano de 2016 de R\$ 79.911,85 (IBGE, 2019), e situada em um entroncamento das malhas viária, fluvial e ferroviária do Brasil, possui acesso privilegiado às regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país e a países da América do Sul.

Devido a esses fatores aliado à disposição de energia, água, matéria-prima e mão de obra, a cidade no momento passa por uma fase de transição econômica e rápida industrialização, de acordo com a SEDECT, donde foi coletada tais informações/dados. Além disso, a cidade apresenta ainda grande potencial turístico.

No gráfico 1, observa-se a evolução do PIB nominal de Três Lagoas.

Gráfico 1: Evolução do PIB nominal, Três Lagoas/MS

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia – SEDECTI, 2019.

Com o quarto maior PIB de MS (cerca de 3,4 bi em 2012), PIB per capita no ano de 2016 de R\$ 79.911,85 (IBGE, 2019), e situada em um entroncamento das malhas viária, fluvial e ferroviária do Brasil, possui acesso privilegiado às regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país e a países da América do Sul. Devido a esses fatores aliado à disposição de energia, água, matéria-prima e mão de obra, a cidade no momento passa por uma fase de transição econômica e rápida industrialização. Apresenta, ainda, grande potencial turístico.

Considerada a capital mundial da celulose, Três Lagoas têm instalada as duas maiores fábricas de celulose do mundo: Suzano e Eldorado Brasil, conta ainda com dois distritos industriais, com diversos ramos de indústria.

A grande projeção de investimentos e o desenvolvimento econômico de Três Lagoas atualmente, nos auxilia a compreender a diminuição do percentual de pobreza e de desigualdade social. Dados do IBGE e o Índice de Gini apresentam esse outro lado da realidade. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$70,00 de agosto de 2010) passou de 7,37% em 1991 para 3,57% em 2000 e para 1,33% em 2010. Segundo o IBGE (2010) a taxa de extrema pobreza da População era de 7,1%, sendo a do Estado 20,79% do Brasil 30,33%. Em relação à renda per capita média de Três Lagoas/MS cresceu 110,26% nas última duas décadas, passando de R\$ 410,75 em 1991 para R\$ 575,14 em 2000 e R\$ 863,66 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 40,02% no primeiro período e 50,17% no segundo.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, os investimentos em cadeias produtivas e infraestrutura em Três Lagoas somam R\$ 42 bilhões entre os anos de 2000 a 2018. Cabe ressaltar, que a cidade continua se desenvolvendo, na contramão do cenário mundial, onde investimentos estão previstos, segundo dados coletados em pesquisa, conforme quadro abaixo (Quadro 2).

Quadro 2: TRÊS LAGOAS – Projeção de Investimentos Futuros (2019/2020)

Empreendimento	Investimento R\$ (Em milhões e Bilhões)
PORTO SECO	1 bi
UFN3	3 bi
HOSPITAL REGIONAL	100 mi
SHOPPING CENTER	100 mi
CERVEJARIA	500 mi
FABRICA DE PAPEL	120 mi
ELDORADO BRASIL	7.7 bi
USINA ELETRICA	3 bi

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. Elaboração própria.

Perroux (1967) analisa o processo de crescimento, o qual se processa irregularmente, de modo que o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo, vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia.

Sobre a concentração das indústrias nos distritos, a contínua expansão industrial e a consequente concentração territorial Perroux (1967, p. 174) afirma que “[...] num polo industrial complexo geograficamente concentrado e em crescimento, registram-se efeitos de intensificação das atividades econômicas devido à proximidade e aos contatos humanos [...]”.

Em 2019, o IBGE registra uma população estimada de 121.388 habitantes. É importante considerar um aspecto não disposto nos dados coletados do IBGE, como estimativa no que tange a população total do município, haja vista o processo de industrialização que Três Lagoas perpassam desde os anos 2006 que ocasionou a vinda de vários trabalhadores e, ainda recebe uma população fluando em busca de novas oportunidades. Logo, o crescimento provoca aumento das demandas das políticas públicas Inter-setoriais do município

Desse modo, retomando o aumento populacional anteriormente citado, é plausível atrelá-lo ao desenvolvimento industrial e, consequentemente, econômico que Três Lagoas teve desde o ano de 2007 testemunha a partir da instalação de novas fábricas. Logo, houve crescimento de diversos segmentos no município, entre esses: setor alimentício, hoteleiro, comércio e outros, segundo dados coletados junto a SEDECT.

Destaca-se, inclusive, que em dezembro de 2019, inaugurou-se o primeiro *shopping center* da cidade de Três Lagoas, orçado em R\$100.000.000,00 (Cem Milhões de Reais) com estimativa de 1.500 empregos em uma área de 2.600 m², sendo 06 lojas âncoras e 82 lojas satélites, com praça de alimentação com 20 lojas e capacidade para 800 lugares; além de 04 salas de cinema, 01 game e área de serviço exclusiva e 1.200 vagas de estacionamento (TRÊS LAGOAS, 2019).

Diante dos dados coletados e análise realizada sobre o crescimento da cidade de Três Lagoas é imprescindível destacar que, de acordo com Bosier (2005), a temática do desenvolvimento local é envolta ao processo de mudança sociocultural, mapeado pelo território próximo, ou seja, trata-se de um processo caracterizado pelo caráter endógeno (autonomia, reinvestimento, inovação e identidade), pelos agentes e cultura local, que tem como resultado uma sinergia que envolve o progresso do território com o tecido social.

3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE TRÊS LAGOAS/MS

A população de Três Lagoas apresenta alterações significativas na sua forma, observa-se transformações atribuídas ao processo de transição demográfica e ao aumento da expectativa de vida, além do fluxo migratório da população economicamente ativa, o que se pode atribuir ao crescimento no setor produtivo do município, consequências do avanço industrial.

Três Lagoas atingiu o IDH de 0,744, o resultado equivale a um aumento de 17% em comparação ao ano de 2000, quando o município registrou um IDH de 0,63, ficando em quinta posição em relação às cidades do Estado de Mato Grosso do Sul. Dez anos depois, com o desenvolvimento industrial, o município passou para

a quarta posição com um dos maiores índices de IDH do estado. No índice de longevidade, Três Lagoas cai para 11º posição com IDH de 0,849 e a expectativa de vida é de 75,80 anos apontando um aumento de 5 anos na expectativa de vida do três-lagoense.

Com uma extensão territorial de 10.206,949 km², o território de Três Lagoas se estende até a divisa com o estado de São Paulo e possui três distritos: Arapuá, Jupiá e Garcias; e sua área urbana tinha 162 bairros que foram reorganizados para 31 (trinta e um) e possui 13 conjuntos habitacionais; a área rural do município conta com 645 “espaços habitados”, divididos entre: lotes, assentamentos; fazendas; ranchos; estâncias; chácaras e sítios.

Partindo da análise do uso e ocupação do solo treslagoense, considerando a produção do espaço urbano, dados coletados na Diretoria de Habitação prospectam que o município possui 13 conjuntos habitacionais com a quantidade de 3.515 (três mil, quinhentas e quinze) famílias. Existem quatro assentamentos legalizados ocupados por 175 famílias, sendo que no Pontal do Faia encontra-se 45 famílias, no Paulistinha com 36 famílias, no Palmeiras com 25 famílias e no 20 de março com 69 famílias, em pleno desenvolvimento industrial este número de assentamento é considerado bom, onde boa parte das terras são ocupadas por gado e agricultura e não por plantação de eucalipto. Observa-se que a ocupação verificada em Três Lagoas se assemelha a realidade nacional e estadual.

O município de Três Lagoas dispõe de 17 escolas municipais, 11 estaduais, 12 particulares (nível médio e técnico) e 14 CEIs (Centro de educação infantil), uma universidade federal, uma universidade privada, um instituto federal, além de outras faculdades com cursos a distância de graduação e pós-graduação. O IDH referente à escolaridade de Três Lagoas avançou na última década, em 2000 apresentou um IDH de 0,477 e em 2010 foi de 0,645.

A realidade material, entendida como objeto de estudo da geografia é formado, segundo Saquet (2007) pelas relações sociais, efetivadas entre sujeito e o objeto, ou seja, as relações que se concretizam no território e significam territorialidades².

Outra feição em relação à constituição do território refere-se à territorialização do desenvolvimento econômico, que compreende o território como área, permeado por características econômicas, políticas e culturais, na qual seus agentes sociais mantêm relações com os de outras áreas. Igualmente significa conexões, articulações, como resultado e condição da dinâmica socioespacial, na qual se incidem agregações territoriais, por mudanças/ inovações e por permanências sociais (BAGNASCO, 1977 apud SAQUET, 2007).

A compreensão de desigualdades presentes no território é complexa, principalmente a partir das relações capital-trabalho, do uso do espaço e do movimento traduzido na processualidade sociohistórica e transescalar, sendo que a problemática do desenvolvimento, ganha centralidade. Logo, o território compreende elementos materiais e imateriais, quanto à problemática do desenvolvimento, considera elementos de territorialidades locais, a fim de um desenvolvimento pautado na emancipação do sujeito.

Na produção do espaço urbano, e reprodução espacial reflete dilemas territoriais como a segregação socioespacial, tendo em vista que a moradia e as questões latentes vivenciadas devido ao déficit em habitação estão diretamente ligadas a (re)construção social do território, pois este é o abrigo e recursos dos cidadãos e de suas referências material relacionadas ao direito ao uso do espaço, e, também, imateriais, no que diz respeito ao sentimento de pertencimento e construção de identidade social.

Nesta lógica, as políticas públicas devem atentar-se ao território e às necessidades da população para que esta tenha condições mínimas de desenvolvimento.

Trazer à tona as diferenças e desigualdades regionais e socioterritoriais para o âmbito das políticas sociais de educação, saúde, habitação, assistência social e de proteção à criança e adolescentes torna-se um importante exercício para inverter a lógica de atendimento às demandas setorizadas, ou por segmentos, para se passar para uma lógica baseada nas diferenças e desigualdades sociais presentes nas relações territoriais que constituem as cidades e regiões brasileiras (KOGA; NAKANO, 2006, p.6).

² O espaço para Santos (2008) seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam com estes objetos. Neste contexto, o espaço é o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, entrelaçado pelas “forças produtivas e pelos meios de produção” (HARVEY, 2006). Nessa relação, espaço e sociedade, surge à produção de uma organização espacial que é moldada pelas ações do modo de produção capitalista.

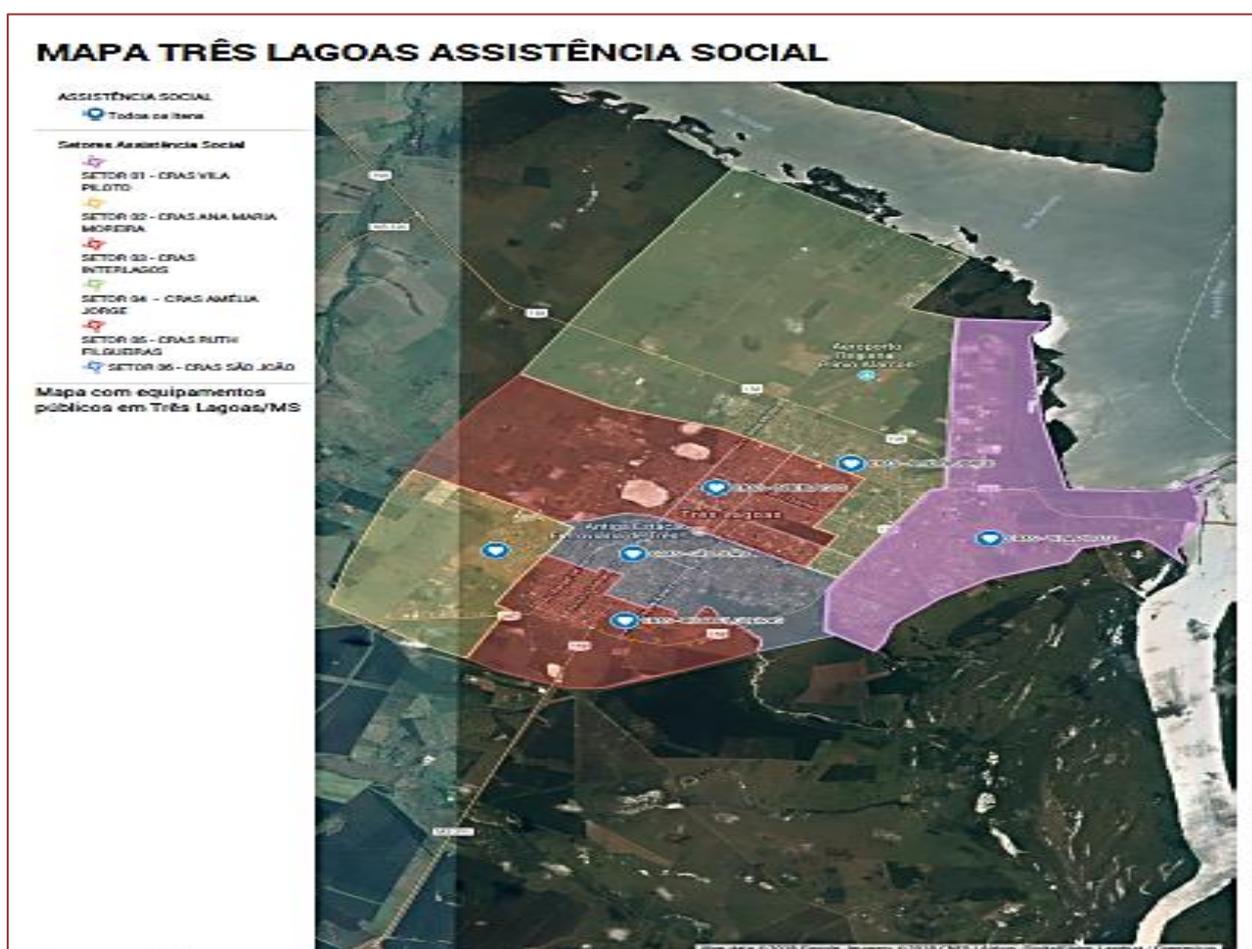
Sendo assim, Santos (2010) afirma que o território em si não é um conceito; tornando-se quando utilizado para a análise social considerado a partir do seu uso, ou seja, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles sujeitos sociais que dele se utilizam.

Portanto, são de fundamental importância a articulação, análise e definição das necessidades, possibilidades e potencialidades existentes em um território, seguindo suas particularidades e diversidades em diferentes escalas.

Nessa perspectiva, enfatiza-se a função da Política Pública, que segundo Boneti (2006) são mecanismos articulados com a ação do Estado como estratégias para a resolução de problemas sociais particularizados e, a eficácia das ações estatais discutidas nos diferentes campos que são por elas envolvidos.

Neste esboço, analisar-se-á as contradições do processo de reestruturação e fragmentação socioespacial e suas implicações na cidade de Três Lagoas sob a ótica da Política Pública de Assistência Social que compreende todo o seu extenso território, incluindo os serviços em áreas rurais. Para aperfeiçoar a gestão frente à relevância dos serviços prestados à comunidade de modo eficaz, fora subdividido a administração dos serviços prestados pela assistência social em seis Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que correspondem aos CRAS Ana Maria, CRAS Amélia Jorge, CRAS Interlagos, CRAS Ruth Filgueiras e CRAS Vila Piloto (Figura 01).

Figura 01: Localização dos territórios administrativos dos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) de Três Lagoas/MS



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social de Três Lagoas/MS (SMAS), 2019.

De acordo com Lefebvre (2004), o espaço urbano é o resultado de uma história que deve ser concebida com a atividade de “agentes” ou “atores” sociais, de “sujeitos” coletivos que operam por impulsos sucessivos, projetam e modelam de modo descontínuo extensões de espaço. A cidade adquire um valor conceitual de extrema relevância para fundamentação teórica da concepção da produção do espaço e da reprodução das relações sociais. A cidade revela, em certo sentido, a unidade das relações capital-trabalho e da história da aventura humana no domínio sobre a natureza. De acordo com o autor, a cidade “é um espaço, um intermediário, uma mediação, um meio, mais vasto dos meios, o mais importante. A transformação da natureza e da terra implica um outro lugar, um outro ambiente: a cidade” (LEFEBVRE, 2001, 85-86).

É fundamental por meio desta leitura a análise das múltiplas desigualdades que marcam o urbano e que afetam a vida cotidiana do indivíduo, haja vista, que os processos de fragmentação socioespacial que constroem os territórios e bairros na cidade caracterizam-se por uma ruptura (GERVAIS-LAMBONY, 2001) entre as partes da cidade, que não se conectam através dos serviços, políticas públicas, desenvolvimento econômico etc.

Pode-se compreender que a fragmentação socioespacial se materializa quando na construção do urbano os iguais se conectam e repelem os diferentes, afastando, portanto, a grande massa trabalhadora da proximidade com as empresas e com áreas consideradas nobres. Os residenciais urbanos, os distritos industriais, a mobilidade urbana, o acesso as políticas públicas e o crescimento migratório potencializam o processo de fragmentação e desigualdade socioespacial. Nesta direção, a fragmentação socioespacial é compreendida enquanto um processo e não como um fato, sendo constituída por “polarizações socioespaciais acentuadas” (PRÉVOT-SCHAPIRA, 2001) que condicionam uma ruptura entre as partes das cidades nos diversos âmbitos, a saber, territoriais, sociais, econômicos e políticos (NAVEZ-BOUCHANNE, 2002).

Evidencia-se, portanto, a ratificação das ideias de Souza (2001, p. 179) sobre as contradições que permeiam o crescimento dos espaços urbanos e as identificações quanto à divisão econômica, no qual se materializa no espaço, isto é, na cidade. Fica claro que ao passo em que há um favorecimento desigual para com os verdadeiros beneficiários, do dito “desenvolvimento urbano”, que são poucos, existe também lugar de exclusão, destinados àqueles mais necessitados.

Faz-se necessário considerar a formação socioespacial a partir da dinâmica neoliberal que potencializa o crescimento econômico, em detrimento ao bem-estar dos indivíduos e que comanda a produção e apropriação do espaço urbano (DARDOT e LAVAL, 2016). De tal modo, é importante analisar o desenvolvimento industrial e sua contribuição para fragmentação socioespacial vivenciada pelos indivíduos na cidade de Três Lagoas, que tem seu crescimento industrial incentivado pela lógica capitalista sem levar em consideração estudos e análises dos impactos sociais e ambientais que gera para o município, e o quanto essas empresas capitalistas multinacionais instaladas potencializam a fragmentação e desigualdade socioespacial.

3.1. FRAGMENTAÇÃO E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAL EM TRÊS LAGOAS/MS

No período de aceleração do processo de implantação de novos loteamentos na cidade, os loteamentos abertos caracterizaram-se pela distância do centro da cidade, que mantém os moradores isolados espacialmente. Esses loteamentos tiveram poucos investimentos em infraestrutura. Outros loteamentos, construídos mais próximos da área central tiveram maior investimento em infraestrutura, o que nos permitiu identificar que foram destinados à classe média e alta. Assim, fica claro o modelo centro-periferia, com vazios urbanos que estrategicamente se constituíram e ainda se constituem em áreas de especulação imobiliária (ARANHA-SILVA, 2010, p. 416).

Batista (2015), destaca que é necessário lembrar que não houve planejamento da expansão urbana para a cidade, sendo os novos loteamentos implementados através de ações públicas e privadas, promovidas por proprietários fundiários que transformaram suas terras rurais em lotes urbanos por meio de estratégias políticas. O autor destaca ainda que o setor leste foi escolhido para a implantação dos loteamentos Vila Alegre e Jardim Novo Alvorada, incorporados em 1960 e 1972 respectivamente, tendo como público alvo os trabalhadores assalariados da Usina Hidroelétrica, por serem áreas próximas a usina. Mas houve pouco investimento por parte dos incorporadores nesses loteamentos.

A instalação desses empreendimentos são importantes vetores de reestruturação em Três Lagoas. Batista (2015) nos permite compreender e identificar o processo de reestruturação de Três Lagoas, destacando que a forma urbana recente da cidade, foi impactada pela reestruturação produtiva a partir dos anos 1990.

Sposito (2007, p. 248) define reestruturação da cidade como a ocorrência de mudanças abruptas em escala mais restrita, nesse caso, a intraurbana, sendo as formas da cidade pontos de partida ou de chegada. No entanto, a autora continua e demonstra que a reestruturação da cidade se atrela a reestruturação urbana que, por sua vez, ocorre em escalas mais amplas, tal qual a regional (SPOSITO, 2007). Logo, Aranha-Silva (2010) destaca que a reestruturação em Três Lagoas tem início em 1990 quando a cidade passa por uma intensa mudança estrutural e social, materializada por novos bairros residenciais, como os conjuntos habitacionais populares e os condomínios fechados horizontais.

Em 2006, com a chegada de grandes indústrias, ocorre grande crescimento populacional. A nova população de Três Lagoas traz consigo novas demandas de serviços e de consumo, o que impacta drasticamente o mercado imobiliário, as demandas por políticas públicas e acelera o investimento em novos residenciais e loteamentos.

A produção do espaço urbano é intrínseca a reprodução do sistema capitalista, que vinculado ao crescimento das indústrias e, conseqüentemente, das instalações das empresas na cidade fortalece a fragmentação e a desigualdade socioespacial.

Desse modo, a produção do espaço urbano altera toda dinâmica de vida, dos costumes e dos hábitos da população, impactando nas relações sociais pré-estabelecidas, modificando o território a partir das vivências sociais.

Sposito (2011) e Mendes (2011) concordam que o processo de fragmentação da cidade está vinculado à perda da unidade espacial. A diferença entre os territórios das cidades ocorre conforme as características dos grupos sociais que produzem esse território, pois o estilo de vida e o perfil econômico, idade influenciam de forma direta na produção deste espaço.

Para melhor compreender as mudanças de Três Lagoas e a sua produção espacial urbana é necessário considerar sua história. Segundo Batista (2015) são três momentos importantes: o primeiro é o da implantação da estação ferroviária (NOB), o segundo é o da construção da usina hidroeétrica e o terceiro a implantação das indústrias e fábricas na cidade. Portanto, Três Lagoas passa por forte reestruturação a partir de 2006, com o grande investimento empresarial, impactando na construção de novos espaços e de uma nova Três Lagoas, que rompe com suas características iniciais e se remodela física e socialmente.

4. CONSIDERAÇÕES

O amplo e rápido crescimento empresarial explica as mudanças urbanas e as transformações espaciais e sociais da cidade de Três Lagoas. Novos costumes, novas formas espaciais, novas demandas por políticas públicas, novos investimentos imobiliários, entre outros.

Nesse contexto, a fragmentação socioespacial amplia as desigualdades de acesso e de qualidade de vida, potencializando a diferença econômica entre os indivíduos. Uma grande massa trabalhadora e uma pequena parcela burguesa que dita as novas regras sociais e de consumo. Quem perde com a fragmentação e a desigualdade socioespacial são somente o pobre, negro, trabalhador, analfabeto ou analfabeto estrutural. Perpetuam-se situações difíceis de serem resolvidas na sociedade que é a violação dos direitos sociais de crianças e de adolescentes, exploração de mão de obra barata, precarização dos direitos trabalhistas e sociais.

Logo, a população com menor poder aquisitivo, classificada como baixa renda é a mais prejudicada devido à ausência de planejamento assertivo e fomenta a segregação.

É possível afirmar que a urbanização é um assunto complexo e multidimensional, além do direito a cidade, toda a população, sendo urbana ou rural, tem direito à cidadania, democracia, função social e pedaço de terra. Porém, as classes populares sempre são desfavorecidas quando o assunto é democracia e igualdade, as ações políticas tentam organizar as situações de ocupação e habitação justa e culmina em manchas urbanas, além do aumento significativo da violência, entre outros fatores.

Tomando como referencial os dados apresentados no decorrer do texto, constata-se que a localização da cidade de Três Lagoas é um dos atrativos aos constantes investimentos de indústrias realizados. A indústria desempenha um papel fundamental para que ocorra a inserção do capital e sobretudo por influência, uma

verdadeira reprodução espacial, pois, a indústria é instalada procurando sempre um local estratégico, visando sempre o lucro, fragmentando e descentralizando a malha urbana e a sociedade influenciada.

Os fenômenos de crescimento empresarial possibilitam compreender as mudanças urbanas mais recentes, através das mudanças políticas, econômicas ocorridas. Essa realidade marca um período de grandes mudanças, que nos remete a aprofundar estudos que contribuam para uma releitura de realidade a fim de melhor compreender as contradições que são inerentes a essa realidade vivenciada.

A análise da diferenciação socioespacial, bem como a leitura das mudanças causadas pela nova forma de urbanização, faz se necessário para compreender a fragmentação e a desigualdade socioespacial potencializada não só por fatores sociais e políticos mais também através das formas de manifestação de inclusão e exclusão socioespaciais potencializadas pelo setor econômico através de agentes imobiliários e de políticas públicas de desenvolvimento industrial.

As considerações apresentadas são o início de uma discussão que deve e será aprofundada. Deve-se em outros momentos mergulhar nos vários campos possíveis de leitura da produção do espaço urbano e na fragmentação e desigualdade socioespacial da cidade de Três Lagoas, bem como nos novos investimentos e na crescente mudança das diferenças estabelecidas.

REFERÊNCIAS

- [1] ALVES, J. E. D. A transição demográfica e a janela de oportunidade. Instituto Fernando Braudel de Economia: São Paulo, 2008.
- [2] BARQUERO, Antonio Vasquez. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2001. 278p.
- BATISTA, Ricardo Lopes. Produção do espaço e controle social: os espaços residenciais populares fechados como novo modelo de moradia. – Presidente Prudente, 2015. 241 p.
- [3] BOSIER, S. Desarrollo (local): ¿ Dé qué estamos hablando? In: BECKER, F; BANDEIRA, S.P. (Orgs). Determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.
- [4] BRANDÃO, Carlos. O campo da economia política do desenvolvimento: o embate com os “localismos” na literatura e na política pública contemporânea. In. Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- [5] BONETI, Lindomar Wessler. Políticas Públicas por dentro. Ijuí: Unijui, 2006.
- [6] BOSIER, S. Desarrollo (local): Dé qué estamos hablando? In: BECKER, F; BANDEIRA, S.P. (Orgs). Determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.
- [7] BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento – 3ª edição – Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- [8] CAMAGNI, Roberto. Incertidumbre, capital social y desarrollo local: enseñanzas para una gobernabilidad sostenible del territorio. Investigaciones Regionales, n.2, p.31-58, 2003.
- CARVALHO, F. C. A. Gestão do conhecimento: o caso de uma empresa de alta tecnologia. Dissertação. (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – UFSC, Santa Catarina, 2001.
- [9] COELHO, L. L. Os conceitos de dispersão e fragmentação urbana sob a abordagem da paisagem. IV ENANPARQ. Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016.
- [10] CORRÊA, C. E. G.; FRITZKE, W. H.; FENILLI, R. Desenvolvimento local e inovação: um olhar para o município de Schroeder/SC.
- [11] CORRÊA, R. L. Região e organização espacial. 7 ed. São Paulo: Ática, 2000.
- [12] DARDOT, P. e LAVAL, C. (2014). Commun: essai sur la révolution au XXIe siècle. Paris, La Découverte.
- [13] FERREIRA, Lidiane Antonia. A produção do território e as políticas públicas de habitação na cidade de Três Lagoas/MS. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas/MS, 2016.
- [14] FERREIRA, Lidiane Antonia FERREIRA, Silvia Aline Silva. Contribuição Aos Estudos Sobre Fragmentação e Desigualdade Sócio Espacial. ENANPEGE, 2019.
- [15] GERVAIS-LAMBONY, Philippe. La ségrégation dans la grande ville, un essai de définition. In: GERVAIS-LAMBONY, Marie-Anne (Éd.). Les très grandes villes dans le monde. Paris: Atlante, 2001.
- [16] IBGE. Instituto de Geografia e Estatística. Panorama Três Lagoas. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/tres-lagoas/panorama>. Acesso em 10.07.2019.

- [17] IBGE. Instituto de Geografia e Estatística. Panorama Três Lagoas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/tres-lagoas.html>. Acesso em 23.04.2020.
- [18] HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- [19] HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- [20] KOGA, D.; NAKANO, K. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 85, Cortez, 2006.
- [21] KOGA. Dirce. Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vivido. São Paulo: Cortez, 2011.
- [22] LAMOSO, L. P. Dinâmicas produtivas da economia de exportação no Mato Grosso do Sul -Brasil. Mercator (Fortaleza. Online), v. 10, p. 33-47, 2011.
- [23] LÉFÈBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.
- [24] _____. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- [25] LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. Revista de desenvolvimento econômico. Ano XII, n. 21, Jul. 2010. Salvador/BA. p. 5-19.
- [26] NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise (Éd.). La Fragmentation en question: des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale? Paris: L'Harmattan, 2002.
- [27] PERROUX, François. A economia do Século XX. Porto: Herder, 1967.
- [28] PRÉVÔT-SCHAPIRA, Marie-France. Fragmentación espacial y social: conceptos e realidades. Perfiles Latinoamericanos, n.19, p. 33-56, dez. 2001.
- [29] RIVERA, P. S. Desenvolvimento e Inovação no Brasil. Latitude, Vol. 12, nº 2, pp. 461-507, 2017.
- [30] SANTOS, Milton. Espaço e Método. 3 ed. São Paulo: Nobel, 1985.
- [31] _____. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- [32] _____. Manual de geografia urbana. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- [33] _____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 19 ed., 2010.
- [34] SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções sobre território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- [35] SCOTT, A. J. Regions and the world economy: the coming shape of global production, competition and political order. Oxford & New York: Oxford University Press, 1998.
- [36] SOUZA, M. L. L. Revista ECETUR. Disponível em: http://www.aems.com.br/publicacao/revista_ecetur_2007.pdf. Acesso em 16 de julho de 2019, às 14h40min.
- [37] SPOSITO, M. E. B. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas. In: SPOSITO, E.; SPOSITO, M.E.B; SOBARZO, O. (Org.). Cidades médias: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006a, v. 1, p. 175-196.
- [38] _____. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, M. E .B. (Org) Cidades Médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, pp. 233-253.
- [39] VALE, Mário. Conhecimento, inovação e território. Lisboa, Portugal: Editora Papagaio, 2012.
- [40] TRÊS LAGOAS. Lei municipal de incentivo fiscal. Lei n.º 2467 de 08/10/2010 . Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/ms/t/tres-lagoas/lei-ordinaria/2010/246/2467/lei-ordinaria-n-2467-2010-dispoe-sobre-a-concessao-de-beneficios-fiscais-para-instalacao-de-industria-no-municipio-e-da-outras-providencias>. Acesso em 23.07.2019.
- [41] TRÊS LAGOAS-PÓLO INDUSTRIAL DE MATO GROSSO DO SUL. Disponível em < <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1338073> Acesso em 17 de julho de 2019, às 12h16min.

Capítulo 8

Cultivando experiências rurais: Possibilidades de semear com o público a partir das leituras de Walter Benjamin

*Gabriel Henrique de Souza
Cyntia Simioni França*

Resumo: No decorrer do artigo pretendemos apresentar uma pesquisa que está em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História Pública (PPGHP), campus de Campo Mourão. Ao longo da pesquisa, buscaremos escutar as memórias dos trabalhadores rurais da cidade de Araruna-PR, acolhendo as suas experiências rurais que por vezes são apagadas da história local. Como seria a história de Araruna contada pelos trabalhadores rurais? Buscamos conhecer os seus saberes, fazeres, ensinamentos e as suas práticas socioculturais em Araruna. A partir do aporte teórico-metodológico de Walter Benjamin pretendemos trabalhar com os conceitos de memória, narrativa, experiência, rememoração e com Edward Palmer Thompson as reflexões sobre cultura, experiência e modos de produção de conhecimento histórico. Para colocar em ação a pesquisa, estimularemos os trabalhadores rurais a participarem de práticas de rememoração expressas em narrativas orais. As narrativas produzidas serão compartilhadas em uma mostra cultural em um espaço virtual (site). Essa pesquisa se insere na interface com o movimento da História Pública, assumindo o itinerário de uma história feita com o público pela via da autoridade compartilhada (FRISCH, 2016) e para o público (SANTHIAGO, 2018).

Palavras-chave: História Pública; Memória; Trabalhadores rurais.

1. SEMEANDO OS PRIMEIROS GRÃOS DA PESQUISA

Vida Rural

*Aqui no sítio,
A vida passa, lentamente,
Com a paz e a ternura dos simples.
É muito bom comer as frutas, as verduras
E sentir o perfume silvestre da mata,
A conversa ao pé do fogo, nas noites de inverno
E até tomar uma cachacinha antes de dormir...*

*Infelizmente já apareceram elementos
Perturbadores, como a televisão,
Mostrando tragédias acontecendo
Bem perto daqui... causando pânico
Nas pessoas como se ouvissem
Pela primeira vez o ruído assustador
Do mar ao anoitecer...*

*É um belo tempo que vai sendo engolido
Pela modernidade, deixando apenas
Saudades...
JB Mendes*

Iniciamos este artigo dialogando com os caminhos da memória nos dias atuais, afinal, tais discussões não são novas para a humanidade. Desde as tragédias ocorridas na Primeira e Segunda Guerra Mundial, quando soldados voltaram sem voz para relatar as atrocidades do campo de batalha (BENJAMIN, 1985), a memória se tornou objeto de venda e consumo, sendo comercializada como mero produto. Huysen (2004) evidencia que a “cultura da memória” trouxe uma crescente comercialização bem estruturada da memória pela indústria cultural do ocidente, a partir de 1970, não só no meio acadêmico, mas também na sociedade como um todo, gerando uma obsessão compulsiva pela mesma. Isso se intensificou nos dias atuais, devido à pandemia da Covid-19, com diversos relatos que são partilhados mostrando como cada um viveu esse momento tão terrível na história da humanidade. Mas a memória (e toda sua complexidade) é mais que um produto para ser comercializado pelas grandes mídias. Ela é vida, é parte do indivíduo que a conta, é entrelaço de vivências e experiências do ser que narra.

Este artigo nasce a partir de uma pesquisa em andamento intitulada “Cultivando experiências rurais: semeando com o público e colhendo novos espaços de memórias”, onde buscamos produzir conhecimentos históricos com os trabalhadores do campo tendo como mote reflexão a história local na interface com as suas experiências vividas. Antes de aprofundar tais reflexões, consideramos importante apresentar o local e os sujeitos desta pesquisa.

O local onde se encontram os sujeitos da pesquisa é uma cidade no interior do Paraná chamada Araruna. A história local de Araruna é pouco contada ao remetermos ao ensino de história ofertado nas escolas. Quando falamos da história local da cidade, o que temos são as narrativas dos grandes empresários e políticos da região. Ela também é popularmente conhecida pelo seu polo industrial¹, onde as principais indústrias, a A.J.

¹ Atualmente, seu polo industrial possui cercada de 40 indústrias. Fonte: <https://www.solutudo.com.br/empresas/pr/araruna/industrias#:~:text=Encontramos%2039%20ind%C3%BAstrias%20em%20Araruna%2C%20PR>

Rorato e a Pinduca Alimentos, sempre são lembradas ao falarmos sobre o que foi a cidade no passado. Essa história é narrada junto com a ideia de que os “pioneiros”, ao chegarem aqui com suas famílias e começarem a desmatar a região, trouxeram o “progresso” e desenvolveram a cidade.

Essa narrativa ficou ainda mais evidente durante o desenvolvimento de dois projetos, que buscavam pesquisar sobre a história local de Araruna. O primeiro começou em parceria com o professor Jorge Pagliarini Junior para o desenvolvimento de uma rede social que acolhesse as memórias dos moradores de Araruna. Ao conversar com os moradores e receber seus relatos, foi possível perceber que a grande maioria acreditava ser necessário a narrativa apenas das “grandes personalidades” da cidade, e que suas histórias não seriam “relevantes” para serem narradas. O que é possível perceber é uma narrativa muito comum em cidades do interior, onde são valorizadas apenas a narrativa de pessoas consideradas “importantes”, e as demais dos diferentes grupos ficam a margem, sem espaço para serem contadas.

A segunda experiência foi o desenvolvimento do livro “oficial” da cidade, que foi encomendado pela prefeitura a partir da Lei Aldir Blanc. Nesse processo, houve um contato com pessoas políticas, consideradas “influentes” na cidade. Políticos, empresários, que queriam uma narrativa que priorizasse a dos “grandes pioneiros desbravadores”, dos “grandes empresários” que trouxeram o “progresso econômico” para Araruna, e também a narrativa dos “grandes políticos” que ajudaram no desenvolvimento da cidade. O título, escolhido pela prefeitura, “Araruna: a História de uma cidade empreendedora” já demonstra resumidamente todas essas narrativas. Por ser parte de um dos escritores da obra, buscou-se ao máximo incluir outros sujeitos na narrativa do livro, porém, devido a quantidade limitada de páginas que tínhamos e devido a necessidade de incluir apenas as pessoas “importantes” da cidade, o único ato possível foi a escrita de algumas páginas falando sobre algumas comunidades rurais da cidade, sendo narradas pelos moradores a partir das pesquisas.

Um grupo durante ambas as experiências chamou nossa atenção: os trabalhadores da zona rural. Foram poucos os sujeitos que enviaram algum material para a pesquisa, e aqueles que enviaram sempre diziam “mas isso não é relevante para a história da cidade” ou “ninguém tem interesse na minha história”. Não é raro para quem mora na zona rural ararunense ouvir falas como “nem sabia que essa comunidade era de Araruna”. Com essa realidade, os trabalhadores rurais acabam tendo suas memórias silenciadas, tanto na narrativa histórica, quanto no espaço físico, pois as comunidades rurais ficam à quilômetros de distância da cidade, marginalizadas. Nesse sentido, buscamos conhecer os seus saberes, fazeres, ensinamentos e as suas práticas socioculturais em Araruna. Como Araruna pode ser contada pelas lentes dos trabalhadores rurais? Quais trabalhadores rurais ousam partilhar as suas experiências vividas na cidade? Pensamos que escutar os trabalhadores rurais a partir do seu universo social é uma das possibilidades de compreendermos a potencialidade das memórias para (des)velar o contexto social, histórico e cultural de uma dada época, bem como um ato de resistência ao apagamento de suas singularidades locais.

Nesse sentido, o trabalho com a História Pública, atrelada com reflexões em torno da memória podem contribuir para potencializar novamente essas memórias que foram marginalizadas, se configurando assim para além de mero objetos, mas sim um meio potente para a produção de conhecimentos históricos para e com o público dessa pesquisa.

A partir do poema de JB Mendes, trazemos o debate para demonstrar como as memórias rurais estão cada vez mais escassas na contemporaneidade. Com o avanço da modernidade capitalista², o espaço para o compartilhamento dessas memórias se tornou cada vez mais raro, e o que temos são comunidades rurais que deixam de contar suas histórias. Pensando tais questões, buscamos o diálogo com a História Pública trazer à tona essas memórias e saberes que por tanto tempo foram deixadas de lado na historiografia tradicional. É possível nesse grande terreno da História Pública, nós enquanto pesquisadores e os sujeitos da nossa pesquisa, semearmos lado a lado, para colhermos os frutos que nunca foram colhidos? Podemos superar as amarras das ervas daninha da modernidade para que as práticas socioculturais desses trabalhadores continuem vivas? Discutiremos tais questões ao longo deste artigo.

Para colocar em ação a pesquisa, trabalhamos com a memória e a produção de narrativas, a partir do aporte teórico metodológico benjaminiano. Benjamin trabalha com as memórias com um diálogo que se estabelece a partir da filosofia de Henri Bergson, mas também com a psicanálise de Freud e Jung, e também com os literatos, como Charles Baudelaire, Edgar Allan Poe e Marcel Proust. A memória para Benjamin não é um

² Walter Benjamin ao buscar entender a sociedade europeia do final do século XIX e XX, entendeu que o século XIX não tinha capacidade de corresponder às novas possibilidades técnicas com uma nova ordem social. Com isso, houve a imposição de relações mentirosas entre o velho e o novo, que eram o termo de suas fantasmagorias. O mundo dominado por essas fantasmagorias é a Modernidade, dialogada nesse sentido com nas palavras de Baudelaire (BENJAMIN, 1985, p. 92).

instrumento para a exploração do passado, mas o seu meio. “É uma memória carregada de conhecimento, de saberes experienciais. A memória é onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas” (BENJAMIN, 1985, p. 239). É justamente a partir deste diálogo que convidamos, caro(a) leitor(a), para observar os trajetos traçados na pesquisa até então.

1.1. CUIDADOS NO TERRENO DA MEMÓRIA

Com a ampliação dos debates sobre memória, principalmente com trabalhos relacionados as memórias do Holocausto, houve-se uma mercantilização em massa da memória, globalizando-a em torno dos ideais capitalistas. Já na década de 70 é possível notar na Europa e nos EUA um fascínio pelo retrô, pela comercialização da nostalgia, a obsessão pelo registro. Sua globalização, ao mesmo tempo que trazia esse caráter mercadológico, com programas e documentários de TV preocupados, não com as memórias das vítimas, mas sim a venda das mesmas, trouxe uma situação reversa, onde essas “memórias criadas” traziam o esquecimento e o esfacelamento delas.

Como o próprio Huyssen crítica, “é como se o objetivo fosse conseguir a recordação total” (2004, p.15). Essa acumulação, essa “recordação de tudo” que a memória pode trazer, é algo possível nos dias atuais? A “cultura da memória” vem sendo utilizada, não para trazer à tona os depoimentos, as memórias e os relatos das vítimas que resistiram as diversas calamidades trazidas pela modernidade, mas sim para comercializá-la como mero objeto. Ao trabalhar com as memórias dos trabalhadores rurais buscamos ir contra essa ideia, de que a memória é algo que possa ser recordada no seu todo como uma forma de verdade absoluta.

Além dessa memória comercializada, é importante estar ciente para uma outra crítica: cada vez mais essas memórias estão se tornando esquecíveis no mundo contemporâneo. A tentativa de agrupar e “guardar todas as memórias” é algo impossível, e acaba tornando o material selecionado totalmente descartável pela própria sociedade que a produziu. Ao trabalhar com as memórias, devemos estar atentos aos sujeitos da nossa pesquisa, para saber o que eles querem contar e tornar público, mas também o que eles querem esquecer e porque querem esquecer.

Porém, outras reflexões se tornaram importantes nesse aspecto, pois percebemos como a memória de um determinado fato é particular de cada localidade, de cada grupo, de cada ser que viveu. A tragédia do Holocausto possui suas especificidades, assim como a Ditadura Militar no Brasil, e tantos outros acontecimentos trágicos que remetem a memória de suas vítimas para serem contados.

Ao trabalhar com a memória pretendemos ir além e não utilizar dela como mero objeto da história. Partimos do princípio de que a rememoração dos sujeitos surge do presente, e não como recordação total do passado. “A elaboração da memória se dá no presente e para responder solicitações do presente. É do presente, sim, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar.” (MENESES, 1992, p.11; PORTELLI, 2016).

Por muito tempo, a memória sempre foi discutida no campo da história. Autores franceses, alemães, americanos, sempre trouxeram contribuições, mas também limites na compreensão do que é memória e o que é história. Dentre eles temos Pierre Nora, que também faz uma crítica a essa comercialização da memória. Ele reforça as reflexões trazidas por Huyssen e aponta como nossa sociedade está obcecada pelo arquivo, pela tentativa de catalogação de tudo em espaços de memória. Ele também nos traz algumas potencialidades para entender algumas questões em torno da memória:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (...) A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente (...). Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. (NORA, 1993, p. 9).

Dentro de sua compreensão, podemos perceber como ele concebe a memória como algo vivo, que sempre carrega consigo experiências daquele narra. Mas nem todas as ideias de Nora são cabíveis nessa pesquisa. Ao refletir sobre a história e a memória, o autor acredita que no tempo em que vivemos a memória não existe mais. Para ele, a memória não pode existir mais dentro do contexto atual nos moldes que ela existia

no passado. Consideramos importante destacar que tais reflexões partem do contexto cultural francês de onde Nora vivia na época, cuja característica principal era o esfacelamento da memória nacional, da memória da França enquanto nação. Sua crítica visa justamente as novas políticas, as novas práticas sociais e culturais trazidas pela modernidade. Para ele “Tudo que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história.” (1993, p.14). Será mesmo?

Se partimos da concepção trazida por Nora, podemos entender a memória como vida, como tradição múltipla, descontínua, afetiva, carregada de tensões que partem das lembranças e dos esquecimentos dos sujeitos. Porém, ao trazer a reflexão com a história, o autor acaba compreendendo que a memória é um mero objeto da mesma. Para ele, tudo que chamamos hoje de memória, na verdade, é história, e “Na mistura, é a memória que dita e a história que escreve.” (1993, p.24).

Nora entende a história como conhecimento único, sem diferenciar historicamente os conceitos de memória como produção afetiva e múltipla, com características conscientes e inconscientes, e percebe a história como disciplina, com estatuto científico, problematizadora, que demanda explicação analítica, sendo uma visão hierarquizadora entre ambas. Nesse sentido, a memória torna-se refém da história, transformando-se em objeto da história, em uma espécie de memória historicizada, servente à história, como uma memória que não existe mais. (FRANÇA, 2020).

Outro historiador francês que contribui para tais reflexões sobre a memória é Maurice Halbwachs. Ao elaborar seus estudos, o autor compreende a memória como algo coletivo, que faz parte do indivíduo, mas também de um todo mais complexo. Para que haja uma reconstrução da memória, é preciso que haja a rememoração de outros indivíduos. Nesse sentido, podemos dizer que:

Sem dúvida, reconstruímos, mas essa reconstrução se opera segundo linhas já demarcadas e delimitadas por nossas outras lembranças ou pelas lembranças dos outros. As novas imagens se polarizam em torno do que, para essas outras lembranças, permaneceria sem elas, indeciso e inexplicável, mas que nem por isso deixaria de ser uma realidade. (HALBWACHS, 1990, p.77).

A partir dessa compreensão, podemos entender que a memória que se constitui dentro do espaço rural é coletiva. Seus costumes, suas formas de trabalho, suas vontades e angústias também são compartilhados entre si. Não é como Nora nos traz, que houve o “desabamento do mundo rural” (1993, p.17). Ele foi resignificado ao longo dos tempos e resiste até hoje por meio da memória coletiva. Porém, nem tudo são flores com as reflexões de Halbwachs.

O autor também reflete em seus estudos que a memória só existe por intermédio da história, e que por consequência, ela também não existe enquanto algo individual. Para ele, “(...) então, o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem.” (HALBWACHS, 1993, p.80-81). E as memórias que permaneceram vivas em comunidades onde a escrita não possui relevância? E a tradição oral, o “boca a boca”, as conversas diárias, as rodas de conversa coletivas, todas essas formas de resistir que mantêm vivas essas memórias ao longo dos anos? Claro, o registro dessas memórias e o compartilhamento delas permite uma ampliação de alcance dos saberes desses sujeitos, mas não quer dizer que a memória precisava ser “salva pela história”.

Nesse sentido, após a leitura desses teóricos da memória, questionamos ao longo da pesquisa: como se distanciar dessa maneira de trabalhar com a memória, como mero objeto da história? Como resignificar essas memórias, para que elas façam sentido para os trabalhadores rurais? Buscamos através da rememoração refletir com os trabalhadores e suas memórias. E não um rememorar pelo simples ato de lembrar o passado para trazer “justiça” aos esquecidos. Foi nas reflexões com Benjamin que busquei aprofundar os entendimentos em relação a memória.

1.2. COMO BENJAMIN PODE FERTILIZAR O TERRENO DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA PÚBLICA?

O debate em torno da História Pública é algo que vem crescendo de forma acentuada nos meios historiográficos. Completando pouco mais de uma década, as reflexões sobre História Pública no Brasil se intensificaram a partir do ano de 2011, quando foi desenvolvido o Curso de Introdução à História Pública, na Universidade de São Paulo (ROVAL, 2018). Desde então, a discussão sobre o trabalho do historiador no espaço público ganhou novos debates, trazendo algumas respostas, mas principalmente, indagações para o futuro do nosso ofício. Mesmo sendo recente na realidade brasileira, os usos dos seus primeiros termos foram criados e utilizados em meados de 1980 nos Estados Unidos. Não cabe aqui buscar analisar onde

surgiu a História Pública, quais seus objetivos e nem definir seu caráter teórico- metodológico, pois todas essas definições são amplas, e possuem diversos caminhos a serem trilhados e seguidos (SANTHIAGO, 2016).

O ato de publicizar sempre esteve presente em diferentes vertentes da História, a História Pública veio apenas institucionalizar os anseios de quem já era, de certa forma, um historiador público. O caráter da área é multidisciplinar e bebe de muitas fontes, como a História Oral, História Cultural, Antropologia, entre tantas outras. Nesse sentido, percebemos que as reflexões trazidas pela História Pública são como uma espécie de “guarda-chuva” conceitual, utilizando-se de diversas áreas e possuindo múltiplas vertentes para reflexões (SANTHIAGO, 2016).

Mas, afinal, que público seria esse? Quando discutimos sobre essa questão em meio a História Pública, diversos são os conceitos que podem surgir. Renata Schittino, ao debater o conceito de público, busca em Arendt (2000) e Habermas (2014) nos mostrar que somos seres que se relacionam a todo momento, e precisamos de certa pluralidade para nossa existência. Porém, nem tudo deve ser publicizado, pois existem debates que não possuem relevância pública (2014, p. 39). Dentro dessa dinâmica, cabe ao historiador identificar com qual público ele está dialogando, não apenas tornando acessível a história, mas que ela faça sentido para as ressignificações desse público. Nesse sentido, pensamos a noção de público como compartilhamento, aproximando mais da concepção de Arendt, que permite enxergar a História Pública, não como uma fronteira, e sim uma possibilidade de “olharmos para os lados, para cima, para baixo e assumirmos esse mundo comum como um diálogo possível” (2014, p.46). Nas palavras de Schittino, podemos entender os pensamentos de Arendt sobre a noção de público, que nos mostra a oposição com a esfera privada:

Na concepção arendtiana, a questão da durabilidade do mundo deixou de ser o elemento central e deu lugar à preocupação com a riqueza. A contradição é que a única coisa que as pessoas têm em comum é a necessidade de proteger seus interesses privados. Nesse momento poder-se-ia falar de um desaparecimento de ambas as esferas. Da pública porque se tornou privada e da privada porque não poderia sobreviver sozinha. (2014, p.41).

Nesse sentido, a reflexão trazida por Schittino inspirada em Arendt nos mostra que, enquanto seres que se relacionam, precisamos de um espaço para o compartilhamento dessas ideias, angústias e sentimentos. Ao pensar tal sentido trazido pelas autoras, percebo o quanto esse espaço foi retirado dos trabalhadores rurais ao longo de suas vidas, muitas vezes destruídos pelo avanço da modernidade capitalista, que não viam mais “sentido” na existência de seus costumes. Os espaços onde os trabalhadores rurais compartilhavam suas experiências, seja em casa ou na comunidade, cada vez mais se encontram vazios, tanto de pessoas como de experiências.

E como Walter Benjamin pode contribuir para esse debate tão atual da História Pública? Melhor ainda: como Benjamin, com suas reflexões, pode contribuir para o trabalho com as memórias dos trabalhadores rurais? Durante a pesquisa, enquanto trabalhamos com a História Pública e relatos orais, a memória se torna mais do que um mero objeto, mas sim um meio potente para a produção de conhecimentos históricos e para estabelecer relações com o público (trabalhadores rurais) nessa pesquisa. Não se trata de trabalhar de maneira distante com as memórias, numa relação de posse e dominação. O trabalho com memórias como meio de produção de conhecimentos, nas palavras da professora Maria Carolina Bovério Galzerani (2008), inspirada em Walter Benjamin, é entender que, nós enquanto pesquisadores e os trabalhadores rurais como sujeitos, produzimos saberes no palco das memórias. Para a autora, a relação do pesquisador com as memórias das pessoas não é de exterioridade ou de posse do outro, nem mesmo de análises racionais explicativos para comprovação de fatos, mas uma relação dialógica, relacional no ato de produção de conhecimentos. “O pesquisador imerge no contato com as memórias para depois emergir enriquecido no contato com o outro” (GALZERANI, 2008).

A memória para Benjamin não é um instrumento para a exploração do passado, mas o seu meio. “É uma memória carregada de conhecimento, de saberes experienciais. A memória é onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas” (BENJAMIN, 1985, p. 239). Benjamin não se preocupa na memória trazida de maneira proposital, como fizeram os autores citados acima, conduzida pela razão e pelo desejo de saber sobre uma história, mas sim uma memória que está enterrada, que não nunca veio ao solo devido ao avanço da modernidade. Nesse sentido, ele dialoga com Bergson, Proust e Freud para refletir sobre alguns aspectos da memória.

Em Bergson, Benjamin busca as questões relacionadas a memória voluntária. Para o autor, está memória está ligada ao cotidiano de nossas vidas, aquilo que é lembrado a partir da repetição mecânica e passiva. Ou seja, é uma mera execução a partir de estímulos corriqueiros. São memórias que enganam, pois aparentam para o sujeito guardar muitas coisas, mas no fundo, não guardam praticamente nada. Como percebemos, as leituras dos autores que geralmente são utilizados pela historiografia partem justamente dessa memória voluntária. Benjamin busca em Proust e na memória involuntária meios para ampliar essa ideia.

A dinâmica entre lembrar e esquecer, em Benjamin, está totalmente ligada ao conceito de Proust sobre memória involuntária. É nele que Benjamin percebe a potencialidade do esquecimento, que se torna extremamente importante para o ressurgir da memória, ou seja, a memória involuntária, daquilo que surge, mas não quer surgir, daquilo que tinha esquecido, mas tomou forma novamente no ato de rememorar. Em outras palavras, o trabalho de Penélope, que “aproxima texto, tecido, tecelagem e trabalho da rememoração, definindo com precisão como um entrecruzamento entre o lembrar (a trama) e o esquecer (a urdidura). “E as formas de lembrar e de esquecer, como as de narrar, são os meios fundamentais da construção da identidade, pessoal, coletiva ou ficcional.” (GAGNEBIN, 2014, p.??)

Nesse sentido, o esquecimento tem um papel fundamental na memória. Não a amnésia ou os processos de esquecimento forçado desenvolvidos pelo capitalismo. Mas sim, um esquecimento adquirido, desenvolvido por um “trabalho de lembrança tão profundo que permite fazer as pazes com o passado”. (GAGNEBIN, 2014). Com isso, entendemos a importância da memória involuntária, pois ela não trabalha em um tempo *continuum* e interrompido da história, mas sim a partir de idas e vindas que fogem do controle, tanto do historiador, como do sujeito. A memória involuntária:

(...) lança o indivíduo à outra dimensão temporal, ampla e indeterminada, na qual espaço e tempo são contemplados pela passagem da tradição. Nela, os conteúdos poderiam ser acessados espontaneamente, valendo-se de um fluxo ininterrupto de pensamentos não contaminados pelo aparente discurso da memória oficial. (FREITAS, 2015, p. 168).

Benjamin nos propõe a ressignificar o papel da história a partir das memórias involuntárias, fazendo uma realização viva da tradição onde o sujeito possa se reaver com seu passado, em vez de esperar por um futuro vazio e sem esperanças. A memória involuntária, muitas vezes ignorada e até mesmo criticada pela historiografia tradicional, aqui ganha formas para reconstruir histórias a partir dos estilhaços das memórias dos trabalhadores rurais. Como afirma Seixas (2001), nesse sentido, “A memória, portanto, constrói o real, muito mais do que o resgata.” (p.51).

O trabalho com memórias tanto pode enveredar pela perspectiva da problematização dos abusos dos usos da memória, mas também não às posicionando como verdades absolutas, e sim ressignificando-as na relação com as experiências vividas. Mas, como fazer isso em nossa sociedade, mergulhada na individualidade e no embotamento das experiências coletivas?

O pesquisador Elison Antonio Paim contribui com essa reflexão trazendo a concepção de História e tempo para Benjamin:

Benjamin nos convida a acolher uma concepção de história que dê conta do tempo presente. Um tempo saturado, de agora (BENJAMIN, 1994), que rompe com a percepção de um tempo vazio e homogêneo. Nesta concepção, o historiador constrói experiências com o passado a partir do seu agora. Assim, a história se constrói no balizamento de experiências do passado e do presente. O autor captura a existência de disputas e tensões entre presente e passado. Diante de tal possibilidade, somos provocados a problematizar nosso presente em relação com o futuro. (PAIM, 2019, p.230).

Benjamin ainda possui outras contribuições pertinentes ao trabalho do historiador com as memórias, pois nos mostra que a produção de conhecimentos históricos acontece pelo método desviante. “O que são desvios para os outros, são para mim os dados que determinam minha rota – Construo meus cálculos sobre os diferenciais de tempo – que, para outros, perturbam as “grandes linhas” de pesquisa” (BENJAMIN, 2009, p. 499). É a partir das palavras de Benjamin que buscamos acolher as memórias dos trabalhadores rurais, aberto ao inesperado, ao inconcluso, ao insignificante, as miudezas de suas experiências vividas e vistos como sobras da historiografia tradicional.

Entendemos que esses trabalhadores rurais se aproximam da figura do “narrador” benjaminiano, aquele camponês sedentário que está há muito tempo na sua terra e tem saberes e ensinamentos a partilhar com as futuras gerações. Não é um narrador que fala, que reproduz uma série de informações, mas sim “o narrador benjaminiano que sabia dar conselhos” e que “expressa em palavras, mas não de forma cansativa e definitiva” as suas angústias e saberes em uma narrativa descontínua aberta a inúmeras possibilidades (FRANÇA, PAIM, 2018, p.42).

A narrativa do narrador benjaminiano é “uma maneira artesanal de comunicação”, esta que vem se perdendo ao longo do processo de produção capitalista na modernidade, pois não encontra mais ouvintes para a partilha de narrativas e nem mesmo uma comunidade que desfruta de um mundo compartilhado com seus códigos, costumes e linguagens culturais (SCHITTINO, 2016). Trazer à tona esse narrador significa um ato de resistência ao apagamento das pessoas em suas comunidades, a diluição das singularidades locais e perda das referências de suas práticas socioculturais coletivas.

Se Benjamin já vislumbra em sua época uma perda das narrativas, hoje ela se encontra ainda mais perdida em meio a modernidade capitalista. Com os avanços das novas tecnologias, a difusão da informação diminui cada vez mais o espaço da experiência trazida pelos narradores. A informação é como algo raso, pois não permite de fato uma reflexão, ela simplesmente existe em um dia e no outro já não tem mais utilidade. A experiência trazida pelo narrador benjaminiano, identificado nos trabalhadores rurais, está em decadência, pois cada vez menos são ouvidas em nossa sociedade, e cada vez menos pessoas possuem essa capacidade de intercambiar experiências.

Evidenciamos uma crítica trazida por Rovai na qual ela afirma que “não se deve simplesmente popularizar as histórias esquecidas” destes trabalhadores e “criar um excesso de informações” (2018, p.189). A intenção dessa pesquisa caminha ao contrário desta ideia, buscando ouvir as experiências pessoais que se encontram com o coletivo, percebendo os interesses e as necessidades desses trabalhadores rurais (ALMEIDA, ROVAI, 2013).

Não pretendemos aqui arquivar nem entender completamente todas as memórias presentes nesses espaços, mas sim, ampliar suas vozes para que os diferentes grupos presentes na cidade interajam e conheçam essas experiências outras que estão presentes em Araruna, ampliando a dimensão humana e histórica dos indivíduos dos trabalhadores rurais que por vezes são marginalizados e deixados para fora de suas próprias histórias pela história oficial da cidade.

1.3. QUE FRUTOS PRETENDEMOS COLHER?

Ao trabalhar com a comunidade, enquanto pesquisadores preocupados com as questões sociais, culturais e políticas da comunidade, contribuimos, não para “dar vozes aos sujeitos da pesquisa”, mas sim, na produção de conhecimento histórico-educacional por meio de relações dialógicas, coletivas e colaborativas bem como na circulação disseminação do conhecimento para além da comunidade, podendo alcançar novos horizontes na cidade de Araruna.

As reflexões propostas no campo da memória não devem ser vistas como algo acabado. São caminhos possíveis, como o florescer de um jardim. Ao mesmo tempo que podemos contemplar a beleza desse jardim, podemos também trazer novos cultivos, para que ele se embeleze ainda mais em nossa sociedade, que cada dia se afasta das possibilidades de se fazer a produção de conhecimento em conjunto. A pesquisa com os trabalhadores rurais pretende trazer à tona seus anseios e angústias, suas felicidades e saberes, e ao mesmo tempo, trazê-los como seres portadores de dimensões conscientes e inconscientes, de certezas e incertezas e que resistem ao avanço da modernidade capitalista.

REFERÊNCIAS

- [1] ALMEIDA, Juniele Rabêlo ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história. XVII Simpósio Nacional de História, Natal, 2013.
- [2] BENJAMIN, Walter. Teoria do conhecimento, teoria do progresso. In: BENJAMIN, Walter. Passagens. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p.499-530.
- [3] BENJAMIN, Walter. O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. 7. ed. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2008, p.197-221.
- [4] _____. “O narrador”, in Obras Escolhidas, V. I, Magia e técnica, arte e política, trad. S.P. ROUANET. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- [5] _____. Sobre o conceito de história. In Obras Escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, p. 222-232, 1985.
- [6] _____. Infância em Berlim por volta de 1900. In Obras Escolhidas II. RuadeMão única. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 71-142, 1987.
- [7] _____. “Experiência e Pobreza”, in Obras Escolhidas, V. I, Magia e técnica, arte e política, trad. S.P. ROUANET. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- [8] FRANÇA, Cyntia Simioni. PAIM, E. Memórias e Narrativas Benjaminianas. In: Elison Antonio Paim; Pedro Mülbersted Pereira; Ana Paula da Silva Freire. (Org.). Diálogos com Walter Benjamin: memórias e experiências educativas. 1. ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, v. 1, p. 9-335, 2018.
- [9] FRANÇA, Cyntia Simioni. Memória como meio de produção de conhecimentos históricos. Revista Memória em Rede, Pelotas, vº. 12, nº.23, 2020.
- [10] FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 57-70.
- [11] GALLINI, Stefania; NOIRET, Serge. La historia digital en la era del Web 2.0: introducción al Dossier Historia Digital. Historia crítica, n. 43, p. 16-37, 2011.
- [12] GAGNEBIN, Jeanne Marie. Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2014.
- [13] GALZERANI, Maria Carolina Bovério. A produção de saberes históricos escolares: o lugar das memórias. In: O Historiador e seu tempo. Unesp, p.72-77, 2008.
- [14] HALBWACHS, Maurice. A Memória coletiva. In: _____. Memória Coletiva: São Paulo (SP), Edições Vértice, 1990.
- [15] HUYSEN, A. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: HUYSEN, A. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, p.9-40, 2004.
- [16] MENESES, Ulpiano. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 34, p. 9-24, 1992.
- [17] NORA, Pierre. Entre história e memória. A problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC, vol. 10, n. 10, dez/1993, p. 7-28.
- [18] PAIM, E. A.. Histórias da Educação Brasileira: uma busca (necessária) pelas memórias e experiências outras. In: Cristiano Ferronato; Ane Luise Mecnas Santos. (Org.). Práticas educativas na tessitura do tempo. 1ed.Aracaju: EDUNIT, 2019, v. 1, p. 225-245.
- [19] PORTELLI, Alessandro. História oral como arte da escuta. São Paulo: Letra e Voz, p. 24, 2016.
- [20] ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo & MENESES, Sônia (orgs.) História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 185-196.
- [21] SANTHIAGO, Ricardo. Duas Palavras, muitos significados. Alguns comentários sobre a História Pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria e ALMEIDA, Juniele Rabêlo de e SANTHIAGO, Ricardo. História Pública no Brasil. Sentidos e Itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- [22] SANTHIAGO, Ricardo. Pode-se falar de uma história pública brasileira? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). Que história pública queremos? / What public do we want?. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 323-330.
- [23] SCHITTINO, Renata. O conceito de público e compartilhamento da história. In MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- [24] SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.) História pública no Brasil: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 71-84.

Capítulo 9

Empréstimo consignado não autorizado por idosos: Análise dos artigos 39, parágrafo único do Código de Defesa do Consumidor e 876 do Código Civil Brasileiro

Gabriela Mendes Branco Motta

Paoly Ferreira Coutinho

Zilda Mara Consalter

Resumo: O estudo tem como problemática identificar o responsável por arcar com os valores de empréstimos consignados, ainda que não autorizados pelos idosos em caso de sua não devolução, e se devido a idade avançada, haveria ainda uma maior vulnerabilidade do consumidor. Desse modo, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a responsabilidade objetiva das instituições financeiras diante da prática de empréstimos consignados indevidos aos idosos, bem como na apropriação do valor por estes, com base no Código de Defesa do Consumidor e no Código Civil Brasileiro. Visou-se ainda, por meio dos objetivos específicos, esmiuçar acerca da responsabilidade pelo ressarcimento dos valores; justificar o motivo pelo qual o consumidor de idade avançada se torna hipervulnerável; e expor também quais os meios secundários que contribuiriam para evitar o cometimento desta prática abusiva. Como resultado foi possível verificar que caberá aos consumidores o dever de cautela e que ainda que haja casos que se distingam no caso concreto; que a lei deverá ser genérica e não poderá ser eximida em sua totalidade a obrigação do consumidor, cabendo como proposta de solução, ainda que não obrigatório, exigir-se a presença de testemunhas e acompanhamento de pessoas mais jovens a fim de que certifiquem se houve correta pactuação do acordo de vontades e esta se fez na forma presencial. Por fim, trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem dedutiva e de caráter quali-quantitativo, por meio do método descritivo, junto a documentos técnicos bibliográficos, obtidos através de legislação e doutrina específicas.

Palavras-chaves: Contratação abusiva; empréstimo consignado; hipervulnerabilidade; idoso; instituição financeira.

1. INTRODUÇÃO

Apresenta-se esse artigo científico com o intuito de ir ao encontro do melhor entendimento sobre a realização de empréstimo consignado não autorizado por idosos aposentados em um contexto de contratação facilitada pelo uso das tecnologias de comunicação.

A realidade etária brasileira permite que o tema seja analisado com um espectro amplo, pois já são mais de 29,9 milhões de pessoas acima de 60 anos no Brasil (dado de 2020), segundo estudo realizado pela UFJF.¹ O mesmo estudo permite concluir que o crescimento absoluto da população foi 27,6 vezes maior comparado à 1950. E será ainda maior até 2100.

A seara financeira no caso de idosos, sejam pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou não, mostra-se mister na análise da consignação em um cenário de aumento exponencial da população idosa brasileira.

O Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil permitem que esse artigo possua bases consumeristas e cíveis, analisando princípios fundamentais da matéria. Ademais, busca-se melhor compreensão sobre a matéria através do Estatuto do Idoso e da Lei 14.181, que altera importantes disposições do CDC.

Entende-se que a temática é subjugada no país, porque ainda não ficou claro que, tão logo, sua população será envelhecida e carente de teses e pesquisas acerca do mérito da questão de consignação de empréstimo ao idoso. O pensamento no longo prazo sobre a problemática é o que se acredita que trará um considerável aumento na consciência da população.

Por fim, cabe destacar que este artigo se trata de um estudo exploratório, com abordagem dedutiva e de caráter qualitativo, que utiliza de coleta de dados, documentos, doutrinas e leis, e que visou garantir uma pesquisa sistemática, coerente e metódica, mas sem exaurir o tema.

1.1. CONCEITO DE CONSUMIDOR E FORNECEDOR SEGUNDO A TEORIA FINALISTA/SUBJETIVA

Havendo vínculo consumerista, constituído pela figura de um consumidor e um fornecedor de um produto ou serviço como objeto que ligará ambos para o fim pretendido, é válido enfatizar a existência de uma relação jurídica.

Apesar de polêmica no que diz respeito à figura do consumidor, a Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990², em seu artigo 2º, atribuiu a teoria finalista de maneira taxativa (*stricto sensu*), considerando consumidor qualquer pessoa física ou jurídica que utiliza um produto ou serviços como destinatário final, de forma que satisfaça sua necessidade privada.

Jurisprudência e doutrinas brasileiras - ainda que haja divergências sobre as questões bancárias se tratarem de relação, civil, comercial ou de consumo - majoritariamente, defendem a tese de que o CDC se aplica a todos os produtos e serviços oferecidos pelos bancos, uma vez que há valor monetário como contraprestação, e que os contratos bancários, em sua grande maioria, são de adesão, havendo, portanto, um desequilíbrio, característico da relação de consumo.

Dornelles da Luz³ adota a definição de contrato bancário como sendo: “negócio jurídico concluído por um Banco no desenvolvimento de sua atividade profissional e para a consecução de seus próprios fins econômicos”. Neste trecho, adota o autor o critério subjetivo para definição, incluindo atividades de prestação de serviços.

Já com base no artigo 3º, entende-se fornecedor como sendo toda pessoa de âmbito público ou privado, nacional ou estrangeiro que está na linha de produção do bem, sendo ele material ou imaterial.

O fornecedor, além de poder ser provedor de produtos ou serviços, alia-se às questões bancárias,

¹ ALVES, José Eustáquio Diniz. Envelhecimento populacional continua e não há perigo de um gerontocídio. **EcoDebate**, Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 21 jun. 2020. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2020/06/19/envelhecimento-populacional-continua-e-nao-ha-perigo-de-um-gerontocidio-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 18 jul. 2021.

² BRASIL. [Código de Defesa do Consumidor]. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078compilado.htm. Acesso em: 12 maio 2021.

³ LUZ, Aramy Dornelles da. **Negócios jurídicos bancários, o banco múltiplo e seus contratos**. Revista dos Tribunais: São Paulo, 1996.

conforme fundamenta o § 2º do artigo supracitado, sem quaisquer limitações: “§ 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista”. Assim, todas as atividades que sejam produzidas, de modo habitual e reiterado, sob retorno monetário, considerar-se-á fornecedor, nelas se incluindo as prestadas por instituições bancárias.

2. VALIDADE CONTRATUAL

É oportuno esclarecer que o contrato se refere a um pacto de natureza obrigacional, formado entre duas ou mais pessoas, físicas ou jurídicas, usado como meio de manifestação de vontade e com a intenção precípua de gerar efeitos jurídicos. Dada a expressão dessa vontade se constituirá um negócio jurídico. E para que seja entendido, recapitular-se-á a Parte Geral do Direito Civil, com a escalaponteana.⁴

Conforme a escala, deverão ser preenchidos os requisitos da existência, com condições mínimas do negócio jurídico, sendo dentre eles: agente, objeto, forma e vontade. Como análise seguinte será observada outra figura essencial, a validade, que conforme disposto no artigo 104 do Código Civil se manifesta pela capacidade do agente; objeto lícito, possível, determinado ou determinável; e forma prescrita ou não defesa em lei.

Diante disso, para que seja válido o contrato, o agente terá que exercer seus direitos, responder por suas obrigações e, assim, ter capacidade civil plena que, seguindo o artigo 5º do Código Civil, começará a partir dos 18 anos de idade. Então, caso o agente não tiver atingido a idade mínima, deverá ser ele representado.

Ademais, no que tange às condições objetivas, haverá um objeto de interesse para os envolvidos, devendo cumprir os requisitos mencionados acima, e podendo este ser móvel, imóvel ou semovente, mas sempre com algum valor monetário. Quanto à forma, seguirá determinações legais, e em caso de sua inobservância, desencadeará uma invalidade da relação negocial, anulando, portanto, o contrato. Cabe ainda destacar que é preferível a forma escrita por questão de maior facilidade probatória em caso de uma ação de execução.

Por fim, há necessidade da verificação da vontade, livre de quaisquer vícios, representada geralmente pela assinatura ou digital, acompanhadas pelos documentos pessoais.

3. PRINCÍPIOS NORTEADORES DOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS

Os Princípios Contratuais são responsáveis por nortear a existência, validade, cumprimento, como também, a vitalidade dos contratos.

Tendo dado seu apogeu no Século XIX, em decorrência da concepção econômica da industrialização e a intensa comercialização que obrigou a formalizar o negócio através de contratos, lançaram-se quatro princípios clássicos, de acordo com a Teoria Geral dos Contratos: Autonomia da Vontade; Obrigatoriedade dos Contratos (*Pacta Sunt Servanda*) e Consensualismo. E, de modo mais contemporâneo, o Princípio da Proporcionalidade; da Dignidade da Pessoa Humana; da Transparência e Informação; da Boa-fé Objetiva e da Função Social.

3.1. PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DA VONTADE

Ela versa sobre a possibilidade de os indivíduos, possuidores de personalidade jurídica serem dotados de autonomia para contratar como bem entenderem. Desse modo, essas afirmações estão dentro de um contexto de pluralidade de partes em que os anseios de ambas são considerados.

Quando se afirma a autonomia da vontade para contratar nos termos que assim entender, é dentro do plausível e não em um meio que uma parte demande a outra acate. A ideia principal é de que os indivíduos sejam dotados de liberdade para contratar, negociar e oferecer contraprestações.

A Constituição Federal, define em seu artigo 5º, inciso II, que: "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei", preconizando, assim, que todos podem agir de modo como quiserem, desde que não haja lei em contrário.

Essa principiologia de ideal liberal, ligada na premissa do equilíbrio das contratações, merece uma análise

⁴ MIRANDA, Pontes de. **Tratado de Direito Privado**. 3. ed. Tomo XXVI. Rio de Janeiro: Bookseller, Editor Borsoi, 1970.

mais crítica referente aos contratos de adesão, já que eles não permitem que grandes alterações que respeitariam o princípio da autonomia da vontade, sejam realizadas.

3.2. PRINCÍPIO DA FORÇA OBRIGATÓRIA

O conteúdo dos contratos, na maioria das vezes são complexos, e desse modo, precisam ser bem elaborados e manter uma rigidez quanto à interpretação, a fim de que não restem dúvidas para sua pactuação. Além disso, os interessados devem se aproximar e discutir as cláusulas que lhe são impostas para que as cumpram integralmente.

Desse modo, como garantia, resultante da Autonomia da Vontade, fora criado o princípio da Obrigatoriedade Contratual no Século XIX, fazendo com que, embora não escrito, as promessas durante o acordo de vontades fossem cumpridas a rigor. Também nominada de *Pacta Sunt Servanda*, que significa: “O Contrato faz Lei entre as Partes”, a Obrigatoriedade Contratual suscitou seguridade e tutela perante a justiça.

De acordo com Venosa, esta obrigatoriedade forma a base do direito contratual, fazendo com que deste princípio desencadeasse a intangibilidade do contrato, ou seja, que nenhum dos contratantes altere de forma unilateral o conteúdo do contrato. Isso porque, a depender do prazo em que um dos envolvidos se arrependa, terá este que desistiu, pagar a outra multa contratual, ou ainda, indenização como meio de reparação pelo seu descumprimento.

Este princípio é de suma importância e faz-se existir para que garanta uma legitimidade em acordos, bem como, que nenhuma das partes seja desfavorecida em virtude dos atos de modificação da outra.

3.3. PRINCÍPIO DO CONSENSUALISMO

O consensualismo é um princípio recente, uma vez que nas eras remotas dominavam-se o formalismo e o simbolismo.

Dado princípio estabelece, conforme assevera Maria Helena Diniz⁵, que o simples consentimento é o suficiente para formar o contrato válido, não sendo necessários, portanto, os rituais e formas específicas, salvo se exigidas em lei.

Ademais, existe a exceção dos contratos reais, em que para se formarem, será necessária a entrega do bem.

Desse modo, nota-se que este princípio tem o condão de estabelecer que o consensualismo é regra, enquanto o formalismo é exceção.

3.4. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

O princípio da proporcionalidade é uma forma de controle das normas que, quando aplicado à prática, verifica se são ou não constitucionais. A ela caberá compreender que quaisquer limitações às liberdades do cidadão têm de ser exceções e devem ser rigorosamente justificadas.

Pierre Müller define o princípio da proporcionalidade, em sentido amplo, como sendo: “regra fundamental a que devem obedecer aos que exercem quanto os que padecem do poder”. Já em sentido estrito, o autor entende que é caracterizado pelo fato de presumir a existência de relação adequada entre um ou vários fins determinados e os meios com que são levados a cabo.⁶

João Batista Lopes por outro lado, afirma que o princípio da proporcionalidade não se resume em uma simples regra, já que a regra não tem o condão de resolver colisão entre princípios. Ainda acrescenta que: “cuida-se de princípio constitucional, corolário do próprio Estado de Direito, que veda o excesso e o abuso”, e que “consiste na avaliação dos direitos ou interesses em cheque para dar prevalência aos valores que informam a ordem jurídica”.⁷

⁵ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações contratuais e extracontratuais**. 31. ed. v. 3. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 49.

⁶ MULLER, Pierre, 1978, *apud* BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 393.

⁷ LOPES, João Batista, 2004 *apud* LOR, Encarnacion Alfonso. O princípio da proporcionalidade no Direito Processual. **Migalhas**, 30 maio 2008. (De Peso). Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/61480/o-principio-da-proporcionalidade-no-direito-processual>. Acesso em: 27 ago. 2021.

Este princípio tem como escopo equilibrar os direitos individuais com os anseios da sociedade, e pode ser analisado de maneira específica no art. 2º da Lei nº 9.784/1999 (a qual regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal) e, implicitamente, na Carta Magna. Para uma correta análise dele observam-se dois critérios, o da necessidade (exigibilidade ou princípio da menor ingerência possível) e o da adequação, a fim de verificar se o meio auferido é adequado ao fim pretendido. Caso seja muito oneroso ou demasiadamente gravoso, é mais pertinente que a norma seja revisada.

3.5. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA - EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO

A efetividade das normas consumeristas possui estreita ligação com o princípio da dignidade humana e educação para consumo. A partir do momento que se verifica que os direitos básicos do consumidor estão sendo cumpridos, a imediata consequência desse fato é a percepção do exercício pleno da cidadania, dignidade e liberdade.

É de suma importância o estudo da dignidade humana nessa esfera, para que não haja abusos e descumprimento de normas que prejudiquem o consumidor. Este direito vem taxado logo no primeiro artigo da Constituição Federal, inciso III:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

III - a dignidade da pessoa humana; [...].

A Dignidade está intimamente ligada aos direitos fundamentais e sua efetivação. Não há como se falar no disposto no artigo 5º da Constituição sem garantir plenitude de exercício da dignidade humana. Logo, estando o direito do consumidor no rol dos direitos fundamentais artigo 5º, XXXII da CF, é extremamente lógico ligá-lo à dignidade humana.

E nem precisa de tanto esforço. O próprio Código de Defesa do Consumidor já consolida em seu artigo 4º que a Política Nacional das Relações de Consumo tem o objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores e o respeito à sua dignidade, saúde e educação.

Desse modo, é clara a compreensão de que a dignidade humana, o direito do consumidor e a educação são matérias fundamentais.

3.6. PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÃO

Esse princípio está previsto no inciso III do art. 6º do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

[...]

III – a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; [...].

Percebe-se uma tendência à omissão de fatos em contratações até o ponto em que o consumidor se ver amarrado às condições e cláusulas que a ele não foram expostas no momento da contratação.

E a transparência trata do dever do fornecedor em expor todas as características do produto e/ou serviço que estão à disposição dos clientes, seja em qual esfera for. O mérito da transparência e informação torna-se mais importante de acordo com o grau de vínculo que o consumidor terá após a contratação com o Fornecedor.

Numa hipótese, é bem menos custoso às partes reparar os efeitos causados pela falta de informação, em uma relação de consumo, quando o bem ou serviço comprado/contratado é de pequeno valor. Entretanto, quando se fala de contratos de empréstimos consignados, a ligação do consumidor a uma obrigação que a ele foi ofertada sem transparência e informações suficientes é bem mais gravosa.

Finalmente, importa compreender o quão democrático é esse princípio no meio das relações contratuais.

3.7. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA

O princípio da boa-fé objetiva é de imensa relevância para o direito consumerista, pois preza que as partes possuem o dever de agir com base em valores éticos e morais da sociedade.

Este princípio é previsto no artigo 422 do Código Civil, sinalizando sua característica de ser basilar nas relações contratuais, pois, para efetivar o negócio jurídico através do contrato, presume-se que as partes exprimirão sua livre vontade e que as condições do bem se encontrarão de acordo com a legislação, assim como terão a obrigação de guardar os princípios da probidade e boa-fé.

O Código de Defesa do Consumidor tem em seu artigo 51 disposição sobre nulidade de cláusulas por não ter sido seguida a boa-fé. Desse modo, concretiza-se como princípio fundamental da relação contratual consumerista.

Assim, pressupõe-se que a boa-fé exercerá um padrão de conduta por todos os interessados da relação, uma vez que o comportamento junto a formalização do negócio priorizará a moral e a ética, base da boa-fé objetiva.

O padrão de conduta é algo a ser quisto pelas partes, já que garantirá uma reciprocidade do dever de informações claras e corretas, descartando qualquer tipo de onerosidade. Com isto, será gerada uma cooperação contratual em que as elas terão o dever de serem honestas, visando, também, que o outro o seja.

Por fim, alega Carlos Roberto Gonçalves que a probidade: “mencionada no artigo 422 é um dos aspectos objetivos da boa-fé, pode ser entendida como a honestidade de proceder”, que enseja no cumprimento das obrigações contratuais.⁸

3.8. PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL

A Função Social, por sua vez, é um dos princípios que emergiram junto com ao novo Código Civil, adotando o princípio da socialidade como um de seus norteadores. Muito influenciado pela Constituição Federal, através do artigo 1º inciso III, considera-se o mais importante princípio fundamental, servindo de base para os demais.

Carlos Roberto Gonçalves conceituou a Função Social como sendo um dos pilares da teoria contratual. Ele propôs promover a realização de uma justiça comutativa, aplainando as desigualdades substanciais entre os contraentes.⁹ Logo, este princípio baseará no equilíbrio, levando em consideração o bem estar social.

No que tange o artigo 170, que dispõe dos Princípios Gerais da Atividade Econômica, conjuntamente ao artigo 421 do Código de 2002 que estabelece: “Art. 421. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato, observado o disposto na Declaração de Direitos de Liberdade Econômica”. A Função Social assegura que o contrato regula os interesses de utilidade social, limitando, para tanto, o Princípio da Autonomia da Vontade, já que deverão ser sopesados os direitos coletivos diante dos individuais.

A autonomia, em que pese ser importante na celebração dos ajustes entre as partes, não pode permitir que se pactue contrariamente aos ideais de justiça. Não significa que não deverá ser cumprido o princípio da Autonomia da Vontade, mas deverá entender o sistema contratual, também, na seara macro.

Segundo Silvo Venosa¹⁰, na contemporaneidade, a autonomia da vontade clássica é substituída pela autonomia privada, sob a égide de um interesse social. Diante disso, o Código Civil aponta para a liberdade de contratar sob o freio da função social.

⁸ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: contratos e atos unilaterais**. 14. ed. v. 3. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 54.

⁹ *Ibid.*, p. 24.

¹⁰ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: parte geral**. 4. ed. v. 1. São Paulo: Atlas, 2004. p. 361.

4. CONSUMIDORES IDOSOS, SUAS LIMITAÇÕES E DIREITOS DE ACORDO COM O ESTATUTO DO IDOSO (LEI Nº 10.741/2003)

Desde a sanção da Lei que consolidou o Estatuto do Idoso¹¹ como elemento basilar de proteção à população mais velha, não restam dúvidas acerca de seus direitos sociais. Quando em seu artigo 8º é citado direito ao envelhecimento como personalíssimo, aquele que é intransmissível.

Partindo do preceito de que a codificação de tal norma é consequência da necessidade social de ter-se tal imposição num rol taxativo de direitos, compreende-se que nem o direito ao envelhecimento é plenamente respeitado. Por isso, torna-se tão importante e necessário discutir as limitações dos idosos.

Isso resta evidente na lei quando se trata da obrigação solidária de alimentar idoso: “Art. 12 - A obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.”

Isso porque não se vê outra disposição similar, a não ser com nascituros e crianças, seres humanos com claros níveis de dependência de terceiros.

Em caso aplicado justamente ao escopo desse artigo – a vulnerabilidade do idoso nas relações de empréstimo consignado, a Lei nº 14.181/2021¹² não poderia ter sido mais clara e concisa:

Art. 54-C. É vedado, expressa ou implicitamente, na oferta de crédito ao consumidor, publicitária ou não:

[...]

IV - assediar ou pressionar o consumidor para contratar o fornecimento de produto, serviço ou crédito, principalmente se se tratar de consumidor idoso, analfabeto, doente ou em estado de vulnerabilidade agravada ou se contratação envolver prêmio; [...].

É mister destacar a preocupação do legislador em fazer da prática de assédio ao idoso nos momentos de fornecimento de produto, serviço e, principalmente, crédito, proibição expressa em lei.

Essa lei não poderia vir em momento mais oportuno. Em meio à pandemiada Covid-19, em que se percebeu agravamento de crise socioeconômica brasileira, aumento nos empréstimos consignados e na margem de crédito que pode ser oferecida aos consumidores. Assim como o proporcional aumento sofrido pelos idosos por meio dos mecanismos de comunicação, como telefones celulares.

A prova disso foi a Lei nº 14.131/2021, que aumenta a margem consignável de empréstimo para pensionistas INSS de 35% para 40% do benefício. Dada norma foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 30 de março.

A justificativa é que a facilidade do empréstimo consignado aos idosos seria para beneficiá-los, já que os juros para tal modalidade são menores. Essa urgência estaria conectada, justamente, à pandemia da Covid-19.

4.1. HIPERVULNERABILIDADE AGRAVADA PELA PRÓPRIA NATUREZA DO AGENTE IDOSO QUANDO FIGURA COMO CONSUMIDOR

O consumidor dentro da seara do direito consumerista possui sua vulnerabilidade explicitamente defendida pelo CDC em seu **artigo 4º, inciso I**:

A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida,

¹¹ BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.741.htm. Acesso em: 07 jul. 2021.

¹² BRASIL. **Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021.** Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14181.htm. Acesso em: 07 jul. 2021.

bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:

I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo; [...].

Entende-se, portanto, que é necessário tratar desigualmente os desiguais para que possa ser realizada qualquer justiça a termos de equalizar as forças entre fornecedor e consumidor.

A decorrência lógica desse pensamento é que, quanto mais frágil a saúde e capacidade cognitiva do consumidor, mais fraco e vulnerável ele é na relação de consumo. Os idosos são, assim, considerados hipervulneráveis.

Há duas correntes para debate do tema da hipervulnerabilidade: a de que apenas pertence a este quadro pessoas que se encaixam no rol taxativo para tal, e outra que explora o fato de essa classificação poder ser estendida mesmo aos grupos que não estão expressamente listados, como analfabetos e grupos de condição social e saúde marginalizadas. E essa maior abrangência entende a urgência de se discutir uma maior proteção a grupos que ainda que não são abarcados pelos códigos, carecendo de maior assistência.

Esse entendimento já é pacificado, conforme demonstrado pela citação do Ministro Herman Benjamin em Recurso Especial nº 586.316:

18. Ao Estado Social importam não apenas os vulneráveis, mas sobretudo os hipervulneráveis, pois são esses que, exatamente por serem minoritários e amiúde discriminados ou ignorados, mais sofrem com a massificação do consumo e a "pasteurização" das diferenças que caracterizam e enriquecem a sociedade moderna. 19. Ser diferente ou minoria, por doença ou qualquer outra razão, não é ser menos consumidor, nem menos cidadão, tampouco merecer direitos de segunda classe ou proteção apenas retórica do legislador. 20. O fornecedor tem o dever de informar que o produto ou serviço pode causar malefícios a um grupo de pessoas, embora não seja prejudicial à generalidade da população, pois o que o ordenamento pretende resguardar não é somente a vida de muitos, mas também a vida de poucos.¹³

Verifica-se, a despeito da dupla proteção que o consumidor idoso possui – CDC e Estatuto do Idoso – que os mais velhos não vem recebendo a apreciação jurídica devida nas relações consumeristas, nas quais ocupam o polo hipervulnerável.

A diferença de tratamento jurídico nas questões de mérito consumerista possui raízes justamente na relativização dos conceitos de igualdade e vulnerabilidade perante os detentores dos meios de produção, que são os mesmos que impõem as práticas abusivas em prol do lucro, mas que, por outro lado, levam ao endividamento.

4.2. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO ORIUNDO DE CRÉDITO FÁCIL AOS IDOSOS

Esse tópico é, talvez, o mais necessário e delicado. Em meio à crise da Covid-19, a margem de crédito do INSS aumentou 5%, como supramencionado. Indo ao encontro do crédito facilitado, a novíssima Lei, também já mencionada, nº 14.181 de 1º de julho de 2021, altera o Código de Defesa do Consumidor, bem como o Estatuto do Idoso a fim de aperfeiçoar a disciplina do crédito e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento.

A principal causa de essa classe de consumidores ser um excelente público-alvo para as agências e empresas fornecedoras de crédito é que, justamente por causa de suas condições especiais de saúde junto de, muitas vezes, hipossuficiência, tornam os idosos fáceis “presas”.

O problema ainda reside na oferta do serviço, que, quando não contratado sem o consentimento do consumidor, é vendido como uma modalidade de empréstimos tão imperceptível quanto suas taxas.

¹³ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 586.316 - MG (2003/0161208-5)**. Relator: Ministro Herman Benjamin. Brasília, 17 de abril de 2007 (data do julgamento). Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/pls/portal/docs/1/2008885.PDF>. Acesso em: 18 jul. 2021.

4.3. ANUÊNCIA EXPRESSA PARA O FAZIMENTO DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS AOS IDOSOS

Como tratado nas sessões dos princípios norteadores dos contratos, a autonomia da vontade considera-se essencial para a legitimação do acordo, haja vista que caso esta vontade esteja dotada de vício, devido à percepção distorcida da realidade, considera-se o negócio anulável, como é o caso de erro, dolo, coação física, lesão, estado de perigo e fraude, ou nulos, como nos casos de coação moral e simulação.

E, para prezar pela livre vontade, deverá esta ser exteriorizada, conforme previsto no artigo 110 do Código Civil, uma vez que a intenção se faz mister, porém, sua manifestação subsiste ainda que o autor haja feito reserva mental de não querer que manifestou, exceto em caso que a parte contrária obtinha conhecimento do propósito da outra.

No artigo subsequente, verifica-se que o silêncio importa anuência, contudo, apenas em casos que autorizem o fazimento sem a declaração da vontade expressa. Ao se tratar de empréstimos, considera obrigatória, principalmente, consignados, em que há a figura do órgão pagador que determinará a margem consignável para a liberação do empréstimo.

No Estado do Paraná, em 29 de julho de 2020, houve a promulgação da Lei nº 20.276¹⁴, que tratou da necessidade pela assinatura, em seu artigo 2º:

Art. 2º Proíbe as instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil, diretamente ou por meio de interposta pessoa física ou jurídica, de celebrar contratos de empréstimo de qualquer natureza que não tenham sido expressamente solicitados pelos beneficiários a aposentados e pensionistas através de ligação telefônica.

§ 1º A celebração de empréstimos de qualquer natureza com aposentados e pensionistas de que trata este artigo deve ser realizada mediante a assinatura de contrato com apresentação de documento de identidade idôneo, não sendo aceita autorização dada por telefone e nem a gravação de voz reconhecida como meio de prova de ocorrência. [...].

Nela foi proibido que as instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedade de arrendamento mercantil realizassem empréstimos sem a solicitação ou anuência expressa de aposentados e pensionistas.

Esta lei, validada pela corte do Supremo Tribunal Federal, sob relatoria da Ministra Cármen Lúcia, destacou a hipervulnerabilidade dos consumidores aposentados e pensionistas, que geralmente, são pessoas que se encontram na terceira idade, e que, de acordo com que assegura o artigo 230 da Carta Magna, como também a Lei nº 10.741/2003, devem ter um maior amparo legal.

Conforme expôs a Ministra: "O que se dispõe na lei paranaense é a adoção de política pública para a proteção econômica do idoso contra o assédio publicitário, não raro gerador de endividamento por onerosidade excessiva". Desse modo, o objeto da lei foi de amparar o idoso que não gozava de artifícios para se eximir das abusividades feitas pelas instituições financeiras.

Embora necessitem de mais institutos jurídicos que os protejam, esta lei foi um enorme avanço jurídico, dado que suplementa as disposições contidas no CDC.

Retomando acerca da necessidade da anuência expressa nos contratos de empréstimo, instrumento que materializa a declaração de vontade, sua necessidade por ser escrita é em virtude de remeter a operação econômica e, portanto, como diz respeito ao patrimônio, tem de sua anuência ser declarada através de assinatura, acompanhado de documentos pessoais atuais.

Neste sentido, de acordo com a advogada Lorena Lage, além de necessário, torna-se mais seguro a assinatura, tendo em vista a complexidade do contrato. Outrossim, uma vez que declarado de forma expressa, imporá às partes responsabilidades e respectivas penalidades pelo descumprimento.¹⁵

¹⁴ PARANÁ. **Lei nº 20276, de 29 de julho de 2020**. Proíbe as instituições financeiras de ofertar e celebrar contrato de empréstimo de qualquer natureza, com aposentados e pensionistas, por ligação telefônica, no âmbito do Estado do Paraná. Publicado no DOE - PR em 31 jul. 2020. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=399337>. Acesso em: 21 jul. 2021.

¹⁵ LAGE, Lorena. **A importância do contrato escrito e da assinatura por testemunhas**. Disponível em: <https://lageoliveira.adv.br/nosso-blog/a-importancia-do-contrato-escrito-e-da-assinatura-por-testemunhas/>. Acesso em: 08 ago. 2021.

5. RESPONSABILIDADE CIVIL DO FORNECEDOR NA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS NÃO QUISTOS PELOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

O crédito consignado ganhou popularidade a partir do ano de 2003, quando foi instituída a Lei 10.820, que permitiu a consignação em benefícios previdenciários. De acordo com Marcos Catalan¹⁶, o objetivo para sua criação foi estimular o consumo diante de um momento político no qual se buscava o crescimento da economia brasileira.

Com alta demanda pela efetuação do negócio, coube às instituições financeiras uma maior atenção, principalmente, por seus destinatários serem considerados hipervulneráveis, haja vista o comprometimento de sua capacidade fisiológica, e alguns casos, também hipossuficientes.

Dado que o regramento econômico brasileiro fazia com que estas grandes instituições competissem entre si e garantisse maior lucratividade, foi necessário no setor interno cumprimentos de metas de venda de produtos disponibilizados, incluindo os empréstimos consignados. Ante a excessiva demanda, unido à facilidade de realizar contratos de empréstimos, houve inúmeros problemas, tais como a falta de transparência das financeiras acerca do processo, o não reconhecimento do contrato por parte do contratante, a renovação do contrato sem consentimento do cliente, bem como, o refinanciamento de empréstimos não autorizados.

Diante das fraudes cometidas pelos funcionários destas Fornecedoras que ludibriavam seus clientes a fim de garantir vantagens no setor interno, não limitavam seus poderes para concluir as operações, desprezando a ética, honestidade e respeito.

Apesar de ser assegurada uma maior cautela para contratação a idosos, sobprevisão constitucional, como também pelo Estatuto do Idoso e o Código de Defesa do Consumidor, à primeira vista, muitas financeiras não garantiram um crédito responsável, e em alguns casos, tornaram os empréstimos consignados sua maior fonte de renda.

Johannes Doll e Rosangela Cavallazzi expõem que as vantagens do novo crédito e o marketing agressivo mostraram resultados enorme. Nos primeiros 7 meses, os bancos emprestaram neste formato mais que 11,5 bilhões de reais e, no total, 6,8 milhões de contratos, e que de fato, a tendência continua forte.¹⁷

Desse modo, a fim de puni-los, fez-se importante colocar ao Fornecedor, hierarquicamente superior na relação de consumo, o risco de sua atividade, previsto no artigo 14 do CDC:

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

No artigo supracitado, incidiu sobre o Fornecedor a responsabilidade objetiva. Trata-se da defesa de que não se discute culpa, cabendo responsabilizar a instituição por eventuais problemas que possam vir a ocorrer, isto é, aquele que desempenha determinada atividade arcará, inclusive, com o risco que este gerar a terceiros. O que se compreende dessa corrente é que ela tem um caráter predominantemente social e visa o cuidado com o estado e condições adquiridas pelos consumidores.

Neste risco, Flavio Tartuce chega a mencionar se configuraria responsabilidade objetiva de um risco excepcional, e não às situações corriqueiras. Marcelo Benacchio citado por Carla Bueno dos Santos, por sua vez, alega que devido à livre iniciativa destas instituições financeiras, estariam em uma situação privilegiada frente aos consumidores, uma vez que geririam toda a administração do capital contratado. Nestas circunstâncias dever-se-ia prezar pela boa-fé diante da atividade.¹⁸

¹⁶ CATALAN, Marcos Jorge. **A morte da culpa na responsabilidade contratual**. Indaiatuba: Foco Jurídico, 2013.

¹⁷ DOLL, Johannes; CAVALLAZZI, Rosangela Lunardelli. **Crédito consignado e o superendividamento dos idosos**. Revista de Direito do Consumidor RDC. v. 107., a. 25., set.-out. São Paulo: Ed. RT, 2016. p. 309-341.

¹⁸ BENACCHIO, Marcelo, 2006 e 2012, *apud* SANTOS, Carla Bueno dos. A responsabilidade civil do banco pela concessão de crédito. **Migalhas**, 06 set. 2019. (De Peso). Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/310414/a-responsabilidade-civil-do-banco-pela-concessao-de-credito>. Acesso em: 21 jul. 2021.

6. RESPONSABILIDADE DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS NA UTILIZAÇÃO DO DINHEIRO CONCEDIDO POR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO INDEVIDO

Em documentários, como Covardia Capital¹⁹, bem como notícias – “Banco Pan faz empréstimo sem autorização de idoso” - Folha de São Paulo²⁰, em sua maioria é comum verificar-se a responsabilidade das instituições financeiras pela concessão de empréstimos efetuados sem a solicitação ou prévia anuência dos consumidores. No entanto, não se atentam ao tratar da responsabilidade dos aposentados e pensionistas, uma vez utilizado o dinheiro que, a princípio era indevido.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor é disposto que há vedação ao fornecedor, dentre outras práticas abusivas, enviar ou entregar ao consumidor produto ou serviço sem prévia solicitação. Ao tratar do tema, o enfoque apenas é dado ao **artigo 39, inciso III e Parágrafo Único do CDC**, que estabelece prática abusiva e que os produtos ou serviços remetidos sem prévia solicitação, inexistente obrigação de pagamento. Todavia, deixam atentar ao **artigo 422** do Código Civil, que estabelece a necessidade de se aplicar os princípios da lealdade, boa-fé e honestidade:

“**Art. 422.** Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.”

Para melhor compreensão do conceito de boa-fé, Rosenthal citado por Pretel ensina que nesta modalidade de boa-fé, encontra sua justificação no interesse coletivo das pessoas pautarem seu agir na cooperação, garantindo a promoção do valor constitucional do solidarismo, incentivando o sentimento da justiça social e compreendendo a todas as condutas que importem em desvio aos parâmetros sedimentados de honestidade e lisura.²¹

À vista disso, até que se prove que as instituições bancárias estão agindo de má-fé, cabe aos consumidores o dever de cautela e seguir os preceitos da justiça.

7. AMOSTRA GRÁTIS VERSUS ENRIQUECIMENTO ILÍCITO

O Código de Defesa do Consumidor veda no inciso III do artigo 39 o fornecimento de qualquer produto ou serviço sem a prévia solicitação do consumidor. Deste modo, aliado ao Parágrafo Único do mesmo artigo, uma vez cometido este ato, o empréstimo equipararia à amostra grátis. Um dos defensores desta ideia é deputado Celso Russomanno, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara que, em audiência pública sobre a discussão do tema afirmou: “de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, o empréstimo depositado indevidamente deveria ficar na conta do consumidor, já que seria considerado uma “amostra grátis” de um produto ou serviço”.

À vista do que expõe o dispositivo, esta isenção de pagamento seria uma forma de pena ao fornecedor que cometeu uma prática abusiva prevalecendo-se da boa-fé do consumidor. O artigo é claro ao expor a execução e a consequência da prática. Todavia, trata de forma genérica os produtos e serviços que se considerarão amostra grátis.

Mas o debate em questão é quanto ao fornecimento de empréstimos consignados não solicitados pelos consumidores idosos, parte hipervulnerável, que merecem maior amparo.

De maneira abrangente, é direito a todo consumidor educação e divulgação os produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações; a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta; a proteção contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços. Logo, uma vez feita esta prática contra um hipervulnerável, as circunstâncias são ainda mais sérias.

Como já mencionado anteriormente, os idosos já possuem uma capacidade fisiológica menor, e no decorrer dos anos a capacidade de entendimento vai sendo ainda mais comprometida. Existem idosos que possuem

¹⁹ INSTITUTO DEFESA COLETIVA. **Filme Covardia Capital**. [S. l.], 2018. 1 vídeo (19 min 53 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2R3QUOIRabA>. Acesso em: 27 ago. 2021. Vídeopublicado no Youtube, 29 nov. 2018.

²⁰ KURATORI, Flavia. Banco Pan faz empréstimo sem autorização de idoso. **Folha de São Paulo**, 13 ago. 2021. (Defesa do Cidadão). Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/grana/2021/08/banco-pan-faz-emprestimo-sem-autorizacao-de-idoso.shtml>. Acesso em: 27 ago. 2021.

²¹ ROSENVALD, Nelson, 2005 *apud* PRETEL, Mariana Pretel e. A boa-fé objetiva como cláusula geral. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, a. 14, n. 2.149, 20 maio 2009. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/12803>. Acesso em: 14 ago. 2021

ainda o auxílio de parentes próximos, enquanto outros não. Desse modo, a depender do caso, há uma maior gravidade, devido à questão da hipossuficiência intelectual e/ou econômica, causando o superendividamento.

À vista desta questão, ao ser feito um empréstimo consignado indevido e verificado antes de sua utilização, as instituições financeiras emitem o boleto, alegando que por mera liberalidade darão a possibilidade de devolução, e para tanto, resolve-se o problema. Porém na maioria dos casos, apenas obtém-se conhecimento quando debitado de seu benefício a parcela do empréstimo e quando o valor foi utilizado.

Idosos vão até o Instituto de Previdência Social a fim de se certificar do motivo do desconto, informam-se tratar de empréstimo consignado por determinada instituição e é orientado a ir até o Órgão de Proteção ao Consumidor. A alegação feita pelos órgãos, bem como, as demandas encaminhadas aos Juizados Especiais são de que se trata de prática abusiva, e dado dinheiro por não ter sido solicitado ou anuído expressamente, considerar-se-á amostra grátis.

Ocorre que parte majoritária da doutrina e tribunais entendem que esta análise é equivocada, dado que se verifica apenas a responsabilidade das instituições financeiras, descartando a responsabilidade dos aposentados por utilizarem dinheiro que a princípio era indevido.

Cabe ressaltar que ao usufruir do valor monetário, o consumidor acaba criando uma responsabilidade. Com fulcro no artigo 876 do Código Civil, que trata: “Todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir”, independente do motivo pelo qual for depositado o dinheiro em sua conta, caso não o seja, caberá ao idoso devolvê-lo”.

Esta dubiedade de ideias fez com que o poder executivo discorresse através do Decreto nº 7.212 de 2010 sobre o que se considera amostra grátis no artigo 54:

[...] III - as amostras de produtos para distribuição gratuita, de diminuto ou nenhum valor comercial, assim, considerados os fragmentos ou partes de qualquer mercadoria, em quantidade estritamente necessária a dar a conhecer a sua natureza, espécie e qualidade. [...].

Percebe-se que o conceito de amostra grátis contraria a ideia do valor monetário, tendo em vista que assegura na definição daquele, uma distribuição gratuita, sem qualquer valor comercial. Ademais, tratam a respeito de fragmento da parte total, ou seja, de algo pequeno, que não cause um prejuízo a nenhuma das partes.

Se a crítica dos consumidores aposentados e pensionistas diz respeito ao desequilíbrio e a ausência de boa-fé por parte dos fornecedores, eles também não poderiam justificar a não devolução do dinheiro, indo em dissonância com a probidade e boa-fé. Outra justificativa usada pelos Tribunais é a respeito de se provar a má-fé dos fornecedores para que a devolução não seja realizada, e ainda acrescida de danos morais, vide ementa que ressalta os perigos da contratação e oferta de serviços por meio de tecnologias:

APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. BANCO. MENSAGEM SMS. ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO NO INSS A FIM DE EVITAR A SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA PARTE AUTORA. CONTRATAÇÃO DE CARTÃO CONSIGNADO E EMPRÉSTIMO NÃO RECONHECIDOS. MÁ-FÉ. CANCELAMENTO. DEVOUÇÃO DOBRADA. DANO MORAL. SUCUMBÊNCIA.

1. O caso em tela versa sobre relação de consumo, pois a autora enquadra-se no conceito de consumidora descrito no art. 17 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, e o réu no de fornecedor, nos termos do art. 3º do mesmo diploma legal. Além disso, a demandante é a destinatária final dos serviços prestados pelo banco recorrente. 2. Da leitura do art. 14 do CPDC, verifica-se que a responsabilidade do fornecedor de serviços é objetiva e somente não responderá pela reparação dos danos causados se provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexistia ou o fato é exclusivo do consumidor ou de terceiro. 3. Outrossim, pela teoria do risco do empreendimento, aquele que se dispõe a fornecer bens e serviços tem o dever de responder pelos fatos e vícios resultantes dos seus negócios, independentemente de sua culpa, pois a responsabilidade decorre da atividade de produzir, distribuir e comercializar ou executar determinados serviços. 4. Assim, incumbe ao demandado a prova da existência de relação jurídica que ensejou os descontos nos proventos da autora.

5. Apelada que traz documentação demonstrando a propaganda enganosa que a levou ao induzimento ao erro, consubstanciado em mensagem de SMS para realização de atualização cadastral a fim de evitar a suspensão do pagamento do benefício previdenciário do INSS, e, que, na verdade, levou a contratação de um cartão de crédito consignado e um empréstimo, com autorização de descontos em folha de pagamento. 6. O demandado, se limitou a manifestar-se pela regularidade da contratação, que, diga-se, sequer foi utilizado pela recorrida. 7. Boa-fé da consumidora que na inicial postulou pela consignação judicial dos valores transferidos para sua conta corrente a título de empréstimo não reconhecido. 8. O réu deixou de comprovar a licitude da contratação do cartão consignado e do empréstimo a ele atrelado, ônus que lhe é imposto pelo art. 373, II, do Código de Processo Civil. 9. Assim, não se demonstrando ter a consumidora contraído o contrato de cartão de crédito consignado e o mútuo impugnado que ensejou os descontos indevidos em seus proventos do INSS, conclui-se pela ocorrência de falha na prestação do serviço, devendo a instituição financeira arcar com os danos sofridos pela recorrida.

10. Nesse diapasão, os valores descontados nos proventos da demandante devem ser devolvidos pelo réu, em dobro, diante da evidente má-fé de que se valeu para enganar e induzir a consumidora em erro, através de mensagem fraudulenta enviada por SMS para o telefone móvel celular da lesada. 11. O dano moral é *in re ipsa*. O quantum debeatur será reduzido para R\$ 5.000,00 por se mostrar suficiente, em atenção ao princípio da proporcionalidade, além de guardar consonância com a jurisprudência desta Corte de Justiça. Correção monetária a contar deste julgado e juros de mora do evento danoso. Súmulas 97 do TJRJ e 54 do STJ. 12. Honorários advocatícios arbitrados pelo togado a quo serão reduzidos ao mínimo legal de 10% sobre o valor da condenação, ante a baixa complexidade da demanda. 13. Sem honorários sucumbenciais recursais. Precedente do STJ. 14. Apelo provido em parte.

(TJ-RJ - APL: 00009989720188190012, Relator: Des(a). JOSÉ CARLOS PAES, Data de Julgamento: 27/08/2020, DÉCIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 28/08/2020).

Outrossim, para Izaías Bezerra Neto, outro motivo para decidirem contrário a amostra grátis foi o enriquecimento sem causa, uma vez que o consumidor em nada colaborou para ter o aumento de seu patrimônio; houve ausência de cautela para identificar um valor desconhecido que chegou em sua conta (tendo os extratos bancários esta finalidade).²²

Para Limongi França: "Enriquecimento sem causa, enriquecimento ilícito ou locupletamento ilícito é o acréscimo de bens que se verifica no patrimônio de um sujeito, em detrimento de outrem, sem que para isso tenha um fundamento jurídico".²³ Ou seja, se em nada deu causa para que conseguisse dado valor, não há que se falar que este dinheiro é devido.

Logo, até que se prove que as instituições bancárias estão agindo de má-fé, cabe aos consumidores o dever de cautela e seguir os preceitos da justiça. Sobretudo, cumpre destacar que as situações se distinguem no caso concreto, uma vez que há pessoas sem instruções necessárias e que acabam sendo lesadas devido ao desconhecer da norma, e por vezes são coibidos por funcionários das instituições financeiras. Isso diz respeito às distintas interpretações que possa haver da norma. No entanto, cabe frisar que a lei deverá ser genérica e não poderá ser eximida em sua totalidade a obrigação do consumidor.

²² NETO, Isaiás Bezerra. O dinheiro pode ser equiparado à amostra grátis? Seria Justo (e legal) a aplicação da regra do CDC à espécie? **Migalhas**, 27 out. 2020. (De Peso). Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/335487/o-dinheiro-pode-ser-equiparado-a-amostra-gratis---seria-justo-e-legal-a-aplicacao-da-regra-do-cdc-a-especie>. Acesso em: 12 maio 2021.

²³ FRANÇA, Rubens Limongi. **Enriquecimento sem Causa**. Enciclopédia Saraiva de Direito. São Paulo: Saraiva, 1987.

8. SUPERENDIVIDAMENTO EM PERÍODO DA PANDEMIA

A Lei nº 14.181/21 altera o CDC e conceitua o superendividamento como a "impossibilidade manifesta de o consumidor, pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial".

O Projeto de Lei de 2015 foi homologado em boa hora, pois, como já discutido anteriormente, o período ainda não findado de pandemia da Covid-19 modificou a maneira de contratação de empréstimos para os idosos, que tiveram sua margem aumentada, assim como aumentou a necessidade de contratação destes por causa da crescente crise socioeconômica.

O alvo da nova lei foram os consumidores que contratam créditos e compram produtos, mas não conseguem adimplir com o pagamento por inúmeros motivos. Ratifica-se aqui as vantagens da lei, pois ela assegura que as instituições financeiras avaliem de forma consciente e responsável as condições do consumidor de fazer determinada contratação, no caso dos empréstimos consignados.

De toda forma, critica-se o veto da mesma matéria do que seria o artigo 54-E, determinando que os contratos para quitação de débito com autorização anterior do consumidor para consignação em folha de pagamento, tenha a soma das parcelas reservadas a esse pagamento não superior a 30% de sua remuneração mensal. Justificando o veto, o governo alegou que essa restrição impusera ao consumidor a assumir dívidas mais graves.

Por fim, a lei dá ao superendividado a possibilidade de gerir seu patrimônio além de vetar o aliciamento e assédio aos consumidores mais vulneráveis, como os idosos:

Art. 54-C. É vedado, expressa ou implicitamente, na oferta de crédito ao consumidor, publicitária ou não: [...]

IV - assediar ou pressionar o consumidor para contratar o fornecimento de produto, serviço ou crédito, principalmente se se tratar de consumidor idoso, analfabeto, doente ou em estado de vulnerabilidade agravada ou se a contratação envolver prêmio;

Deste modo, é imprescindível analisar a importância do artigo 54 para a construção de uma sociedade capitalista que não explore, sequer por meios psicológicos os consumidores a realizar contratação que vai de encontro às suas possibilidades financeiras.

9. CONCLUSÃO

Conclui-se que o empréstimo consignado efetuado sem o conhecimento e/ou aceitação dos consumidores é uma prática reiterada nos últimos tempos, principalmente quando se trata de pessoa idosa aposentada, devido à sua fragilidade pela fácil manipulação.

Por outro lado, através de estudos doutrinários e análises jurisprudenciais que permeiam os âmbitos consumeristas e cíveis, entende-se que embora se trate de pessoas hipervulneráveis e hipossuficientes, o idoso terá de recorrer ao princípio basilar do direito: a Boa-fé Objetiva e, caso não realizem a devolução do valor concedido, por não solicitarem, não devam ficar com a quantia, dado que em nada contribuiu para o aumento do patrimônio.

Diante disso, a solução encontrada para prevenir a prática foi a celebração destes contratos, acompanhados por testemunhas mais jovens e esclarecidas no assunto. Tida solução fará com que o contrato se torne Título Executivo Extrajudicial, podendo exigir seu cumprimento através da Ação de Execução, sem a necessidade de outras provas e de discussão sobre a existência da relação das partes. Ademais, com a presença de acompanhante, fará com que o negócio se ausente de vícios, inexistindo possibilidade para que a parte vulnerável alegue que foi compelida ou ainda que uma das partes não cumpra o acordo.

Além desta, outra proposta de solução é o reconhecimento de firma, que além de garantir maior segurança jurídica para ambos os polos da relação e para o documento em si, afastará quaisquer possibilidades de fraude.

Finalmente, acredita-se que todos os meios jurídicos que garantam maior segurança e efetividade ao contrato devam ser realizados para que se possa assegurar, principalmente aos consumidores idosos, menor possibilidade de aproveitamento da sua condição.

REFERÊNCIAS

- [1] ACOSTA, Leonardo Machado. Dos danos provenientes de empréstimo consignado não autorizado. Jusbrasil, Franca, 04 de jan de 2021. Disponível em: <https://lemacosta.jusbrasil.com.br/artigos/1161976693/dos-danos-provenientes-de-emprestimo-consignado-nao-autorizado#:~:text=Pr%C3%A1tica%20abusiva%20que%20tem%20se,eventual%20indeniza%C3%A7%C3%A3o%20pelos%20danos%20ocasionados>. Acesso em: 12 maio 2021.
- [2] ALMEIDA, Fabrício Bolzan de. Direito do consumidor esquematizado. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- [3] ALVES, José Eustáquio Diniz. Envelhecimento populacional continua e não há perigo de um gerontocídio. EcoDebate, Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais, 21 jun. 2020. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2020/06/19/envelhecimento-populacional-continua-e-nao-ha-perigo-de-um-gerontocidio-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em 18 jul. 2021.
- [4] BANCOS estão sujeitos ao Código do Consumidor, decide STF. ConJur, 7 jun. 2006. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2006-jun-07/bancos_sujeitos_codigo_consumidor_stf. Acesso em: 15 maio 2021.
- [5] BARRETO, Talita Moura. Empréstimo Consignado para Aposentados e Pensionistas à luz do Direito do Consumidor. Orientadora: Ms. Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves. (Bacharelado em Direito), Faculdade Sete de Setembro. Fortaleza, 2011.
- [6] BARROS, Juliana Brito Mendes de. A Boa-fé objetiva. ETIC - Encontro de iniciação científica. Presidente Prudente, ago. 2006. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/1297/1237>. Acesso em: 12 maio 2021.
- [7] BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- [8] BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos e; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. Manual de direito do consumidor. 2. ed. Rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- [9] BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 393.
- [10] BRANDÃO, Francisco. Comissão vai pedir punição de bancos acusados de fraude em crédito consignado. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/759145-comissao-vai-pedir-punicao-de-bancos-acusados-de-fraude-em-credito-consignado/>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- [11] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 5 de out. de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 12 maio 2021.
- [12] BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 12 maio 2021.
- [13] BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 12 maio 2021.
- [14] BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10741.htm. Acesso em: 07 jul. 2021.
- [15] BRASIL. Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14181.htm. Acesso em: 07 jul. 2021.
- [16] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 297. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras. Disponível em: https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista_eletronica/stj-revista-sumulas-2011_23_capSumula297.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.
- [17] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 586.316 - MG (2003/0161208-5). Relator: Ministro Herman Benjamin. Brasília, 17 de abril de 2007 (data do julgamento). Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/pls/portal/docs/1/2008885.PDF>. Acesso em: 18 jul. 2021.
- [18] CATALAN, Marcos Jorge. A morte da culpa na responsabilidade contratual. Indaiatuba: Foco Jurídico, 2013.
- [19] DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações contratuais e extracontratuais. 31. ed. v. 3. São Paulo: Saraiva, 2015.
- [20] DOLL, Johannes; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. Crédito consignado e o superendividamento dos idosos. Revista de Direito do Consumidor RDC. v. 107., a. 25., set.-out. São Paulo: Ed. RT, 2016. p. 309-341.
- [21] FRANÇA, Rubens Limongi. Enriquecimento sem Causa. Enciclopédia Saraiva de Direito. São Paulo: Saraiva, 1987.

- [22] FREITAS JUNIOR, Roberto Mendes de. Direitos e garantias do idoso: doutrina, jurisprudência e legislação. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.
- [23] GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: contratos e atos unilaterais. 14. ed. v. 3. São Paulo: Saraiva, 2017.
- [24] INSTITUTO DEFESA COLETIVA. Filme Covardia Capital. [S. l.], 2018. 1 vídeo (19 min 53 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2R3QUOIRabA>. Acesso em: 27 ago. 2021. Vídeo publicado no Youtube, 29 nov. 2018.
- [25] KUROTORI, Flavia. Banco Pan faz empréstimo sem autorização de idoso. Folha de São Paulo, 13 ago. 2021. (Defesa do Cidadão). Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/grana/2021/08/banco-pan-faz-emprestimo-sem-autorizacao-de-idoso.shtml>. Acesso em: 27 ago. 2021.
- [26] LAGE, Lorena. A importância do contrato escrito e da assinatura por testemunhas. Disponível em: <https://lageoliveira.adv.br/nosso-blog/a-importancia-do-contrato-escrito-e-da-assinatura-por-testemunhas/>. Acesso em: 08 ago. 2021.
- [27] LEITE, Júlio de Assis Araújo Bezerra. O direito do idoso e o mútuo bancário: aplicação do código de defesa do consumidor e do estatuto do idoso. Orientadora: Dra. Joyceane Bezerra de Menezes. (Mestrado em Direito) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2007.
- [28] LOR, Encarnacion Alfonso. O princípio da proporcionalidade no Direito Processual. Migalhas, 30 maio 2008. (De Peso). Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/61480/o-principio-da-proporcionalidade-no-direito-processual>. Acesso em: 27 ago. 2021.
- [29] LUZ, Aramy Dornelles da. Negócios jurídicos bancários, o banco múltiplo e seus contratos. Revista dos Tribunais: São Paulo, 1996.
- [30] MARTINEZ, Wladimir Novaes. Comentários ao Estatuto do Idoso. São Paulo: LTR, 2004.
- [31] MIRANDA, Pontes de. Tratado de Direito Privado. 3. ed. Tomo XXVI. Rio de Janeiro: Bookseller, Editor Borsoi, 1970.
- [32] NETO, Isaías Bezerra. O dinheiro pode ser equiparado à amostra grátis? Seria Justo (e legal) a aplicação da regra do CDC à espécie? Migalhas, 27 out. 2020. (De Peso). Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/335487/o-dinheiro-pode-ser-equiparado-a-amostra-gratis---seria-justo--e-legal--a-aplicacao-da-regra-do-cdc-a-especie>. Acesso em: 12 maio 2021.
- [33] NORAT, Markus Samuel Leite. Direito do consumidor: interpretação jurisprudencial. 2. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: CDAN, 2011.
- [34] NORAT, Markus Samuel Leite. O conceito de consumidor no direito: uma comparação entre as teorias finalista, maximalista e mista. Âmbito Jurídico, 01 de maio de 2011. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-88/o-conceito-de-consumidor-no-direito-uma-comparacao-entre-as-teorias-finalista-maximalista-e-mista/>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- [35] PARANÁ. Lei nº 20276, de 29 de julho de 2020. Proíbe as instituições financeiras de ofertar e celebrar contrato de empréstimo de qualquer natureza, com aposentados e pensionistas, por ligação telefônica, no âmbito do Estado do Paraná. Publicado no DOE - PR em 31 jul. 2020. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=399337>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- [36] PRETEL, Mariana Pretel e. A boa-fé objetiva como cláusula geral. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, a. 14, n. 2.149, 20 maio 2009. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/12803>. Acesso em: 14 ago. 2021.
- [37] REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- [38] REDAÇÃO do Migalhas. Cármen valida lei que proíbe banco de oferecer empréstimo a aposentado. Migalhas, 03 maio 2021. (Quentes). Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/344815/carmen-valida-lei-que-proibe-banco-de-oferecer-emprestimo-a-aposentado>. Acesso em: 17 maio 2021.
- [39] REDAÇÃO do Migalhas. STF valida lei que proíbe banco de oferecer empréstimo a aposentado. Migalhas, 17 maio 2021. (Quentes). Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/345595/stf-valida-lei-que-proibe-banco-de-oferecer-emprestimo-a-aposentado>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- [40] RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul TJ-RS. Vigésima Quarta Câmara Cível. Acórdão nº 70081729204. Processo AC 0144829-06.2019.8.21.7000. Relator: Cairo Roberto Rodrigues Madruga. 28 de agosto de 2019 (data do julgamento). Publicado em: 30/08/2019. Disponível em: <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/888278394/apelacao-civel-ac70081729204-rs>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- [41] ROSA, Luiz Carlos Goiabeira; BERNARDES, Luana Ferreira; FÉLIX, Vinícius Cesar. O idoso como consumidor hipervulnerável na sociedade de consumo pós-moderna. Revista Jurídica da Presidência, 2017. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1281>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- [42] SANTOS, Henrique Baqueiro dos. Os Princípios e os Contratos: a Autonomia da Vontade e a Força

Obrigatória. Unifacs Revista Jurídica, ago. de 2001. Disponível em: <https://www.unifacs.br/revista-juridica/arquivo/edicaoagosto2001/corpodiscente/graduacao/principios.htm>. Acesso em: 21 jul. 2021.

[43] SANTOS, Carla Bueno dos. A responsabilidade civil do banco pela concessão de crédito. Migalhas, 06 set. 2019. (De Peso). Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/310414/a-responsabilidade-civil-do-banco-pela-concessao-de-credito>. Acesso em: 21 jul. 2021.

[44] SANTOS, Renata Damasceno. A responsabilidade civil das instituições financeiras pela má concessão de crédito consignado ao consumidor. Orientador: Felipe Guimarães de Oliveira. 2018. 64 f. Monografia (Graduação – Curso de Bacharelado em Direito), Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA), 2018. Disponível em: <http://repositorio.cesupa.br:8080/jspui/bitstream/prefix/55/1/Renara%20Damasceno%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2021.

[45] VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: parte geral. 4. ed. v. 1. São Paulo: Atlas, 2004.

[46] VIAPIANA, Tábata. Banco responde por contrato de empréstimo com assinatura falsa, decide TJ-SP. ConJur, 03 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-set-03/banco-responde-contrato-emprestimo-assinatura-falsa>. Acesso em: 21 jul. 2021.

Capítulo 10

O rádio regional como patrimônio cultural imaterial¹

Elane Gomes Santos Coutinho

Resumo: O rádio traz em seu bojo um patrimônio de representações simbólicas que ajudam a identificar e interpretar as culturas que se desenvolveram em diversas regiões do Brasil, configurando-se como um patrimônio cultural imaterial das regiões onde está inserido. Este artigo analisa a questão do patrimônio cultural imaterial no rádio, partindo de uma reflexão de como este conceito se aplica a este meio de comunicação. Seguindo a abordagem qualitativa, foi feita pesquisa bibliográfica, entrevista e análise da Rádio Clube de Santo Antônio de Jesus, emissora regional localizada no Recôncavo Baiano. O resultado aponta que a forma como o meio se envolve com as expressões culturais de sua região pode fazer dele um patrimônio cultural imaterial de sua região de abrangência.

Palavras-chave: Rádio regional; patrimônio cultural imaterial; cultura popular.

¹ Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídia Sonora, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

1. INTRODUÇÃO

A relação cultural, histórica e memorial do rádio com suas localidades faz dele um patrimônio para grupos e regiões que se desenvolveram, no Brasil, tendo a forte presença e atuação deste meio de comunicação, seja pelos programas, locutores, eventos ou pelas próprias emissoras. Mas a ideia do rádio como patrimônio cultural imaterial ainda é pouco discutida em pesquisas.

Atualmente, vem surgindo uma preocupação com o registro do rádio com o selo de patrimônio imaterial, a fim de se preservar a história e a memória do rádio de modo geral. Um estudo pioneiro nessa linha é o realizado por Antônio Adami (2014). Trabalhando a história do rádio, este autor destaca o quanto este meio de comunicação ajuda a aprofundar a própria história do país. Evoluindo seus estudos, com destaque para o rádio paulista, Adami (2020) trabalha a questão do patrimônio do rádio, discutindo aspectos legislativos em vista de uma preservação da memória do rádio de São Paulo. De acordo com Adami, o patrimônio do rádio:

todos os dias desaparece um pouquinho, correndo sério risco de sumir por completo, por diferentes fatores, primeiramente pelo fato de que, infelizmente, muitos dos profissionais de rádio dos anos 1920, 1930, 1940 e até dos anos 1950 estão nos deixando, dada a idade, mas também pelo fato de que muito da história do rádio se perde em gavetas, salas, caixas e demais depósitos sem o mínimo cuidado (ADAMI, 2020, p. 57).

Diante desse cenário de perda da história, a discussão de como salvaguardar esse bem radiofônico se faz urgente. No contexto atual, em que boa parte das emissoras do país passa por processos diversos de mudança, seja pela convergência midiática, pela migração de AM para FM além de tantas outras transformações, este estudo se faz relevante para dar uma visão de como o rádio regional - que historicamente tem uma relação arraigada com as manifestações simbólicas de diversos locais do país - se constituiu como patrimônio cultural imaterial dessas culturas. Esta pesquisa faz parte de uma dissertação de mestrado em que discutimos as relações entre os conteúdos do rádio regional e a cultura popular, no contexto da migração de AM para o FM, considerando as consequências deste processo em emissoras que são patrimônio cultural imaterial de diferentes regiões do país.

Este artigo traz como objetivo discutir de que modo o rádio pode ser considerado um patrimônio cultural imaterial, analisando o conceito na Rádio Clube de Santo Antônio de Jesus, situada no Recôncavo Baiano. Esta emissora foi inaugurada em 1978 por um grupo de sócios e, em 1992, adquirida pela Diocese de Amargosa (BA). No ano de 1998, a Diocese criou a Fundação Nossa Senhora do Bom Conselho para dirigir a rádio, que seguiu uma programação regional. Operou na frequência AM 680 KHZ até 2017, quando migrou para a FM 92, 7.

Uma vez que o olhar sobre o patrimônio cultural imaterial no rádio ainda é novo, esta pesquisa é de caráter exploratório e segue a abordagem qualitativa, com base em observação, entrevistas, pesquisa bibliográfica e documental.

Para discutir o conceito de patrimônio cultural imaterial aplicado ao rádio, utilizaremos a noção de patrimônio cultural imaterial desenvolvido nos campos da Antropologia, Sociologia, História e Memória. Tomamos por base o trabalho de Regina Abreu e Carlos Chagas (2003), na definição do conceito antropológico de patrimônio cultural imaterial. José Gonçalves (2003) ajuda na reflexão de uma possível caracterização do patrimônio imaterial. Outro trabalho que fundamenta a discussão é proposto por Márcia Sant'Anna (2003), que explica como o conceito de patrimônio imaterial foi sendo implantado no Brasil; além de leis e decretos brasileiros sobre o patrimônio cultural imaterial. Na discussão a respeito da preservação da memória do rádio, nossa base de estudos é o já citado trabalho de Adami (2020).

2. O CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

A palavra patrimônio tem sua origem do latim *patrimonium* e se refere aos bens de família, herança; pode ser definida também como riqueza ou preciosidade. Durante muitas décadas, o conceito de patrimônio foi construído a partir de sua dimensão material. A partir da Revolução Francesa, o patrimônio deixou de ser considerado apenas como um bem privado e se tornou também o conjunto de bens que formam a identidade de uma nação. É nesse período que o olhar se volta para os monumentos, castelos, prédios, paisagens, edifícios históricos ou até mesmo cidades e obras de arte (ABREU, 2003). Segundo Sant'Anna (2003), é a

partir da Segunda Guerra Mundial que se começa a conceber os processos e as práticas como patrimônio, e é também nesse momento histórico que surge a preocupação com um patrimônio da humanidade.

Na segunda metade do século XX, o conceito antropológico de cultura já abarcava “o conjunto de realizações humanas em suas mais diversas expressões” (ABREU, 2003, p. 33). Com base em novos estudos das ciências humanas, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a Unesco - criada em 1945, com o intuito de combater os conflitos entre as nações - defendendo a ideia de um patrimônio da humanidade, revisou seu conceito de patrimônio, ampliando, portanto, a ideia daquilo que deveria ser considerado um bem cultural. Além disso, críticas a modelos políticos e sociais dos anos 1960 levaram também à consideração de bens culturais numa esfera imaterial.

O mundo ocidental só começou realmente a considerar estas questões quando, após a aprovação da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco, em 1972, países do Terceiro Mundo reivindicaram a realização de estudos para a proposição, em nível internacional, de um instrumento de proteção às manifestações populares de valor cultural. (SANTA'ANNA, 2003, p. 50).²

Diante desse cenário, foi preciso criar uma nova concepção de patrimônio com características próprias, diferentes das do patrimônio material. Enquanto este, está relacionado a uma identidade nacional, o patrimônio imaterial seria, portanto, as práticas, os saberes, as festas, as danças, o modo de fazer, enfim, se refere às representações simbólicas que constroem o capital cultural de um determinado povo e de uma região, embora elas também façam parte de uma nação.

3. O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NO BRASIL: ASPECTOS LEGISLATIVOS

A preocupação com o patrimônio cultural imaterial surgiu no Brasil na década de 1930, com a criação do decreto de tombamento (Decreto-Lei 25 de 30 de novembro de 1937), que “organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”³. Tal Decreto contemplou apenas o patrimônio material. No mesmo ano, o governo de Getúlio Vargas criou também o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), por meio da Lei nº 378. Cabe a este órgão federal “proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras”.⁴

É na Constituição Federal de 1988 que o reconhecimento de um patrimônio imaterial aparece. Em seu artigo 215, a Constituição expressa a necessidade de defesa, valorização, produção e difusão do patrimônio cultural brasileiro, tendo em vista a valorização da “diversidade étnica e regional” (BRASIL, 1988). No artigo 216, esta Lei considera a existência do patrimônio cultural imaterial no Brasil como algo que se relaciona com a história, a memória e a identidade de um grupo:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância,

² A partir dessa solicitação, em 1989, é feita a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (SANTA'ANNA, 2003).

³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 6 ago. 2020.

⁴ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acesso em: 17 jul. 2020.

tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988).

Embora a Constituição Federal coloque como dever do Poder Público a garantia, valorização e incentivo dos bens culturais, ela também prescreve a “colaboração da comunidade”. Outro ponto importante do artigo 216 da Constituição é o estabelecimento do registro e do inventário como formas de preservação além do tombamento.⁵

A partir da Constituição, o Iphan abriu caminho para o Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu “o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro”⁶ e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial⁷. Com base na Constituição, este Decreto afirma o seguinte:

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. (BRASIL, 2000).

A partir desses conceitos contidos na Constituição e no Decreto nº. 3.551/2000, vemos que o patrimônio cultural imaterial está ligado principalmente a grupos e regiões e traz características específicas que o configuram. Manifesta-se de diferentes formas ao longo do tempo e é reconhecido, antes, pelos próprios grupos. O grupo o considera como algo que representa a sua identidade, que fala da sua história e está impresso na sua memória como aquilo de que não se deseja esquecer, pelo valor e representatividade que assume nessa cultura, portanto, precisa ser transmitido e preservado.

Algumas vezes, um bem cultural pode ter dificuldades para manter-se vivo, e esses problemas podem ter origens diversas, desde questões financeiras a pessoas que continuem as tradições. O enfrentamento disso deve ser de interesse da comunidade detentora daquele bem, indo em busca de apoios tanto governamentais quanto técnicos, além de recursos de empresas privadas (BRAYNER, 2012). Diante desse desafio é que a salvaguarda do patrimônio se torna relevante.

Os instrumentos de salvaguarda dos bens imateriais são o inventário e o registro. O primeiro consiste numa listagem descritiva dos bens, a partir da construção de uma documentação que manifeste a sua existência e as diversas fases pelas quais ele passou, assim como o estágio em que se encontra na atualidade. Já o registro é a inscrição dos bens em um ou mais livros citados no Decreto nº 3.551/2000 – Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das Celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão, Livro de Registro

⁵ Em 2004 foi criado, no Brasil, o Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI), a fim de se estruturar as políticas de salvaguarda dos bens culturais. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 17 jul. 2020. Ver-se-á, mais adiante, a importância dessas políticas para o patrimônio cultural imaterial.

⁶ Presidência da República. Decreto Nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

⁷ De acordo com o Iphan (2012), o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, tem por objetivo fomentar as ações do governo federal na criação de políticas de salvaguarda, proteção e divulgação do patrimônio, valorizando a diversidade cultural tão marcante no Brasil, além da captação de recursos para preservação do patrimônio imaterial.

dos Lugares. Tal inscrição classifica o bem como Patrimônio Cultural do Brasil, no Iphan.⁸ O registro se dá a partir do inventário, que inclui a identificação das ameaças e dificuldades para a existência de um determinado bem e o reconhecimento do quanto ele contribui para o desenvolvimento do grupo ao qual pertence. No processo de registro, devem caber as propostas de como o bem em questão será preservado. Em resumo, a preservação do patrimônio imaterial passa pelas etapas de: identificação, documentação, registro e salvaguarda (BRAYNER, 2012). Tal processo acontece de modo mais efetivo quando é assumido pelas pessoas que fazem parte da produção e manifestação daquele bem.

Diante dos artigos constitucionais a respeito do patrimônio imaterial e do que foi exposto sobre suas características, precisamos considerar também o fato de que a Constituição Brasileira, no artigo 221, também prescreve para os meios de comunicação a “promoção da cultura nacional e regional” e a “regionalização da produção cultural”. (BRASIL, 1988). Sendo assim, direcionar uma produção voltada também para as manifestações e representações simbólicas, sejam elas nacionais ou regionais, faz parte do papel social dos veículos de comunicação. Nesse sentido, pode-se considerar que a promoção de um patrimônio cultural imaterial é também função de quem lida e interfere de alguma maneira na cultura, como por exemplo, os meios de comunicação de massa, que são um bem público, ainda que a sua maioria, no Brasil, seja dirigida por empresas privadas. Tal relação é o que discutiremos adiante.

4. O CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NO RÁDIO REGIONAL

No rádio, a relação com as manifestações simbólicas do local onde a emissora está inserida se dá, entre outros elementos, através das características de regionalismo e de proximidade bem peculiares às emissoras regionais. Aparece, principalmente, através da linguagem, das notícias, conteúdos e tipos de programas escolhidos pela emissora, privilegiando a cultura e os acontecimentos locais e/ou regionais. As expressões, os termos comuns, as festas, as crenças, a culinária, os lugares simbólicos são elementos enraizados na vida das pessoas e foram valorizados pelo rádio, em emissoras de diversos locais. Tais temas conviveram ou convivem em concomitância com os temas e notícias nacionais e globais. Nossa ideia aqui é abordar como essa representação cultural, no rádio, corresponde ao conceito de patrimônio cultural imaterial.

As semelhanças entre rádio e patrimônio imaterial encontram barreiras quando são considerados os aspectos jurídico e econômico do patrimônio. Para Marcos Rabelo (2020), analistas técnicos do Iphan, entrevistado nessa pesquisa, o Instituto precisa discutir mais sobre os bens da modernidade enquanto patrimônio cultural imaterial. Segundo ele, na forma como este patrimônio é entendido hoje, uma rádio e um programa não cabem nesta caracterização porque eles não estão ligados a um grupo de pessoas detentoras daquele bem. O analista afirma que um patrimônio cultural se relaciona a “uma base social específica, quer dizer, você tem um grupo específico de pessoas, que são os chamados detentores desses conhecimentos” (RABELO, 2020).⁹ Embora considere que o rádio está relacionado com a formação e a difusão da cultura brasileira, para Rabelo (2020), a ideia de indicá-lo como patrimônio imaterial não é a mais adequada porque a maioria no Brasil está nas mãos de empresas privadas: “quando se fala em patrimônio cultural ou em transformar alguma coisa em patrimônio, você tá [*sic*] falando de pensar políticas públicas para aquilo... pra que o Estado pense em políticas públicas pra [*sic*] aquilo” (RABELO, 2020). Outro ponto na consideração de Rabelo (2020) é que, no conceito atual de patrimônio imaterial, avalia-se a forma como o produto é realizado, os processos, os saberes ali impressos, e não o produto em si (RABELO, 2020). No entanto, quando se trata de uma emissora em si, dependendo do tipo de relação que ela estabelece com sua audiência, Rabelo (2020) afirma que, em casos particulares em que o público reconheça a emissora como patrimônio, pode-se pensar na hipótese de ela “ser considerada um patrimônio imaterial... com tudo aquilo que ela contempla, tudo aquilo que ela faz porque é isso que toca, vamos dizer assim, na memória e no lado afetivo da população”.

Segundo Brayner (2012, p. 11), para o Iphan,

o entendimento do que é patrimônio cultural é construído ao longo do tempo, a partir de reflexões sobre as experiências de preservação e pesquisas realizadas... assim como a partir da observação e incorporação de iniciativas dos diferentes setores da sociedade.

⁸ Tal processo é o reconhecimento realizado em nível federal através do Iphan, porém o reconhecimento de um bem como patrimônio imaterial pode ser requerido também nas instâncias estadual e municipal.

⁹ Informação obtida por meio de entrevista com um analista técnico do Iphan para coleta de dados.

Embora, de acordo com Brayner (2012, p. 5), o Iphan afirme que existe uma contribuição a ser dada por todos para a construção de uma salvaguarda adequada aos diferentes bens culturais em seus contextos, percebe-se que há uma certa reserva do próprio Iphan para considerar o rádio como patrimônio cultural imaterial. Mas é nesse estado de construção em que se encontra o patrimônio cultural imaterial que podemos pensar na ideia de rádios que se enquadram nesta categoria.

No entanto, tal consideração é uma tarefa complexa, porque os termos “patrimônio”, “cultura” e “imaterialidade” trazem, cada um, várias acepções. Dentro do contexto que estamos tratando, a palavra *patrimônio* pode se referir a um colecionamento de objetos ou coisas móveis e imóveis ou a bens que nem sempre são para uso prático, mas que carregam uma significação, ou um fato social de qualquer natureza (MAUSS¹⁰, 1974 apud GONÇALVES, 2003, p. 23). De acordo com Gonçalves (2003), o patrimônio pode ser também a extensão do seu proprietário. Trazendo essa ideia para o contexto do rádio, uma emissora regional pode ser considerada a extensão ou parte da cidade ou da sua região, quando um grupo a reconhece como patrimônio do seu território, apropriando-se dessa rádio como extensão do seu espaço, como veremos mais adiante na análise da Rádio Clube de Santo Antônio de Jesus (BA).

No que diz respeito ao termo *cultural* dentro da categoria patrimônio cultural imaterial, gostaríamos de destacar, a afirmação de Abreu e Chagas (2003, p. 13) quando declaram que o patrimônio cultural imaterial traz ao debate “as narrativas urbanas, regionais e locais, nas quais está em jogo a construção de uma identidade específica, capaz de articular outras tantas narrativas”. Esse olhar focado no específico, no regional se conjuga com nossa discussão, uma vez que o rádio regional, compreendido como patrimônio cultural imaterial pode estabelecer um elo com a cultura na qual ele está inserido, já que também vai carregar bens dessa cultura, representá-la e levar à cena midiática manifestações simbólicas de grupos, às vezes esquecidos ou desconsiderados por não fazerem parte das elites culturais ainda que isso aconteça, em alguns casos, por interesses mercadológicos e/ou ideológicos. Outra ideia que o termo cultural propõe nesta categoria é a questão da diversidade. A Constituição é bem clara quando considera patrimônio cultural imaterial e material os bens dos “diferentes grupos” (BRASIL, 1988). Levando em conta esta ideia de diversidade cultural contida no patrimônio imaterial, Pelegrini e Funari (2008, p. 30) afirmam:

O patrimônio [imaterial], antes restrito ao excepcional, aproximou-se, cada vez mais, das ações cotidianas, em sua imensa e riquíssima heterogeneidade. Algo aparentemente tão simples como charquear carnes revela-se variado, com características próprias e únicas, em cada canto do planeta digno, portanto, de preservação como vivência diferenciada da humanidade.

O patrimônio imaterial revela e valoriza as ações e significações constituídas por diversos grupos, lidando, assim, com o conceito de cultura como algo diverso, e não homogêneo. O rádio regional, quando se engaja com a representação de uma determinada cultura, também assume essa diversidade, abrindo a possibilidade de ser visto como patrimônio cultural imaterial por trazer uma herança simbólica do modo de ser de sua região, tornando-se importante para a compreensão da identidade desta comunidade.

A noção de *imaterial*, no conceito de patrimônio cultural, pressupõe algo que você não retém, não é tangível ainda que se refira a algo que tocamos através dos sentidos ou da mente como a culinária, festas, modos de fazer. Não é também algo que não possa sofrer mudanças.

O patrimônio cultural imaterial é transmitido de geração a geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade.¹¹

O imaterial expressa que esses bens intangíveis são espontâneos e se transformam com o tempo. Por isso, o patrimônio imaterial não propõe tombamento, mas sim registro, que se faz necessário a fim de marcar a sua presença e seu processo de mudança. A imaterialidade em questão está também nos sentidos e nas significações que os elementos exprimem dentro do contexto de uma cultura específica.

¹⁰ MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca em sociedades arcaicas. In: Sociologia e antropologia. São Paulo: Edusp, 1974

¹¹ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 15 nov. 2019.

Por fim, outra ideia presente no conceito de patrimônio imaterial que queremos refletir se refere à *memória*. Como vimos, segundo a Constituição, os patrimônios imaterial e material são bens “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988). Segundo Peralta (2007) a memória pode ser entendida como parte integrante da cultura, uma vez que ela atribui, no presente, significados de fatos e experiências do passado. É a memória que dá referências individuais para essa significação coletiva atual. Tais referências podem também orientar, de outras formas, ideias futuras. Portanto, culturalmente, a memória perpassa o passado, o presente e o futuro “num processo dinâmico, e não estático, de recriação cultural, que fornece um quadro de significação mediante o qual a sociedade mantém a estabilidade e a identidade, enquanto se adapta à mudança” (PERALTA, 2007, p. 17).

O patrimônio imaterial, embora intangível, se relaciona com essa concepção de memória justamente pelo seu papel de preservar processos que identificam um grupo e oferecer referenciais, ainda que permita transformações. A preservação da memória no patrimônio imaterial cria condições de torná-lo próximo da produção cultural e contribui para que os próprios grupos compreendam essa produção no tempo, colaborando na significação do patrimônio (FONSECA, 2003). Essa questão da memória, no rádio, é também bastante relevante, justamente para se entender os processos de mudança que uma emissora ou outro elemento viveram na história; qual a história local contada por aquele programa ou locutor ou que memórias coletivas eles despertam.

Apesar de verificar essas relações entre o conceito de patrimônio cultural imaterial com o rádio, principalmente no aspecto simbólico¹² de ambos, ainda não existe, no país, nenhum elemento do rádio considerado como patrimônio cultural imaterial na instância federal, ou seja, pelo Iphan. Um projeto encabeçado pelo Prof. Dr. Antônio Adami para discutir o rádio de São Paulo como patrimônio cultural imaterial foi tratado, em 2019, na Superintendência Estadual do Iphan de São Paulo, num encontro que reuniu pesquisadores da área do rádio com analistas técnicos do Iphan, na capital paulista.¹³

Falando a respeito da preservação de elementos audiovisuais, Adami (2020, p. 58) afirma que esta é uma ação que envolve o aspecto da “gestão”. Segundo o autor, havendo a possibilidade de garantir a permanência desses produtos, tal prática vai exigir um procedimento rigoroso e incansável, uma vez que este deve ser “contínuo”. Ainda de acordo com Adami (2020), uma das poucas emissoras do país que trazem essa preocupação com o arquivo é PRH-9 Rádio Sociedade Bandeirante de Radiodifusão (1937) e a Rádio CBN (1991), do Grupo Globo, que é uma emissora da história mais recente do rádio.

A ideia de se ter registrados conteúdos, locutores, programas, emissoras ou outro elemento do rádio como patrimônio cultural imaterial seria uma maneira de tornar conhecida a produção radiofônica de regiões do Brasil, já que algumas produções nem sempre são lembradas na história oficial do rádio, mas constituem representações de identidades que ajudam a compreender, por exemplo, as tradições e os valores das culturas regionais presentes no país, num determinado momento histórico, podendo oferecer condições para que essas culturas salvaguardam parte de sua memória e se desenvolvam a partir do conhecimento de suas riquezas simbólicas. A seguir, discutimos como a Rádio Clube de Santo Antônio de Jesus-BA pode ser considerada patrimônio cultural imaterial.

5. A QUESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NA RÁDIO CLUBE DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS (BA)

Como já vimos, o patrimônio imaterial tem características peculiares e nem todo bem cultural é considerado patrimônio. A Rádio Clube de Santo Antônio de Jesus (BA) operou por quase 40 anos na frequência AM 680, tempo necessário para deixar marcas na cultura de sua região de abrangência, e desde 2017 está na frequência 92,7 FM, mantendo o seu caráter regional. Enquanto AM, a Clube mantinha uma programação popular. Incorporou elementos da cultura local como a religiosidade, a musicalidade e os temas daquela parte do Recôncavo Baiano (SANTANA, 2020). Esse olhar para as manifestações simbólicas do grupo local e a representatividade dessa cultura que é uma das correspondências entre o rádio regional e patrimônio cultural imaterial, em alguns pontos, se particulariza na história Rádio Clube.

A própria população deu à primeira localidade onde ficavam os estúdios da emissora o nome de *Bairro Rádio Clube* (SANTANA, 2020). Deste modo, o grupo local atribui um sentido à rádio ou ao fato de ela estar ali: a instituição torna-se representante do bairro, significando, assim, uma parte da identidade de uma

¹² Segundo o Iphan, o bem cultural imaterial abarca três dimensões: simbólica, jurídica e econômica.

¹³ Informação obtida durante reunião de pesquisadores do rádio com analistas técnicos da Superintendência do Iphan em São Paulo, em 29 de novembro de 2019.

comunidade periférica. Nesse sentido, há aqui um aspecto similar ao do patrimônio imaterial de constituir uma relação com o grupo.

De acordo com Fonseca (2003, p. 67), a concepção de patrimônio cultural imaterial está centrada na “relação da sociedade com sua cultura”. Dentro dessa lógica, outro ponto que percebemos é que há um engajamento da sociedade local com a emissora em relação a sua manutenção. Em momentos relevantes de sua história, a Rádio contou com a ajuda de seu público, através de campanhas para compra de equipamentos (SANTANA, 2020). Pode-se considerar que a adesão a essas campanhas se dá também pelo fato de os participantes notarem uma importância de se preservar a ação da emissora, algo que acontece com o patrimônio imaterial. Segundo Gonçalves (2003, p. 24), a ênfase do patrimônio imaterial está nos “aspectos ideais e valorativos”. O grupo contribui com a construção da emissora porque atribui a ela um valor.

Nessa mesma concepção, mais um ponto que podemos considerar para refletir sobre a relação entre a Rádio Clube de Santo Antônio de Jesus e a noção de patrimônio cultural imaterial é o *Clube Amigos de Fé*. Como era comum nos primeiros anos do rádio no Brasil, parte da receita da Rádio Clube AM vinha dos ouvintes que contribuíam para manutenção da rádio. Embora os membros do *Clube Amigos de Fé*, atualmente, já não colaborem tanto com doações financeiras, a adesão que houve no passado é também um fato que se dá a partir da identificação da audiência com a rádio e, novamente, do significado que este bem traz na concepção dela. Além disso, por meio do *Clube Amigos de Fé*, os ouvintes ajudam a Rádio, atualmente, enviando também notícias de suas localidades (SANTANA, 2020). Esse envolvimento com o processo de produção da emissora demonstra uma apropriação do “patrimônio” por parte da comunidade, algo que é uma propriedade marcante num patrimônio imaterial.

Outro elemento que mostra o caráter de patrimônio imaterial da Rádio Clube é o reconhecimento dado por instituições representativas da sociedade. Em 21 de outubro de 2004, a Lei municipal nº 180¹⁴ da cidade de Amargosa – onde está localizada a sede da Diocese – reconhece a Fundação Nossa Senhora do Bom Conselho, que administra a Rádio Clube, como entidade de Utilidade Pública¹⁵. O projeto foi apresentado à Câmara Municipal e, de acordo com os dados fornecidos pela emissora, a lei foi aprovada por unanimidade. No ano seguinte, a Lei Estadual nº 9681¹⁶, de 1º de novembro de 2005, da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia também declara a Fundação Nossa Senhora do Bom Conselho de Utilidade Pública. Esse reconhecimento dado à Fundação dirigente da rádio partiu de Casas representativas da sociedade. Pode-se supor que esse ato político fora efetivado, também, porque agradaria a um grupo considerável de pessoas. Grupo esse que, certamente, vê a rádio como um “patrimônio” – para o município e a região – favorável à construção da localidade. Construção esta que passa ainda pelo aspecto cultural, uma vez que o título de utilidade pública está ligado também a essa questão. Ainda que essa não seja propriamente uma “política de patrimônio”, ela colabora para a sobrevivência de um bem cultural da sociedade local, uma vez que ajuda na captação de recursos, já que a Lei Estadual nº 9681¹⁷ abre a possibilidade para a emissora receber doações.

Com o processo de migração, a Rádio Clube 680 AM passou por mudanças, o que torna importante preservar sua memória no tempo, já que manter essa memória é também uma forma de compreender a história da produção radiofônica dessa região do Nordeste do Brasil, num certo período, assim como a conhecer a cultura local.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que o rádio é dinâmico e, assim como o patrimônio cultural imaterial, ele se transformou no tempo, ao longo de uma história quase centenária, a partir das mudanças tecnológicas, políticas, jurídicas e de mercado. O registro como patrimônio imaterial ajudaria na constituição da memória radiofônica, bem como

¹⁴ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/>. Acesso em: 16 jul. 2020. Informações obtidas em documentos da emissora fornecidos pela direção geral.

¹⁵ O título de utilidade pública concedido pela federação foi extinto em 2016, a partir da *Lei 13.019/14, alterada pela lei 13.204/15*. Porém, os títulos de Utilidade Pública Estadual (UPE) e Utilidade Pública Municipal (UPM) concedidos à Rádio Clube continuam em vigor, de acordo com o diretor-geral da emissora, por serem instituídos por legislação dos estados e municípios. Esse título é concedido às sociedades civis, associações e fundações com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade, sem fins lucrativos.

¹⁶ Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

¹⁷ A Lei nº 6.670, de 21 de julho de 1994, da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, estabelece requisitos para reconhecimento a revalidação de utilidade pública. De acordo com a Lei: “Somente as entidades declaradas ou reconhecidas de utilidade pública poderão receber auxílio ou subvenção do Estado.”

das culturas por ele marcadas, abrindo caminhos para ações e significações, no presente, além de construções futuras dentro do vasto patrimônio cultural brasileiro.

Embora não exista nenhuma emissora ou outro elemento do rádio registrado como patrimônio cultural imaterial, é sabido que aquilo que pode não ser considerado como patrimônio imaterial hoje, amanhã o poderá, a partir do desenvolvimento da ideia de patrimônio que segue em estado de construção. Em se tratando do rádio, existem muitas questões que precisam ser discutidas com o intuito de encontrar soluções para um possível registro. Tal discussão se faz urgente, neste tempo em que muitas emissoras regionais que, enquanto AM, se constituíram patrimônio imaterial de suas culturas estão sendo desligadas, sem um devido levantamento histórico, como a Rádio Clube de Santo Antônio de Jesus que não possui arquivos e por isso foi necessário um levantamento de informações a partir de entrevista e pesquisas de documentos fornecidos pela direção geral. Verificamos que essa emissora, pela sua ligação com a história e cultura daquela parte do Recôncavo Baiano, foi reconhecida pelo próprio grupo como parte de sua identidade, um bem necessário para si e, portanto, que merece ser salvaguardado.

Pesquisas nessa linha precisam ser desenvolvidas a fim de se conhecer e divulgar as representações simbólicas das culturas em que emissoras tiveram um papel de verdadeiros patrimônios, possibilitando saber como eram essas culturas no passado, por quais mudanças passaram, que significados os grupos deram, ao longo do tempo, tanto para emissoras quanto para si mesmos.

REFERÊNCIAS

- [1] ABREU, R. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, R; CHAGAS, M. (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003. p.30-45.
- [2] ABREU, R.; CHAGAS, M. Introdução. In: ABREU, R; CHAGAS, M. (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003. p.11-14.
- [3] ADAMI, Antônio. *O Rádio com Sotaque Paulista: Pauliceia Radiofônica*. São Paulo: Ed. Mérito, 2014.
- [4] ADAMI, Antônio. Produção e memória radiofônica de São Paulo como Patrimônio Cultural Imaterial. *Documentación de las Ciencias de la Información*, Madrid, v. 43, p. 57-62, 9 jul. 2020. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/DCIN/article/view/67567>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- [5] BRAYNER, Natália G. *Patrimônio cultural imaterial: para saber mais*. 3. ed. rev. Brasília: Iphan, 2012. Disponível em: http://portal.iph.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1__parasabermais_web.pdf. Acesso em 02 jun. 2020.
- [6] BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Secretaria de Editoração e Publicações, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso: 14 nov. de 2019.
- [7] BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 7 ago. 2000. p.2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 27 jul. 2020
- [8] FONSECA, Maria Cecília L. Para além da Pedra e cal. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro. DP&A, 2003.p.56-76
- [9] GONÇALVES, José R. Os Museus e a cidade. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro. DP&A, 2003. p.21-39
- [10] PELEGRINI, Sandra C.A; FUNARI, Pedro Paulo A. *O que é patrimônio cultural imaterial*. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos, 331).
- [11] PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. *Arquivos da Memória: Antropologia, Escala e Memória*, n. 2 (nova série), Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, p. 4-23, 2007. Disponível em: [http://arquivos-da-memoria.fcsh.unl.pt/ArtPDF/02_Elsa_Peralta\[1\].pdf](http://arquivos-da-memoria.fcsh.unl.pt/ArtPDF/02_Elsa_Peralta[1].pdf). Acesso em: 08 jul. 2020
- [12] SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R; CHAGAS, M. (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro. DP&A, 2003.p.46-55.
- [13] SANTANA, Valdinei Sampaio. Entrevista concedida pelo Diretor Geral da Rádio Clube de Santo Antônio de Jesus (BA). São Paulo, 19 de junho de 2020.
- [14] RABELO, Marcos. Entrevista concedida pelo Analista Técnico de Patrimônio Imaterial da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em São Paulo. São Paulo, 11 julho 2020.

Capítulo 11

O Setor Histórico na construção da imagem da “cidade-modelo” de Curitiba

Taís Silva Rocha D’Angelis

Maria Cristina Nascentes Cabral

Resumo: O presente artigo é parte da pesquisa de dissertação que analisa a estratégia de preservação dos bens arquitetônicos de Curitiba e o vínculo desta ao projeto de “cidade-modelo”, desenvolvido a partir da década de 1970 e persistido por cerca de quatro décadas. O objetivo é compreender a construção da noção de patrimônio em Curitiba, através da identificação dos conceitos e valores que guiaram este processo para que se possa contribuir socialmente para reflexão dos futuros processos de reconhecimento do patrimônio e para a resistência às iniciativas com fins unicamente econômicos. A hipótese levantada é que as estratégias patrimoniais desenvolvidas, entre os anos de 1970 e 2010, caracterizaram-se como instrumento fundamental na construção da imagem da “cidade-modelo” de Curitiba. A verificação dessa hipótese consiste na análise dos referenciais internacionais e nacionais que construíram as noções de patrimônio que incidem sobre as escalas locais, influenciando a prática da preservação das cidades. O estudo da implementação destes padrões globais em Curitiba é desenvolvido através da análise das legislações e práticas que compuseram a estratégia patrimonial com enfoque nas décadas de 1970 e 1990, que concentram as principais intervenções patrimoniais e do projeto de cidade desenvolvido. Assim, este artigo aborda a criação do Setor Histórico de Curitiba como importante instrumento do projeto de “cidade-modelo”.

Palavras Chave: Curitiba; “cidade-modelo”, imagem da cidade, política patrimonial.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas cinco décadas, Curitiba, capital do estado do Paraná, foi considerada modelo de planejamento urbano nacional e internacional, através de um projeto prático e político de cidade. Este processo iniciou-se na década de 1970, através da implementação do Plano Diretor de 1965, e foi intensificado na década de 1990, sobretudo, com o desenvolvimento de intervenções urbanísticas difundidas por estratégias publicitárias que atuaram na consolidação de uma imagem de “cidade-modelo”¹. A sustentação deste projeto foi favorecida pela manutenção, quase que ininterrupta, de um mesmo grupo político ligado ao arquiteto e urbanista Jaime Lerner, que esteve à frente da prefeitura municipal entre os anos de 1971 e 1974; 1979 e 1983; retornando entre 1989 e 1992 (SANCHEZ, 2010).

Durante este período de construção da imagem de “cidade-modelo”, o poder público de Curitiba demonstrava seguir noções de patrimônio que guiaram uma política específica sobre o tema e, conseqüentemente, suas legislações e intervenções. Entende-se que estas noções adotadas representaram a visão e os valores desse agente na produção do espaço urbano. Assim, analisa-se o Setor Histórico, uma vez que este instrumento de preservação foi instituído como diretriz do Plano Diretor de 1965 e se caracterizou como a primeira política de preservação de Curitiba.

2. RECONHECIMENTO HISTÓRICO DA ÁREA

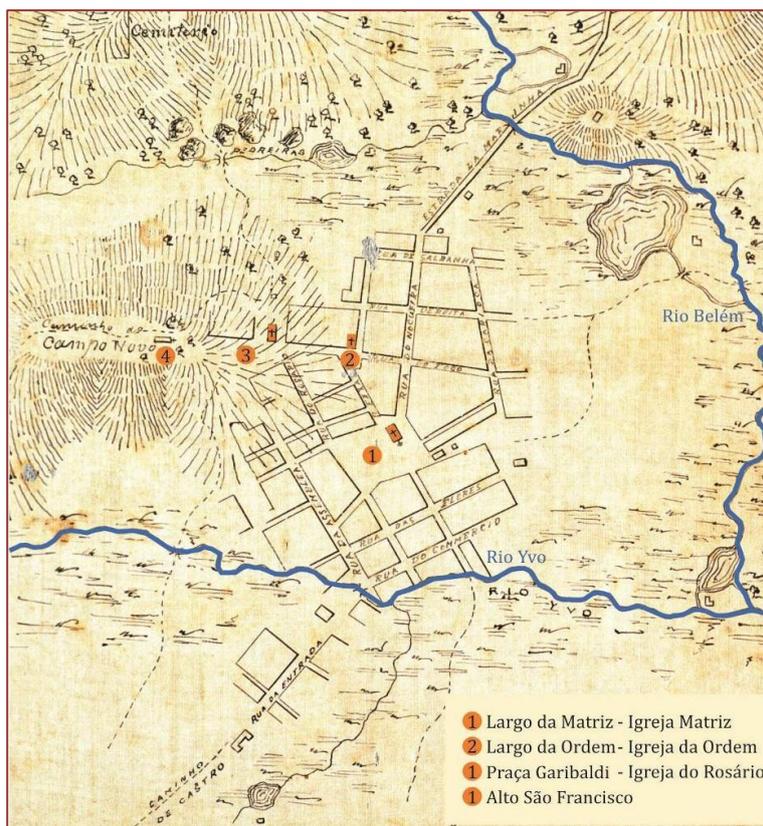
O processo de formação urbana da área denominada legalmente como Setor Histórico (SH) se confunde com o desenvolvimento da própria cidade de Curitiba, uma vez que abrange o núcleo de fundação da cidade e suas imediações diretas.

A ocupação do SH, assim como de Curitiba, se iniciou nos arredores do Largo da Matriz (atual Praça Tiradentes) onde se localizavam a Igreja Matriz, implantada na segunda metade do século XVII, o pelourinho e a casa de câmara e cadeia (demolida em 1900). Até o início da segunda metade do século XIX (**Erro! Fonte de referência não encontrada. e Erro! Fonte de referência não encontrada.**), esta área é identificada como o único núcleo estruturado e onde se desenvolviam predominantemente as relações de troca, comércios e serviços correspondendo à área urbanizada de Curitiba que apresentava dimensões reduzidas e limitada pelos rios Ivo e Belém. Com o desenvolvimento urbano da cidade, no século XX, o antigo Largo da Matriz passou a ser objeto de regulações e preocupações estéticas que pretendiam eliminar as residências mais singelas, térreas e de madeira, incentivando a construção de sobrados e palacetes de alvenaria, que passaram a abrigar usos mistos de residência e comércio (SUTIL, 1996).

Aos fundos da Igreja Matriz, ainda no século XVIII, foram construídas duas novas capelas, em razão da autonomia das irmandades religiosas e de desentendimentos internos: a Igreja de Nossa Senhora do Terço (1737), localizada ao final da Rua Fechada, atual Rua José Bonifácio; e a Igreja dos Pretos de São Benedito construída por escravos, implantada ao final da Rua do Rosário. Estas capelas passaram a ser denominadas, posteriormente, Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, com o surgimento da Ordem de São Francisco na capital; e Igreja do Rosário de São Benedito, respectivamente. Conformava-se, assim, segundo Leonardo Tossiaki Oba (1998), o conjunto urbanístico-religioso onde as capelas integravam-se à Igreja Matriz através de eixosviários e Largos que desempenhavam importante papel na dinâmica cívica e religiosa da época.

¹ O termo “cidade-modelo” é utilizado neste estudo entre aspas por se referir a um título de reconhecimento global sobre certas cidades, como Curitiba, mas que não traduzem a compreensão dos autores consultados sobre o tema e nem da autora desta dissertação.

Figura 1: Mapa histórico de Curitiba, de 1857



Fonte: IPPUC, 2015, adaptado pela autora, 2015.

Figura 2: Evento cívico no Largo da Ordem, em 1907



Fonte: Acervo Cid Destefani.

A construção da Estação Ferroviária, entre 1889 e 1894, e a definição de novas diretrizes para a ocupação ao sul do rio Ivo incentivou o crescimento urbano e fez com que novas dinâmicas comerciais, institucionais e de serviços se estabelecessem na região. Assim, a função de área central urbana se deslocou em direção ao sul do antigo Largo da Matriz, mantendo no SH uma configuração urbana com traços do século XVIII e XIX, através da permanência de caminhos, quadras e do parcelamento dos

lotes, que guardam características da arquitetura residencial urbana colonial (REIS FILHO, 2006). As edificações implantadas junto ao alinhamento das vias e sem afastamentos definem as próprias ruas e geram um aspecto uniforme e retilíneo de quadra adensada, como descrito nas diretrizes definidas para Curitiba, pelo Ouvidor Pardinho, em 1721.

As edificações existentes, no entanto, não mantiveram os aspectos arquitetônicos coloniais e são fruto de diversas transformações, com influências predominantes do estilo arquitetônico eclético. Conforme Dudeque (1995), o eclético encontrou terreno fértil nas cidades mais afastadas dos grandes centros urbanos por permitir apropriação de referências de diferentes épocas que evocavam “uma memória inexistente”. Assim, a partir da segunda metade do século XIX, a cidade de Curitiba tomava novas formas, através do ecletismo trazido pelos imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos. O marco arquitetônico desta transformação foi a construção da Farmácia Stellfeld (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**), em frente à Praça Tiradentes (antigo Largo da Matriz), pelo engenheiro alemão Gottlieb Wieland, em 1866, que incorporou à edificação o sótão habitável, o uso de calhas que permitiam a instalação de platibandas e elementos decorativos, incomuns ao padrão existente em Curitiba (SUTIL, 1996).

Figura 3: Farmácia Stellfeld na Praça Tiradentes, em 1910



Fonte: Acervo Casa da Memória.

Estes reflexos do desenvolvimento urbano de Curitiba, guardam traços de seus períodos iniciais, mas, principalmente, as transformações pelas quais passaram a arquitetura e o urbanismo do núcleo inicial. A área protegida atualmente não conforma um conjunto uniforme de características e estilos arquitetônicos, mas sim a diversidade produzida por diferentes influências e correntes de pensamento que construíram a cidade, principalmente, até a década de 1970, de quando data o início de sua proteção.

3. CRIAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO

A preservação do patrimônio edificado, em Curitiba, se inicia de forma efetiva na década de 1960 atrelada ao desenvolvimento do planejamento urbano, através da Política de Preservação e Revitalização de Setores Históricos-Tradicionais, prevista no Plano Diretor de 1966.

A delimitação de um “centro histórico” inseria Curitiba no que se denominaria na década de 1980 como indústria cultural, através da transformação do monumento histórico em produto econômico, conforme Choay (2006, 2011). O protagonismo do poder público nesta definição e na atuação sobre intervenções tinha como objetivo o retorno financeiro vinculado ao desenvolvimento do turismo e a associação de mais uma imagem à “cidade-modelo”. Neste sentido, a introdução do Plano de Revitalização do SH, coordenado por Cyro Correa Lyra em 1970, apresentava a afirmação de que a preservação dos centros históricos urbanos era uma preocupação para a maioria das nações naquele

momento e que a presença desta representaria um “índice de aferição do grau de maturidade de cada povo” (CURITIBA, 1970, p.01), indicando o anseio do poder público em inserir a cidade neste grupo específico de nações e cidades.

A defesa do patrimônio, nas décadas de 1960 e 1970 em Curitiba possuía enfoque, predominantemente, urbano, nos termos definidos por Gustavo Giovannoni (2013). O núcleo antigo, como construção histórica deveria ser preservado através de medidas como o desadensamento, do estudo de demolições pontuais que permitiriam a melhoria da circulação e da inserção da área antiga no planejamento urbano. Associa-se à teoria de Giovannoni a ideia ratificada pelas Normas de Quito, de 1967, acerca da preservação do patrimônio como “instrumento de progresso”, em função do valor econômico que este possui, e o desenvolvimento do turismo, como meio essencial da atração de recursos e da construção de uma imagem de cidade.

Neste cenário, o Plano Diretor de 1966 instituiu a Política de Preservação e Revitalização de Setores Históricos-Tradicionais, tendo como objetivos principais: a manutenção das paisagens urbanas, que seriam identificadas posteriormente; a recuperação de edificações; e o incremento do turismo. Como instrumentos eram previstos incentivos tributários e penalidades, não especificadas na Lei.

Ainda que a Lei do Plano Diretor utilizasse o termo “Setores Histórico-Tradicionais” que permite entender que seriam definidas mais de uma área representativa, segundo Cyro Lyra² em entrevista, não foram cogitadas demais áreas além do SH. Esse reconhecimento único do patrimônio do SH e sua permanência ao longo dos anos que se seguiram, concentrando investimentos e ações públicas, são utilizados na manutenção de uma imagem de patrimônio oficial, coeso e que intenciona representar uma identidade curitibana, segundo Canclini (1998).

O Plano de Revitalização do SH, coordenado por Cyro Lyra em 1970, tinha como objetivo principal “restabelecer a continuidade do patrimônio do centro antigo da cidade”, através da delimitação do Setor Histórico, onde os cuidados e normativas deveriam atrair o turista, como “principal usuário” (CURITIBA, 1970, p.01). Neste sentido, afirma-se, a partir de Choay (2006), a institucionalização do patrimônio como produto consumível, apoiado na habilitação deste para o desenvolvimento do turismo, com o objetivo da atração de recursos financeiros para a cidade, conforme está implícito no seguinte trecho do Plano de Revitalização:

A pobreza que Curitiba apresenta em atrações turísticas e, de outro lado, as características do SH, foram pontos de partida para as medidas turísticas e urbanísticas que têm como finalidade a transformação da área no **centro turístico-cultural da cidade** (Curitiba, 1970, p.29, grifo nosso).

A delimitação da área do Setor Histórico se deu, segundo Cyro Lyra, em entrevista, a partir do traçado urbano que guardava a implantação típica das cidades brasileiras antigas, pautada pelas igrejas e seus largos. No entanto, os critérios para esta delimitação não ficam claros, uma vez que as informações sobre a própria autoria da delimitação são contraditórias. Para Cyro Lyra e Key Imaguire, em entrevistas, o SH já vinha do Plano Preliminar de 1965, tendo sido elaborado por Jorge Wilhelm, coordenador deste Plano. Este, por sua vez relata, em 1990, que o SH foi desenvolvido posteriormente pelo IPPUC. Jaime Lerner afirma que as diretrizes principais foram elaboradas ainda em 1963, período em que ele e outros arquitetos eram estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPR sendo posteriormente incorporadas ao Plano Diretor, de 1966:

Todo o programa de atividades, de valorização de edifícios históricos, o IPPUC fez fora – ou além – do plano, não havia previsão do Setor Histórico como tal, isto foi identificado posteriormente (WILHEIM³, 1990, p.36).

Em 1963, na cadeira do [Luiz Armando] Garcez, fiz um projeto, uma proposta para o centro da cidade. Trabalhei em equipe com o Lubomir [Ficinski] e o Domingos Bongestabs e fizemos o que seria a primeira proposta para o centro da cidade, proposta que foi quase 90% realizada, mais tarde. Alguns aspectos foram melhorados, mas, em essência, a visão da área de pedestres, de como organizar o centro, nós começamos a esboçar em 1963, como alunos do curso de arquitetura (LERNER, 1996, *apud*, BERRIEL; SUZUKI, 2012, p.112).

² Entrevista realizada em dezembro de 2015.

³ Jorge Wilhelm, arquiteto e urbanista paulista que venceu, juntamente com a empresa Serete o concurso para a elaboração do Plano Preliminar de 1965, que deu origem ao Plano Diretor de Curitiba de 1966.

A postura nacional, na época da definição do SH de Curitiba, reconhecia como patrimônio apenas as áreas urbanas “monumentais” e priorizava, sobretudo, o estilo colonial, desprezando arquiteturas do século XIX e XX, a não ser por características excepcionais históricas e de belas artes. Curitiba não apresentava edificações com caráter de excepcionalidade arquitetônica e histórica e seu acervo urbano caracterizava-se quase por completo de edificações ecléticas. Assim, técnicos e intelectuais locais buscavam defender e justificar a preservação do SH sob a ótica da arquitetura menor e do registro do desenvolvimento urbano, como nos trechos de Rafael Greca de Macedo e Aramis Millarch:

É importante não só conservar edifícios-monumento. Casas singulares. Sítios históricos. É importante conservar conjuntos. Pensar no plural das coisas. [...] É importante conservar o armazém do bairro, sua igreja tosca, seu campanário pretencioso, de alvenaria imitando pedra, de linhas falsamente góticas ou românicas. [...] Para, amostrados todos os estilos e todos os tempos, no conjunto dos bens preservados, possam os herdeiros da cidade tirar lições proveitosas. [...] Com esta filosofia, se procura fazer de todo curitibano um co- responsável (sic) pela política de preservação da cidade (MACEDO, 1979, p.02)⁴.

[...] Curitiba, ao contrário de outras cidades do país, não possui um acervo significativo de obras históricas com valor arquitetônico marcante. Na grande maioria, adquirem importância em termos de paisagem urbana e testemunho construtivo de épocas passadas. Por isso a importância de sua preservação (MILLARCH, 1985, p.01)⁵.

Em 1970, com o Plano de Revitalização do SH, foi realizado um levantamento das unidades arquitetônicas presentes que possibilitou um refinamento da delimitação a partir da presença do maior número de edificações com significado e expressão arquitetônica ou que compusessem o entorno de edificações significativas. Foram estruturadas propostas para a área em três frentes: as medidas de preservação, que atuavam nas unidades a partir de uma classificação desenvolvida, as medidas urbanísticas, que deveriam dar suporte às medidas de preservação tendo por princípio a transformação do SH, e as medidas turísticas, que pretendiam uma renovação de usos para a atração turística (CURITIBA, 1970).

As **medidas de preservação** consistiam na classificação das edificações da área em:

- **Unidades-monumento** – edificações que seriam indicadas para o tombamento na esfera estadual, em função de seu valor histórico para o Paraná.
- **Unidades de acompanhamento** – edificações com “importância secundária, em termos de arquitetura”, para as quais não cabia a categoria unidade-monumento, mas que conformam parte de um conjunto.
- **Unidades incharacterísticas** – edificações destituídas de valor arquitetônico ou histórico, cujo desaparecimento é “desejável” para renovação da área.

A viabilização das propostas de preservação dispunha de instrumentos que poderiam ser aplicados por meio direto ou indireto. O primeiro meio referia-se à indicação de tombamento estadual, de responsabilidade da Divisão do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural, de todas as unidades-monumento. Já os meios indiretos eram de âmbito municipal e consistiam na anuência do IPPUC para construções, reformas e demolições (medida que já era executada para todas as edificações do município); e na promoção de incentivos fiscais e financeiros, através da isenção de impostos municipais e financiamento de restauro através da Urbanização de Curitiba S/A (URBS) (CURITIBA, 1970).

As medidas urbanísticas visavam à transformação do SH tendo em vista a conformação de um conjunto de interesse turístico e cultural. Para isto, foram propostas limitações às novas edificações vinculadas às características das unidades preservadas, além de definições de uso, conforme o zoneamento específico (Curitiba, 1970):

⁴ Rafael Greca de Macedo era diretor da Casa Romário Martins, em 1979.

⁵ Aramis Millarch foi um importante jornalista e crítico das artes do Paraná, reconhecido nacionalmente pelo seu significativo trabalho durante seus 32 anos de profissão.

- **Usos permitidos** – entidades culturais, escritórios, consultórios, ateliê de artes e oficinas de artesanato, galerias de arte, restaurantes, moradias, cinemas e teatros, edifícios de culto, boites, floriculturas e comércio varejista.
- **Usos permissíveis** – hotéis, pensões, estacionamentos particulares e outros usos compatíveis a critério do Conselho de Zoneamento.
- **Usos proibidos** – postos de lavagem e lubrificação, oficinas e depósitos, estabelecimentos industriais, comércio atacadista.

Quanto ao sistema viário, previa-se a integração do SH às diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor de 1966, o qual previa importantes alterações nas vias e nos fluxos existentes. A principal questão que se colocava para a compatibilização dos Planos era a diretriz de implantação da Avenida Estrutural Norte, uma via de trânsito rápido e intenso que solucionaria o tráfego gerado na Praça Tiradentes, cortando o SH ao meio. O Plano de Revitalização do SH propunha, nesse caso, que a Avenida Estrutural Norte fosse implantada sob a rua José Bonifácio, garantindo a permanência da conexão entre a Praça Tiradentes e a região do Largo da Ordem no nível do pedestre. Na época, a abertura da via despertou discussões, mas, de acordo com o pensamento dominante, as questões de circulação viária eram priorizadas. A respeito da abertura, Cyro Correa Lyra, em entrevista afirma: “Considerávamos, na época, como prioridade a implantação da Estrutural Norte-Sul. Lamentávamos o seccionamento do Setor Histórico, mas aceitávamos como o preço a pagar para melhoria do tráfego urbano.”.

A opção pela abertura da via, denominada Travessa Nestor de Castro, exigiu uma compatibilização com Plano do SH, que moldou seu traçado de acordo com a permanência de edificações consideradas mais relevantes pela equipe do Plano.

Outra diretriz viária presente na Lei de 1966, era a predominância do trânsito de pedestres no SH. Assim, o Plano de Revitalização especifica que, na primeira etapa, uma ampla área pedestrianizada se estenderia da Praça Garibaldi à Praça Tiradentes (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**) e, na segunda etapa, seguiria da Praça Tiradentes às Praças José Borges de Macedo e Generoso Marques (CURITIBA, 1970).

Figura 4: Obras de revitalização do Setor Histórico, pedestrianização da rua Dr. Claudino dos Santos, em 1980



Fonte: Acervo Casa da Memória.

As medidas turísticas foram propostas de forma a complementar as ações de restauração e de revitalização urbana com o objetivo de estimular a renovação dos usos, tornando a área um atrativo turístico. Desta forma, são esboçados museus que contribuiriam na conformação do SH como centro turístico-cultural da cidade, como: o Museu das Etnias, proposto para ocupação da edificação do Belvedere, mas não realizado; o Museu de Arte Sacra, na Igreja da Ordem; e o Museu da Cidade, não

realizado naquele momento. Paralelamente, foram incentivados os usos considerados compatíveis ao uso cultural e atrativos ao público visitante, como a transferência da Feira de Artesanato da Praça Zacarias (fora do SH) para a área e o estímulo para a ocupação de restaurantes típicos, lojas de antiguidades, galerias de arte, ateliê de artes, lojas de souvenirs, entre outros.

As ações propostas pelo Plano de Revitalização do SH foram, em grande parte, implantadas, ainda que não de imediato, mas direcionaram as intervenções entre as décadas de 1970 e 1990 na área. O reconhecimento deste primeiro momento é verificado em jornais da época (**Erro! Fonte de referência não encontrada.** e **Erro! Fonte de referência não encontrada.**), que após as ações da década de 1970 anunciavam o Setor Histórico como um novo “cartão de visitas” da cidade, cuja imagem passou a ser constantemente explorada pelo poder público municipal.

Figura 5: Matéria do Jornal Expresso, publicada em 07/03/1980



Fonte: Acervo Casa da Memória.

Figura 6: Matéria do Jornal Expresso, publicada em 11/04/1980



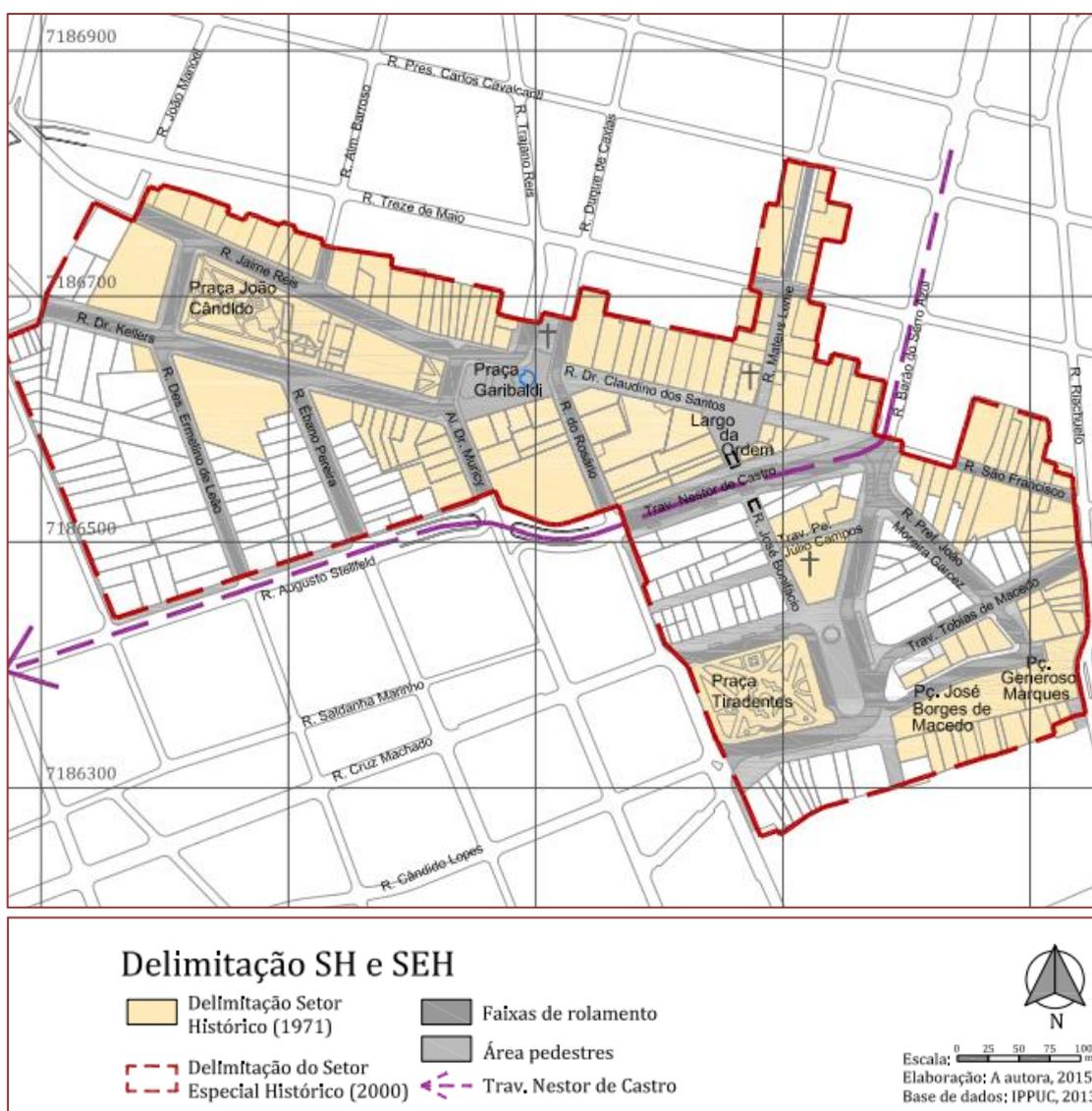
Fonte: Acervo Casa da Memória.

A delimitação do Setor Histórico em Curitiba apresenta-se como reflexo do processo de mundialização do patrimônio que difunde o consenso da preservação e a inserção deste tema como elemento da indústria cultural (CHOAY, 2006 [1992]). Nesse sentido, o patrimônio é o suporte para o desenvolvimento das atividades culturais e de lazer, estabelecidas com o objetivo do consumo. Desde 1967, as Normas de Quito já inseriam, no contexto dos países latino-americanos, o patrimônio como “instrumento do progresso”, apresentando o desenvolvimento turístico como possibilidade de inclusão nas lógicas de mercado. Assim, no caso da criação do SH havia o interesse claro na atratividade turística como potencial econômico e no valor simbólico do patrimônio para a constituição de uma imagem que pretendia se apresentar como “modelo”.

4. SITUAÇÃO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO SH

O Setor Histórico foi oficialmente criado pelo Plano de Revitalização de 1970 e instituído por decreto em 1971. Sua delimitação correspondia a quinze quadras diretamente relacionadas à Praça Tiradentes, Praça José Borges de Macedo, Praça Generoso Marques, Largo da Ordem, Praça Garibaldi e Praça João Cândido, permanecendo sob esta denominação e limites até a alteração da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo de Curitiba, em 2000. A partir desta Lei, passa a ser denominado Setor Especial Histórico (SEH), uma vez que a referida lei criou os Setores Especiais como instrumento para a ordenação de porções com características especiais de uso e ocupação do solo por suas características locais, funcionais ou de ocupação. Assim, fica estabelecido o SEH com novo perímetro que engloba cerca de 20 quadras, ampliando a área delimitada anteriormente, conforme a **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

Figura 7: Delimitação do SH e do SEH



Fonte: A autora, a partir de IPPUC, 2013.

Após quatro décadas das primeiras intervenções no SH verificam-se os resultados de uma política patrimonial desenvolvida, predominantemente, a partir dos espaços livres públicos e que enfocou, sobretudo, a presença e o uso do turista. Ainda que a delimitação da área tenha sido ampliada no ano 2000, sua estruturação principal seguiu a anterior incorporando apenas quadras no entorno das

Praças Tiradentes e João Cândido, que anteriormente não haviam sido consideradas relevantes e foram inseridas para o controle do uso e ocupação do solo em função da proximidade destas áreas públicas.

A caracterização do atual SEH exige considerar, como questão principal, a presença significativa da Travessa Nestor de Castro que foi aberta na década de 1970. Esta via seccionou o núcleo protegido em duas porções, que serão denominadas, neste estudo, de porção norte e sul. Estas são caracterizadas como:

- **Porção Sul:** entorno das Praças Tiradentes, José Borges de Macedo e Generoso Marques;
- **Porção Norte:** entorno do Largo da Ordem e das Praças Garibaldi e João Cândido.

A Travessa Nestor de Castro é uma via de tráfego intenso e rápido com quatro faixas de rolamento de sentido único e remansos para a parada de ônibus. As marcas de sua abertura em meio ao SH permanecem nas empenas cegas resultantes da demolição de parte das quadras que foram cobertas, na década de 1990, com painéis comemorativos do curitibano Poty Lazzarotto. Para que pedestres pudessem atravessar a via foi implantada, ainda na década de 1970, a Galeria Júlio Moreira onde se localiza, no subterrâneo, o Teatro Universitário de Curitiba (TUC).

Figura 8: Travessa Nestor de Castro aberta no Setor Histórico



Fonte: A autora, 2015.

A abertura da Travessa Nestor de Castro pelo poder público de Curitiba foi considerada, anos depois, pelos próprios integrantes do Plano como um possível equívoco por criar uma barreira em meio ao Setor Histórico e acarretar demolições. Declarações dos técnicos que faziam parte do grupo local de acompanhamento do Plano Preliminar e depois integraram a equipe de Jaime Lerner na Prefeitura demonstram o tom de arrependimento com a obra:

[...] a própria Prefeitura provocou a perda de alguns imóveis importantes no Centro Histórico quando se abriu a ligação da rua Augusto Stelfeld, atrás da Catedral. Nas ruas do Rosário e José Bonifácio, houve uma grande perda; foram demolidas algumas casas muito bonitas. Um túnel, que custaria muito mais caro, poderia ter evitado a demolição (WILLER⁶, 1991, *apud*, BERRIEL; SUZUKI, 2012, p.139).

Houve uma porção de coisas boas e uma porção de ruins [nas intervenções de 1970], porque nós, Prefeitura, estragamos todo o centro histórico da cidade, com a passagem daquela ligação com a Augusto Stelfeld. Foi meio

⁶ Alfred Willer, arquiteto e urbanista de origem tcheca, participou do grupo local de acompanhamento do Plano Preliminar de 1965, foi chefe da COHAB-CT e presidente da FCC nas gestões de Jaime Lerner e Saul Raiz.

criminoso aquilo, feito ali, mas também decorreu de uma falta de vivência. Poderia até ter havido outro jeito, mas o entusiasmo era tanto em fazer alguma coisa de verdade, depois de 10 anos de marasmo, que as estruturais foram implantadas (RISCHBIETER⁷, 1990, *apud*, BERRIEL; SUZUKI, 2012, p.6).

A presença da via promoveu uma cisão no SEH, definindo as porções sul e norte com características urbanas, dinâmicas e usos expressivamente diferentes. A porção sul abriga a área de caráter histórico mais relevante (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**), uma vez que a atual Praça Tiradentes é o antigo Largo da Matriz, junto à Catedral, e configuram o núcleo de fundação de Curitiba. As Praças José Borges de Macedo e Generoso Marques são atualmente integradas, sendo a primeira o local original da Casa de Câmara e Cadeia, demolida em 1900, e a Praça Generoso Marques o local do antigo mercado público. Ambas as edificações foram demolidas para a construção do Paço Municipal, em 1916, que é, atualmente, a edificação principal da área, sendo o único bem tombado pelo IPHAN na capital. Durante as intervenções da década de 1970, estas Praças foram ampliadas com a eliminação da passagem de veículos nas faces norte e sul das mesmas a fim de configurar um prolongamento da plataforma de pedestres da Praça Tiradentes.

Figura 9: Espaços públicos da porção Sul do SEH



Estes espaços públicos se inserem atualmente na dinâmica intensa do centro comercial de Curitiba, onde se somam os fluxos de pedestres e de automóveis (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Os usos são, predominantemente, comerciais e de serviços que mantiveram a atratividade da área central. Os fluxos mais intensos de pedestres se dão entre importantes terminais e pontos de transporte público que se localizam todos ao sul da Praça Tiradentes, sendo que nesta se concentram também importantes linhas de ônibus.

⁷ Francisca Maria Garfunkel Rischbieter, conhecida como Franchette, integrou como engenheira o grupo local de acompanhamento do Plano Preliminar de 1965 e participou como assessora técnica das gestões de Jaime Lerner na prefeitura.

Figura 10: Fluxos intensos de automóveis e pedestres na Praça Tiradentes



Fonte: A autora, 2015.

A porção do SEH ao norte da Travessa Nestor de Castro, caracterizada pelo entorno do Largo da Ordem e das Praças Garibaldi e João Cândido, concentrou as intervenções previstas no Plano Revitalização de 1971

Figura 11. Grande parte das restaurações das unidades classificadas como monumento e dos incentivos ao turismo e ao lazer foi direcionada para a área. Foram implantados equipamentos culturais, ao longo das décadas que se seguiram, como a Casa Romário Martins, o Memorial de Curitiba, a Casa da Memória, o Anfiteatro nas Ruínas de São Francisco. A presença da Feira de Artesanato consolidou a atratividade turística ocupando toda a porção norte do SEH aos domingos, incentivando a abertura de bares e restaurantes que atendem aos visitantes.

Figura 11: Espaços públicos da porção Norte do SEH



Fonte: A autora, 2015.

Fonte: A autora, 2015.

Fonte: A autora, 2015.

A porção norte concentra as grandes extensões pedestrianizadas que permitem o deslocamento entre comércios e serviços de caráter de lazer e turismo, sendo poucos os acessos aos automóveis **Figura 12.** Esta característica aliada ao fato de que a área encontra-se deslocada das principais funções comerciais, de serviços e transportes, que caracterizam o Centro, reduz significativamente os fluxos de pedestres durante os dias úteis e períodos comerciais.

Figura 12: Usos de lazer e turismo abrindo durante a tarde



Fonte: A autora, 2015.

Atenta-se para o fato de que as imagens feitas das duas porções do SEH foram tiradas no mesmo dias útil e em horário comercial. Quando comparadas verifica-se a nítida diferença quanto ao volume do fluxo de pedestres. O fluxo de automóveis não pode ser comparado, uma vez que na porção norte enfoca-se a área pedestrianizada.

Esta diferenciação do SEH em duas porções, através do rompimento de uma relação histórica funcional e espacial, fez com que se ressaltassem diferentes níveis de integração às dinâmicas urbanas contemporâneas. Desta forma, as imagens que representam, para a população e para o poder público, o SEH de Curitiba identificam apenas a porção norte como tal. Em uma rápida busca na internet com as palavras “Setor Histórico Curitiba” vê-se que predominam as imagens que referem-se, exclusivamente, à Praça Garibaldi e ao Largo da Ordem, aparecendo raramente imagens da Catedral e do Paço da Liberdade.

A verificação de alguns dos desdobramentos do Plano de Revitalização do SH de 1970 se deu através da elaboração de fichas de identificação das Unidades-monumento relacionadas ao mapa de localização (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**), de acordo com levantamento in loco. O objetivo das fichas é corroborar para a análise da situação da preservação na área do SH, a partir das edificações identificadas como relevantes pelo Plano de 1970, e que direcionaram as ações posteriores.

Figura 13: Fichas de identificação das Unidades-monumento

5. Palacete Wolf					
Propriedade:	Uso original:	Uso atual:	Proteção Estadual	Proteção Municipal	Conservação:
Público	Cultural	Cultural	-	UIP, em 1979	Bem conservado
			<p>Edificação da década de 1880, de propriedade do austríaco José Wolf, com características arquitetônicas ecléticas de influências neoclássicas e da tradição germânica. Seus usos foram diversificados abrangendo desde reuniões sociais do proprietário até a Loja Maçônica Concórdia IV e o Colégio Bom Jesus. Na década de 1970, o Plano de Revitalização do Setor Histórico previa sua desapropriação e restauração. Assim, foi realizado o projeto de restauro do arquiteto Cyro Lyra e José La Pastina Filho que promoveu a retirada de diversos acréscimos, como platibanda, e divisões internas introduzidas na edificação ao longo de sua história (CURITIBA, 2015; PARANÁ, 2006).</p>		

Fonte: A autora, 2015.

Constata-se que das dezessete edificações classificadas como Unidades-monumento pelo Plano e que teriam funções especializadas para a atratividade turística, treze encontram-se na porção norte e apenas quatro na porção sul. Das presentes ao norte dez possuem usos culturais exclusivamente ou em associação, como no caso da Igreja da Ordem que possui uso religioso e cultural em função do Museu de Arte Sacra. Ao sul, encontram-se a Catedral de Curitiba, a antiga Ferragens Hauer, o sobrado na Rua Barão do Serro Azul nº71 e o Paço da Liberdade. Destes, o Paço apresenta uso cultural, desde sua restauração finalizada em 2009, a edificação das Ferragens Hauer encontra-se vaga e o sobrado abriga uma academia e um sebo de livros.

A área do núcleo original de Curitiba, denominado SH, apresentava na data de sua delimitação usos predominantemente comerciais e de serviços, em edificações de propriedade privada. Com o Plano de Revitalização de 1971, iniciou-se um processo de aquisição pelo poder público das edificações consideradas essenciais para a instauração de uma dinâmica cultural, essencialmente na porção ao norte da Travessa Nestor de Castro. Foram adquiridos o Palacete Wolf, atual Casa da Leitura; a Casa Hoffmann, atual Centro de Estudos do Movimento; a Casa Vermelha, pertencente à FCC; a Casa Romário Martins, como local de exposições; e o Solar do Guimarães, atual Conservatório de MPB. Este processo indica a importância dada, pelo poder público, às obras de restauro necessárias para a conformação de uma imagem considerada adequada para a preservação do patrimônio de uma cidade e atrativa para os padrões turísticos, segundo padrões internacionais de mercado.

5. CONSIDERAÇÕES

Nas primeiras décadas do século XX, a noção de preservação do patrimônio no âmbito internacional era objeto de atualizações conceituais que progressivamente ampliavam os tipos arquitetônicos e épocas históricas reconhecidas. No entanto, a prática frequentemente restringia-se ao monumento de caráter excepcional, como objeto autônomo, focando-se na restauração conforme difundia a Carta de Atenas, de 1931 (Gonçalves, 1996; Oliveira, 2008). No Brasil, a fase heroica do SPHAN era marcada pela ênfase estética, valorizando os estilos colonial, barroco, neoclássico e moderno. Em Curitiba, seguia-se a perspectiva estética, adaptando-se, no entanto, aos períodos históricos presentes na cidade, uma vez que esta se desenvolveu apenas a partir do século XIX.

As primeiras discussões e legislações acerca do patrimônio em Curitiba tiveram como foco o antigo Paço Municipal, identificado como patrimônio histórico de Curitiba em 1948. Esta edificação possuía importante valor estético na escala local e por isso se deu seu reconhecimento patrimonial, ainda que a edificação datasse do século XX e suas características arquitetônicas fossem ecléticas.

O patrimônio urbano era tema presente, desde o início do século XX, na Europa, mas sua difusão através das Cartas Patrimoniais se deu apenas na Carta de Veneza de 1964 e de forma limitada, uma vez que eram entendidas como patrimônio as áreas urbanas definidas como monumentais, que eram testemunho de uma civilização particular ou local de um fato histórico relevante. No Brasil, desde 1938 as cidades barrocas mineiras alcançavam reconhecimento através do tombamento no sentido da Carta de Veneza, pois eram tidas como sítios monumentais. Os conceitos construídos por Giovannoni acerca da cidade antiga como monumento, integrada às dinâmicas contemporâneas, são afirmadas somente

no Manifesto de Amsterdã de 1975, no entanto, já estavam presentes nas discussões anteriormente.

A delimitação do Setor Histórico e seu Plano de Revitalização consistiram, na década de 1970, em importante diretriz do Plano Diretor que previa intervenções urbanas significativas e que deram início ao projeto de “cidade-modelo”. As intervenções consideradas “de lazer”, sendo o SH uma destas, foram prioritárias, uma vez que deveriam aproximar os cidadãos do poder público, preparando-os para uma melhor aceitação de grandes obras estruturais, além de atrair os olhares externos que desenvolveriam o turismo na capital.

A área do SH foi delimitada como primeira e principal ação patrimonial efetiva em Curitiba e pode ser entendida, a partir dos conceitos de Canclini (1998), como o esforço de construção de uma origem comum, definida e imposta por um grupo social dominante que comandou a política local. Os próprios bens que compõem este acervo urbano, ainda que não possuam caráter excepcional estético e histórico, são produtos das mesmas elites dominantes, considerando que o valor da terra urbana central é historicamente elevado. A perpetuação dessa construção de patrimônio levou a concentração, nesta área, das intervenções urbanas, de restauros e investimentos ao patrimônio do município, pelas quatro décadas seguintes.

A primeira e mais importante aproximação, em Curitiba, da preservação do patrimônio urbano ao projeto de cidade desenvolvido refere-se não apenas à contemporaneidade entre o desenvolvimento de estratégias patrimoniais e o início de um projeto prático e político, mas à utilização das primeiras como importantes diretrizes deste processo que se iniciava. O Setor Histórico, criado em 1971, fazia parte das principais diretrizes do novo momento do planejamento urbano, contribuindo com importante valor simbólico para a conformação de uma imagem de cidade que se pretendia fazer “modelo”. O encontro do patrimônio com a economia também produzia reflexos, uma vez que a prioridade para a área era o desenvolvimento da atratividade turística, através do incentivo às funções específicas. A seleção da área para preservação também aponta para a incorporação de noções internacionais do patrimônio urbano, como forma de justificar o desalinhamento com as práticas nacionais correntes, provocado pela divergência na noção de historicidade. As demais estratégias patrimoniais deste primeiro momento, direcionadas aos bens isolados não eram tidas como prioritárias e atuaram de forma menos eficiente, ainda que se perceba um alinhamento destas às noções neoliberais que inseriram o patrimônio isolado nas dinâmicas imobiliárias do município, através da criação das UIP e do início da Lei do Solo Criado.

REFERÊNCIAS

- [1] ALVES, Dalena dos Guimarães. O que é patrimônio histórico. Impulso 2. Curitiba. Ano 1, nº 2, fevereiro de 1967.
- [2] BERRIEL, Andréa; SUZUKI, Juliana. Memória do arquiteto: Pioneiros da arquitetura e do urbanismo no Paraná. Curitiba: Instituto dos Arquitetos do Paraná - IAB-PR:Universidade Federal do Paraná - UFPR, 2012.
- [3] CANCLINI, Néstor García. O porvir do passado. In.: Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. 2ª ed. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1998 [1997]. 385p.
- [4] CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. 3. ed. São Paulo, SP: Estação Liberdade: Ed. da UNESP, 2006 [1992]. 282p.
- [5] CHOAY, Françoise. O patrimônio em questão: antologia para um combate. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011 [2009]. 183p.
- [6] CONSELHO DA EUROPA. Manifesto de Amsterdã (1975). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manifesto%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>>. Acesso em setembro.2015.
- [7] CURITIBA. Plano de Revitalização do Setor Histórico. Curitiba: IPPUC, 1970.
- [8] GIOVANNONI, Gustavo. A restauração dos monumentos na Itália. 1931. In: KUHL, Beatriz Mugayar (org.). Gustavo Giovannoni: Textos escolhidos. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.
- [9] _____. O "desbastamento" de construções nos velhos centros. 1913a. In: KUHL, Beatriz Mugayar (org.). Gustavo Giovannoni: Textos escolhidos. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.
- [10] _____. Velhas Cidades e Nova Construção Urbana. 1913b. In: KUHL, Beatriz Mugayar (org.). Gustavo Giovannoni: Textos escolhidos. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.
- [11] GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996. 156p.
- [12] MILLARCH, Aramis. O nosso centro no fim do século. Tablóide. Curitiba, 1985.
- [13] MACEDO, Rafael Greca de. Curitiba passa a década lembrando de outras décadas. Expresso: boletim quinzenal de informações da cidade de Curitiba. Nº4, dezembro de 1979.

- [14] OBA, Leonardo Tossiaki. Os marcos urbanos e a construção da cidade: a identidade de Curitiba. São Paulo: tese de Doutorado, USP/FAU, 1998.
- [15] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Cultura é Patrimônio: Um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- [16] ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Normas de Quito (1967). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238>>. Acesso em: 06.setembro. 2012.
- [17] REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. 11ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2006 [1970].
- [18] SANCHÉZ, Fernanda. A reinvenção das cidades para um mercado mundial. 2a Edição. Chapecó: Argos, 2010 [2003].
- [19] SUTIL, Marcelo Saldanha. O espelho e a miragem: Ecletismo, moradia e modernidade na Curitiba do início do século. Dissertação de mestrado em História. Curitiba: UFPR, 1996.
- [20] WILHEIM, Jorge. Depoimento. In.: IPPUC. Memórias da Curitiba Urbana, vol. 5. Curitiba, 1990.

Capítulo 12

A linguagem fotográfica e a fotoetnografia

Carlos Eduardo de Castro

Carlos Eduardo de Castro Junior

Resumo: Entendemos que com este trabalho podemos contribuir com as pesquisas fotoetnográficas, trazendo à luz a discussão sobre os elementos da linguagem visual que interferem diretamente no significado e na interpretação de uma fotografia. Assim pretendemos enumerar e dialogar sobre os principais fatores da linguagem fotográfica, bem como descrevermos como abordá-los numa fotoetnografia.

Palavras-chave: Antropologia; Fotoetnografia; Antropologia Visual; Fotografia; Linguagem Fotográfica

1. INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade cada vez mais imagética. Entretanto, somos alfabetizados para o texto e não para a imagem. A produção científica é essencialmente textual, nas aulas de metodologia aprendemos que nossa ferramenta basilar é o texto. Mesmo em ciências como a Antropologia, que tem um campo que se dedica ao estudo das imagens, a Antropologia Visual, preponderam os trabalhos escritos. A imagem se torna hierarquicamente subserviente à palavra, é mera ilustração ao texto.

No entanto, no ano de 1996, Luiz Eduardo Robinson Achutti, fotógrafo e antropólogo, publicou sua dissertação de mestrado pela UFRGS, sob orientação da antropóloga Ondina Fachel Leal, cujo título é “Fotoetnografia: Um estudo de Antropologia Visual sobre cotidiano, lixo e trabalho em uma vila popular na cidade de Porto Alegre”. Esta dissertação propunha uma nova metodologia a qual o autor batizou de Fotoetnografia. Publicou-a como livro no ano seguinte pela Tomo Editorial.

De acordo com Alves, Abreu, Schroeder e Silva (2022), a dissertação de Achutti contribuiu de maneira relevante para a antropologia visual. Antes de tudo, por ser um trabalho inédito, considerando que o autor criou um conceito original; depois, porque inaugurou um campo singular na antropologia visual; e por fim, definiu de maneira teórica e metodológica os caminhos para pesquisas em Fotoetnografia.

No ano de 2002, Achutti defendeu seu doutorado, pela Universidade de Paris VII Denis-Diderot. Avançando na teoria e na prática fotoetnográfica, produziu a tese intitulada “Fotoetnografia da Biblioteca Jardim”, para a qual foi orientado por Jean Arlaud. Este trabalho foi adaptado para um livro que foi publicado na França e no Brasil e que, em conjunto com a dissertação “constituem em importantes manuais teórico-metodológicos de fotoetnografia. Tais trabalhos têm influenciado uma geração de pesquisadores, professores, alunos e até mesmo disciplinas são realizadas nessa perspectiva” (ALVES, ABREU, SCHROEDER E SILVA, 2022, p. 03). Diversos trabalhos, em diferentes campos, utilizaram e utilizam a Fotoetnografia como metodologia.

Em 2022, os professores Fábio Lopes Alves, Claudia Barcelos de Moura Abreu, Tania Maria Rechia Schroeder e a pesquisadora Luzia Batista de Oliveira e Silva organizaram um dossiê que celebrou os 25 anos da Fotoetnografia, completados em 2021, publicado no Cadernos Cajuína. Colaboramos com o dossiê, publicando o artigo “Uma Fotoetnografia dos Homens da Lama: Os caranguejeiros do Delta do Parnaíba-PI”, em que este autor

problematiza a trajetória da antropologia visual no Brasil, desde as gravuras produzidas a partir das narrativas dos cronistas do século XVI ao conceito da fotoetnografia, concebido por Achutti. Em seguida apresenta uma narrativa fotoetnográfica, realizada em 2013, sobre o trabalho dos que nomeamos “homens da lama”, que são os catadores de caranguejo da Ilha Grande, no Delta do Parnaíba Piauiense. (ALVES, ABREU, SCHROEDER E SILVA, 2022, p. 05)

Esta breve narrativa nos dá uma ideia da trajetória histórica da Fotoetnografia. Mas qual é o seu conceito? Numa primeira abordagem ao tema, Achutti (1997) reflete que a fotografia - sendo um exercício contínuo de recortar e enquadrar - requer um domínio técnico que, combinado ao olhar sensível e experimentado do antropólogo cria condições para a produção de um trabalho fotoetnográfico expressivo, como outra forma de narrativa, “que somada ao texto etnográfico, venha enriquecer e dar mais profundidade a difusão dos resultados obtidos” (p. 64).

De acordo com aquele autor, “a fotografia deverá deixar de ser uma técnica de capturar evidências, para vir a ser um meio sedutor de discorrer sobre convencimentos antropológicos” (ACHUTTI, 1997, p. 62). Destarte, compreendemos que a Fotoetnografia consiste em colocar a técnica e a linguagem fotográfica a serviço do olhar do antropólogo para o trabalho de pesquisa de campo. E deve produzir uma narrativa que se some ao texto etnográfico. Neste sentido, a fotografia deixa de ser mera ilustração do texto e passa a exercer um papel determinante para o etnógrafo e a etnografia. Em “Fotoetnografia da Biblioteca Jardim”, Achutti (2004) reitera este conceito e afirma que “a narração fotoetnográfica não se deve sobrepor a outras formas de narrativas: ela deve ser valorizada na sua especificidade” (p. 108). Assim, apreende-se que a Fotoetnografia não ‘compete’ nem se sobrepõe à linguagem textual ou oral, mas as complementam.

Aquele autor afirma que

Um texto etnográfico de qualidade transcreve de forma bastante clara os fragmentos de realidade e os encadeamentos específicos necessários para os trabalhos de análises e de interpretações antropológicas. Personagens, etapas descritivas, sequência de acontecimentos e detalhes não devem ser misturados

nem destacados de forma excessiva, perigando a prestar um desserviço às intenções do pesquisador. (ACHUTTI, 2004, p. 96)

Destarte, a construção da narrativa fotoetnográfica também obedece a critérios específicos. Segundo Achutti (2004), ela deve ser constituída de imagens que possuam conteúdo individualmente, mas que quando relacionadas entre si produzam uma série de informações visuais. Característica essencial a uma Fotoetnografia é que estas fotografias em série sejam oferecidas ao olhar sem textos intercalados ou legendas, para que não desviem a atenção do interlocutor. Isto não descarta a relevância do texto escrito, ao contrário, a combinação do texto e da narrativa visual é desejável, contudo, devem ser apresentados separadamente ao leitor.

Em vista disso, entendemos que a Fotoetnografia exija um conhecimento sobre a técnica e a linguagem fotográfica, para a construção de uma narrativa fotográfica coesa e coerente. Por outro lado, o olhar do antropólogo também é necessário, pois, o exercício do estranhamento/familiarização é fundamental ao fotógrafo-pesquisador. É preciso, por exemplo, que ele se dispa de seus valores estéticos e tente captar a estética local, a mesma regra vale para os seus valores morais.

1.1. O SURGIMENTO DA FOTOGRAFIA

À luz da Revolução Industrial, novas tecnologias despontaram na Europa, refletindo o desenvolvimento das ciências na esteira de uma nova era. Conforme Kossoy (2012), transformações de ordem econômica, social e cultural, assim como uma série de invenções, influenciaram os rumos da modernidade:

A fotografia, uma das invenções que ocorre naquele contexto, teria papel fundamental enquanto possibilidade inovadora de informação e conhecimento, instrumento de apoio à pesquisa nos diferentes campos da ciência e também como forma de expressão artística (KOSSOY, 2012, p. 27).

Contudo, as perspectivas positivas sobre as invenções surgentes não foram unânimes. Baudelaire, influente poeta francês do século XIX, considerado um dos precursores do Simbolismo, foi um questionador contumaz da fotografia, especialmente quando era tratada como arte. De acordo com Santos (2018),

Baudelaire posiciona parte de sua crítica à fotografia, para além do automatismo do processo, que excluiria o gênio do artista, no motivo que usualmente o subjaz, o mesmo que perseguem o pintor ou o poeta naturalista: a representação da realidade, tal qual, crê-se, ela se apresenta aos olhos (p. 11).

O poeta dizia que a arte estaria a serviço do belo (ideal), enquanto a fotografia, em busca do ‘verdadeiro’. Assim, expressou Baudelaire (1993):

Entre nós o pintor natural, como o poeta natural, é quase um monstro. O gosto exclusivo pelo Verdadeiro (tão nobre quando é limitado a suas verdadeiras aplicações) oprime aqui e abafa o gosto pelo Belo. Onde só se deveria ver o Belo (suponho uma bela pintura, e podemos facilmente adivinhar à qual me refiro), nosso público só busca o Verdadeiro. Ele não é artista, naturalmente artista; filósofo talvez, moralista, engenheiro, apreciador de anedotas instrutivas, tudo o que se quiser, mas nunca espontaneamente artista. (p. 90).

Paul Delaroche, pintor francês de renome e especialista em retratar cenas históricas, em 1839, ao se deparar com os resultados produzidos por um daguerreótipo¹, vaticinou que, daquele dia em diante, a pintura estaria morta (STRICKLAND, 1999, p. 95). Seu augúrio demonstrou-se profundamente equivocado, pois, as

¹ “Um daguerreótipo consiste em uma imagem única e positiva, formada diretamente sobre placa de cobre, revestida com prata e, em seguida, polida e sensibilizada por vapores de iodo. Depois de exposta na câmara escura, a imagem é revelada por vapores de mercúrio e fixada por uma solução salina.”

TEXTO: “OS 180 ANOS DO INVENTO DO DAGUERREÓTIPO – PEQUENO HISTÓRICO E SUA CHEGADA NO BRASIL”
DISPONÍVEL EM FONTE: [HTTPS://BRASILIANAFOTOGRAFICA.BN.GOV.BR/?P=16443](https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?P=16443). ACESSO EM 06-SET-2022.

décadas posteriores seriam de grande prosperidade às artes plásticas, sobretudo à pintura, com o surgimento dos movimentos de vanguarda dos séculos XIX e XX.

Todavia, não só o poeta e o pintor adotaram uma postura questionadora e pessimista em relação à fotografia. Segundo Achutti (1997), a Igreja Alemã repudiou o invento apresentado na Academia de Ciências de Paris, em 1839, acusando-o de ser uma invenção diabólica, sob o argumento de que Deus criou a pessoa à sua imagem e semelhança e nenhuma máquina feita por humanos poderia fixar a imagem d'Ele.

Contudo, um século depois, Pablo Picasso, um dos mais influentes artistas do século XX, tratou a fotografia como emancipadora da pintura, pois a tarefa de reproduzir a realidade passou a ser encargo do fotógrafo, não mais do pintor. Em "O ato fotográfico e outros ensaios", Dubois (1939) cita um diálogo (de 1939) de Picasso com Brassai, no qual o pintor afirma:

Quando você vê tudo o que é possível exprimir através da fotografia, descobre tudo o que não pode ficar por mais tempo no horizonte da representação pictural. Por que o artista continuaria a tratar de sujeitos que podem ser obtidos com tanta precisão pela objetiva de um aparelho de fotografia? Seria absurdo, não é? A fotografia chegou no momento certo para libertar a pintura de qualquer anedota, e qualquer literatura e até do sujeito. Em todo caso, certo aspecto do sujeito hoje depende do campo da fotografia" (PICASSO, 1939, apud DUBOIS, 1998, p. 31)

Portanto, a fotografia, além de não ter decretado a morte da pintura, a alforriou da obrigação de retratar a realidade com a perfeição e o requinte perseguidos desde o renascimento.

Mas, voltemos ao século XIX. A partir da década de 1860, a produção e o consumo de imagens fotográficas cresceram e se consolidaram. "A expressão cultural dos povos exteriorizada através de seus costumes, habitação, monumentos, mitos e religiões, fatos sociais e políticos passou a ser gradativamente documentada pela câmara" (KOSSOY, 2012, p. 28). Em torno da fotografia surgiram indústrias que fabricavam equipamentos e acessórios e investiram no desenvolvimento tecnológico do setor.

A popularização da fotografia entre as elites e classes médias foi relativamente rápida. Baudelaire, que num primeiro momento tinha uma perspectiva crítica negativa e explícita contra o fenômeno, alguns anos depois demonstrou uma certa flexibilização em relação à sua postura (ENTLER, 2007, p. 6). Numa missiva enviada à sua mãe, em 1865, o poeta revelou sua posição ambígua em relação à fotografia, conforme observamos neste trecho da carta:

Gostaria de ter seu retrato. É uma idéia que se apoderou de mim. Há um excelente fotógrafo em Hâvre. Mas temo que isso não seja possível agora. Seria necessário que eu estivesse presente. Você não entende desse assunto, e todos os fotógrafos, mesmo os excelentes, têm manias ridículas: eles tomam por uma boa imagem, uma imagem em que todas as verrugas, todas as rugas, todos os defeitos, todas as trivialidades do rosto se tornam muito visíveis, muito exageradas: quanto mais dura é a imagem, mais eles são contentes. Além disso, eu gostaria que o rosto tivesse a dimensão de duas polegadas. Apenas em Paris há quem saiba fazer o que desejo, quero dizer, um retrato exato, mas tendo o flou de um desenho. Enfim, pensaremos nisso, não?" (BAUDELAIRE, 1865, apud ENTLER, 2007, p. 6)

Porventura fosse nosso contemporâneo, quem sabe Baudelaire não seria um entusiasta do *Adobe Photoshop* e sua capacidade quase ilimitada de intervenção na imagem, ou mesmo dos filtros do *Instagram*.

De acordo com Kossoy (2012, p. 28), a maior demanda pela fotografia, desde seu surgimento, até fins do século XIX, foram os retratos de estúdio. Contudo, outros segmentos se consolidaram. O autor observou que:

O mundo tornou-se de certa forma 'familiar' após o advento da fotografia; o homem passou a ter um conhecimento mais preciso e amplo de outras realidades que lhe eram, até aquele momento, transmitidas unicamente pela tradição escrita, verbal e pictórica. Com a descoberta da fotografia e, mais tarde, com o desenvolvimento da indústria gráfica, que possibilitou a multiplicação da imagem fotográfica em quantidades cada vez maiores através da via impressa,

iniciou-se um novo processo de conhecimento do mundo, porém de um mundo em detalhe, posto que fragmentário em termos visuais e, portanto, contextuais. Era o início de um novo método de aprendizado do real, em função da acessibilidade do homem dos diferentes estratos sociais à informação visual dos hábitos e fatos dos povos distantes. Microaspectos do mundo passaram a ser cada vez mais conhecidos através de sua representação. O mundo, a partir da alvorada do século XX, se viu, aos poucos, substituído por sua imagem fotográfica. O mundo tornou-se, assim, portátil e ilustrado. (KOSSOY, 2012, p. 28-29).

Notamos que, de certa maneira, a fotografia democratizou o ‘conhecimento do mundo’. Muitas pessoas passaram a ter acesso a imagens que até então não tinham: lugares, eventos, objetos, retratos, patrimônios etc. A fotografia apresentou, por exemplo, a vista da Torre Eiffel e do *Champs de Mars*, a quem nunca foi à Paris; ou a Mona Lisa a quem nunca teve a oportunidade de visitar o Museu do Louvre; ou as paisagens do Parque Nacional de Yosemite, pelas lentes de Ansel Adams², a quem nunca visitou o estado da Califórnia; ou a cidade de Hong Kong retratada por Fan Ho³, a quem nunca esteve no oriente; ou cenas da guerra civil espanhola, sob a perspectiva de Robert Capa⁴; ou ainda, uma perspectiva sobre o racismo do sulista estadunidense desvelado pelas cenas registradas por Gordon Parks⁵.

De acordo com Kossoy (2012), a fotografia também propiciaria “a inusitada possibilidade de autoconhecimento e recordação, de criação artística (e, portanto, de ampliação dos horizontes da arte), de documentação e denúncia graças à sua natureza testemunhal” (p. 29). Contudo, especialmente por este caráter testigo, continua Kossoy, “ela constituiria em arma temível, passível de toda sorte de manipulações, na medida em que os receptores nela viam, apenas, a ‘expressão da verdade’, posto que resultante da ‘imparcialidade’ da objetiva fotográfica” (p. 29).

Ora, se é o fotógrafo que determina o instante fotográfico, o momento temporal que será ‘congelado’, o encontro entre o olhar e a emoção, bem como o recorte da realidade registrada por intermédio da escolha do enquadramento e da composição, é difícil argumentar sobre ‘imparcialidade’ na fotografia. É o fotógrafo quem escolhe a câmera, a lente – e suas determinações técnicas como a distância focal, luminosidade, distorções óticas e aberrações cromáticas –, o foco, a velocidade, o ângulo etc., portanto, a fotografia é resultado de uma série de critérios subjetivos de quem a produz.

2. A RELEVÂNCIA DO CONHECIMENTO DA LINGUAGEM FOTOGRÁFICA

Conforme artigo de Oliveira (2021), do Departamento de Física da Universidade Federal de São Carlos, aprendemos que existem três dimensões espaciais: comprimento, largura e altura, que nos proporcionam a visão tridimensional. Estas três dimensões eram vistas como independentes do movimento e não relacionadas com o transcorrer do tempo, contudo, o físico Albert Einstein, criou postulados que possibilitaram a compreensão da relação indissociável entre espaço e tempo. Assim, às três dimensões espaciais se soma uma quarta, que é a dimensão temporal.

E como estes princípios se aplicam à fotografia? Segundo Flusser (2011), “imagens são superfícies que pretendem representar algo. Na maioria das vezes, algo que se encontra lá fora no espaço e no tempo” (p. 21). É preciso considerarmos que, ao fotografarmos, abstraímos tempo e profundidade, ou seja, duas das quatro dimensões do espaço-tempo. Deste modo, preservamos apenas as do plano: altura e largura.

Flusser (2011) segue argumentando que esta capacidade de abstração específica pode ser chamada de imaginação. Em suas palavras, “imaginação é a capacidade de codificar fenômenos de quatro dimensões em símbolos planos e decodificar as mensagens assim codificadas. Imaginação é a capacidade de fazer e decodificar imagens” (p. 21).

² Texto: “*Ansel Adams Photographs*” disponível em web.archive.org. Acessado em 06-set-2022.

³ Texto: “A Hong Kong de Fan Ho” disponível em <https://revistazum.com.br/colunistas/hong-kong-de-fan-ho/>. Acesso em 06-set-2022.

⁴ Texto: “Beleza e sofrimento na guerra civil espanhola: Robert Capa entre a estética e a política” disponível em https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/50114/1/2018_art_ogreisfilho.pdf. Acesso em 06-set-2022.

⁵ Texto: “A cor de Gordon Parks” disponível em <https://revistazum.com.br/colunistas/a-cor-de-gordon-parks/>. Acesso em 06-set-2022.

Portanto, para aquele autor, o significado da imagem encontra-se em sua superfície. Todavia, quem quiser aprofundá-lo - e reconstituir suas dimensões abstraídas - deverá percorrê-la com o olhar, ato que ele denomina de *scanning*. “O traçado do *scanning* segue a estrutura da imagem, mas também impulsos no íntimo do observador. O significado decifrado por este método será, pois, resultado da síntese de duas ‘intencionalidades’: a do emissor e a do receptor” (FLUSSER, 2011, p. 22).

Destarte, a ação de percorrer o olhar que, segundo o autor, é circular, estabelece relações temporais entre os elementos da imagem. Assim Flusser (2011), discorre sobre a ‘leitura’ de imagens:

O olhar diacroniza a sincronicidade imaginística por ciclos. Ao circular pela superfície, o olhar tende a voltar sempre para elementos preferenciais. Tais elementos passam a ser centrais, portadores preferenciais do significado. Deste modo, o olhar vai estabelecendo relações significativas. O tempo que circula e estabelece relações significativas é muito específico: tempo de magia. Tempo diferente do linear, o qual estabelece relações causais sobre eventos. No tempo linear o nascer do sol é a causa do canto do galo; no circular, o canto do galo dá significado ao nascer do sol, e este dá significado ao canto do galo. Em outros termos: no tempo de magia, um elemento explica o outro, e este explica o primeiro. O significado da imagem é o contexto mágico das relações reversíveis. (p. 22-23).

O caráter ‘mágico’ é, portanto, de suma importância no processo de percepção e entendimento da mensagem passada pela imagem. O autor defende que as “imagens são códigos que traduzem eventos em situações, processos em cenas. Não que as imagens eternalizem eventos; elas substituem eventos por cenas” (FLUSSER, 2011, p. 23). Logo, o exercício da ‘imaginação’ é fundamental para recriarmos a dimensão temporal da imagem, bem como a espacial (profundidade).

Para Flusser (2011), as imagens têm a função de mediação entre as pessoas e o mundo, assim, são espécies de ‘janelas’, ou, segundo as palavras do próprio autor, o propósito das imagens é o de serem ‘mapas do mundo’. Contudo, muitas vezes passam a ser ‘biombos’. O autor justifica dizendo que:

O homem, ao invés de se servir das imagens em função do mundo, passa a viver em função das imagens. Não mais decifra as cenas das imagens como significados do mundo, mas o próprio mundo vai sendo vivenciado como conjunto de cenas. Tal invenção da função das imagens é idolatria. Para o idólatra – o homem que vive magicamente –, a realidade reflete imagens. Podemos observar, hoje, de que forma se processa a magicização da vida: as imagens técnicas⁶, atualmente onipresentes, ilustram a função imaginística e remagicizam a vida. Trata-se da alienação do homem em relação aos seus próprios instrumentos. O homem se esquece do motivo pelo qual as imagens são produzidas: servirem de instrumentos para orientá-lo no mundo. Imaginação torna-se alucinação e o homem passa a ser incapaz de decifrar imagens, de reconstituir as dimensões abstraídas. (p. 23-24).

Ora, se as imagens deixaram de ser ‘mapas’ ou ‘janelas’ para o mundo e passaram a ser ‘biombos’ é porque falta às pessoas a prática ou o aprendizado para lê-las e interpretá-las. Na década de 1930, Benjamin parafraseou Moholy-Nagy, artista e professor da Bauhaus, que disse que “o analfabeto do futuro não será quem não sabe escrever, e sim quem não sabe fotografar, [e complementou] mas um fotógrafo que não sabe ler suas próprias imagens não é pior que um analfabeto?” (BENJAMIN, 1986, p. 115).

Algumas décadas mais tarde, em 1973, Donis Dondis, professora da Escola de Comunicação pública da Universidade de Boston, publicou “*A primer of a visual literacy*” (Princípios do alfabetismo visual), título traduzido para o português como “*Sintaxe da linguagem visual*”. Apesar de ser uma obra datada, a autora traz reflexões relevantes sobre a necessidade premente de um processo de alfabetismo visual, ideia que dialoga com a predição feita por Benjamin.

⁶ Segundo Flusser, a imagem técnica é aquela produzida por um aparelho. No caso do aparelho fotográfico, é um “brinquedo que traduz pensamento conceitual em fotografia”. (FLUSSER, 2011, p. 17).

Dondis afirma que ver é vivenciar o que acontece de maneira direta, e que “ver passou a significar compreender. [...] Visualizar é ser capaz de formar imagens mentais” (DONDIS, 1991, p. 13). Exemplifica dizendo que “o homem de Missouri, a quem se mostra alguma coisa, terá, provavelmente, uma compreensão muito mais profunda dessa mesma coisa do que se apenas tivesse ouvido falar dela” (p. 13).

Flusser e Dondis pactuam a ideia de que vivemos em uma sociedade cada vez mais imagética, pois, como escreveu o primeiro em 1985 - ainda antes do advento da fotografia digital (década de 1990) -, “as fotografias nos cercam. Tão onipresentes são no espaço público e privado, que sua presença não está sendo percebida” (FLUSSER, 2011, p. 87). Portanto, para Flusser ‘naturalizamos’ de tal forma a existência das imagens em nosso cotidiano a ponto de não as percebermos. Já Dondis (1991) afirma que,

A evolução da linguagem começou com imagens, avançou rumo aos pictogramas, cartuns autoexplicativos e unidades fonéticas, e chegou finalmente ao alfabeto, ao qual, em *The inteligente eye*, R. L. Gregory se refere tão acertadamente como ‘a matemática do significado’. Cada novo passo representou, sem dúvida, um avanço rumo a uma comunicação eficiente. Mas há inúmeros indícios de que está em curso uma reversão desse processo, que se volta mais uma vez para a imagem, de novo em busca de maior eficiência. (p. 15).

Assim, considerando que, entre os autores com os quais dialogamos, há um entendimento de que vivemos em uma sociedade na qual a comunicação é cada vez mais mediada por imagens, inferimos que se faz necessário o aprendizado adequado para lê-las e interpretá-las, assim como aprendemos a ler e interpretar textos.

Um dos pontos que defendemos no trabalho de Dondis é a necessidade premente de ‘alfabetizar’ as pessoas para as imagens. A autora argumenta que o sentido da visão é natural, portanto, “criar e compreender mensagens visuais é natural até certo ponto, mas a eficácia [...] só pode ser alcançada através do estudo” (DONDIS, 1991, p. 16). E segue discorrendo que,

a linguagem é simplesmente um recurso de comunicação próprio do homem, que evoluiu desde sua forma auditiva, pura e primitiva, até a capacidade de ler e escrever. A mesma evolução deve ocorrer com todas as capacidades humanas envolvidas na pré-visualização, no planejamento, no desenho e na criação de objetos visuais, da simples fabricação de ferramentas e dos ofícios até a criação de símbolos, e, finalmente, à criação de imagens, no passado uma prerrogativa exclusiva do artista talentoso e instruído, mas hoje, graças às inúmeras possibilidades da câmera, uma opção para qualquer pessoa interessada em aprender um reduzido número de regras mecânicas. Mas o que dizer do alfabetismo visual? Por si só, a reprodução mecânica do meio ambiente não constitui uma boa expressão visual. Para controlar o assombroso potencial da fotografia, se faz necessária uma sintaxe visual. O advento da câmera é um acontecimento comparável ao do livro, que originalmente beneficiou o alfabetismo. (DONDIS, 1991, p. 2 e 3)

Assim sendo, praticamente duas décadas antes do advento da fotografia digital, e três décadas dos celulares com câmeras fotográficas - que contribuíram expressivamente para a popularização da fotografia -, Dondis ratificava a ‘previsão’ de Benjamim sobre a necessidade das pessoas aprenderem a ler e interpretar as imagens, bem como a de dominarem a linguagem visual para saberem como se expressar por intermédio de suas fotografias. Afinal, como questionou Benjamim, como conceber a ideia de um fotógrafo que não sabe ler a própria fotografia? Como um fotógrafo que ignora a linguagem visual poderá produzir o seu trabalho? Por reprodução mecânica daquilo que outros fizeram?

3. A LINGUAGEM FOTOGRÁFICA E A FOTOETNOGRAFIA

Ao realizarmos uma busca em sítios e canais da internet que tratam de fotografia, encontraremos, predominantemente, informações sobre equipamentos e dicas sobre técnicas. Todavia, poucos ousam tratar sobre o tema da linguagem fotográfica. Esta realidade se replica nos cursos de fotografia oferecidos pelo mercado, isto é, a maior parte aborda especificamente assuntos sobre técnica.

Por que os conteúdos sobre linguagem fotográfica são tão escassos? Seria por uma perspectiva de o mercado enfatizar a importância do equipamento – com objetivo comercial – e não do olhar do fotógrafo? Ou, conforme Dondis (1991), porque “o sistema educacional se move com lentidão monolítica, persistindo ainda uma ênfase no modo verbal, que exclui o restante da sensibilidade humana” (p. 17), e ignora “o caráter esmagadoramente visual da experiência de aprendizagem” (p. 17)?

De acordo com Achutti (2004),

Para se ter êxito em uma fotografia, é preciso não apenas dominar a técnica, mas igualmente saber escolher bem o tipo de filme, a máquina e as objetivas adequadas, avaliar a quantidade de luz necessária e a qualidade da iluminação, definir o enquadramento, a forma de revelação e de ampliação (p. 96).

E, considerando que, sumariamente, a Fotoetnografia pode ser entendida como a construção de uma narrativa fotográfica a serviço do olhar antropológico, é necessário considerarmos “o uso ideal da linguagem fotográfica” (ACHUTTI, 2004, 96). Pois, assim como a linguagem textual possui especificidades - a linguagem de um texto jornalístico possui características distintas de um texto historiográfico ou de um romance -, a linguagem visual também conserva suas idiossincrasias.

Há singularidades referentes à linguagem fotográfica no Fotojornalismo, assim como na Fotografia Documental ou na Fotografia Artística. Contudo, não é a pretensão deste trabalho conceber uma linguagem visual específica para a Fotoetnografia, mas sugerir e propor reflexões sobre esta possibilidade para trabalhos futuros.

Destarte, compreendemos que trazeremos à luz e discutirmos a linguagem fotográfica é de grande relevância para a Fotoetnografia. Para isso, dialogaremos com quatro autores principais: Achutti⁷, Feijó⁸, Câmara⁹ e Sousa¹⁰; e outros complementares.

Sousa (2022), quando trata do fotojornalismo, sempre condiciona a fotografia ao texto. Segundo aquele autor, “o texto é um elemento imprescindível da mensagem fotojornalística” (p. 76). Portanto, não existe fotojornalismo sem texto. Esta perspectiva é diametralmente oposta ao que Achutti (1977) reivindica para a Fotoetnografia, isto é, “com a fotoetnografia pode-se construir textos imagéticos a respeito da cultura do outro, fazer construções descritivas e narrativas” (p. 77). Assim, a linguagem visual, ou as narrativas fotoetnográficas, adquirem importância equivalente aos textos escritos ou verbais.

Por seu turno, Câmara (2010), abarca a linguagem fotográfica igualmente com ênfase no fotojornalismo, entretanto, alguns dos elementos elencados pela autora podem contribuir para outros segmentos da fotografia. Planos, perspectiva, ângulos e composição, são componentes relevantes para a linguagem fotojornalística, assim como para a linguagem fotográfica de modo geral.

Segundo Feijó (s/d), o ato de fotografar, para além de captar imagens, reproduz o olhar do fotógrafo sobre o mundo (p. 1). Outros autores já haviam tocado nessa questão, “não fazemos uma foto apenas com uma câmera; ao ato de fotografar trazemos todos os livros que lemos, os filmes que vimos, a música que ouvimos, as pessoas que amamos”, disse o fotógrafo documental estadunidense, Ansel Adams¹¹. “Você não fotografa

⁷ Luiz Eduardo Robinson Achutti, graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1985), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1996) e doutorado em Antropologia pela Universidade de Paris VII Denis - Diderot (2002). Atualmente é professor titular do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, participou do PPG em Antropologia Social / UFRGS até final de 2014. É profissional da fotografia e pesquisa na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Visual, atuando principalmente nos seguintes temas: fotografia, fotografia documental, arte, fotoetnografia, memória e antropologia visual. Membro associado a *PHANIE centre de l'ethnologie et de l'image* - Paris. Professor Colaborador do NAVISUAL da Antropologia da UFRGS.

⁸ Cláudio Feijó é fotógrafo e professor de fotografia. Foi proprietário da Escola Imagem-Ação, de São Paulo

⁹ Monica Câmara é fotojornalista, graduada em Comunicação Social e Mestre em Linguística pela UFPB.

¹⁰ Jorge Pedro Sousa é professor catedrático e investigador da Universidade Fernando Pessoa e do ICNova - Instituto de Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa.

¹¹ Texto: “Ciência, cultura e ambiente na visão de quatro fotógrafos” disponível em <https://www.mc.unicamp.br/eventos/ciencia-cultura-e-ambiente-na-visao-de-quatro-fotografos>. Acesso em 04-Set-2022

com sua máquina. Você fotografa com toda sua cultura”, proferiu Sebastião Salgado¹². Segundo Kossoy (2012) “o registro visual documenta, por outro lado, a própria atitude do fotógrafo diante da realidade; seu estado de espírito e sua ideologia acabam transparecendo em suas imagens” (p. 45).

Sobre a linguagem fotográfica, Feijó (s/d) prossegue:

Na fotografia, a linguagem está relacionada às características, aos modos, pelos quais a fotografia existe. Para chegar a seu objetivo, necessita transpor um complexo processo técnico; e é este processo a base da linguagem fotográfica. A base técnica da realização da fotografia determina os elementos da linguagem. O estudo da linguagem decorre da necessidade de “dizer” alguma coisa e é proveniente de um processo de experimentação dos recursos colocados à disposição da fotografia pela técnica. (p. 1)

Aquele autor elenca como elementos da linguagem fotográfica: os planos e enquadramentos, o foco, o movimento, a forma, o ângulo, a cor, a textura, as aberrações óticas e químicas, a perspectiva, o equilíbrio e a composição. Segundo o entendimento de Sousa (2002), os princípios elencados são: o enquadramento, os planos e a composição, o foco, a relação figura-fundo, o equilíbrio e desequilíbrio, os elementos morfológicos (grão, massa ou mancha, pontos, textura, padrão, cor, configuração e linhas), a profundidade de campo, o movimento, a iluminação, a Lei do agrupamento, a semelhança e o contraste de conteúdos, a relação espaço-tempo, os processos de conotação fotográficos barthesianos, a distância e a sinalização. Já Achutti (2004), em sua obra Fotoetnografia da Biblioteca Jardim, trata da linguagem fotográfica à serviço da etnografia, destacando o enquadramento, a profundidade de campo e a iluminação.

Desta maneira, fundamentando-nos nos autores supracitados, relacionaremos e discutiremos sobre cada um dos elementos da linguagem fotográfica que consideramos relevantes para um trabalho fotoetnográfico, tais quais os planos, o enquadramento, o foco e o campo focal, o movimento (a velocidade), o ângulo, a cor, as texturas, a iluminação, a composição, a perspectiva e as expressões.

3.1. PLANOS

Para compreendermos os planos fotográficos é necessário conhecermos as diferentes tipologias de objetivas, que determinam suas configurações. Os diversos modelos de câmeras - dos celulares às que usam objetivas intercambiáveis - apresentam construções ópticas bastante variadas, o que permite uma grande gama de escolhas ao fotógrafo, de acordo com suas intenções e necessidades. Para este trabalho, vamos classificar as objetivas tendo como critério a distância focal e o ângulo de visão¹³, dividindo-as em grande angular (até 35mm), normal (de 35mm a 85mm) e teleobjetiva (de 85mm para frente)¹⁴.

As objetivas grande angulares, como o nome revela, possibilitam um ângulo de visão amplo; as denominadas normais nos aproximam do campo de visão do ser humano; e as teleobjetivas, ou *zooms*, oferecem um ângulo fechado na cena, uma aproximação maior do sujeito/objeto.

De acordo com Feijó (s/d, p. 2), os planos são determinados pela distância entre a câmera e o tema fotografado e cada um deles possui diferentes capacidades narrativas. No entanto, faz-se necessário acrescentarmos que as características ópticas das objetivas também são fundamentais para qualificarmos o plano da imagem. Como as lentes grande-angulares produzem imagens mais ‘abertas’, são adequadas às fotografias de paisagens, por exemplo.

As teleobjetivas - popularmente chamadas de *zoom* - criam imagens mais ‘fechadas’, aproximando o fotógrafo do tema. Estas últimas são ideais para registrar detalhes ou cenas distantes, das quais, muitas vezes, o fotógrafo não tem a possibilidade de aproximar-se.

¹² Texto: “As histórias por trás de fotos e séries de Sebastião Salgado” disponível em <https://www.bol.uol.com.br/listas/as-historias-por-tras-de-fotos-e-series-de-sebastiao-salgado.htm>. Acesso em 06-set-2022

¹³ “A distância focal é medida em milímetros e se refere a distância que existe entre o sensor da sua câmera e o centro óptico da lente. [...] Se você tem **uma distância focal maior, o ângulo de visão se reduz**, a profundidade de campo será menor e o sujeito se verá mais de perto e vice-versa.” disponível em <https://edu.gcfglobal.org/pt/curso-de-fotografia-digital/o-que-e-a-distancia-focal-ou-zoom/1/>, acesso em 11-set-2022.

¹⁴ Disponível em <http://cameraneon.com/acessorios/tipos-de-lentes-fotograficas-suas-funcoes-e-aplicacoes/>, acesso em 11-set-2022.

Considerando o potencial narrativo, Feijó (s/d) afirma que “a significação decorre do uso adequado dos elementos descritivos e/ou dramáticos contidos como possibilidades em cada plano” (p. 02). E propõe a divisão dos planos de acordo com a nomenclatura cinematográfica, qual seja: planos gerais (plano grande geral e plano grande), planos médios e primeiros planos (primeiro plano e plano de detalhe).

3.1.1. PLANO GRANDE GERAL

Conforme Sousa (2002, p. 78), os planos gerais são abertos, informativos e têm como objetivo “situar o observador, mostrando uma localização concreta. São muito usados para fotografar paisagens e eventos de massas (as pessoas podem diluir-se no conjunto, mas podem também parecer personagens colectivas, com personalidade, forma e peso)” (p. 78). Câmara (2022, p. 61) o denomina como plano aberto e o caracteriza como sendo impessoal, pois os sujeitos aparecem distanciados.

Feijó (s/d) o define do seguinte modo:

O ambiente é o elemento primordial. O sujeito é um elemento dominado pela situação geográfica. Objetivamente a área do quadro é preenchida pelo ambiente deixando uma pequena parcela deste espaço para o sujeito que também o dimensiona. Seu valor descritivo está na importância da localização geográfica do sujeito e o seu valor dramático está no envolvimento, ou esmagamento, do sujeito pelo ambiente. Pode enfatizar a dominação do ambiente sobre o homem ou, simbolicamente, a solidão. (p. 3)

Portanto, as imagens em plano grande geral podem permitir ao observador o conhecimento sobre aspectos da geografia local, bem como das interações do sujeito com o meio. Assim, pensando em uma linguagem fotográfica para a Fotoetnografia, podemos utilizar o plano grande geral para descrevermos o lugar¹⁵, suas paisagens e as relações sujeitos/espaço.

Destarte, depreendemos que os planos grandes gerais podem contribuir para a Fotoetnografia, localizando o observador, descrevendo as paisagens, inserindo os sujeitos no ambiente, apresentando aspectos da geografia, revelando a arquitetura e o urbanismo ou compreendendo o lugar.

3.1.2. PLANO GERAL

Segundo Feijó (s/d, p. 3), neste tipo de enquadramento sujeito e ambiente dividem o plano fotográfico. Há uma integração maior entre estes elementos. O autor afirma que o plano geral além de ter “grande valor descritivo” (FEIJÓ, s/d, p. 3), situa a ação e, igualmente, o homem, no ambiente em que ela ocorre. O dramático advém do tipo de relação existente entre o sujeito e o ambiente (FEIJÓ, s/d, p. 3).

Sousa (2002), o denomina como “plano de conjunto [e diz que o seu objetivo é distinguir] os intervenientes da acção e a própria acção com facilidade e por inteiro” (p. 79).

Isto posto, podemos compreender que o plano grande localiza o espaço e o sujeito da ação. Assim, podemos considerar que este tipo de plano fotográfico pode ser um recurso bastante relevante para a Fotoetnografia, pois, cria uma relação equilibrada entre sujeito, ação e ambiente, produzindo conteúdos significativos para uma etnografia.

3.1.3. PLANO MÉDIO

De acordo com Feijó (s/d),

É o enquadramento em que o sujeito preenche o quadro – os pés sobre a linha inferior, a cabeça encostando na superior do quadro, até o enquadramento cuja

¹⁵ Conforme Augé, “O lugar comum ao etnólogo e àqueles de quem ele fala é um lugar, precisamente: aquele que ocupam os indígenas que nele vivem, nele trabalham, que o defendem, que marcam nele seus pontos fortes, que guardam suas fronteiras, mas nele detectam também, os vestígios dos poderes etonianos ou celestes, dos ancestrais ou dos espíritos que o povoam, e que animam sua geografia íntima, como se o pedacinho de humanidade que lhes dedica nesse lugar oferendas e sacrifícios fosse também sua quintessência, como se não houvesse humanidade digna desse nome a não ser no próprio lugar do culto que lhes é consagrado. (AUGÉ, 2001, p. 43)

linha inferior corte o sujeito na cintura. Como se vê, os planos não são rigorosamente fixados por enquadres exatos. Eles permitem variações, sendo definidos muito mais pelo equilíbrio entre os elementos do quadro, do que por medidas formais exatas. (p. 3)

Destarte, apreendemos que os planos médios têm a função de descrever a ação e o sujeito. Para Câmara (2022, p. 17), os planos médios são mais pessoais e estabelecem uma ‘relação social’ entre o sujeito e o ‘leitor’. Segundo Sousa (2002, p. 79), “os planos médios servem para relacionar os objectos/sujeitos fotográficos, aproximando-se de uma visão ‘objectiva’ da realidade”.

Assim, compreendemos que os planos médios podem ser relevantes para a Fotoetnografia, por permitirem documentar pessoas, suas ações, expressões, uso de ferramentas ou objetos diversos, vestimentas, adereços e pinturas corporais, bem como detalhes mais aproximados do ambiente. Portanto, destacamos que o plano médio enfatiza o sujeito, suas características e sua ação.

3.1.4. PRIMEIRO PLANO

De acordo com Feijó (s/d), o primeiro plano destaca o sujeito ou objeto e o isola do ambiente em que está inserido. Desta forma, ‘dirige’ a atenção do espectador, evidenciando expressões faciais e emoções da pessoa fotografada.

Compreendemos que para a Fotoetnografia, o primeiro plano possa oferecer informações sobre características físicas, especialmente faciais, de determinado grupo humano.

3.1.5. PLANO DE DETALHE

De acordo com Feijó (s/d), o plano de detalhe isola uma parte do rosto do sujeito fotografado e evidencia pormenores que, muitas vezes, não são notados. Acrescentamos que este plano também pode ser usado para destacar outras partes do corpo, que não só o rosto, assim como minuciosidades de objetos, ferramentas, adornos, etc.

Para a Fotoetnografia, o plano de detalhe pode ser usado para destacar particularidades de alguém que realiza uma ação, como a mão de um trabalhador segurando uma ferramenta, por exemplo. Outrossim, trazer informações sobre a matéria-prima de determinado artefato, ou mesmo a textura do material. Ou ainda, o movimento dos pés ou das mãos de alguém que dança, dentre muitas outras possibilidades. É um recurso para se isolar ou destacar particularidades, texturas ou elementos específicos.

3.2. ENQUADRAMENTO

O enquadramento é o resultado da opção do fotógrafo em relação ao posicionamento da câmera. As duas maneiras tradicionais de enquadrar são a vertical e a horizontal, normalmente denominadas de retrato e paisagem, respectivamente. Como escreveu Puls (2016, s/n.), em artigo para a revista Zum, o “enquadramento não é imposto pelo objeto: ele resulta de uma escolha do sujeito.”

Ao fotografarmos no modo paisagem respeitamos o campo de visão do ser humano, que tem uma amplitude maior no sentido horizontal, portanto, enxergamos melhor a linha do horizonte, enquanto no sentido vertical ela se compacta e a percepção das linhas perpendiculares é mais favorecida. Puls (2016), ao questionar se há uma correlação entre o tema (paisagem ou retrato) e o enquadramento (horizontal ou vertical), considera que, conforme a estrutura sintática desses dois gêneros:

O retrato está focado no homem, a paisagem está focada no mundo. O primeiro se baseia na predominância da figura sobre o fundo, enquanto na última ocorre o inverso. Por isso o retrato tende a se fechar em torno do centro, enquanto a paisagem se abre nas margens. Retomando a distinção entre formas fechadas e abertas, proposta pelo historiador Heinrich Wölfflin em *Conceitos fundamentais da história da arte*, é possível dizer que o retrato apresenta a imagem como uma realidade limitada que se volta sobre si mesma, enquanto a paisagem se apresenta como uma realidade ilimitada, ainda que confinada pela moldura. Ora, como o formato vertical se ajusta melhor às cenas fechadas, ele tende a realçar a

figura. Já o horizontal facilita o registro das cenas abertas, e por isso contribui para destacar o fundo. A denominação atribuída a cada enquadramento possui, portanto, bons fundamentos. O problema é que essas duas formas de enquadrar o espaço visível não influem apenas no grau de abertura ou de fechamento da foto: elas definem o sentido de leitura da imagem. Nas fotos horizontais o olhar caminha da esquerda para a direita, volta, refaz o percurso, porém o sentido geral da leitura é sempre da esquerda para a direita. Nas verticais, o olhar desliza de cima para baixo, sobe, torna a descer: o sentido geral da leitura é sempre de cima para baixo. E o resultado não é o mesmo, há uma diferença. Uma *paisagem* mostra as figuras em sucessão, uma depois da outra, o que confere certa temporalidade à imagem. Isso favorece a *narração*. É como se a foto contasse uma pequena história envolvendo os elementos da cena. A imagem vai se desenrolando como um filme que começa à esquerda e termina à direita. Esse modo de representar o tempo por meio de uma série de figuras no espaço configura a imagem como uma linha aberta, infinita. Um *retrato* mostra as figuras quase simultaneamente, uma acima da outra, o que enfatiza a espacialidade da imagem – favorecendo a *descrição*. A foto destaca as relações existentes entre as coisas, já que tudo está centrado na figura principal. Quem a vê é induzido a considerar a imagem um instantâneo de um momento: o tempo foi congelado no instante decisivo do processo. A imagem se configura como um círculo fechado, finito. [...] A *paisagem* constitui uma janela para o mundo, uma abertura através da qual podemos observar os acontecimentos. O *retrato*, por sua vez, lembra uma porta para o mundo, uma abertura que nos convida a entrar nos acontecimentos. Assim, quando definimos o campo visual, projetamos nossa disposição subjetiva – passiva ou ativa – no objeto. (s/n)

Contudo, há outros componentes, como o plano, que pode determinar se uma fotografia é mais narrativa ou mais descritiva, especialmente quando bem combinado com outros elementos da linguagem fotográfica. Além disto, a escolha do enquadramento também pode se dar pela disposição dos elementos na cena: se temos a predominância de componentes verticais, talvez o formato retrato seja o mais indicado; e, ao contrário, se os elementos estão dispostos horizontalmente, possivelmente seja mais indicado enquadrar no modo paisagem.

Para o fotógrafo, a definição do enquadramento deve passar por uma análise criteriosa em relação ao potencial de informação que sua escolha poderá proporcionar. Esta decisão deverá levar em conta a temática, a disposição dos elementos na cena e o que pretende comunicar com a imagem, isto é, que tenha um caráter mais descritivo ou mais narrativo. De toda maneira, no trabalho de campo é sempre possível produzir imagens de uma mesma cena com enquadramentos distintos, e mais tarde selecionar as que utilizará, de acordo com sua demanda.

3.3. FOCO E CAMPO FOCAL

O foco corresponde ao plano de maior nitidez de uma fotografia. Já o campo focal é a área de nitidez aceitável a partir do plano de foco, considerando a profundidade de campo da imagem, e é determinado por limites técnicos (abertura mínima e máxima do diafragma, e distância entre fotógrafo e sujeito/objeto fotografado). Assim, foco e campo focal constituem-se integrantes fundamentais na fotografia e na linguagem fotográfica, pois têm forte potencial de expressão e comunicação.

De acordo com Feijó (s/d),

podemos, também, trabalhar com a falta de foco, ou seja, o desfoque. Podemos enfatizar melhor um elemento da fotografia sobre os demais, selecionando-o como ponto de maior nitidez dentro do quadro. A escolha depende do autor, mas a força da mensagem deve muito ao foco. É ele que vai ressaltar um certo objeto em detrimento dos outros constantes no enquadramento. A pequena falta de foco de todos os elementos que compõem a imagem pode servir para a suavização dos traços, o contrário acontece quando há total nitidez que demonstra a rudeza ou brutalidade da realidade. (p.04)

Sousa (2004, p. 84) afirma que “O ser humano é fisiologicamente incapaz de prestar atenção simultânea a todos os estímulos de uma estrutura complexa, como o são a generalidade das fotografias.” Destarte, considera-se que o olhar humano é atraído pelo ponto de maior nitidez na imagem (2004, p. 83). Portanto, deve-se “privilegiar sempre uma zona da imagem que funcione claramente como foco de atenção, e que deve ser, obviamente, o motivo principal” (2004, p.83). Segue dizendo que, de acordo com o fotojornalismo, “os manuais profissionalizantes aconselham a compor encontrando um único ponto focal forte para cada imagem e a organizar a composição privilegiando esse ponto focal.” (2004, p. 82)

Conforme o autor,

A organização dos estímulos é uma das condicionantes da amplitude temporal, ou seja, do tempo durante o qual a atenção do observador é mobilizada para o foco de atenção. Só depois de atingir a saciedade perceptiva é que a atenção do sujeito vai atender a novos focos onde possa ir buscar novas informações. Estes focos secundários devem ser os restantes elementos que um fotojornalista deve procurar ordenar e hierarquizar numa fotografia para gerar um determinado sentido. Por exemplo, se o Presidente da República faz uma comunicação ao país, o fotojornalista deve privilegiar como motivo principal - e foco de atenção o Presidente a discursar. Mas deve também mostrar na imagem os restantes elementos que possam contribuir para fazer passar uma determinada mensagem, como a bandeira portuguesa, símbolo nacional. Esses elementos devem funcionar como focos secundários de atenção (SOUSA, 2004, p.83).

Considera-se que, ao fotografar seres humanos ou animais, o ponto focal deve estar cravado nos olhos do sujeito, entretanto, levando-se em conta a linguagem fotográfica, esta observação torna-se relativa. Quando a intenção é destacar a ação do sujeito ou dar importância a um objeto em cena, pode-se fixar o foco em uma área relevante desta ação ou do objeto em questão.

Outro fator a se considerar é a profundidade de campo. De acordo com Sousa,

A utilização expressiva da profundidade de campo é comum em fotojornalismo. Uma pequena profundidade de campo pode servir, por exemplo, para relevar objectos em relação ao fundo e ao(s) primeiro(s) plano(s). Uma grande profundidade de campo é importante, por exemplo, na fotografia de paisagens. (SOUSA, 2002, p.92)

Consideramos que o fotógrafo deve conhecer apropriadamente a cultura com a qual se relaciona em seu trabalho. Segundo Achutti (2004, p.114), “deve, portanto, retornar a campo repetidas vezes, unicamente para observar, entrar em contato com as pessoas, conhecê-las melhor, impregnar-se de seu universo”. Este movimento contribuirá para a formação de um arcabouço de conhecimento, que permitirá ao fotógrafo as melhores escolhas no momento de fotografar. Assim, em consonância com a prática sobre a linguagem fotográfica, terá critérios sólidos para fazer a escolha do ponto focal, se no sujeito, se em algum detalhe da ação ou se no ambiente, bem como sobre a necessidade de um campo focal com maior profundidade, que mantenha nítidos sujeito e ambiente, ou mais reduzido, evidenciando o sujeito, a ação ou só o ambiente.

3.4. MOVIMENTO (VELOCIDADE)

Na fotografia, o principal recurso para criar a sensação de movimento é o controle de velocidade do obturador. Contudo, as escolhas do fotógrafo são limitadas por fatores técnicos, condicionados ao equipamento utilizado e à quantidade de luz no ambiente. No entanto, há uma outra questão a se refletir: a percepção do olhar humano não é capaz de captar frações infinitesimais de segundos. Considerando que o obturador pode abrir e fechar num centésimo ou num milésimo de segundo - ou numa velocidade ainda maior -, poderíamos dizer que há um caráter casual na fotografia? Pois, não temos a capacidade de percebermos pelo olhar e nem processarmos no cérebro movimentos que acontecem em intervalos tão efêmeros. Machado (1984) ponderou que,

O modelo pisca justamente no momento em que se abre o obturador e sai de olhos fechados; a bela atriz coça o nariz no instante exato em que o fotógrafo a captura num instantâneo, resultando a careta grotesca de um monstro. Antes

de mais nada é preciso considerar que cada tomada de câmera corresponde apenas a um intervalo de exposição ínfimo escolhido mais ou menos arbitrariamente dentre os inúmeros outros intervalos próximos. Como consequência, esse 'registro' de uma emanção do referente resulta também na petrificação dessa fração infinitesimal de segundo escolhida num leque de possibilidades. Daí porque se pode falar de um certo caráter aleatório da imagem obtida pela câmera: pode-se dizer que o obturador que torna visível a luz na película é ele próprio cego e governado pelo acaso. (p. 42)

Obviamente não podemos atribuir à casualidade o resultado de toda fotografia. Mas é importante compreendermos que ao fotografarmos um sujeito/objeto em movimento, dependendo da velocidade do obturador que selecionarmos, será produzido um resultado que, muitas vezes, foge ao controle do fotógrafo. Há uma larga escala de opções de velocidade do obturador que poderá congelar ou borrar imagens em movimento, de acordo com a intenção do fotógrafo. Sousa (2002), orientando fotojornalistas, descreve de maneira clara os possíveis resultados consoante a escolha do operador da câmera:

Um fotojornalista pode escolher travar o movimento ou fazer um "escorrido". No primeiro caso, é "congelado" um instante do movimento que animava o motivo; no segundo caso, explora-se um efeito de arrastamento, que, por vezes, resulta numa exploração eficaz da ideia de velocidade (um efeito semelhante pode ser obtido por filtros de arrastamento). Recordando, quando um fotojornalista pretende travar um movimento, tem de usar uma velocidade de obturação (tempo durante o qual a luz sensibiliza o filme) apropriada, que será tanto maior quanto mais rápido for o movimento do objecto (por exemplo, se para se travar o movimento de uma pessoa a caminhar se torna necessária a utilização de uma velocidade na ordem de 1/125 de segundo, para se travar o movimento de um carro numa auto-estrada já poderá ser necessária a utilização de uma velocidade de 1/1000 de segundo). Como é lógico, para objectos estáticos pode ser usada qualquer velocidade. Se o fotojornalista pretender fazer um "escorrido", deve usar velocidades lentas, ou, mais propriamente, velocidades mais lentas do que a menor velocidade que consegue travar o movimento do objecto. Por exemplo, se o movimento de uma pessoa a caminhar for travado usando uma velocidade de 1/60 de segundo, velocidades iguais ou inferiores a 1/30 de segundo já produzirão um "escorrido". Este efeito será tanto mais pronunciado quanto menor for a velocidade (por exemplo, a utilização de uma velocidade de 1/2 de segundo -meio segundo- gerará um efeito de escorrimento mais notório do que a utilização de uma velocidade de 1/4 de segundo ou superior). Para se travar o movimento usando-se velocidades apropriadas, não é preciso movimentar a máquina fotográfica fazendo-a acompanhar o objecto. Esta última técnica, porém, pode ser usada quando se pretende obter um fundo "escorrido" e, ao mesmo tempo, travar o movimento de um objecto que se segue com a máquina. Nas corridas é muito comum recorrer-se a esta técnica. Travar o movimento é a opção mais comum no fotojornalismo. Os gestos significativos, as posições sugestivas, precisam frequentemente de ser "congeladas" para que lhes possa ser imposto um sentido. A máquina fotográfica tem a capacidade de "sacar" à realidade um fragmento de tempo que potência o nosso limitado poder de visão. (p. 93)

Sob a perspectiva da linguagem fotográfica, diferentes velocidades podem trazer significados distintos à imagem. Conforme Feijó (s/d, p.04), "às vezes, um objeto adquire maior realce quando a sua ação é registrada em movimento, ou o movimento é o principal elemento, portanto deve-se captá-lo. Outras vezes, a força maior da ação reside na sua estagnação, na visão estática obtida pelo controle na máquina."

Contudo, é importante compreendermos que, conforme nos ensinou Benjamin (1986, p.94), "a natureza que fala à câmera não é a mesma que fala ao olhar", isto é, a forma como a objetiva 'vê' é bastante distinta da que nós vemos. Enxergamos cenas em constante movimento, enquanto, ao usarmos uma velocidade alta do obturador, a câmera 'verá' apenas um instante deste movimento. Em contrapartida, ao selecionarmos uma

velocidade baixa, teremos uma espécie de ‘arrasto’, ou manchas disformes constituídas por imagens sobrepostas de tudo aquilo que estiver se movendo.

Cada uma destas condições pode trazer contribuições à linguagem fotográfica aplicada à Fotoetnografia. A título de exemplo, um fotoetnógrafo, que em seu trabalho de campo esteja incumbido de registrar uma dança, pode usar a alta velocidade do obturador para produzir fotografias sequenciais de um determinado movimento, e expondo estas imagens numa prancha, torna possível ao etnólogo, ou a qualquer interlocutor, ‘reconstruir’ e compreender o tal movimento. Sobre isso, Machado (1986) traz à luz um exemplo histórico interessante:

No final do século XIX, o inglês Eadweard Muybridge desenvolveu uma série de experimentos com fotos sucessivas, onde procurou essa propriedade da câmera de petrificar o instante para tornar visível o que o olho não vê. As suas fotos sucessivas decompunham o movimento em vários de seus momentos constitutivos, de forma a permitir ao investigador um exame analítico de certos gestos ou andamentos: através desse processo foi possível, por exemplo, perceber como o cavalo trota ou galopa e como os músculos humanos se comportam durante um esforço físico. (p.50)

Do mesmo modo, o etnógrafo pode fotografar movimentos em baixa velocidade, produzindo imagens com efeito de ‘arrasto’, que permitirão ao etnólogo ou ao interlocutor ter uma noção da característica e direção da ação. Este recurso pode ser utilizado para registrar o movimento de uma dança, de uma luta, ou de qualquer outra ação que o etnógrafo queira evidenciar.

3.5. ÂNGULO

O ângulo é definido pelo fotógrafo por intermédio da escolha do posicionamento da câmera em relação ao sujeito/objeto fotografado. Câmara (2022, p. 81) estabelece três tipos de arranjos possíveis, dos quais derivam outros inúmeros: frontal, oblíquo e vertical. Conforme a autora, o ângulo frontal pode proporcionar uma intimidade maior entre o sujeito/objeto da fotografia e o seu leitor, colocando este último ‘dentro da cena’. Deste modo, o ângulo frontal é uma espécie de ruptura da ‘quarta parede’, enquanto o oblíquo, que muitas vezes apresenta o sujeito/objeto de perfil, sugere uma certa impessoalidade ou alheamento à cena. Sobre a perspectiva vertical, Câmara (2022) afirma:

Através destes ângulos podemos estabelecer relações de poder entre o participante e o leitor. Uma cena tomada de cima para baixo, num ângulo alto (ou *plongée*) confere maior poder ao participante interativo (observador). A mesma cena tomada pelo ângulo baixo (ou *contra-plongée*) projetará o participante da imagem a deter o poder e não quem o observa. Participantes retratados em mesmo nível ocular promovem igualdade de poder entre participante observado e observador (p.83)

Em seu artigo sobre linguagem fotográfica, Feijó (s/d) reitera esta capacidade semiótica do ângulo exaltar ou fazer crescer o sujeito/objeto, ou de diminuí-lo, desvalorizá-lo. Contudo, ressalta que é preciso entender o contexto em que foi utilizado.

Compreendemos, por exemplo, que ao descermos a câmera à altura dos olhos de uma criança, podemos captar o seu ponto de vista ou para onde caminha o seu olhar; que ao posicionar a câmera abaixo da linha do olhar do sujeito/objeto o exaltamos, ou o tornamos maior, ou sugerimos uma posição hierárquica de destaque; que ao escolhermos um ângulo de *plongée* diminuímos o sujeito/objeto, ou o desvalorizamos, ou estabelecemos uma posição hierárquica de inferioridade.

Uma outra possibilidade, não tão comum na fotografia, é o ângulo zenital, também conhecido como *plongée* absoluto, que consiste em uma visão vertical de cima para baixo. Este ângulo traz uma perspectiva diferente da cena e é bastante utilizado em fotografias feitas por drone, posicionado a 90º do sujeito/objeto. Este ponto de vista é usado para dar ênfase às formas geométricas, ‘texturas’ de determinada paisagem ou destacar e descrever um sujeito na posição horizontal.

Portanto, para o fotoetnógrafo, o domínio sobre o potencial expressivo do ângulo é bastante relevante ao fotografar, pois, ao usá-lo corretamente pode expressar ideias e conteúdos distintos, como a posição

hierárquica de um sujeito na comunidade, destacar a importância de um objeto em relação a outro, a ação de alguém, ou ainda, inserir o interlocutor na cena a partir do olhar do sujeito fotografado.

3.6. COR

O que é a cor? De acordo com Sklarz (2007),

Para entender as cores, é preciso antes falar de luz. A luz branca (praticamente a totalidade da luz proveniente do Sol) é composta de radiações de diversos comprimentos de onda. Cada comprimento de onda corresponde a uma cor – ou seja, ao ser captado individualmente por nossos olhos, ele é convertido em impulsos elétricos que fazem o cérebro perceber aquela cor.[...] se você usar um prisma para decompor a luz solar e colocar o olho “na direção” de onde vem o laranja, verá laranja; se colocar os olhos na direção do azul, verá azul, e assim por diante. (p. s/n)

Quando um raio de luz incide sobre um objeto alguns comprimentos de onda são absorvidos, enquanto outros são refletidos. O autor cita o exemplo de uma pessoa que sai à rua com uma camisa amarela, quando a luz solar a iluminar, ela absorverá todas as cores, exceto o amarelo que será refletido. É esta a cor que enxergamos, isto é, o comprimento do raio que é refletido. Portanto, cor é luz. Sendo assim, a cor que percebemos é condicionada à iluminação do ambiente em que estamos.

É de grande relevância que o fotógrafo compreenda o conceito físico das cores, já que a cor é um dos elementos de grande atração na fotografia. Considerando a linguagem fotográfica, Feijó (s/d) afirma que,

Ela pode propiciar uma maior proximidade da realidade, limitando a imaginação do espectador, o que já não acontece nas fotos preto-e-branco que nos fornece, nos meios-tons, a sensação de diferença das cores. A escolha de P&B ou colorido, vai determinar diferentes respostas do espectador, já que as cores também são uma forma de sugerir uma realidade enganosa. A cor pode e deve ser usada desde que sob um cuidadoso controle estético. (p.4 e 5)

Há fotógrafos que se notabilizaram pelo uso da cor, como Walter Firmo e Steve Mccurry, explorando os contrastes das cores complementares, combinações entre cores da mesma escala (frias ou quentes) ou valendo-se da harmonização de tons da mesma cor. Em contrapartida, outros optam pela supressão da diversidade de cores, utilizando as escalas de cinza, como Elliot Erwitt, e Sebastião Salgado, entre outros.

Salgado (2022), mesmo em trabalhos em que o tema central é a natureza, manteve a produção da fotografia em preto e branco. Sobre isso, escreveu:

Não foi porque me voltei para a natureza, em “Gênesis”, que renunciei ao preto e branco. Não preciso do verde para mostrar as árvores, nem do azul para mostrar o mar ou o céu. A cor pouco me interessa na fotografia. [...] Em primeiro lugar, antes da existência do digital, os parâmetros da fotografia em cores eram muito rígidos. Com o filme em preto e branco era possível fazer superexposições e depois recuperar as fotografias em laboratório, até chegarmos exatamente ao que sentíamos no momento do clique. Na fotografia em cores isso era impossível. [...] Na época do analógico, quando trabalhava em cores com filme Kodachrome, eu achava os vermelhos e os azuis tão bonitos que eles se tornavam mais importantes que todas as emoções contidas na foto. Com o preto e branco e todas as gamas de cinza, porém, posso me concentrar na densidade das pessoas, suas atitudes, seus olhares, sem que estes sejam parasitados pela cor. Sei muito bem que a realidade não é assim. Mas quando contemplamos uma imagem em preto e branco, ela penetra em nós, nós a digerimos e, inconscientemente, a colorimos. O preto e branco, essa abstração, é, portanto, assimilado por aquele que o contempla, que se apropria dele. Considero seu poder realmente fenomenal. Por isso, sem hesitação, foi em preto e branco que decidi homenagear a natureza. Fotografá-la assim foi a melhor maneira de mostrar sua personalidade, de destacar sua dignidade. Da mesma forma que para se

aproximar dos homens e dos animais, para fotografar a natureza é preciso senti-la, amá-la, respeitá-la. Para mim, tudo isso passa pelo preto e branco. É meu gosto, minha escolha, mas também uma necessidade e às vezes uma dificuldade. (s/n)

Flusser (2011, p. 58) diz que cenas em preto e branco não existem, considerando que o branco é a soma total de todas as vibrações luminosas e o preto a ausência total de luz. Portanto, as fotografias em preto e branco transformam conceitos da Óptica em imagens. O autor afirma que “muitos fotógrafos preferem fotografar em preto e branco, pois tais fotografias mostram o verdadeiro significado dos símbolos fotográficos: o universo dos conceitos” (p. 60), e que as imagens coloridas abstraem as cores do mundo para depois reconstruí-las. Exemplifica que os verdes da floresta são representações do conceito de verde, elaborado por determinada teoria química, ao se tratar da fotografia analógica, ou, complementamos, por certos cálculos matemáticos, no caso da fotografia digital. Reitera que a fotografia em cores é mais abstrata que a em preto e branco, e que esta última é mais verdadeira que a primeira, pois assume que sua matização não é real, enquanto a outra tenta imitar a realidade.

Ao Fotoetnógrafo se descortinam algumas possibilidades, quais sejam: fotografar em preto e branco, colorido, ou usar as duas formas. Estas escolhas devem passar por uma análise elaborada sobre o caráter do trabalho. Em alguns casos a cor pode ser fundamental para a Fotoetnografia. Suponhamos um fotoetnógrafo em trabalho de campo, que tenha por objetivo registrar o Festival de Parintins. Para ele, produzir imagens que diferenciem e destaquem as cores vermelho (Garantido) e azul (Caprichoso), pode ser primordial. Outrossim, em Fotoetnografia da Biblioteca jardim, Achutti faz uso somente de fotografias em preto e branco - exceção ao Prelúdio I, o nascimento de duas bonecas -, por intermédio das quais consegue evidenciar as linhas e formas da arquitetura, bem como os sujeitos da imagem, sem deixar que as cores ‘roubem’ a atenção do interlocutor para si.

3.7. TEXTURAS

Retomamos a carta de Baudelaire endereçada a sua mãe, na qual critica o esforço dos fotógrafos à época por evidenciar detalhes da realidade como rugas, verrugas, defeitos ou mesmo trivialidades do rosto. As tais rugas e verrugas a que se refere são componentes da textura da pele humana, portanto, a busca destes fotógrafos era por se aproximar da realidade ao retratar os sujeitos.

Conforme Feijó (s/d),

A textura fornece a idéia de substância, densidade e tato. A textura pode ser vista isoladamente. A superfície de um objeto pode apresentar textura lisa, porosa ou grossa, dependendo do ângulo, dos cortes, da luz... A eliminação da textura na fotografia pode causar impacto, uma vez que é uma forma de eliminar aspectos da realidade, distorcendo-a. A textura é elemento muito importante para a criação do real dentro da fotografia, embora possa, também, desvirtuá-lo (p.5).

Em vista disso, podemos apreender que o uso das texturas pode nos aproximar da realidade. Segundo Sousa (2002, p.90), usar textura de muros rugosos, sujos ou cobertos de líquens, pode sugerir abandono ou depreciação estética.

Ao retratar uma pessoa ou um artefato, o fotoetnógrafo tem a possibilidade de explorar as texturas. Ao evidenciar as rugas ou a pele lisa do rosto, pode, em conjunto com outros elementos, trazer informações sobre a possível idade do sujeito retratado; ao mostrar a pele grossa ou calos nas mãos de alguém, é capaz de expressar a dureza da vida de um trabalhador; ao realçar a textura de determinado artefato, consegue comunicar sobre a matéria-prima ou a técnica empregada no seu fabrico, etc.

3.8. ILUMINAÇÃO

A História da Arte tem muito a nos ensinar sobre a iluminação. Alguns mestres da pintura representaram a luz e a sombra de uma maneira que poucos ou ninguém enxergou antes. A Renascença caracterizou-se pelo uso de luzes difusas, contudo, isso mudou na pintura barroca. Segundo Souza (2019),

A representação da luz no Barroco adotou uma referência de luz focal e não mais difusa. Posto isso, as áreas mais distantes deste ponto central ficam menos iluminadas. O efeito visual desse fenômeno é a predominância de contrastes entre áreas iluminadas e áreas não iluminadas. Um dos mais importantes representantes desse período é a pintura barroca de Caravaggio (1571-1610). Suas obras, em sua grande maioria, trazem a luz como componente essencial. Ele utiliza grandes contrastes de luz e sombras com o objetivo de obter maior dramaticidade. Sendo também excessivo e ilusionista, o artista propõe uma luz abundante para definir os espaços de seus quadros, em termos contemporâneos: luz cênica. Com o contraste, Caravaggio define áreas de interesses, áreas dinâmicas, obrigando o olhar do espectador a se apresentar igualmente não estático. (p. 4)

Ao contrário dos pintores renascentistas, inspirados no classicismo grego e romano, Caravaggio não perseguia a 'beleza ideal', mas a arte em si. As luzes oblíquas foram característica marcante de sua obra, assim como em Rembrandt, que construía cenas com a fonte de luz incidindo em torno de 45º sobre o(s) sujeito(s) da obra. Este tipo de luz foi e é bastante utilizada por muitos fotógrafos, que a denominaram 'luz de janela'.

O que deverá ser iluminado numa fotografia? O que estará à sombra? A resposta a estas perguntas é dada pela linguagem visual. O olhar humano é atraído pela luz numa cena, assim, os elementos a serem evidenciados numa fotografia devem estar iluminados. O teatro e o cinema fazem uso da luz para enfatizar personagens e elementos de cena, o mesmo acontece com a pintura. Pedro Wiengartner, artista plástico brasileiro, em 1908, pintou "A fazedora de anjos", um tríptico por intermédio do qual faz uma crítica social à época. O pintor usou luzes e sombras para construir personagens e significados.

Diferente dos pintores, os fotógrafos nem sempre têm o controle das luzes em cena, exceção aos que realizam trabalhos dentro de estúdios ou com equipamentos de iluminação artificial. Observar o tipo de luz e de onde ela incide é fundamental para o trabalho fotográfico, pois, em toda imagem a iluminação deve estar a serviço da linguagem visual. De acordo com Feijó (s/d),

A iluminação fornece inúmeras possibilidades ao fotógrafo. Ela está interligada aos outros elementos da linguagem, funcionando de forma decisiva na obtenção do clima desejado, seja de sonho, devaneio, ou de impacto, surpresa e suspense. A iluminação pode enfatizar um elemento, destacando-o dos demais como também pode alterar sua conotação. (p. 5)

Sousa (2002) reitera Feijó e acrescenta:

É intuitivo afirmar que ao iluminar-se um motivo em detrimento de outro(s) se releva unicamente aquele que está exposto à luz. Mas não é só por essa via que a iluminação contribui para a atribuição de sentidos a uma imagem. O brilho de uma gota de orvalho na pétala de uma flor pode dizer mais do que a imagem de toda a planta. A criança fotografada com o sol a fazer brilhar os seus cabelos parece contagiar inocência e alegria. Porém, a iluminação também é importante para o fotógrafo porque dela dependem, em grande parte, as noções de profundidade e de relevo que se pretenda que a fotografia transmita. Por exemplo, um nariz grande projecta no rosto uma sombra maior do que um nariz pequeno; esta sombra contribui para dar a noção do tamanho do nariz. Da mesma maneira, para se acentuar o relevo de uma moeda terá de se usar uma luz rasante, que projecta mais sombras. A luz tem várias características essenciais: qualidade, direcção/sentido, contraste, uniformidade, cor e intensidade. [...] O problema crucial coloca-se ao nível dos efeitos. Por exemplo, quando se fotografa a preto-e-branco no exterior, poderá julgar-se que a luz directa do sol é demasiado contrastada; porém, se o objecto for deslocado para a sombra, a luz muda completamente. Nesta mesma situação, mas quando se fotografa a cores, é preciso ter em atenção, por exemplo, que o azul intenso do céu pode provocar um domínio cromático não pretendido ou mesmo inaceitável. (p. 93 e 94)

Destarte, compreendemos que o domínio técnico é crucial para uma boa iluminação na fotografia, e ainda mais no caso da Fotoetnografia, pois, como na fotografia documental, deve priorizar as luzes disponíveis no ambiente. Conforme Achutti (2004, p.115), “a iluminação de uma cena, de um ambiente específico ou mesmo de um simples retrato é uma informação fundamental sobre o tema estudado.” Portanto, segundo o autor, deve-se evitar o uso do *flash* na Fotoetnografia, por descaracterizar a iluminação ambiente e produzir imagens esteticamente banais.

Um outro aspecto ressaltado por Achutti (2004) é sobre o uso do tripé, que pode restringir a mobilidade do pesquisador. E, contestando Margareth Mead, afirma que o uso do tripé não traz mais objetividade à fotografia, pois, “não se busca com a fotografia fazer uma duplicata da realidade; trata-se de interpretá-la, de buscar a relação pessoal e fazer escolhas.” (p. 116)

Deste modo, em seu trabalho de campo, o fotoetnógrafo deve explorar as luzes existentes nos diversos ambientes em que atuar, o que reforça a necessidade do domínio sobre a técnica fotográfica para colocá-la a serviço da antropologia. Entretanto, trazemos ‘à luz’ algumas questões para a reflexão do pesquisador: a primeira é que a câmera não ‘enxerga’ como o olho humano, portanto, por melhor que seja a fotometria¹⁶ realizada pelo fotógrafo o resultado da luz de uma fotografia não reproduzirá a ‘realidade’ que o olho vê; numa cena relevante para o trabalho de campo fotoetnográfico, em que as condições de luz sejam críticas para se fotografar, fazemos uso de luz artificial - e registramos esta escolha em uma anotação - ou abrimos mão de documentar a ação?

Para Achutti (2004, p. 310), a utilização do *flash* num trabalho fotoetnográfico requer ponderação e moderação. Somente deve ser em situações em que a iluminação for crítica e quando a imagem se faça imprescindível. Ressalta que também pode ser utilizado à luz do dia, em situações específicas, como cenas que apresentam áreas de grandes contrastes (luz e sombras) ou em contraluz.

3.9. COMPOSIÇÃO

A intuição seria um elemento constituinte da composição na fotografia? Tratamos da ‘intuição’, conforme França (2010), no sentido da “*realidade sentida e compreendida absolutamente de modo direto, sem utilizar as ferramentas lógicas do entendimento: a análise e a tradução*”. Ao olharmos para uma cena pela primeira vez a ‘compomos’ de maneira intuitiva, não analítica. Direccionamos os olhos e fazemos o foco naquilo que mais nos atrai a atenção e só então ‘lemos’ e reelaboramos o nosso olhar. Portanto, num primeiro momento podemos afirmar que a composição parte da intuição?

Feijó (s.d., p. 5) define a composição como “o arranjo visual dos elementos”. A decisão do fotógrafo determinará o que fará parte da imagem e o que ficará fora dela. A distribuição dos elementos visuais pode gerar diferentes sensações e interpretações àquele que a vê. O autor afirma que o equilíbrio da composição “será conseguido de acordo com os propósitos do fotógrafo, de evocar ou não estabilidade, conforto, harmonia etc.” (p. 05)

De acordo com Machado (1984), o que desperta a atenção do olhar para uma fotografia - a que o autor nomeia de “verdadeiro detonamento interior do código perspectivo” (p. 116) -, é o foco, a iluminação e a composição. Portanto, ao combinar estes três elementos de maneira adequada, possivelmente o fotógrafo produzirá uma imagem com bom potencial de comunicação.

Périgo (2021) define a composição fotográfica da seguinte maneira:

É a forma da ocupação do sistema de representação do “frame” através da combinação de signos imagéticos, cujas relações promovem a comunicação com o observador com base nas interpretações, reflexões e emoções invocadas. Em outras palavras, a composição fotográfica é a sintaxe da imagem. Apenas a visão semiótica da composição fotográfica permite a segmentação de seu estudo em aspectos estéticos e aspectos significantes, que então passam a assumir funções imagéticas complementares na construção da linguagem fotográfica. [...] A composição é construída com a combinação dos elementos visuais, cenários, expressões, e incidência da luz; varia de fotógrafo para fotógrafo em função de seu estilo, que aparece com o uso formal e criativo das ferramentas de estética e de significância imagéticas! (p. 21 e 22)

¹⁶ Medição de luz realizada por um dispositivo na câmera fotográfica, denominado fotômetro.

Diferente dos pintores e dos fotógrafos de estúdio, o etnógrafo, assim como o fotógrafo documental ou o fotojornalista, não deve ‘construir’ cenas, portanto, terá de usar a distribuição dos elementos visuais de acordo como se apresentam. Ainda assim, paira sobre ele a escolha do enquadramento e do ângulo que favoreçam as suas intenções.

O fotoetnógrafo, bem como o fotógrafo documental, deve privilegiar o conteúdo em vez da estética, isto é, ao pensar no arranjo visual, buscar os recursos e elementos que tragam mais informações à fotografia. E quando se depara com escolhas entre maior conteúdo ou maior valor estético, priorize a primeira opção. Por exemplo, numa suposta cena em uma casa de farinha em que, num determinado ângulo temos ao fundo a beleza de uma floresta tropical, e num outro uma parede com ferramentas de trabalho penduradas, talvez a escolha recaia sobre a parede com ferramentas penduradas por trazer conteúdos mais relevantes sobre aquele ambiente. Óbvio que o fotoetnógrafo pode e deve fazer as duas imagens.

3.10. PERSPECTIVA

Périgo (2021) afirma que “a perspectiva é a ilusão criada em duas dimensões para parecerem três; perspectivas atraem o olhar e guiam o sentido de leitura da imagem” (p.81). Feijó (s/d) ratifica que ela “auxilia a indicação da profundidade e da forma, uma vez que cria a ilusão de espaço tridimensional” (p. 07).

A projeção das linhas perspectivas criam o que denominamos como ponto de fuga. Ao colocarmos o sujeito/objeto da imagem na área do ponto de fuga lhe atribuímos ‘força’.

3.11. EXPRESSÕES

Ao fotografar pessoas há a possibilidade de congelar instantes que revelam detalhes da linguagem corporal e das expressões faciais. Desta maneira, pode-se construir imagens que denotem ações, sentimentos e sensações do sujeito fotografado.

Este pode ser um recurso importante para o fotoetnógrafo ao registrar, por exemplo, um rosto contraído pela dor durante um ritual de passagem, ou o semblante de esforço de um determinado trabalhador, ou ainda, uma fisionomia que manifeste alegria durante uma festa popular. Contudo, para isso, é importante que o pesquisador tenha repertório sobre a linguagem corporal do grupo documentado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em concordância com Achutti (2004), compreendemos que a produção de uma Fotoetnografia demanda um conhecimento aprofundado sobre o sujeito/objeto e tema pesquisados sob a ótica da antropologia, bem como o domínio da técnica e da linguagem fotográfica. Segundo Achutti (2004), “é lá, em campo, que todas as intenções visuais do antropólogo devem ser resolvidas de forma a produzir fotografias que ofereçam uma ‘leitura’ tão clara quanto possível” (p. 113). Contudo, para alcançar este resultado é imprescindível que o fotoetnógrafo tenha uma inserção adequada no grupo social com o qual trabalha. O autor destaca que um fotojornalista que retrata determinada comunidade, geralmente, estabelece uma relação superficial com a mesma, até porque o seu ‘tempo’ de trabalho é geralmente efêmero.

Diferente do fotojornalista, o fotógrafo documental apresenta uma relação um pouco mais aprofundada com o sujeito/objeto fotografado. Não obstante, ao fotoetnógrafo é necessário um conhecimento amplo e profundo, tanto do grupo social quanto da temática abordada em seu trabalho, portanto, é primordial “retornar a campo repetidas vezes, unicamente para observar, entrar em contato com as pessoas, conhecê-las melhor, impregnar-se de seu universo” (p. 113). E, neste caso, é importante o pesquisador estar ciente de que a sua presença causa alterações neste ‘universo’, mesmo que sua ação seja a mais discreta e sutil possível.

Destarte, o trabalho de campo do fotoetnógrafo exige planejamento. É uma espécie de “período prático”, conforme descreveu Da Matta (1978, p. 8), em *Anthropological blues*, sobre a planificação dos detalhes cotidianos da prática do etnólogo em campo. Considerando que esteja familiarizado com o grupo social com o qual trabalhará, bem como com o tema que abordará, deverá realizar um prognóstico dos ambientes em que atuará, tendo em conta a iluminação do local, seu posicionamento possível e as perspectivas de deslocamento em busca da luz e ângulos diversos para registrar as cenas, minimizando os impactos que sua presença e suas ações geram nos espaços e nas atividades da comunidade. No caso dos ambientes em que há incidência de iluminação natural, é preciso avaliar a posição da luz de acordo com cada momento do dia,

lembrando que ela varia conforme os diferentes períodos do ano e as condições climáticas do dia do trabalho.

Portanto, há de se considerar estas características para ponderarmos sobre os equipamentos - tendo em conta o que temos em mãos -, mais adequados para estes ambientes, bem como calcular algumas possíveis regulagens da câmera (ISO, obturador e diafragma) e se haverá necessidade imprescindível de iluminação artificial.

Em suma, quando afirmamos que o planejamento é fundamental para um trabalho fotoetnográfico, queremos dizer que é possível ao fotoetnógrafo antecipar situações de ordem técnica da fotografia, bem como realizar uma análise prévia dos espaços em que atuará. Desta forma, poderá fazer a melhor escolha dos equipamentos que tem disponível, prever algumas regulagens possíveis, e definir sobre como se postará e se movimentará nos diversos ambientes. Este planejamento poderá favorecer o prognóstico de possíveis problemas e a identificação das soluções mais adequadas. Entretanto, repetindo e ratificando o que escreveu Achutti (2004, p. 113), é em campo que os objetivos visuais do fotoetnógrafo serão deliberados. É em campo que se deparará com os elementos e as escolhas mais adequadas à construção de sua narrativa visual.

Ressaltamos que no trabalho fotoetnográfico não existe - ou pelo menos não deve existir - a prerrogativa de pedir para que os sujeitos repitam os movimentos. Esta ação romperia com a espontaneidade e a pretensa 'autenticidade' da cena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] ACHUTTI, L. E. R. Fotoetnografia da Biblioteca Jardim. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Tomo Editorial, 2004.
- [2] ACHUTTI, L. E. R. Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1997.
- [3] ACHUTTI, L. E. R., HASSEN, Caderno de campo digital - antropologia em novas mídias. Horiz. antropol. v.10 n.21 Porto Alegre jan./jun. 2004.
- [4] ALVES, F.; ABREU, C.; SCHROEDER, T.; SILVA, L. 25 anos de Fotoetnografia: balanço, desafios e perspectivas. Cadernos Cajuína, V. 7 N. 1 2022. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/648/532>, acesso 29/12/2022.
- [5] AUGÉ, M. Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus Editora, 2001.
- [6] BAUDELAIRE, C. Obras estéticas: filosofia da imaginação criadora. Trad. Edison Darci Heldt. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- [7] BENJAMIN, W. Pequena História da Fotografia. In: BENJAMIN, W. Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política. v. I. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- [8] CÂMARA, M. Uma gramática visual para o fotojornalismo. João Pessoa: UFPB, 2010. Disponível em https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8689?mode=full&locale=pt_BR acesso em 08/05/2022.
- [9] DA MATTA, R. O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues. Boletim do Museu Nacional: Antropologia, n. 27, maio de 1978. P.1-12. Disponível em <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/936>, acesso em 25/06/2022.
- [10] DONDIS, D. Sintaxe da linguagem visual. São Paulo: Martins Fontes, 1997
- [11] DUBOIS, P. O ato fotográfico e outros ensaios. Campinas: Papirus, 1998.
- [12] FEIJÓ, C. Linguagem Fotográfica. Paraná: UEL. Disponível em <http://www.uel.br/pos/fotografia/wp-content/uploads/downloads-uteis-linguagem-fotografica.pdf> Acesso em 03/05/2022.
- [13] FLUSSER, V. Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. São Paulo: Anna Blume editora, 2011.
- [14] KOSSOY, B. Fotografia & História. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.
- [15] MACHADO, A. A ilusão especular: introdução à fotografia. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- [16] PÉRIGO, A. Curso de Fotografia – Módulo 06: Composição Fotográfica. Divinópolis: 2021. Disponível em <https://www.facebook.com/groups/1516381638542554>, acesso em 02/06/2022.
- [17] PULS, M. Retrato ou paisagem? Ou: por que giramos a câmera? São Paulo: Revista de Fotografia Zum, IMS, 2016. Disponível em <https://revistazum.com.br/radar/retrato-ou-paisagem/>, acesso em 20/05/2022.

- [18] SALGADO, S. Um mundo em preto e branco. Revista Prosa Verso e Arte. Disponível em <https://www.revistaprosaversoearte.com/um-mundo-em-preto-e-branco-por-sebastiao-salgado/>, acessado em 22/05/2022.
- [19] SANTOS, B. L. S. A crítica de Baudelaire à fotografia. Florianópolis: UFSC, 2018.
- [20] SKLARZ, E. O que é a cor? Revista Super interessante, 2007. Disponível em <https://super.abril.com.br/historia/o-que-e-a-cor/>, acesso em 25/05/2022.
- [21] SOUSA, J. P. Fotojornalismo: Uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa. Porto: 2002. Disponível em <http://repositorio.asc.es.edu.br/handle/123456789/1690> Acesso em 04/05/2022.
- [22] SOUZA, S. R. G. A. Luz e sombra na representação pictórica: lições para a iluminação arquitetônica. UNB: Revista Estética e Semiótica, Volume 9, n.º 1, 2019. Disponível em <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:W1INaQHgRqQJ:https://periodicos.unb.br/index.php/esteticaesemiotica/article/view/26897&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>, acesso em 25/05/2022.

Autores

ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (ORGANIZADOR)

Advogado. Doutorando em Educação pela ULBRA. Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Luterano de Manaus e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Direito Tributário pela Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO. Professor da Universidade Federal do Amazonas - UFAM

AMARINILDO OSÓRIO DE SOUZA

Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal de Santa (UFSM). Mestre em Ensino Tecnológico pelo Instituto Federal do Amazonas (IFAM), pós-graduado em Marketing Estratégico pela Universidade de São Paulo (USP) e graduado em Produção Publicitária pelo Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (CEFET-AM), atual IFAM. Integrante do grupo de pesquisa Investigação sobre Recursos e Práticas de Ensino (GIRPEN) do IFAM e do grupo de pesquisa Nós - Pesquisa Criativa, do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFSM. Bolsista CAPES.

BÁRBARA DOS SANTOS DELATORRE

Graduanda do Curso de Direito do Centro Universitário São Camilo-ES

BRUNA RAFAELA DE VASCONCELOS MERGULHÃO

Atualmente aluna do doutoramento em Antropologia (NOVA-FCSH/ISCTE-IUL). Mestra em Antropologia pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), com a dissertação intitulada: O silêncio que fala: ritos fúnebres como performance e o cemitério como lugar de memória. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), com monografia intitulada: Rezar pela alma e enterrar: uma visão antropológica dos ritos fúnebres católicos no Cemitério de Santo Amaro - Recife. Experiência com as temáticas: morte, ritos fúnebres, representação, memória, performance e cemitério.

CARLOS EDUARDO DE CASTRO

Historiador, fotógrafo, fotoetnógrafo e mestrando em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela UNIOESTE. Atua com projetos e documentação fotográfica com povos indígenas e populações tradicionais.

CARLOS EDUARDO DE CASTRO JUNIOR

Jornalista, documentarista e produtor audiovisual, foi premiado com o curta "Por traz do Cartão Postal"

CLEUSA GOMES DA SILVA

Docente e Coordenadora do Curso de História - América Latina na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Coordenadora do Observatório de Gênero e Diversidade na América Latina e Caribe.

CYNTIA SIMIONI FRANÇA

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em História Social pela UEL (Universidade Estadual de Londrina). Graduada em História pela Universidade Estadual de Londrina. Membro do grupo de pesquisa Kairós: Educação das Sensibilidades, História e Memória vinculado ao CMU (Centro de Memória-UNICAMP), Coordenadora do Grupo de Estudos Odisseia (UNESPAR). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Continuada-GEPEC - Faculdade de Educação-UNICAMP. Docente do programa de Mestrado em História Pública da

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Docente do PROFHISTÓRIA UNESPAR e professora do curso de licenciatura em História. Dedico às seguintes temáticas: produção de conhecimentos históricos e educacionais, ensino de história, estágio curricular, livros didáticos, formação de professores, práticas de memórias e narrativas na interface com a História Pública

DORIVAL DA COSTA

Doutorando em Serviço Social - Pontifício Universidade Católica - PUC/SP (2017 -2020). Mestre em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR (2005), Vinculado ao grupo de Estudos e Pesquisa: Trabalho Educação e Sociedade, Linha de pesquisa: Educação, trabalho e Sociabilidade, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Mestrado Profissional: Educação e Novas Tecnologias (PPGENT) do Centro Universitário Internacional UNINTER.

EDUARDA CASTILHO RODRIGUES

Graduanda do Curso de Direito do Centro Universitário São Camilo-ES

ELANE GOMES SANTOS COUTINHO

Mestra em Comunicação e Cultura Midiática pela Universidade Paulista(UNIP). Especialista em Cultura e Meios de Comunicação pela PUC-SP. Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Trabalha há mais de 20 anos no meio rádio. Já atuou no meio impresso como organizadora de livros e revisora. Tem artigos científicos publicados em diversos livros e revistas acadêmicas. Desenvolve pesquisa sobre o rádio atual e ministra cursos e palestras sobre o assunto. Atualmente, é jornalista da TV Canção Nova.

GABRIEL HENRIQUE DE SOUZA

Mestrando em História Pública na Unespar-Campo Mourão-PR. Bolsista da Capes (2022/2023). Graduado do curso de História. Concluí PIBID em 2020. Fui voluntário do Projeto Memórias na rede: o estudo do município de Araruna-PR . Bolsista do Programa Residência Pedagógica 20/21. Trabalhou como assistente de pesquisa na empresa Nova História - Editora e Gestão Cultural.

GABRIELA MENDES BRANCO MOTTA

Graduanda em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Empreendedora no ramo da educação de línguas estrangeiras, fundadora do Projeto Poliglota

JOÃO PAULO MOREIRA FERNANDES

Assistente Social. Especialista em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar – UFPR Docente orientador de TCC de graduação, provas discursivas, portfólio. Pesquisador no Grupo de Trabalho Estudos/Pesquisa Sócio Econômico de Crianças e Adolescentes Acolhidos Institucionalmente e Famílias PR e SC- Grupo UNINTER.

JULIANE MAYER GRIGOLETO

Advogada. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Pesquisadora Voluntária do Observatório de Gênero e Diversidade da América Latina e Caribe (UNILA). Autora do Livro: Uniões homoafetivas: Direito Comparado e Análise da Jurisprudência dos Tribunais do Sul do País.

LIDIANE ANTONIA FERREIRA

Possui graduação em Serviço Social pela Fundação Municipal de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul (2006) e Licenciatura em Geografia pelo Centro de Ensino Superior de Maringá - UniCesumar (2021). Pedagoga pelo Centro Universitário de Araras "Edmilson Ulson". Especialista em Políticas Sociais pela Universidade Católica Dom Bosco (2009). Mestre em Geografia pela UFMS/CPTL

(2016). Doutoranda em Geografia (FCT/UNESP/Presidente Prudente). Tem experiência na área de Gestão de Políticas Sociais, Assessoria e Consultoria com ênfase em: Planejamento e Gestão de Políticas Públicas, Produção e (re)ordenamento do território, Análise urbana e regional, Gestão Administrativa e Financeira do SUAS.

MARCOS ANTONIO VANDERLEI SILVA

Possui graduação em Engenharia Agrônômica pela Universidade Federal da Paraíba (1990), mestrado (1994) e Doutorado (2009) em Agronomia (Meteorologia Agrícola) pela Universidade Federal de Viçosa. Foi Coordenador do Colegiado do Curso de Engenharia Agrônômica do Campus IX (2003-2005 e 2010-2017) e Vice-Diretor do DCH (Campus IX - 2014-2016). Atualmente é professor adjunto do Curso de Engenharia Agrônômica DCH (Campus IX) e Professor Colaborador do Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (UNEB-UNIVASF-UFRPE), Coordenador do NUPE (Núcleo de Pesquisa e Extensão do DCH/Campus IX) e Coordenador da GamU (Grupo de Agrometeorologia da UNEB).

MARIA CRISTINA NASCENTES CABRAL

Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-graduação em Urbanismo (PROURB) da mesma instituição. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986), mestrado em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2003), com estágio de Pesquisa na École des Hautes Études en Sciences Sociales em Paris, na França.

MARIA DO SOCORRO TAVARES CAVALCANTE VIEIRA

Professora pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IF - SERTÃO - PE Campus Petrolina. Atual Pró-reitora de Ensino do IFSertãoPE. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em formação docente, atuando nos seguintes temas: projetos didáticos, tecnologia e educação, métodos e técnicas de ensino, gestão escolar, escolas do campo, autorregulação de aprendizagem e metacognição. Coordena projetos de ensino, de pesquisa e de extensão com objetivos associados aos cursos de licenciaturas. Especialista em Metodologia da Pesquisa Científica (UPE), Psicopedagogia (IBPEX) e Direito Educacional (PUC Minas). Mestrado em Psicologia (UNIVASF). Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (UNIVASF).

MARIA DOLORES PELISÃO TOMÉ

Assistente Social. Mestre em Gestão Profissional em Políticas Públicas - UNIVALI Docente orientadora de TCC de graduação e pós-graduação, provas discursivas, portfólio. Pesquisadora no Grupo de Trabalho Estudos/Pesquisa Sócio Econômico de Crianças e Adolescentes Acolhidos Institucionalmente e Famílias PR e SC- Grupo UNINTER

MARIA LUNELLI

Pedagoga, mestranda em Educação: Formação de Professores. Docente dos Anos Iniciais da rede municipal de Jaraguá do Sul. Pesquisadora no Grupo de Trabalho Estudos/Pesquisa Sócio Econômico de Crianças e Adolescentes Acolhidos Institucionalmente e Famílias PR e SC- Grupo UNINTER.

PAOLY FERREIRA COUTINHO

Graduanda em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

RAMÃO JORGE DORNELLES

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade da Região da Campanha (1992) e mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2001). Com experiência na Coordenação de Cursos de Graduação e atuando nas áreas de Administração e Economia, a nível de Graduação e Pós Graduação, atualmente exerce funções docentes junto a UNEB - Universidade do Estado da Bahia - Departamento de Ciências Humanas, Campus IX - Barreiras. Cursando Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT/UNEB.

TAÍS SILVA ROCHA D'ANGELIS

Docente da Faculdade Estácio de Curitiba, possui título de mestre em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná.

TATIANA MARETO SILVA

Doutora em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV), Mestre em Políticas Públicas e Processo pela Faculdade de Direito de Campos (FDC/UNIFLU), pós-graduada em Direito Processual pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV), Professora do Curso de Direito do Centro Universitário São Camilo - ES

VITÓRIA KARINA RODRIGUES PEREIRA

Publicitária, graduada pela Universidade Franciscana (UFN) de Santa Maria, RS. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e pesquisadora do Grupo Nós Pesquisa Criativa, da mesma instituição. Bolsista do Fundo de Incentivo ao Ensino (FIEen) da Pró-Reitoria de Graduação da UFSM pelo projeto 50|50 Abrindo Portas para a equidade na Comunicação, projeto de extensão do grupo de pesquisa Nós.

VIVIANNI MARQUES LEITE DOS SANTOS

Graduação em Engenharia Química (1997), mestrado em Engenharia Química (2000), na área de Processos Químicos Industriais, e doutorado em Química pela Universidade Federal de Pernambuco (2004). Professora Titular na UNIVASF. Coordenadora BRAZIL (Global Education National). Diretora Institucional de Inovação Tecnológica de abril de 2016 a 11 de setembro de 2020. Coordenadora da Regional FORTEC-NE 2019-2020. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação no ponto focal UNIVASF (junho 2018- abril 2021). Docente Permanente no Programa de Pós-Graduação em nível de Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial.

ZILDA MARA CONSALTER

Doutora em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora no Curso de Mestrado em Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professora Adjunta no Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Coordenadora da Linha de Pesquisa intitulada "Relações jurídicas privadas e os desafios da pós-modernidade: instrumentos jurídicos e práticas voltadas aos direitos da personalidade, obrigações e famílias". Líder do Grupo de Pesquisa sob o Título "Teoria e Prática do Direito Obrigacional e das Famílias Contemporâneas", cadastrado no Diretório de Grupos do CNPq (espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0203115420872092). Membro do Instituto Brasileiro de Responsabilidade Civil (IBERC). Advogada Parecerista.

www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br

@editorapoisson



<https://www.facebook.com/editorapoisson>

